

Caroline Pacievitch
Frederico Duarte Bartz
Fernanda Feltes
Gustavo Koszeniewski Rolim
(Orgs.)



PERSPECTIVAS MARXISTAS

Educação,
Capitalismo e
Luta de Classes



Compreender a educação a partir de uma leitura marxista nos parece ser um imperativo político e teórico. A educação é, por um lado, espaço estratégico de reprodução do capital, palco central de disputas onde estão confrontados projetos antagônicos. O projeto alienador, contido na educação acrítica, reprodutivista, despolitizada, afeta não somente educandos, mas também educadores, estimulados a precarizar sua própria formação nos quadros docentes de educação básica, a adquirir títulos de pós-graduação em instituições que não têm condições ou interesse de questionar a aparência dos processos históricos, centradas que estão apenas em seus princípios mercadológicos. Por outro lado, nossa proposta buscou orientar-se para a reflexão sobre espaços educativos muito profusos, cujos nexos são a afirmação de uma perspectiva crítica e política, e mais ainda, o conjunto de tarefas e saberes educativos atrelados à superação das relações de reprodução capitalista.



GT
História e
Marxismo



editora *fi*.org



PERSPECTIVAS MARXISTAS

APOIO:



Edital de Fomento 2022

PERSPECTIVAS MARXISTAS

EDUCAÇÃO, CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES

Organizadores

Caroline Pacievitch

Frederico Duarte Bartz

Fernanda Feltes

Gustavo Koszeniewski Rolim



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PACIEVITCH, Caroline; BARTZ, Frederico Duarte; FELTES, Fernanda; ROLIM, Gustavo Koszeniewski (Orgs.)

Perspectivas Marxistas: Educação, Capitalismo e Luta de Classes [recurso eletrônico] / Caroline Pacievitch; Frederico Duarte Bartz; Fernanda Feltes; Gustavo Koszeniewski Rolim (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

455 p.

ISBN: 978-65-5917-543-7

DOI: 10.22350/9786559175437

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Capitalismo; 2. Luta de Classes; 3. História; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Caroline Pacievitch

Fernanda Feltes

Frederico Duarte Bartz

Gustavo Koszeniewski Rolim

11

EDUCAÇÃO, ENSINO E COMUNICAÇÃO

1

JUVENTUDE QUILOMBOLA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A APRENDIZAGEM PROFSSIONAL, CONFLITOS E POSSIBILIDADES DA JUVENTUDE DO QUILOMBO DOS MACHADO - PORTO ALEGRE – RS

Catarina Elóia da Rosa Machado

Conceição Paludo

17

2

ENTRE O PIQUETE E AS PALAVRAS: A GREVE DE 1984 E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA ASSUFRGS (1984-1986)

Fernanda Feltes

41

3

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES: CRÍTICA AO (NEO) ESCOLANOVISMO E APONTAMENTOS PARA UMA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

Tanise Baptista de Medeiros

Denis Fernando Barcellos Angelo

66

4

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O IMPACTO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NA EDUCAÇÃO E NA CONFIGURAÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO

Emanuel Jeová Medeiros Sousa

82

5

103

MEMES COMO RECURSO DISCURSIVO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DE VISÃO DE MUNDO

Vanile Cassimiro da Silva

6

118

2020: O ANO ANÍSIO TEIXEIRA NA BAHIA. HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

Eduardo Pereira

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

7

141

O PASSADO NEGADO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NO PROCESSO FORMATIVO DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE

Frederico Duarte Bartz

8

160

ASSUFRGS: MEMÓRIA COLETIVA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA CLASSE TRABALHADORA

Sibila Francine Tengaten Binotto

9

174

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS

Vanessa Gonçalves Dias

Patricia Rutz Bierhals

CULTURA, INTELLECTUAIS E MILITÂNCIA NA ÁFRICA E AMÉRICA LATINA

10

197

DO MORIBUNDO À FLOR: A DINÂMICA DA HISTÓRIA EM AMÍLCAR CABRAL

Gustavo Koszeniewski Rolim

11

216

DIALÉTICA E REVOLUÇÃO NO MARXISMO HUMANISTA DE FRANTZ FANON

Kellen Cristina Prado da Silva

12

235

O CLUBE DE GRAVURA DO RECIFE E O PROJETO PARA AS ARTES DO PCB

Andréia Carolina Duarte Duprat

POLÍTICA, PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

13

261

A SOVIETOLOGIA DO PÓS-GUERRA E AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE FIM DA URSS

Morgana M. Romão

14

281

A CRISE NA LCI, O EXÍLIO DE MÁRIO PEDROSA E SUAS PUBLICAÇÕES

Thiago Martins de Moura Bosco

15

298

DEBATES SOBRE IMPERIALISMO EM PARCELAS DA ESQUERDA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues

16

315

NOTAS SOBRE “PARTIDO” EM MARX E ENGELS: CONSIDERAÇÕES PARA A LUTA NA AMÉRICA LATINA HOJE

Giovane Dutra Zuanazzi

Laurem Janine Pereira de Aguiar

17

335

OS GOVERNOS LULA E DILMA: ENTRE VONTADE, CONTRADIÇÕES E LIMITES

Gelsom Rozentino de Almeida

AUTORITARISMO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS

18

367

WLADIMIR LODYGENSKY: A TRAJETÓRIA INTERNACIONAL DE UM MILITANTE ANTICOMUNISTA

Vicente Gil da Silva

19

393

A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS GRUPOS DE RESISTÊNCIA ARMADA DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL (1967-1974)

Débora Campani Chagas

20

415

A AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS – USIA E O COMBATE AO NACIONALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1950

Josiane Mozer

21

435

CONTROLE NO ENSINO SUPERIOR: A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA UFAL (1971 - 1974)

João José da Silva

APRESENTAÇÃO

Caroline Pacievitch

Fernanda Feltes

Frederico Duarte Bartz

Gustavo Koszeniewski Rolim

Entre os dias 26 e 29 de outubro de 2020 ocorreu o III Encontro Nacional e IV Encontro Regional do Rio Grande do Sul do GT História e Marxismo da Anpuh, organizado em parceria com o Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS (LHISTE). A intenção sintetizada no título do evento é erguer a bandeira da educação de forma substantiva, diante de tantas iniciativas que fazem coro às estratégias perversas de mercantilização da educação pública. Mais do que isso, queremos orientar o debate para uma perspectiva marxiana e marxista sobre educação, educação para a formação política e para a emancipação, em espaços escolares e não-escolares.

Compreender a educação a partir de uma leitura marxista nos parece ser um imperativo político e teórico. A educação é, por um lado, espaço estratégico de reprodução do capital, palco central de disputas onde estão confrontados projetos antagônicos. O projeto alienador, contido na educação acrítica, reprodutivista, despolitizada, afeta não somente educandos, mas também educadores, estimulados a precarizar sua própria formação nos quadros docentes de educação básica, a adquirir títulos de pós-graduação em instituições que não têm condições ou interesse de questionar a aparência dos processos históricos, centradas que estão apenas em seus princípios mercadológicos.

Por outro lado, nossa proposta de evento buscou orientar-se para a reflexão sobre espaços educativos muito profusos, cujos nexos são a afirmação de uma perspectiva crítica e política, e mais ainda, o conjunto de tarefas e saberes educativos atrelados à superação das relações de reprodução capitalista. Dessa forma, o evento contou com um total de 273 pessoas inscritas, 35 trabalhos apresentados, divididos em cinco Simpósios Temáticos, além de quatro mesas redondas e três apresentações de livros. Assim, pudemos discutir o patrimônio histórico-cultural como instância formativa nos trabalhos do Simpósio Temático 1, abordando desde a produção teórica pertinente ao assunto até experiências de preservação documental como elementos de afirmação política. No Simpósio Temático 2, discutimos, eminentemente, a produção de intelectuais identificados com as lutas próprias pela libertação nacional em regiões de capitalismo dependente, enfocando também os projetos políticos que as permeavam.

O Simpósio Temático 3 voltou-se para a discussão sobre partidos, sindicatos e movimentos sociais, com ênfase na análise de processos históricos e debates internos relacionados à substância e estratégias em projetos políticos específicos. No Simpósio Temático 4 novamente teve destaque a esfera da atuação política de sujeitos ou movimentos sociais, porém, nesse caso, principalmente orientada para a perspectiva da reação e organização em confronto com práticas de repressão e autoritarismo.

Por fim, o Simpósio Temático 5 objetivou o debate acerca de questões imediatas do tempo presente, enfocando questões atinentes à conjuntura brasileira. Entre aqueles e aquelas que participaram dos Simpósios, 25 autores e autoras pertencentes a instituições de educação

básica e de ensino superior de todo o Brasil, mas também a diversos movimentos sociais, contribuíram com 21 textos que são publicados agora nesta coletânea.

Por entendermos que a educação e a formação se praticam por meios diversos, e por afirmarmos a necessidade de constituir espaços onde a produção e o debate críticos fomentem nossa condição de sujeitos que aprendem na prática coletiva e solidária, acreditamos que o material que ora apresentamos constitui uma contribuição importante para a academia que se compreende política e ativamente participante na transformação da realidade, mas também um reflexo das sínteses que pudemos produzir no contexto de realização do evento. O que significa que esta foi, também, uma atividade imediatamente afetada pelos movimentos históricos do último período.

Planejado desde 2019 para ser uma ação presencial, como boa parte dos eventos naquele ano, e muitos até então, o Encontro teve de ser realizado de forma remota, por meio de *lives*, conferências e simpósios temáticos. Características que moldaram o ano de 2020 e seguem determinando em muito nosso cotidiano.

Quando o evento teve início, em 26 de outubro de 2020, o Brasil registrou 15.726 novos casos da COVID-19, além de 263 novas mortes. O dia terminou com um total de 5.409.854 casos e 157.397 mortes. Nenhuma campanha de vacinação estava na agenda do governo, que negava até mesmo a possibilidade de adquirir as eventuais vacinas, produzidas por qualquer que fosse o laboratório. Durante a semana do evento, morreram mais de mil brasileiras e brasileiros. E, até meados do mês de fevereiro de 2022, quando produzimos este texto, somava-se 639

mil pessoas vitimadas pela doença (em números oficiais e, portanto, desconsiderando os significativos índices de subnotificação).

Nessa conjuntura de pandemia e desvalorização da educação pública, marcada também pela violência e pelo autoritarismo, pelo neoliberalismo selvagem, pela volta do Brasil ao mapa da fome, pela destruição do mercado de trabalho e por tantas outras mazelas, que os debates aqui propostos se fazem mais necessários. Nesse sentido, a publicação desse livro se insere em um esforço de divulgação e circulação de textos com uma perspectiva crítica, em que a potência analítica do marxismo se articula com o desejo de transformação da realidade.

Por fim, registramos nosso agradecimento a todas as pessoas participantes do evento, pela diversidade de pontos de vista e pelos empolgantes debates compartilhados; ao GT História e Marxismo da Anpuh, por todo o trabalho de organização; ao setor de eventos da Faculdade de Educação da UFRGS e à Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, pelo apoio financeiro para a produção dessa obra.

Porto Alegre

15 de fevereiro de 2022

EDUCAÇÃO, ENSINO E COMUNICAÇÃO

1

JUVENTUDE QUILOMBOLA URBANA: UM ESTUDO SOBRE A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL, CONFLITOS E POSSIBILIDADES DA JUVENTUDE DO QUILOMBO DOS MACHADO - PORTO ALEGRE – RS

*Catarina Elóia da Rosa Machado*¹

*Conceição Paludo*²

1. INTRODUÇÃO

São desnecessárias muitas palavras para dizer da importância desse estudo, frente à situação atual do Brasil, e de toda a América Latina, no que tange a garantia de direitos já consagrados na Constituição Brasileira de 1988. Nesse contexto, os trabalhadores são os que mais têm sofrido ataques e perda de direitos, entre eles os negros, quilombolas e a população indígena.

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019, p. 2), no estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, os principais resultados apontam que 54% da população brasileira são autodeclarados negros e pardos. Em 2018, no total da população brasileira, negros e pardos representaram um contingente de 57 milhões da força de trabalho. Entretanto, o mesmo relatório destaca que em relação à população “desocupada e subutilizada”, as pessoas pretas

¹ Mestra na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS-2018/2, Graduação em Gestão Pública, MBA em Gestão Pública. Essa pesquisa de mestrado foi possível, via bolsa de estudos, viabilizada pela CAPES, a quem agradeço. catarinamachado0818@gmail.com

² Conceição Paludo, doutora em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Estudos Básicos, Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de pesquisa: Trabalho Movimentos Sociais e Educação. c.paludo@terra.com.br

ou pardas são “substancialmente mais representadas”, sendo cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho.

Sobre o recorte de instrução e rendimento por hora de trabalho, os dados “reforçam a percepção de desigualdade por cor e raça”, segundo o próprio relatório, os brancos, em 2018, obtiveram rendimentos por hora de R\$17,00 e os negros e pardos, rendimentos por hora de R\$10,10. Ressalta-se ainda o alto índice de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos: 98,5% de negros e pardos, 34% de brancos e a taxa de analfabetismo de pessoas negras e pardas acima de 15 anos, 9,01 e, brancos, 3,9.

Quanto aos territórios quilombolas, que é a centralidade deste estudo, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), estima que no Brasil existissem 5.972 localidades quilombolas. De acordo com a Base de Informações do IBGE (2020) sobre os Indígenas e Quilombolas e, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP, 2019)³, existem atualmente, no Rio Grande do Sul, 134 comunidades quilombolas entre rurais e urbanas. Na capital, Porto Alegre, existem 07 Quilombos urbanos reconhecidos com Portaria e 01 em processo, totalizando 08 comunidades quilombolas urbanas. Nesses processos de reconhecimento, demarcação, certificação e titulação dos territórios, muitos desafios atravessam as comunidades quilombolas.

Desta maneira, o presente artigo pretende visibilizar os conflitos e possibilidades no campo do trabalho e a relação da juventude quilombola urbana de Porto Alegre – RS, a partir da análise da Aprendizagem

³ O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso em jun. 2019.

Profissional (AP) – Lei Federal nº 10.097/2000 - que no ano de 2020 completa 20 anos de sua promulgação.

A Política da Aprendizagem Profissional prevista na Lei Federal nº 10.097/2000 e suas regulamentações promulgaram direitos aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade para o ingresso no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, com formação técnico-profissional metódica, constituído por atividades teóricas e práticas de complexidade progressiva. Segundo o IBGE (2010), o Rio Grande do Sul possui 875.737 jovens entre 15 e 19 anos e 870.906 entre 20 e 24 anos de idade, destes, conforme o Observatório da Criança e o Ministério da Economia, (2018) 33.616 estão inseridos na Aprendizagem Profissional, porém, diante desses dados não se localizou a especificidade de cor e raça e ou sobre a inserção da juventude quilombola urbana. De acordo com o manual da AP (2019):

Aprendizagem Profissional é um instrumento de qualificação profissional para adolescentes e jovens, concretizado através da **obrigação legal de cumprimento de cota de contratação de aprendizes pelas empresas**, que se tornam responsáveis por assegurar **formação técnico-profissional metódica a adolescentes e jovens**, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. (MANUAL DA APRENDIZAGEM, 2019, p. 9, grifo nosso)

Frente aos elementos acima mencionados, a problemática da pesquisa apresentou-se com o seguinte questionamento: Em que medida e a partir de quais fundamentos a juventude quilombola, no contexto urbano de Porto Alegre, tem assegurado o efetivo acesso, inserção e permanência nos programas de aprendizagem profissional preconizados nos regulamentos da Lei Federal da Aprendizagem Profissional?

Como aporte teórico-metodológico utilizou-se o Materialismo, Histórico Dialético para realizar a pesquisa teórica e prática e as inserções no campo de estudo, o Quilombo dos Machado. De acordo com Frigotto (1987), o materialismo histórico-dialético é um atributo da realidade e aprofunda seu entendimento como postura-método-práxis:

[...] é uma **concepção de mundo**; enquanto um método que permite uma **apreensão radical (que vai à raiz) da realidade** e, **enquanto práxis**, isto é, **unidade teoria e prática na busca da transformação** e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade teórica [...]. A dialética materialista, ao mesmo tempo como **uma postura, um método da investigação** e **uma práxis**, um **movimento de superação e de transformação**. (FRIGOTTO 1987, p. 73, grifo nosso)

Guiando-nos nas afirmações de Frigotto (1987) e de outros teóricos do método, na sequência procuramos evidenciar o percurso metodológico da pesquisa, visibilizar algumas análises, considerando a questão de pesquisa acima mencionada e elencar as conclusões, desafios e possibilidades que se apresentaram.

2. PERCURSOS DA PESQUISA

Como já escrito, a metodologia assumida foi o Materialismo Histórico Dialético, como método e práxis de pesquisa, que se situa no campo da pesquisa qualitativa e compreendeu um estudo de caso, no Quilombo dos Machado, que integra 152 famílias, somando 344 pessoas, de acordo com o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente -NEGA⁴/UFRGS (2019, p. 33). Portanto, a comunidade delimitada para o estudo foi o Quilombo dos

⁴ Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) realiza estudos nas comunidades quilombolas em contexto urbano de Porto Alegre. NEGA foi fundado em 2003 e pertence ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Machado/Vila 7 de Setembro, que compreende um dos oito (08) territórios quilombolas urbanos de Porto Alegre, e está situado na Zona Norte, no bairro Sarandi, especificamente entre a Vila Respeito e o Hipermercado BIG (Walmart). Em setembro de 2012, a comunidade promulgou essa data como de fundação e seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombolas, registrada na Portaria 61/2014 pela Fundação Cultural Palmares.

No que se refere aos sujeitos da pesquisa, utilizamos dois critérios para delimitar o perfil quilombola: a) faixa etária prevista na Lei 10.097/2000 – Aprendizagem Profissional e suas regulamentações, que orientam adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade e; b) o quilombo com maior número de adolescentes e jovens nessa faixa etária. Como resultado destes critérios de busca, identificamos o Quilombo dos Machado como opção para o desenvolvimento desta investigação. Segundo o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente NEGA/UFRGS (2019), a estrutura etária populacional da comunidade Quilombo dos Machado compreende em torno de 31% de adolescentes e jovens. Dentro deste perfil do sujeito, estão todos os gêneros e estudantes do Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e concluintes do ensino básico, graduandos ou não, ou seja, sujeitos de direito conforme prevê a promulgação da Lei 10.097/2000 - Aprendizagem Profissional (AP), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e os artigos da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) de 1943.

Deste modo, as estratégias de pesquisa foram⁵: a) a inserção no campo de pesquisa, com registro em caderno de observação, foi

⁵ Durante os caminhos percorridos deste estudo entre teoria e prática, em 2020 ocorre o advento da crise sanitária mundial, a COVID-19, nesta direção a pesquisa reorganizou-se para sua continuidade, sendo necessária a utilização de recursos em formato remoto, visando à segurança, saúde e atendendo os protocolos de distanciamentos, respeitando a comunidade quilombola e a questão sanitária.

realizada no período de novembro de 2019 a março de 2020; b) questionário respondido pelos jovens quilombolas e; c) realização de entrevistas semiestruturadas os jovens quilombolas e com outros sujeitos fundamentais para o aprofundamento da compreensão da realidade: 02 (duas) famílias quilombolas e 02 (duas) técnicas trabalhadoras na política da Aprendizagem Profissional, atuantes em entidades formadoras da AP, no município de Porto Alegre/RS.

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se compreender e analisar na essência os fenômenos sociais que perpassam a realidade da produção de existência da juventude quilombola, no contexto urbano de Porto Alegre. Além disso, o estudo buscou retomar, em síntese, o processo de formação histórico brasileiro, assim como, a acumulação primitiva desde Marx (2017, p. 785), o processo de colonização, exploração e os crimes cometidos contra humanidade, igualmente, analisar a marcha do capital e o antagonismo de classes destacando, nesse processo, a especificidade da população negra e quilombola no Brasil.

Em síntese e não esgotando nessas páginas, é importante destacar que o estudo teórico buscou analisar a formação histórica brasileira, cunhada especificamente na exploração dos negros, quilombolas e indígenas, processos que constituíram a partir de duas categorias fundantes, conforme Moura (2014, p. 28), “o escravismo pleno e o escravismo tardio” que perpassaram séculos, do período colonial, império, república e que estão presentes na contemporaneidade, igualmente, poderia hoje caracterizá-lo como ‘modo de escravismo contemporâneo’, sofisticado pela hegemonia burguesa. De acordo com Moura (2014, p. 28-29), compreender “o escravismo pleno e o escravismo tardio” significa analisar dois períodos e suas dinâmicas, ainda conforme o autor:

O **Escravidismo Pleno** teria prevalecido do início da colonização até a extinção do tráfico negreiro em 1850. Caracteriza-se “**pelo fato de as relações de produção escravista dominarem quase que totalmente a dinâmica social, econômica e política**”. [...] graças ao tráfico intercontinental, garantia a reprodução do sistema. O **Escravidismo Tardio**, começou com o fim do “comércio infame” e seguiu até a Abolição da Escravatura em 1888. Foi uma **fase caracterizada pelo declínio do modo de produção escravista**, considerado uma verdadeira exscrecência econômica e social nas regiões onde o capitalismo estava mais desenvolvido. (MOURA, 2014, p. 28-29, grifo nosso).

A partir das contribuições do autor para analisarmos os modos de produção escravistas dos períodos históricos, compreende-se outro modo em transição, o ‘modo de escravidismo contemporâneo’. O ‘modo de escravidismo contemporâneo’ desenvolveu-se no bojo do capitalismo avançado, com estruturas de dominação e condições objetivas para uma modernização conservadora, cunhada nas relações capitalistas e mantendo as estruturas arcaicas do modo de produção escravista. Ao analisar a atualidade do ‘modo de escravidismo contemporâneo’ verifica-se elementos concretos que impactam na reprodução da vida da população negra, como a precarização do trabalho, altos índices de desemprego, a baixa escolaridade, moradias precárias, o racismo estrutural; assim como, a luta pelo direito a terra por parte dos quilombolas e indígenas.

3. ALGUNS APONTAMENTOS: JUVENTUDE QUILOMBOLA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

No desenvolvimento deste estudo, eixos de análise foram construídos, a partir de todo o movimento da pesquisa, em busca de responder a problemática central já anunciada, tomando como análise de fundo o

caderno de campo, as respostas do questionário, dos entrevistados e o aporte teórico. Nesta oportunidade serão destacados alguns dos apontamentos sobre Quilombos, Trabalho, Educação e Juventude quilombola.

O debate sobre a definição de quilombo perpassa por várias épocas históricas e nas produções científicas encontra-se uma diversidade de conceitos. Nesse sentido, durante a pesquisa dialogou-se com várias definições. Neste primeiro momento, segundo Moura (1993, p. 11), o rei de Portugal trouxe a definição de quilombo ao Conselho Ultramarino de 1970, com o seguinte conteúdo “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Contrário ao conceito exposto, o Entrevistado EF-02, aponta como significado de Quilombo, uma definição complexa e vital:

Quilombo (risos) é fácil de responder, quilombo é a minha vida, minha ancestralidade, mas o quilombo é a luta que Zumbi, Dandara e outros quilombos trouxeram pra gente, quilombo é o cotidiano do dia a dia, quilombo é não aceitar o racismo, quilombo é não aceitar as coisas que vêm prontas pra gente, como o próprio governo tem pra gente, quilombo é a gente fazer a nossa própria cultura, é a gente cultuar nossos próprios ancestrais, nosso povo de Nação, quilombo é a gente fazer a nossa capoeira, quilombo é gente batendo no peito, dizendo “nós somos negros sim senhor”, quilombo é dizer que a gente tá aqui, que a gente vai lutar pelo nosso espaço, e que a gente nunca vai desistir. Quilombo, na verdade, é a nossa vida há 520 anos, quilombo é aquilo que deveria existir dentro não só de Porto Alegre, mas no mundo, enquanto luta, quilombo é igualdade, quilombo não tem preconceito, não tem racismo, quilombo é a periferia, quilombo é a vila, quilombo é o mundo que tinha que ser. (EF-02, 2020)

Diante do significado complexo e concreto de quilombo, por parte do entrevistado do Quilombo dos Machado, “quilombo é a minha vida” e quilombo é “dizer que a gente tá aqui, que a gente vai lutar pelo nosso espaço”, segue-se apreendendo o conceito, ainda segundo Moura (1993, p. 11): “onde quer que a escravidão existisse, o negro marrom, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava”.

Ao adentrar no eixo diálogos com a juventude quilombola, ao questionarmos o que é quilombo, dois jovens respondem com diversos elementos o que entendem por quilombo, demonstrando identidade com a resposta acima, obtida na entrevista com uma das famílias. Segundo o EJ-01 “é um negócio que é uma cultura, quilombola é uma cultura e o movimento é importante”, e de acordo com a EJ-02 “eles são unidos, cada um ajuda o outro, se um não tem eles ajudam”. Sobre a resposta da jovem EJ-02, “eles são unidos, cada um ajuda o outro, se um não tem eles ajudam”, podemos compreender o quilombo dos Machado por sua “biointeração”, de acordo com Bispo (2015, p.85):

[...] como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a **melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança**, ou seja, **como tudo que fazemos é produto da energia orgânica, esse produto deve ser reintegrado a nossa mesma energia.** (BISPO, 2015. p. 85, grifo nosso)

O que se evidencia, nas respostas, é que quilombo é um conceito complexo para juventude, que envolve união, cultura, movimento, importância, ajuda mútua. Portanto, quilombo para juventude quilombola dos Machado, distancia-se de outros conceitos, como terra-espaço de

“preto fugido”, de “refúgio de escravizados”, de outro lado, aproxima-se da “biointeração”, da resistência, das lutas contra os colonizadores.

Na formação histórica do Brasil, assim como na América Latina, existe o entendimento que os quilombolas fazem parte da estratificação dessas sociedades, e com base neste estudo, observou-se também o quanto os quilombolas tomam como bandeira de primeira ordem: o território, a auto-organização, a ancestralidade, a coletividade, a luta pela sua existência, o quilombismo, o bem viver, a luta antirracista e contra o sistema capitalista explorador.

Sobre o eixo Trabalho, para dialogar com as famílias quilombolas, a juventude quilombola e a Aprendizagem Profissional (Trabalho-Educação), toma-se o trabalho como uma condição “ontológica do ser social”, pois, segundo Lukács (2013, p.44), “é a partir do trabalho que os seres humanos constroem a sociedade e as bases materiais para que se constituam enquanto indivíduos, sendo assim, o trabalho é fundante das atividades humanas”.

Assim, o trabalho tem a premissa de saciar e, ao mesmo tempo, produzir necessidades humanas. Porém, na sociedade capitalista, o trabalho se transforma em outras formas e surgem novos fenômenos, a exemplo, as máquinas trouxeram a necessidade de qualificação do trabalhador, assim como a divisão do trabalho manual e intelectual. Nesse caminho, da divisão social e intelectual do trabalho, o mesmo sofreu metamorfoses, tornando-se trabalho alienado. Conforme Marx (2004, p.107), sobre a compreensão de “alienação do trabalhador”:

[...] em seu objeto se expressa, segundo as leis econômicas [...] quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor, tanto mais indigno ele é; [...] o trabalho produz maravilhas para os ricos, porém produz privações para o trabalhador.

Substituiu o trabalho por máquinas, porém lança uma parte dos trabalhadores a um trabalho bárbaro e converte em máquinas a outra parte. (MARX, 2004, p. 107-108)

Ao refletir essa citação de Marx, verifica-se que a alienação do trabalho vem se sofisticando e agravando a pauperização. Atualmente identifica-se um avanço do trabalho informal, da uberização do trabalho, de sua plataformização, fenômenos que segundo Antunes (2020, p. 09), são “processo de individualização e invisibilização das relações de trabalho, que assumem a aparência de prestação de serviços, obliterando relações de assalariamento e de exploração”.

Nessa direção, ao investigar sobre o cotidiano do Quilombo dos Machado, as famílias, assim como os jovens trouxeram questões estruturais que apontaram para a realidade da classe trabalhadora e todos os percalços e estratégias de sobrevivência do sustento e das necessidades básicas, tais como: alimentação, saúde, educação, do descaso dos serviços públicos (a exemplo da saúde, da escola e outros direitos), das ameaças constantes, dos enfrentamentos, de seu protagonismo e organização política junto ao coletivo Frente Quilombola (FQ).

Para conhecer e entender a realidade cotidiana dos quilombolas, algumas perguntas foram semiestruturadas, apresentadas aos quilombolas, que responderam a partir de sua práxis e de todas suas complexidades. A realidade da classe trabalhadora quilombola se manifestou logo nas primeiras perguntas da pesquisa, ao serem questionados sobre Trabalho e o ‘não trabalho’. Você trabalha atualmente? Qual sua profissão? Comente sua experiência em relação ao trabalho. Sobre tais questões, a entrevistada discorre:

Eu e o meu esposo **fazemos cachorro quente**, a **gente entrega de noite** e durante **o dia eu sou diarista**. [...] De manhã eu trabalho das **8h às 17h e de noite das 19h até meia noite, 1h**. [...] as faxinas, tem umas **3 vezes na semana, 4 vezes**, de **segunda a sábado**. **Mas não é aquela coisa certa... Dá pra gente comer, fome a gente não passa**, até porque tem projetos que a gente recebe alimentos, tem alguns lugares que **nos doam alimentos**. **Mas não é sempre**, umas duas vezes por ano. Quando chegam as doações, as primeiras famílias que são as mais necessitadas, aí a gente vai indo, se sobra a gente dá pra aqueles outros, mas a gente sempre dá pra aqueles que mais precisam. Pra aqueles que necessitam mesmo. **É, a gente sempre divide, porque é precária a situação, de tudo, de alimento, roupa, tudo**. (EF-01, 2020, grifo nosso)

A entrevistada, nesta resposta, discorre para além do recorte acima colocado. Atentando-nos à análise da resposta, a classe trabalhadora quilombola relata a precarização do trabalho, a ausência de segurança na renda familiar, devido à necessidade de recorrer a atividades autônomas para completar a renda mínima junto ao trabalho doméstico, no exemplo, e este não sendo garantido semanalmente. Destacam-se na resposta, as questões exaustivas da carga horária dispensada no trabalho autônomo desta família quilombola, e a pouca entrada de recursos para ter uma reprodução digna da vida.

Conforme Antunes (2004, p. 8), “o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social”. Porém, compreendemos que este trabalhador acaba por ser minimizado, desvalorizado e explorado pelo capitalismo, principalmente, pela carga horária exaustiva, baixos salários, sem condições de lazer e gerando cada vez mais riquezas para outros, para a classe burguesa.

Seguindo a análise das respostas dos jovens quilombolas a esta pesquisa, outra pergunta realizada: Qual sua escolarização atualmente?

Caso tenha interrompido, por qual motivo e se pretende retornar? As respostas foram:

Eu **parei na 8ª série e parei porque eu precisava trabalhar**, porque **eu fui pai cedo**, com 18 anos. A **escola que eu fiz todo o meu fundamental não tem o EJA, só de manhã não tem como porque eu preciso trabalhar**. E por enquanto eu não pesquisei ainda quais são as escolas que tem EJA, num horário que eu precise. (EJ_01; 2020, grifo nosso)

E ainda: “1º ano do Ensino Médio. Parei em 2019. Vou voltar a estudar agora”. (EJ-02; 2020). Identifica-se nas respostas acima a questão do “abandono da escola” por motivos de trabalho, maternidade precoce e, igualmente, a dificuldade de acessar a EJA, devido a horários não disponíveis, conforme a necessidade do jovem trabalhador, em escolas próximas ao território do quilombo dos Machado. Compreendemos que esses são elementos que fazem parte do modo de ser jovem da classe popular, da moratória social e moratória vital. Esse movimento real da classe trabalhadora vem se agravando na juventude e interfere na sua reprodução da vida adulta, impactando na desigualdade social.

Sobre a pergunta: Caso tenha trabalhado (formal ou informal), como suas experiências, os entrevistados jovens afirmaram:

Eu **trabalhava das 6h em diante, até umas 23h**, porque às vezes a gente tinha mudança, mas a gente **parava pra almoçar 11h30min e voltava 13h30min** até... **dependendo do dia**, tinha dia que **era das 6h às 14h, das 6h às 15h, dependendo mais** do movimento dos fretes. **Até umas 23h meia noite, por aí. Como não era de carteira assinada e eu não tinha o que fazer eu achava ruim, mas infelizmente era o meio que eu tinha pra me sustentar e foi um quebra galho gigante**, que eu fiquei 4 anos assim. **Teve um ano que eu parei com frete porque eu assinei minha carteira**, mas **aí eu fiquei 3 meses só, que foi um contrato de experiência só**. Tá assinada a minha

carteira que **eu era carga e descarga, pintor e ajudante de pedreiro. Comecei a trabalhar com 16 anos. Dos 16 até o ano passado. Aí agora, 1 mês e pouco parado.** (EJ-01; 2020, grifo nosso)

Fiz uns bicos. Trabalhei de cuidar de criança, 2 crianças que eu cuidava e do meu sobrinho também eu ganhava dinheiro, **mas trabalhar fora eu nunca trabalhei. Ganhava R\$ 500 das duas crianças. Por mês. E da minha irmã eu ganhava R\$ 250.** Por que você trabalhava cuidando das crianças? **Pra ajudar a comprar as coisas pro meu filho.** Que idade tem o teu filho? **2 anos** (EJ-02; 2020, grifo nosso)

Nas respostas do jovem EJ-01 sobre suas experiências de trabalho, verificamos elementos de exploração da jornada de trabalho “Eu trabalhava das 6h em diante, até umas 23h.” A precarização de seu trabalho informal, sem registros na carteira de trabalho, identifica-se nessa passagem da resposta do jovem: “como não era de carteira assinada e eu não tinha o que fazer eu achava ruim, mas infelizmente era o meio que eu tinha pra me sustentar e foi um quebra galho gigante”. Outra questão que aponta nas respostas do jovem é a terceirização, os trabalhos temporários que a partir da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), agravou o quadro desta precarização, “Tá assinada a minha carteira que eu era carga e descarga, pintor e ajudante de pedreiro”.

Auxilia-nos nesta análise o termo de precariado, segundo Braga (2012):

(...) a crescente deterioração da proteção aos assalariados acusou a incômoda presença de uma fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica: o precariado. (BRAGA, 2012, p. 16)

Sobre invisibilidade, verificamos na resposta deste jovem, a temporalidade do trabalho informal e precarizado “comecei a trabalhar com 16 anos. Dos 16 até o ano passado”, sendo que este jovem se insere no perfil da política da Aprendizagem Profissional. Nesse sentido queremos provocar na análise as possibilidades de invisibilidades que jovens quilombolas estão enfrentando frente a uma política que “deveria” inseri-los na AP, assegurando-os de direitos trabalhistas e de proteção na condição de pessoa em desenvolvimento, como preconiza o ECA.

Na especificidade da relação trabalho educação profissional, este estudo buscou pôr em evidência elementos que permeiam essa relação com o capital e verificar em que medida a juventude quilombola estava inserida na aprendizagem profissional (AP). Portanto, cabe retomar, em síntese, sobre a concepção da AP, conforme preconiza a legislação. A Lei Federal 10.097 de 2000 da Aprendizagem Profissional apresenta como premissa garantir o “direito” a profissionalização de adolescentes e jovens para facilitar a inserção no mundo do trabalho, através de cursos de formação técnico-profissional e de contrato de trabalho especial para aprendizes. Para analisar este eixo relação trabalho educação profissional, foram realizadas pesquisas teóricas e com os sujeitos envolvidos na execução da AP.

Segundo a pesquisa Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem (2019, p. 7), a aprendizagem profissional “injeta” na economia brasileira cerca de 7,9 bilhões, no geral, 95 mil postos de trabalho são gerados de maneira direta, indireta ou induzidos. Afirma a pesquisa, que o número de aprendizes no Brasil cresceu de 193 mil, para 386 mil no ano de 2017. Por outro lado, existe um contingente de 40,1% da população de idade de 14 a 24 anos desocupada, ou seja, fora da cobertura da aprendizagem profissional.

Na busca por compreender a realidade de inserção dos jovens na AP em Porto Alegre/RS, duas técnicas participaram da entrevista semi-estruturada, ambas responderam a pergunta: Qual o contexto atual das empresas no que se refere à obrigatoriedade de contratação de aprendizes de acordo com a legislação da AP? Averiguamos nas duas respostas que a obrigatoriedade de contratação compulsória estabelecida em lei, de no mínimo 5% a 15% de cotas de aprendizes, não é cumprida no Rio Grande do Sul, segundo a ET_01 “sinceramente, acho que a conta não fecha” e, conforme a ET_02 “as empresas que antes cumpriam, que levavam a questão da legislação de uma forma mais séria, hoje estão contratando menos, estão demitindo mais, estão terceirizando [...] com essa flexibilidade da relação trabalhista, do contrato intermitente [...]”.

Diante do colocado podemos verificar o não disciplinamento das empresas na obrigatoriedade de contratação de aprendizes e o quanto o capital vem utilizando a opção de terceirização, de contratos intermitentes, no seu percurso de exploração do trabalho e descaso com a juventude.

Retomando a pesquisa Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem (2019, p. 45), ao questionarem 1.900 profissionais das empresas brasileiras, sobre a “Avaliação da experiência com a aprendizagem”, 47,4% responderam que “é importante”, 28,6% que é “muito importante”, 13,5% que é “fundamental”, porém, 8,6% responderam que é “pouco importante” e 1,9% que é “sem importância”. Sobre a pergunta “frequência de problemas e dificuldades na convivência com os aprendizes”, 9,9% somam a resposta de que é “frequente” os problemas na adaptação da cultura, hierarquia e valores da organização por parte dos aprendizes, e somam 15,5% as respostas de “frequente” os problemas de falta de compromisso com as tarefas diárias e, por fim, 24,3% somam os

percentuais de “frequentes” dificuldades na realização de tarefas técnicas. Diante desses dados podemos aferir que as empresas possuem ressalvas quanto a “importância” da aprendizagem profissional.

Ao analisar a pesquisa Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem (2019) e as respostas das técnicas da aprendizagem profissional, evidencia-se a política das competências exigidas pelo mercado de trabalho, assim como a fragmentação ‘taylorista/fordista’, que caminha para o aprofundamento da exclusão com a implementação do ‘toyotismo’, que se vincula aos processos desencadeados pela reforma trabalhista e as profundas alterações no padrão de acumulação do capital. Esse processo mantém sua base na pedagogia das competências e os padrões de desempenhos exigidos, conforme Kuenzer (2004, p.7) “constituem na expressão da divisão entre classes sociais no capitalismo”.

Continuando na análise da entrevista das técnicas da Aprendizagem Profissional, ET_01, quando questionada se tinha ou teve em sua entidade formadora jovens quilombolas na AP, a mesma discorre: “Sobre ter jovens quilombolas, te confesso que se eu já tive eu não me familiarizei com isso, talvez passou despercebido, mas eu penso que não”. De outro lado, a ET_02 menciona, em outra pergunta, que teve jovens quilombolas em algum momento em sua entidade formadora, na condição de aprendizes, porém, numa quantidade inferior a demanda urbana quilombola de Porto Alegre.

Nos estudos acima se identifica processos de ‘exclusão includente e a inclusão excludente’ na relação trabalho educação profissional, que tangenciam a Aprendizagem Profissional, em contradição ao sujeito de direito adolescente e jovem em condição de desenvolvimento humano. Outrossim, verificou-se uma baixa inserção dos jovens quilombolas na

aprendizagem profissional. Diante desta breve exposição, sobre alguns apontamentos da pesquisa, adentramos nas conclusões.

CONCLUSÕES: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E HORIZONTES, POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL QUILOMBOLA

É necessário, ressaltar o quanto foi importante à aproximação com a comunidade do Quilombo dos Machado, mesmo tendo o campo praticamente interrompido pelo advento da COVID-19, o mesmo seguiu em observação mesmo à distância, com recursos tecnológicos. Neste sentido, é possível entendermos que essa pesquisa foi além da produção de conhecimento científico, esse estudo se aproximou à energia vital dos quilombolas e com a materialidade de sua existência e das lutas de seu cotidiano, frente a essa sociedade capitalista e opressora, uma vez que, até então, a pesquisa encontrava-se somente no campo teórico. Com ética e respeito à materialidade da vida dos quilombolas e de seus processos de luta pela libertação, é que se adentra nas conclusões, não finais, mas como horizontes, possibilidades e caminhos a percorrer.

Verificou-se como as principais conclusões da pesquisa: elementos de “exclusão includente e inclusão excludente”, a partir de Kuenzer (2004, p. 14) na vida da juventude quilombola, assim como, processos de apagamento, inviabilização, precarização e racismo estrutural. Percebemos também a complexidade dos processos de acesso e permanência na aprendizagem profissional, em relação aos jovens quilombolas, e o desconhecimento, por partes dos técnicos da aprendizagem, de onde estão os quilombolas urbanos; bem como, a flexibilização da legislação da aprendizagem profissional e a ausência de diálogos entre aprendizagem profissional e outras legislações quilombolas correlacionadas.

Diante do exposto, compreendemos que não podemos minimizar a importância da Política da Aprendizagem Profissional para oportunizar o ingresso do jovem no trabalho, porém, a pesquisa apontou necessidades de alterações políticas e pedagógicas para o desenvolvimento dos jovens e sua permanência na AP, como a potencialização da educação antirracista.

No estudo realizado identificamos, através dos respondentes, que existe a possibilidade da juventude quilombola não estar inserida na AP em Porto Alegre, ou, o número de inseridos serem muito abaixo da demanda, e que poucas medidas são adotadas para assegurar o acesso e inserção da juventude quilombola na AP. Entendemos que a AP é um meio fundamental para “mitigar” o trabalho infantil, o trabalho informal e precário da juventude, pois é uma política pública que assegura direitos trabalhistas em seu contrato de trabalho especial, porém, diante da negação do capital nas contratações, conforme verificamos no estudo, precisa-se percorrer caminhos para realizar a inserção de fato da juventude quilombola nesse espaço de trabalho e educação, como oportunidade de transformação.

Com isso, existem caminhos a percorrer, um deles seria a construção de uma alternativa a Aprendizagem Profissional convencional, analisada nesta investigação. Apontamos para a necessidade da construção de uma Aprendizagem Profissional Quilombola (APQ) que seja uma proposta elaborada no seio das lutas quilombolas, a partir dos audaciosos encontros as estruturas de poder. É possível vislumbrar possibilidades, um começo, a trilha para outra APQ, principalmente a partir da conscientização de que trabalho não é um simples emprego como o capitalismo impõe, que emprega, desemprega e reemprega. Mas, outra APQ, que compreenda o trabalho como parte fundamental da

ontologia do ser social, uma atividade fundamental pela qual o ser humano se humanize e se expanda em conhecimento Frigotto (2005).

Outra APQ, a partir da premissa da educação *omnilateral*, APQ emancipadora e de libertação, cunhada em práticas antirracistas, com os valores civilizatórios africanos assegurados na teoria e prática. Outra APQ, comprometida em romper com as estruturas de competências, de produtividade, compreendendo o trabalho como princípio educativo, concepções do bem viver, da coletividade, da educação quilombola, da emancipação, formação integral da juventude, pois assim como ensina Saviani (2003, p. 13) “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Na direção oposta a atual AP “tradicional” e suas contradições entre Estado, Sociedade Civil e o capital, entendemos como horizonte de transformação, emancipação humana e desenvolvimento integral da juventude quilombola, a construção coletiva de uma proposta política e social de outra aprendizagem, que seja APQ, quilombola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 16ª Ed. Cortez, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 2003.
- ANTUNES, Ricardo (Org.) **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo, 2020.
- BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei Federal 10.097/2000 Lei da Aprendizagem Profissional**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/mais-informacoes/2015-08-18-14-20-23>. Acesso em: 18 de jun. 2019

_____. Lei nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei nº 9.496, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Dez./1996.

_____. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**.

CIAVATTA F., M. A. **O trabalho como princípio educativo**. Tecnologia Educacional. ABT, Rio de Janeiro, 21 (105/106), 25-29, 1992.

CIEE. Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). **Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem -2019**. Disponível em: https://cieecdportal.s3.amazonaws.com/media/2019/08/Pesquisa_CIEE_FIPE_Aprendizagem.pdf acesso em dez. 2020

FOGAP, **Fórum Gaúcho da Aprendizagem. Legislações**. Disponível em: <https://www.forumgauchoap.com.br/legislacao/> Acesso em dez. de 2020.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FONSECA, Marcus V. **A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 13, 2007.

FONTE, Sandra Soares Della. **Escola, unidade e diversidade: reflexões a partir de Karl Marx**. UFES. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>, acesso 10 de abr. de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A experiência do trabalho e a educação básica**, DP&A. 2ª edição. 2005.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 69-90.

GOMES, Nilma Lino. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&itemid=30192. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

IBGE. Contra Covid-19. **Antecipa dados sobre indígenas e quilombolas**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contr-a-covid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indige%E2%80%A6>. Acesso em dez. de 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

_____. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. *Educação e Sociedade*, v. 27, p. 877-910, 2006.

SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **Juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARX E ENGELS. **A dialética do trabalho**. Editora: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysso. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. [tradução Isa Tavares]. 2. Ed. São Paulo.

MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto Negro**. São Paulo. Ed.: Global, 1983.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi. 2014.

_____. **História do negro Brasileiro**. São Paulo. Ed.: Ática, 1992.

_____. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. São Paulo. Ed.: Ática, 1993.

_____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo. Ed.: Ática, 1988.

NEGA. Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente. **Escolas Públicas Nas Imediações, No Raio De 2,5 Km Das Comunidades Quilombolas De Porto Alegre**. Produção técnica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, 2019.

OLIVEIRA, Dennis. **Uma análise marxista das relações raciais**. Prefácio. In: MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2º Ed.: 2014, p. 15-22.

PALUDO, Conceição. **Materialismo Histórico Dialético: relações trabalho educação, movimentos sociais e desafios para a pesquisa**. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Org.). **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande - RS: Editora FURG, 2018, p. 63-85.

PNAD/IBGE (2018), **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
Acesso em nov. de 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre e política**. 30 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995 – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).

_____. **O choque teórico da politecnia**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v.1, n.1, 2003, p. 131-152.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. V. 12 n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180.

SINAIT (2019). **Manual da aprendizagem profissional: o que é preciso saber para contratar o aprendiz.** Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/manuais/Manual_de_Aprendizagem__versao_para_download.pdf
Acesso em julho de 2020.

2

ENTRE O PIQUETE E AS PALAVRAS: A GREVE DE 1984 E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA ASSUFRGS (1984-1986)

Fernanda Feltes¹

Em maio de 1984, os servidores públicos federais da Educação e da Saúde pararam o Brasil. Exigências de reposição salarial e reajustes semestrais se misturavam à necessidade de criação de instrumentos para a democratização da universidade pública. As ameaças de contínua precarização dos trabalhadores somadas aos cortes de verba nas instituições antecipavam as tendências neoliberais pretendidas para o período da transição brasileira.

Três meses após seu início, a greve de 1984 terminou conquistando poucos dos seus objetivos de curto e médio prazo. Entretanto, sem desconsiderar as consequências da passivização² do movimento social na década de 1980, este capítulo pretende situar e analisar dois processos associados que indicam o fortalecimento do movimento de funcionários da UFRGS. O primeiro diz respeito ao impulso produzido pela greve dos trabalhadores não-docentes da UFRGS na retomada de um modelo sindical, que redundou, em 1987, na criação da Assufrgs – Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O segundo processo diminui ainda mais a escala a fim de analisar o

1 Professora da rede municipal de Capão da Canoa, Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante da Coordenação do GT História e Marxismo da ANPUH/RS.

2 A ideia de passivização remete à Gramsci, indicando uma contenção ou domesticação da perspectiva contra-hegemônica do movimento social, e assim neutralizando as possibilidades de uma ruptura revolucionária.

desenvolvimento do Projeto de Alfabetização de Funcionários, formulado na esteira da greve de 1984 e sugerido como síntese do movimento e da reorganização sindical da categoria.

Para elaborar o escopo teórico desta análise, utiliza-se o conceito de Novo Sindicalismo, associado à caracterização do movimento sindical do fim da década de 1970. Também se explorará o referencial teórico do próprio Projeto de Alfabetização, embasado nas reflexões de Paulo Freire quanto à relação educativa e à práxis libertadora no processo de alfabetização. Este trabalho pretende, fundamentalmente, apresentar discussões possíveis em torno da greve de 1984 e suas decorrências.

Como fontes, o trabalho elenca números do Jornal da Greve dos Funcionários - Informativo³, editado durante todo o período da greve. Também analisa um documento de apresentação do Projeto de Alfabetização de Funcionários redigido por Jacira Gil Bernardes e Maria de Lourdes Mendonça, bibliotecárias da Universidade e proponentes do Projeto, bem como o testemunho oral das autoras.

Finalmente, é preciso dizer que este objeto de pesquisa entrelaça-se a um esforço maior que teve início quando, em 2018, fui contratada pela Assufrgs para organizar seu Centro de Documentação e Memória. Percorrendo a documentação, interessou-me a possibilidade de dar visibilidade ao acervo, como maneira não só de estimular o acesso a ele, mas também de enfatizar sua importância a fim de preservar os documentos, bem como seu processo de recuperação e organização.

Por consequência dessa experiência, apresento este trabalho como uma breve e parcial análise da conjuntura da greve, mas também como produto do trabalho de organização do acervo da Assufrgs. Assim posso

3 A partir daqui o Jornal será referido pela sigla JGF-I.

agradecer a oportunidade de acessar a documentação em sua forma “bruta” e apresentar um olhar pormenorizado dos documentos “desde dentro”. Sobretudo, esta leitura tenciona sistematizar a informação de modo a oferecê-la também como ferramenta política.

A DÉCADA DE 1980 NO BRASIL: ITINERÁRIO POLÍTICO DA GREVE DE 1984

A reabertura política e o horizonte da redemocratização ofereceram a possibilidade de vislumbrar o incremento da experiência democrática no Brasil. Viu-se a profusão da mobilização sindical e o surgimento de organizações políticas orientadas pela reivindicação de direitos e pela democratização. Viu-se também a hegemonização do processo constituinte pelo “centro”, que, se manteve reivindicações sociais no texto constitucional, também as conteve, ao não abdicar das diretrizes de uma fórmula política liberal e, por isso mesmo, isenta de transformação estrutural. A tentativa de converter a Constituição em causa formal e técnica era lida por Florestan Fernandes como expressão de uma disputa, na qual cabia aos proletários defender a pluralização da Carta, “fazê-la corresponder à imensa variedade de situações de classes (e de frações de classes ou de minorias) existentes na sociedade brasileira. Isso significa infundir-lhe o caráter de uma carta constitucional realisticamente democrática” (FERNANDES, 2007, p. 119).

Para os servidores públicos, era preciso, antes de mais nada, desobedecer à proibição de greves, decretada pela Lei 4.330, ainda em 1964. Para os funcionários da UFRGS, como em outras universidades, a necessidade impunha também rediscutir a forma de organização da categoria, desde a década de 1960 representada pela Absurgs – Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul. Apesar do registro da Associação na Secretaria do Trabalho e Ação Social datar de março de 1972, há indícios apontando para sua existência desde a primeira metade da década de 1960. De um modo ou de outro, o Estatuto da Absurgs dispunha explicitamente sobre o impedimento a “atividades políticas”: “Art. 63 – é expressamente proibido discurtir-se (sic), nas dependências da ABSURGS, questões que envolvam matéria política – partidária, religiosa ou racial.” (op. cit.).

As necessidades imediatas dos servidores convergiam com as reivindicações das greves que desde o final da década de 1970 vinham pressionando os limites da ditadura, produzindo um alargamento nos horizontes do processo de abertura política (MATTOS, 1998) e embasando a prática do movimento social nas projeções possíveis em torno da característica almejada para uma nova república democrática. Interessante observar as características desse modelo (e momento) sindical, que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo. Para Antunes (1995), destacam-se como características do modelo a interioridade das mudanças na estrutura sindical (ou seja, a partir dos próprios trabalhadores), o ressurgimento de greves gerais e a imbricação entre movimentos sociais espontâneos e ações sindicais organizadas.

Em particular, é importante enfatizar, no Novo Sindicalismo, o desatrelamento entre sindicatos e Estado ou partidos políticos; por um lado, denotando a incorporação de um anseio histórico, uma reação ao tolhimento do sindicalismo pelo aparato estatal. De acordo com Mattos (op. cit.), o processo de constituição da identidade sindical nesse período atribuía papel secundário à interlocução entre o movimento e o Estado, além de rechaçar a influência partidária no meio sindical. Parte desses aspectos refutava elementos atribuídos ao passado recente do sindicalismo brasileiro, tais como a colaboração de classe, o conformismo e o

cupulismo (ANTUNES; SILVA, 2015). Por outro lado, é possível analisar essa dissociação como sintoma de um dos limites da Nova República brasileira: a passivização ou neutralização do movimento social que sucedeu à hegemonização do processo político de abertura pelo centro político. Dentre os aspectos desse processo, um conteúdo liberal de cidadania, associado a um esvaziamento da contenda política e à distorção neoliberal dos instrumentos de participação política que a embasou.

Apesar dos limites verificados pela passivização do movimento social, considera-se que não é possível tomar o projeto político sintetizado na greve de 1984 como um projeto politicamente superficial. Elementos como a ampla pauta de reivindicações, escolhas táticas e a reiterada promoção de atividades de formação atreladas à greve demonstram que é razoável sugerir que a greve dos servidores tenha expressado um salto na política e organização sindical, estimulada por um ambiente político favorável e reforçada por outras iniciativas do mesmo tipo. Itens relacionadas ao novo sindicalismo, segundo a caracterização de Mattos (op. cit.) também foram observados no movimento, tais como a mobilização da Justiça do Trabalho e reorganização do setor jurídico no interior dos sindicatos, o fortalecimento da imprensa sindical – simultaneamente veículo formativo e informativo, com capacidade para ampliar a mobilização dos grevistas -, e a já mencionada revalorização das atividades de formação. Em síntese, aspectos de um movimento que, reforçando o repertório do novo sindicalismo, buscava a afirmação positiva da identidade dos trabalhadores⁴.

4 Mattos considera este um aspecto fundamental do movimento reunido sob a caracterização do Novo Sindicalismo, considerando que, historicamente, o trabalho no Brasil sempre significou a desqualificação social.

O paradoxo identificado na concomitância entre a politização da luta sindical e a gradual neutralização da participação política de amplos setores é, portanto, uma característica conjuntural. Por meio desse paradoxo, é possível perceber as ambivalências situadas no amplo escopo de setores respaldando o movimento grevista. Veja-se, por exemplo, que o movimento grevista recebeu apoio de todos os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul naquele ano (PDS, PDT e PMDB)⁵. Dentre aqueles que explicitaram apoio à greve, encontrava-se inclusive Pedro Américo Leal, antigo membro da Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e integrante do PDS com destacada atuação em favor da ditadura. A manifestação denota o interesse no controle do processo de redemocratização pelos militares, como demonstra Maciel (1999, 2012), mas também sua opção pelo campo de interlocução liberal. Diz Leal:

É necessário que meu governo escute que um Deputado do seu Partido, de dedo em riste, está a criticá-lo, porque ele precisa encontrar uma solução, seja ela qual for. Não pode, absolutamente, acostumar o País a que fique tudo numa expectativa armada, em política e também em educação. (JGF – I n° 24, 1984, p. 2)

Semanas antes, na edição n° 11 do Jornal da Greve dos Funcionários, de 4 de junho, o deputado Cezar Schirmer⁶, em nome da bancada

5 O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em 1980, a partir da extinção da ARENA, e representava o projeto político civil-militar. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado em 1979 como representação política do trabalhismo. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi fundado em 1980 como decorrência da extinção do MDB.

6 Atual Secretário municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos de Porto Alegre, no governo de Sebastião Melo (MDB), Cezar Schirmer já ocupou o cargo de Secretário da Economia Criativa da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania no governo de Jair Bolsonaro e foi prefeito da cidade de Santa Maria por dois mandatos (2009-2016). Schirmer foi investigado por improbidade administrativa em consequência do incêndio da boate Kiss, que ocorreu em 27 de janeiro de 2013 e resultou na morte de 242 pessoas. O inquérito foi arquivado em 2016.

do PMDB, lamentava a “insensibilidade do oficialismo” no tratamento dos “graves problemas que cercam o sistema educacional brasileiro, especialmente no que concerne ao corpo docente e funcionários administrativos” (JGF – I nº 11, 1984, p. 2).

Também expressaram seu respaldo à greve sujeitos integrantes de frações da classe dominante até intelectuais vinculados à esquerda, como o então advogado Tarso Genro, membro do Partido dos Trabalhadores (ainda sem bancada na ALRS). Em 31 de maio, a edição nº 9 do Jornal da Greve de Funcionários comemorava o sucesso do pedágio de greve realizado pelos servidores técnicos da Faculdade de Odontologia. Entre os patrocinadores da iniciativa, a empresa Pepsi-Cola e a empresa tabageira Souza Cruz⁷. Assume-se como provável a relação entre esse dado e a tentativa de neutralização – ou passivização – do movimento social.

Enquanto isso, a capa do Jornal nº 28 sinalizava para a radicalização da greve:

A constituição, que hoje vige no Brasil, são os critérios do FMI. (...) A luta não é por mais dinheiro. Não têm os funcionários a pretensão de depositantes bancários. Lutam por uma vida digna para si e seus familiares.

A nossa luta é, pois, por liberdade.

Liberdade que o povo perdeu nos idos de 1964 e que hoje lhe é prometida devolver através da expressão ‘hei de fazer deste País uma democracia’, que não chega nem a ser uma frase de efeito, pois a democracia que oferece se

7 No mesmo número do informativo, chama a atenção o fato de que, em 1984, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul era o deputado José Ivo Sartori, do PMDB, que veio a ser governador do Estado do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2018, atuando fortemente para a precarização dos servidores públicos estaduais. Ressalve-se aqui que a intenção desta nota é sugerir a amplitude da mudança conjuntural e individual manifestada por esta informação, entretanto, não pretendendo incorrer em anacronismo.

desfaz na espoliação estrangeira, a que foi irresponsavelmente entregue o País.” (JGF – I nº 28, 1984, p. 1)

No Jornal nº 42, no terceiro mês de greve, a declaração de Alcides Almeida⁸, funcionário da UFRGS, dava conta de que:

o povo não foi às ruas pensando que as diretas viriam para coroar o processo de ‘abertura’ do general Figueiredo. O povo quer as diretas porque acredita que é necessário acabar com esse regime comprometido com os banqueiros internacionais que está levando o país à miséria. O povo se mobilizou para as DIRETAS JÁ porque vê nelas um meio de alcançar suas reivindicações básicas: salário digno, emprego, moradia, alimentação. (JGF – I nº 42, 1984, p. 2)

A pauta de greve alinhava-se, ainda, com as reivindicações da greve deflagrada pelos professores da instituição, a partir da ADUFRGS⁹, e pela análise dos informativos é possível afirmar que a unidade de interesses entre docentes e técnicos na greve de 1984 indicava menos a existência de um consenso político do que o momento de crescimento da atividade sindical entre categorias proibidas de organizarem-se politicamente, como os funcionários públicos. A integração era, por isso, percebida como uma necessidade política e tática. O professor Diogo Onofre Gomes de Souza¹⁰, em texto publicado no Jornal da Greve dos Funcionários de 29 de maio de 1984, declarava sua expectativa quanto ao movimento:

8 Segundo Mendonça (informação verbal, op. cit.), Alcides havia participado da organização que culminou na criação da Fasubra, junto a Décio Schauren e outros servidores da UFRGS.

9 A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS) havia sido fundada em 1978, assim como a Fasubra.

10 Diogo Onofre Gomes de Souza é professor no Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação na área de Neurociências. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787437D4>. Acesso em 17/04/2021.

sinto que esta greve pode significar um marco na vida universitária. É um segmento da ‘comunidade’ (?) universitária que cresce, se revigora, marca presença e ocupa espaços que sempre foram seus e estavam (estão) vazios ou ocupados inadequadamente. (...) Como professor, deposito nela [na greve] enormes esperanças. (JGF – I n° 7, 1984, p. 1)

Apesar de a amplitude no rol de apoiadores da greve possuir, em parte, caráter orgânico, essa amplitude também guardava relação com a crise conjuntural verificada no final da década de 1970. A crise se manifestou pelo acirramento das contradições entre a burguesia e também na relação entre o Estado e o bloco no poder (MACIEL, 1999, 2012). Decorrente dos problemas relacionados ao esgotamento do “Milagre Brasileiro”, redundou na opção militar por uma dinamização da esfera de representação política, favorecendo a emergência de um campo de interlocução liberal, que teria como tarefa a passivização do movimento social (*idem, ibidem*). A respeito da greve de 1984, a progressiva radicalização do movimento parece ter sido respondida com tentativas de contenção política, manifestadas tanto pelo governo – já em um momento de crise conjuntural –, inclusive por meio da reitoria, como por frações da classe dominante que participavam no campo de interlocução liberal, e que puderam, desse modo, exercer pressão sobre a tomada de decisões do governo por meio de apoio tático ao movimento grevista.

A forma mais bem acabada do campo de interlocução liberal, a Aliança Democrática, venceu a sucessão presidencial, substituindo João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Criada a partir da união entre o PMDB e a Frente Liberal, composta por dissidentes do PDS, a Aliança propôs as candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. Segundo Maciel, “A plataforma da Aliança expressa a ampla composição político-social que

lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco no poder” (MACIEL, 1999, p. 373). A essa expressão do campo liberal foi concedida a possibilidade de dirigir a redemocratização, por sua condição de hegemonizar o processo, tendo em vista que os militares já não poderiam fazê-lo. No entanto, não ocorreu, por isso, uma neutralização total do movimento social. A CUT, por exemplo, constituiu-se, como frente de esquerda independente da influência do campo liberal (MACIEL, op. cit.).

Essa demonstração indica a tensão dialética que é própria do movimento histórico: houve disputa em torno da direção do processo de redemocratização, e as expressões e sínteses dessa disputa estão objetivamente presentes, por exemplo, no amplo repertório de apoiadores da greve de 1984. Ainda assim, o “amplo horizonte político” perseguido por esta greve, como por outras, foi mantido, produziu ganhos qualitativos e nutriu o projeto político sindical decorrente do movimento grevista.

Assim, os servidores públicos estiveram presentes no seio da tensão contida entre a democratização e a passivização. A década de 1980 registrou, entre a categoria, progressivas fases de consolidação da organização sindical. Em 1978, foi criada a Federação das Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra. Em maio de 1984, finalmente, influenciados e também influenciando as discussões produzidas no âmbito da Fasubra, os trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciaram uma greve que percorreu três meses daquele ano.

Os trabalhadores não-docentes da UFRGS contestavam as intervenções sobre as universidades, especialmente representadas na reserva das reitorias para interventores identificados com a cúpula da ditadura militar. Reivindicavam a autonomia econômica e política de

caráter público para a universidade, a melhoria nas remunerações dos servidores e o fim da proibição às greves. Reclamavam reposição salarial e reajustes semestrais para conter os prejuízos dos altos índices inflacionários, além de outras medidas. A defesa da democratização e da manutenção do caráter público da universidade bem como a denúncia dos cortes de verbas ganharam centralidade no processo. Ao fim da greve, em agosto, a pauta já estava reduzida para insistir na possibilidade de interlocução com a ditadura.

Se houve debilidade nas vitórias vinculadas à pauta de greve, no entanto, não se pode esquecer o intenso trabalho de mobilização no período de greve. Palestras, sessões de cinema, panfletagens, atos de rua seguiam-se dia após dia. Com a greve tornada ilegal, em sua fase final, o esforço convergiu para o estabelecimento de parcerias, a fim de garantir o sustento dos trabalhadores. Dentre as medidas, doações para compra de ranchos, articulação com setores públicos para atraso nas cobranças dos serviços básicos, bônus de supermercado e a constituição de um fundo de greve. A greve de 1984 foi uma profunda demonstração de solidariedade de classe e de união em torno de melhorias para toda a categoria, o que também permitiu ao movimento seu próprio reconhecimento. Essa faceta, aliás, redundou em instrumentos políticos e formativos que imbuíram o projeto de sindicalização vinculado à criação da Assufrgs.

Em síntese, acredita-se que o estreitamento das relações entre os trabalhadores tenha permitido reforçar a sociabilidade no interior da categoria e fazer conhecer dificuldades significativas nas condições de trabalho. O alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores da Universidade foi uma das características que, se bem já pudesse ser

conhecido no cotidiano, expressou o paradoxo de se trabalhar dentro de uma instituição de ensino sem ter sido alfabetizado. Sobre isso,

O movimento grevista oportunizou um contato maior entre os funcionários da UFRGS. Durante a greve, as atividades realizadas de discussões, debates, conferências e outras, aproximaram os funcionários permitindo um maior conhecimento de nossa realidade.

Dentro da universidade, onde se forma a intelectualidade brasileira, existem funcionários que não lêem (sic) e não escrevem. Eles são os que também dão condições para que uma universidade funcione, abrindo portas, limpando salas, fazendo comida para o Restaurante Universitário e construindo prédios. (BERNARDES, MENDONÇA, 1986., pp. 1-2)

No interior da greve, os diagnósticos produzidos em relação à categoria articularam-se à disputa pelo caráter da Absurgs. Deduziu-se disso um projeto político visando à transformação da associação em sindicato vinculado à Fasubra. Finalmente, em 1985, este foi o projeto vitorioso na disputa eleitoral indireta que marcou a progressiva sindicalização da Absurgs, até culminar na criação da Assufrgs, em 1987. No pleito de 1985, a Chapa Reconstrução surgiu em representação dos funcionários envolvidos no movimento grevista de 1984 (BERNARDES, MENDONÇA, op. cit.). Integravam a nova diretoria, empossada em 25 de abril de 1985, Décio Aloisio Schauben (Presidente), Ennio Ferreira Porto (1º Vice-presidente), Alcides Almeida (2º vice-presidente), Maria Conceição Fontoura (3ª Vice-presidente) e Maria Hedy Pandolfi (4ª Vice-presidente) (ASSUFRGS, 2018, p. 16)¹¹.

11 Informação disponível em <https://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Dire%C3%a7%C3%B5es-Assufrgs-1922-2018.pdf>

O embate entre associação e sindicato se consolidava após uma greve que foi eminentemente formativa. O trabalho de difusão dos pontos da pauta e de questões afins a debates do período movimentou o cotidiano da greve por meio de discussões, sessões de cinema e palestras. Dentre os exemplos, constavam, por exemplo, “Legislação Trabalhista” (apresentada por Tarso Genro) (JGF-I nº 4, s/d), “Organização de classe dos funcionários” (sob a responsabilidade de João Carlos Bonotto, secretário da Faculdade de Educação da UFRGS) (JGF – I, nº 6, 28/05/1984), “Reestruturação da Universidade” (José Fachel) (*idem, ibidem*), “O papel do funcionário no ensino e na pesquisa” (Professor Paulo Finger) (JGF – I nº 12, 05/06/1984) e apresentação do “Estudo da perda do poder aquisitivo dos salários dos servidores públicos federais” (Laura Goulart Duarte, Tânia Beatriz Venzon Soirefmann, Nelson Emílio Michel – IEPE/UFRGS) (JGF – I nº 19, 14/06/1984). Além das palestras, também eram agendadas conversas com estudantes para discussão de tópicos como inserção no mercado de trabalho e instrumentos de organização do movimento estudantil.

O caráter formativo da greve foi implicado pelo diagnóstico da necessidade de uma tomada de consciência da categoria pela própria categoria, envolvendo também um processo de reconhecimento de si e, imediatamente, a urgência do letramento de colegas analfabetos. Essa leitura reverberou no Projeto de Alfabetização de Funcionários.

Antes de analisar aspectos do Projeto, entretanto, é preciso enunciar as características do espaço em que os sujeitos, a greve e seus diagnósticos foram produzidos: a universidade pública.

O processo de reforma da universidade brasileira ocorreu tardiamente, se comparado a outros países da América Latina. Para Fernandes (1979), o ensino superior no Brasil serviu mais ao propósito de reforçar

fatores de prestígio social do que operar como instrumento de dinamização econômica ou sócio-cultural. Conforme o autor,

O caso brasileiro ilustra, pois, que é inerente às propensões de uma tradição cultural conservadora moderar a expansão do ensino, contendo-a dentro de um ritmo que permita atender, especificamente, ao aumento potencial da procura nos estratos superiores das classes médias e altas. Os golpes militares, em vez de destruir, fortalecem essa orientação. (FERNANDES, op. cit., p. 179)

As classes médias acomodaram-se ao padrão de ingresso das universidades, tolhendo fluxos de contestação. A partir da década de 1950, entretanto, o progressivo assalariamento do profissional graduado, ou seja, o egresso da universidade passou a ocupar mais postos de trabalho assalariados do que espaços de profissionalização autônoma, liberal. Não coincidentemente, este foi um período de crescente desnacionalização da indústria brasileira, associada à plena integração do Brasil ao capital monopólico que vai culminar no golpe de 1964. De acordo com Marini (2013), o processo gestou os problemas de realização de capital decorrentes do modelo adotado após o golpe, uma vez que os produtos oriundos da indústria transnacional não correspondiam às necessidades da população brasileira. O problema se agravou na medida em que a necessidade de manter as taxas de lucro foi resolvida pela superexploração da força de trabalho. Em síntese, a economia não atendia às necessidades do trabalhador, que era superexplorado enquanto o capital se esvaía para fora do Brasil.

A desnacionalização também implicou massiva introdução de tecnologia na indústria sediada no Brasil, sem que para isso houvesse condições técnicas para que o trabalhador brasileiro manuseasse o

maquinário e pudesse ocupar estes postos de trabalho. Nesse sentido também se explica o assalariamento dos trabalhadores graduados. Marini salienta que

no passo em que o desemprego da mão-de-obra em geral aumentava, o mercado de trabalho da mão de obra qualificada se esgotava, constituindo-se como um ponto de estrangulamento que demandava todo um programa de formação profissional – isto é, tempo e recursos – para sua superação. (MARINI, *op. cit.*, p. 151)

No bojo das necessidades criadas pela progressiva transnacionalização, os militares deram início ao processo de reforma universitária em 1968. A reforma buscou racionalizar o sistema universitário de acordo com os critérios de eficiência técnico-profissional e produtividade resultantes da transnacionalização. Em última instância, buscava preservar os privilégios de classe por meio da submissão aos auspícios do capital internacional, tal como concluído por Florestan Fernandes. A reforma produziu, ainda, um mecanismo de transferência de recurso público para a esfera privada. Segundo Trindade,

As políticas dos governos militares estabeleceram uma divisão de trabalho entre universidades públicas e privadas: investiram fortemente em pesquisa e pós-graduação das públicas e estimularam o crescimento das instituições privadas para que estas se especializassem no ensino de graduação de massa. O resultado é que o sistema público fica reduzido a 25% da matrícula do ensino superior, o que gera o efeito socialmente perverso de uma democratização do terceiro grau através do ensino pago e de baixa qualidade. (TRINDADE *apud* GENRO, 2000, p.47)

A denúncia quanto aos cortes na universidade, objetivamente relacionada ao mecanismo de transferência de recursos públicos, incidia

sobre a precarização do trabalhador da universidade por meio de um conjunto de práticas que incluía a inflação somada ao arrocho salarial. Considerada a hipótese de Fernandes para o assalariamento do profissional graduado, acredita-se que as diversas faces do processo tenham implicado, se não a proletarianização, a experiência política do assalariamento. Essa noção, detalhada em Feltes (2021), resulta de uma síntese produzida a partir de Thompson (1981), segundo o qual “A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social” (*idem, ibidem*, p. 112). A experiência é, portanto, ação que relaciona a práxis e a ideologia¹², ação politicamente consciente. Para o autor,

as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada por modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), **experimentam a exploração** (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônico (*sic*), começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer essa descoberta como consciência de classe. (THOMPSON, *op. cit.*, p. 37, grifo meu)

A partir dessa leitura, sugere-se que a experiência política do assalariamento operou como um processo de reelaboração da experiência comum dos trabalhadores da educação. Para Sader (1988), aliás, em estudo seminal sobre o Novo Sindicalismo, “é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (SADER, *op. cit.*, p. 45). Acredita-se que a reelaboração da experiência dos trabalhadores, neste caso, tenha sido favorecida pela greve e estimulada pelo

¹² Entende-se ideologia como falsa consciência e como construto próprio da classe dominante (cfe. MARX, ENGELS, 2016). No entanto, o debate desse conceito, por sua largueza, não será feito nos limites deste trabalho.

reconhecimento das condições da categoria, em especial pela urgência da possibilidade de leitura da palavra como elemento de apoio a uma leitura do mundo, a uma leitura política do mundo. A experiência da greve, portanto, produziu um diagnóstico e estimulou a formulação de instrumentos apropriados para a constituição de uma coletividade política mais coesa.

Assim surgiu o Projeto de Alfabetização de Funcionários. Ancorado em um projeto político de caráter sindical, que buscava disputar a identidade da organização da categoria, o Projeto atendeu a uma necessidade percebida em meio a uma conjuntura de greve. Jacira Gil Bernardes e Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, bibliotecárias da Universidade, foram duas de suas proponentes e atuaram como educadoras nas turmas do Projeto. Segundo elas, 32 alfabetizandos e três alfabetizadores compuseram a primeira turma atendida pelo projeto, entre abril e dezembro de 1986. Havia, naquele momento, a projeção de criação de mais uma turma com 15 estudantes (1986, p. 4). Entretanto, já na ocasião de apresentação do projeto, as bibliotecárias-educadoras manifestavam preocupação quanto à continuidade do trabalho, em função do interesse dos alfabetizandos e do comprometimento das pessoas e instituições envolvidas (*idem, ibidem*, p. 6).

É preciso referir que também a leitura do mundo dos educadores transformou-se pela iniciativa, na medida em que o processo teve como ponto de partida o estranhamento atrelado ao diagnóstico que culminou no Projeto. Esse estranhamento partiu das diferenças identificadas no interior da categoria, culminou em sua desnaturalização, e fundamentou as decisões identificadas com a oferta de um ponto comum de experiência por meio da alfabetização/formação política.

Sobre a dialogicidade da relação educativa, Freire sustenta que

Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento.

Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes.” (FREIRE, 1975b, p. 61)

Esta análise sugere que Paulo Freire tenha contribuído na forja dos educadores, chancelando o perfil dos funcionários voluntários que se dispuseram a alfabetizar seus colegas, além de viabilizar a iniciativa em sua perspectiva teórica e metodológica. O Projeto de Alfabetização de Funcionários expressou também, acredita-se, uma síntese do movimento grevista desencadeado em 1984, relativa à orientação política e formativa da greve e à intenção de sindicalização da categoria. O movimento, afinal, redundou no desenvolvimento e vitória política da chapa Reconstrução.

Retomando o repertório do novo sindicalismo, percebe-se neste projeto a proeminência da atividade formativa dentro da organização dos trabalhadores – nesse momento, já em vias de tornar-se Assufrgs –, a necessidade de aportar elementos à formação ou conscientização política do trabalhador. A partir do diagnóstico da proletarização desses trabalhadores, cuja decorrência, para alguns, foi o fato de chegarem à idade adulta sem terem sido alfabetizados, os sujeitos ativos no interior da Absurgs ratificaram a alfabetização como ferramenta de formação política¹³. Aliás, de modo muito objetivo, uma vez que negar ao sujeito o

13 Veja-se que o trabalhador referido pelas autoras é, atualmente, trabalhador terceirizado e tem negada a possibilidade de organizar-se politicamente, sob pena de assédio moral, demissão e outras sanções, o que reitera o processo de contenção da universidade pública no Brasil.

processo de letramento é, em última instância, um fator significativo de incremento da exploração.

É válido remeter à Fernandes e sua análise quanto ao processo de progressivo assalariamento do sujeito graduado no Brasil, uma vez que o perfil de Bernardes e Mendonça, educadoras e proponentes do Projeto, é esse. São duas mulheres egressas do ensino superior cuja formação política reproduziu-se no interior de um processo de greve, ou seja, em um contexto de efetiva experiência política do assalariamento. Ainda, a crescente ocupação dos postos de trabalho na universidade por sujeitos graduados amplia o contraste existente em relação aos trabalhadores analfabetos diagnosticados pelo movimento, além de orientar a diferenciação em relação aos espaços próprios de atuação desses sujeitos.

A alfabetização como momento de formação política é destacada a seguir:

Ao iniciar a nova gestão [da Absurgs], 06 funcionários se dispuseram a organizar um grupo de estudos sobre alfabetização de adultos, com a finalidade de obter informações para que se iniciasse um curso de alfabetização para os funcionários, tendo como objetivo o crescimento individual e cultural de nossos colegas, *visando sua integração na comunidade universitária e na sociedade brasileira* (grifos meus). (BERNARDES, MENDONÇA, op. cit., pp. 2-3)

Para a formulação do projeto pedagógico, as principais referências foram encontradas na obra de Paulo Freire, bibliografia que reforçou a relação intrínseca entre a educação e a política, reforçou-se no contato com a bibliografia. Nesse sentido, procurou-se tratar a alfabetização como ato de criação dos sujeitos. A ideia de temporalizar-se por meio da alfabetização, de apropriar-se politicamente do tempo, precisava implicar, no processo de alfabetização, a apreensão das causalidades

autênticas da realidade (FREIRE, 1975a, p. 105). De acordo com o autor, “na alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que se há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem para que se alfabetizem” (*idem, ibidem*, p. 120).

Assim, se processou o reconhecimento da situação das e dos educandos, de modo a identificar os temas geradores que favoreceriam a relação de aprendizagem. Acredita-se que o encontro produzido no contexto do Projeto de Alfabetização contribuiu para que educadores tenham desnaturalizado os educandos, em sua condição de vida e trabalho. Para os educandos, permitiu proporcionar o contato com a elaboração ou reelaboração política.

A propósito dos temas geradores, Bernardes explicou:

Fiz várias descobertas. Quando eu resolvi trabalhar, pensei: o vocabulário delas... tinha pessoas que eram do Bamba da Orgia (...) tentei assim, ir trabalhando dentro... lembro que com a letra Q era quesito, que é coisa de escola de samba, os quesitos que eles avaliam. Essa palavra ficou. Buscava a palavra, conversava com elas antes, apresentava a palavra (...) Eu descobri assim: as pessoas adoravam receber estrelinha, mesmo que isso não fosse “ai, mas a minha netinha recebe estrelinha quando faz direitinho”. Eu tinha que também me adaptar à realidade delas. As pessoas também querem aquela coisa tradicional que não tiveram quando eram crianças. Um dia eu descobri – Casa do Estudante ali – que as pessoas nunca tinham ido ao Parque da Redenção. Pessoas com 40, 50 anos. Conheciam da UFRGS a Reitoria, por causa do Departamento de Pessoal. E só. Aí um dia eu combinei que a gente ia fazer naquele horário da aula, que era de manhã, umas três horas de aula, um passeio e depois um piquenique na Redenção. Vim de lá [da Casa do Estudante] dizendo “Aqui é o prédio da Arquitetura, arquiteto é isso”. Trabalhando na universidade [há] milênios, as pessoas não conhecerem né. A gente foi indo, chegamos na Reitoria, depois atravessamos e fomos pra Redenção. Inacreditável. As coisas que eu aprendi foram muito maiores, da

realidade da vida das pessoas, tipo assim, “minha filha é viúva, o marido dela foi assassinado”. As pessoas falam assim, como se “ele comeu arroz e feijão no almoço”. Era uma realidade bem diferente da minha.¹⁴

Em certa medida, rompia-se assim uma perspectiva idealística sobre o colega funcionário e incrementava-se a experiência política do assalariamento. Isso porque a prática influenciou sobre o reconhecimento dos trabalhadores, em sua categoria comum e em sua heterogeneidade, nos níveis de proletarização a que uns e outros estavam submetidos. O que se percebe pelo excerto é a coexistência entre a experiência comum de ser um trabalhador da universidade e a diferença entre o trabalhador de perfil técnico, com requisitos de formação em nível superior, e o trabalhador de baixa escolaridade, inclusive analfabeto, alocado nos postos de trabalho menos especializados e material e simbolicamente menos valorizados. Essa experiência subsidiou e também sintetizou o projeto político sindical do período, a partir da necessidade de identificar a categoria e intervir sobre necessidades não meramente salariais.

Pela limitação temporal no período de execução do projeto e eventualmente também por sua característica informal, não é possível afirmar que a iniciativa tenha consolidado o letramento dos educandos ou mesmo que produzido uma práxis transformadora. No entanto, as educadoras afirmaram que “Eles [os educandos] reconhecem aqueles dias, aqueles anos em que estivemos com eles, que eles assimilaram, deixaram de ter medo, leram algumas coisas. (...) Se eles se alfabetizaram eu não sei te dizer, mas que eles foram outras pessoas, mais alegres pra vida” (informação verbal)¹⁵.

14 Relato oral concedido por BERNARDES, Jacira Gil. [jun. 2019]. Op. cit.

15 Relato oral concedido por MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. Op. cit.

Por consequência disso, acredita-se que a leitura de mundo dos educandos tenha sido afetada pela prática, especialmente em relação à atitude pedagógica do Projeto: “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e re fará” (FREIRE, 1975b, p. 32). Segundo Bernardes,

Alguna palavra eu também usei... de Luta. Luta, quando foi o L, porque aí a gente também discutia, é toda essa metodologia de conversa, de conhecer a realidade delas. Tentava trabalhar e conversar também: era um pouco educador, um pouco ser político. Elas eram, acho, sócias da Assufrgs, participavam dos movimentos também. Era duro isso. Quem trabalha na Casa do Estudante, na limpeza, pessoal do RU também, era duro. (informação verbal)¹⁶

O Projeto de Alfabetização não produziu ou inaugurou a formação política ou ato educativo de educadores e educandos. No entanto, tomando-o como prática de formação política, defende-se que a ação tenha cumprido parte de seus objetivos, ao identificar necessidades educativas e atuar por seu atendimento e, já no período de realização da iniciativa, ao reforçar a investigação sobre a condição dos educandos (e dos educadores).

Conclui-se, ainda, por meio dessa análise, que os processos relacionados à greve de 1984 e ao desenvolvimento do Projeto de Alfabetização estimularam a elaboração da consciência da categoria por meio de seu reconhecimento e, de modo particular, que o referencial freireano subsidiou as reflexões quanto à experiência política do assalariamento por meio desse reconhecimento, que qualificou educadores,

16 Relato oral concedido por BERNARDES, Jacira Gil. Op. cit.

educandos e contribuiu na forja das reivindicações desses trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise redundou no meu trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História, apresentado em maio de 2021. O detalhamento dos aspectos aqui apresentados encontra-se no trabalho em sua versão integral, e este capítulo é um convite à leitura. Além dos interesses atinentes ao objeto de estudo, o trabalho também pretendeu servir de estímulo para que se conheça o acervo disponibilizado pelo Centro de Documentação e Memória da ASSUFRGS. Concordando com Araújo e Freitas (2012), uma das tarefas cabíveis ao sindicato é proteger a consolidação das políticas e práticas de guarda documental, mesmo quando houver mudança de caráter político e institucional. Esse trabalho pretendeu fincar um marco de apresentação e defesa do Cedem, a fim de preservar sua existência e relevância para a categoria.

Diante da radicalização da violência própria do capital e de seus fiéis emissários, este estudo também pretendeu defender que toda a possibilidade de transformação passa por uma educação “temporalizadora”, que permita aos sujeitos reconhecerem sua condição de exploração e forjarem suas reivindicações. Há lá e cá mil discursos apresentando a educação como solução, é bem verdade, mas antes de mais nada, que se discuta qual é a sua substância.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Editora Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. **Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. Salvador, Caderno CRH, vol. 28, nº 75, setembro/dezembro 2015, pp. 511-528.

ARAÚJO, André. FREITAS, João Carlos Vieira de. **Da engrenagem ao documento: notas acerca da implantação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região (Cedoc-Sindmetal)**. In: MARQUES, Antonio Jose; STAMPA, Inez Terezinha. Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade: comunicações do 2º Seminário Internacional O mundo dos trabalhadores e seus arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

BERNARDES, Jacira Gil; MENDONÇA, Maria de Lourdes Azevedo. **Alfabetização de adultos: um projeto dos funcionários da UFRGS**. Porto Alegre, 1986. Manuscrito.

FELTES, Fernanda. **O Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire, o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986)**. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Trabalho de conclusão de curso.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 2ª edição.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos sociais na universidade: rupturas e inovações na construção da cidadania**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Tese de doutorado.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 – 1985)**. Goiânia: UFG, 1999. Dissertação de mestrado.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda/Goiás: Funape, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988).**

Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TÓTORA, Silvana. **A questão democrática em Florestan Fernandes.** São Paulo, Lua Nova, nº 48, dezembro 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase – Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.** Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

3

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES: CRÍTICA AO (NEO) ESCOLANOVISMO E APONTAMENTOS PARA UMA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

*Tanise Baptista de Medeiros*¹

*Denis Fernando Barcellos Angelo*²

Há algum tempo viemos percebendo nas políticas educacionais, novas tendências pedagógicas que retomam as ideias da chamada Escola Nova, que no Brasil teve sua maior presença na década de 1930, inaugurada com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. No documentário argentino, *La educación prohibida* (2012), vemos manifestadas essas tendências que realizam críticas aos métodos de ensino tradicionais e à escola enquanto instituição centenária, apresentando um revigoreamento do pensamento escolanovista, principalmente através da retomada de pressupostos biologicistas e psicologizantes e também do esvaziamento de conteúdo da educação, o que também tem sido marca das atuais políticas educacionais como a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), a atual Base Nacional Comum Curricular, dentre outras.

Para adentrarmos nesse debate e situarmos a atualidade da educação no interior da luta de classes pontuamos, inicialmente, duas questões. Primeiro, é preciso explicitar aqui que Pedagogia, enquanto ciência da educação, carrega concepções historicamente distintas visto que cada perspectiva pedagógica carrega uma teoria filosófica, uma concepção de mundo, de sociedade e de ser humano, e ainda, toda

¹ Doutoranda em Educação (PPGEDU UFRGS)

² Mestre em Ciência do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS)

elaboração teórica carrega uma orientação ideológica, ou seja, carrega interesses de classes conflitantes na sociedade. Segundo, é necessário compreender a educação na complexidade da realidade em sua totalidade e como síntese das relações concretas no atual estágio do capitalismo dependente, em se tratando de nossa realidade na América Latina. Em outro trabalho (ANGELO, MEDEIROS, 2020), já evidenciamos as relações na atualidade entre a reestruturação produtiva capitalista, sentida no Brasil mais fortemente a partir da década de 1990, as políticas neoliberais, as concepções teóricas pós-modernas e o esvaziamento de sentido que parece ocorrer no interior da escola, como projeto do capital.

O movimento *Escola Nova*, que se insere no que Saviani (2008) denomina de concepção humanista moderna de filosofia da educação, cuja inspiração filosófica principal situa-se na corrente do pragmatismo, ocorre no Brasil na primeira metade do século XX, quando o processo de industrialização e urbanização vinha numa crescente, e inicia uma crítica aos métodos e aos conteúdos da escola, sua semelhança com a fábrica e a prisão, e seu impedimento do desenvolvimento livre, autônomo e criativo das crianças. Os chamados escolanovistas, dentro eles teóricos como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira identificam que a problemática da escola reside em sua estrutura, em paradigmas enraizados, centrando o problema nos comportamentos, ritos, costumes, métodos e formas, por vezes não trazendo a escola como parte de um problema que não se encontra nela mesma, mas no modo de organização da sociedade como um todo. Quem assiste o documentário argentino citado, percebe que há uma retomada de uma perspectiva espontaneísta e individualista, de que as crianças devem se desenvolver a partir de suas próprias vontades, que a aprendizagem é

sinônimo de descobertas, de perguntas e não de aquisição de verdades e que o currículo é criado a partir das experiências prévias das crianças, não havendo um objetivo concreto a ser alcançado, mas enfatizando que a importância está no caminho a ser trilhado, sendo o aluno o protagonista de seu próprio processo educativo. Na atualidade parece, portanto, não ser levado em conta que essas perspectivas já foram bastante debatidas e, seus fundamentos filosóficos e epistemológicos já sofreram críticas contundentes.

Dito isso, percebemos hoje que há uma série de escolas inauguradas a partir desses “novos” paradigmas, porém, assim como o movimento Escola Nova da década de 1930 em que seu lastro maior ocorreu nas escolas privadas, a grande maioria dessas novas instituições hoje também são escolas privadas e bem pagas por uma classe média e elites que buscam nas “inovações” o melhor para o desenvolvimento de suas crianças. Porém, também percebe-se esse esvaziamento nas atuais políticas educacionais, pautadas pela chamada “pedagogia das competências” (KUENZER, 2002), que preocupa-se mais em desenvolver habilidades e competências necessárias às demandas do capital, do que colocar no sentido e na finalidade da escola a socialização dos conhecimentos historicamente sistematizados.

Portanto, qual o problema que colocamos diante dessas questões? Quais as consequências dessas “novas” perspectivas para a educação pública e para a formação da classe trabalhadora? Qual a importância de pensarmos novos métodos escolares? Quais nossos objetivos, estratégias e horizontes com a educação? É o que vamos buscar brevemente desenvolver neste texto sob as bases do materialismo histórico dialético e das concepções marxistas de educação desenvolvidas no Brasil e na União Soviética.

A ESCOLA NOVA: DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO AO NEOESCOLANOVISMO

A Escola Nova surge no Brasil com influência da pedagogia proposta por estadunidenses como John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo, que desenvolve sua teoria educativa baseada na centralidade do desenvolvimento da personalidade das crianças para que se faça suprir as necessidades de seu organismo, seus interesses individuais e naturais. Segundo Manacorda (1989) a escola estadunidense no capitalismo nascente, chamada posteriormente de “escolas ativas”, se opondo à escola livresca e tradicional europeia, é baseada na espontaneidade, no jogo e no trabalho como elementos educativos. São frequentemente escolas nos campos, no meio dos bosques, equipadas com instrumentos de laboratório, baseadas no auto-governo e na cooperação, onde se procura ao máximo respeitar e estimular a personalidade da criança. É uma escola que rejeita livros, cadernos, tarefas, interrogatórios e notas, pautadas pelo binômio psicologia e trabalho.

Nessa perspectiva, retira-se o papel do sujeito na estrutura social, pautando um modelo educativo de acordo com capacidades biológicas. Os pioneiros da educação nova no Brasil afirmavam em seu Manifesto que a educação:

[...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um caráter biológico. [...] A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades" [...] com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo. (AZEVEDO et al, 1932, p.4)

Há, portanto, uma destituição dos sujeitos enquanto pertencentes a uma estrutura social. Saviani (2008) trata do movimento da Escola Nova como uma teoria pedagógica ingênua e não crítica, que entende a educação como um instrumento de equalização social, e que acredita na autonomia da educação frente a sociedade, e que é através da educação que se constituirá uma sociedade mais igualitária. O autor trata dessa perspectiva, em sentido amplo, como uma *pedagogia da existência*, fruto de um estágio histórico em que a burguesia de revolucionária passa a uma burguesia reacionária, que nega a essencialidade humana, secundarizando a transmissão de conhecimento como processo humanizante e focando-se em uma pedagogia das diferenças. Portanto, de uma *pedagogia da essência*, fruto do iluminismo moderno e dos valores igualitários da Revolução Francesa, onde a burguesia atinge sua consolidação no poder contra o antigo regime, passa-se a uma pedagogia da existência, sendo necessário à classe dominante justificar as desigualdades operadas no capitalismo nascente. “Tal concepção centra-se na vida, na existência, na atividade, por oposição à concepção tradicional que se centrava no intelecto, na essência, no conhecimento.” (SAVIANI, 2008, p. 49)

Outro elemento presente na perspectiva escolanovista, o trabalho, é tratado a partir de uma concepção compreendida como moralista, considerando a atividade humana de trabalho como laboratório para o desenvolvimento de aspectos da personalidade das crianças:

A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de

disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes. (AZEVEDO et al, 1932, p. 4)

E ainda: “Mas, o trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos.” (p. 4).

Para Dewey, o que mais importa pedagogicamente é o contato ativo das crianças com uma grande quantidade de materiais que oferece o modo de atingir todos os recursos da ciência. O trabalho, o fazer que ele sugere é, ainda, em grande parte, o fazer camponês e artesanal – diríamos individualista e pré-industrial. Para Dewey o “aprender fazendo” é o centro da unidade entre instrução e trabalho, diferente de Marx, em que se trata da adequação dinâmica da escola à vida produtiva real, dinâmica, no sentido de que a escola pode ser chamada a colaborar para a mudança, mesmo não sendo a escola o veículo principal de mudanças intelectuais e morais. (MANACORDA, 1989)

O Manifesto dos Pioneiros trata ainda da livre iniciativa da escola privada, afirmando:

Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. (AZEVEDO et al, 1932, p. 5)

A tentativa de aplicação desse modelo educativo ao sistema público, no entanto, não se generalizou por ser um plano educativo

abstrato em relação à sociedade brasileira, não levando em conta suas problemáticas reais e suas condições objetivas de implementação desse modelo, visto que o Brasil desde o início da República pouco havia avançado em um projeto nacional de escolarização, e a escola pouco havia se generalizado entre as camadas populares. Também levantamos a questão de que o movimento escolanovista não se adensou de forma mais efetiva na educação brasileira naquele momento da década de 1930 devido ao cenário de crescente industrialização que estava mais preocupado em formar uma mão de obra, sem tempo para pensar um desenvolvimento centrado no aluno e, posteriormente, o processo de politização nas décadas de 1950 e 1960, sucumbiram a Escola Nova enquanto projeto educativo, embora muitos de seus resquícios tenham perpassado as próprias propostas de Paulo Freire e da Educação Popular, chegando até os dias atuais.

O contexto de revigoramento da Escola Nova, o chamado neoescolanovismo (SAVIANI, 2019), encontra-se na crise estrutural do capital e no reordenamento produtivo que colocam novas demandas para a formação da classe trabalhadora, e na influência da chamada pós-modernidade tanto na formação de professores quanto na produção intelectual de novas tendências teóricas no campo da pedagogia e da educação. Saviani (2019) afirma que essa perspectiva, em oposição à pedagogia tradicional, deslocou o eixo do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para os métodos, do professor para os alunos, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, onde o mais importante não é nem ensinar, nem aprender algo, o importante é aprender a aprender: aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas, e papel do professor deixa de ser aquele que ensina para ser o auxiliar do processo do aluno. Há, portanto, uma

ressignificação dessa perspectiva na atualidade, onde a necessidade para o capital é dotar os indivíduos de competências flexíveis, tornando-os aptos a aprender qualquer coisa para sua empregabilidade e garantia de sua própria subsistência.

A EXPERIÊNCIA DA PEDAGOGIA SOCIALISTA SOVIÉTICA

“É preciso estudar minuciosamente a experiência americana, é preciso fazer nosso tudo aquilo que se conseguiu conquistar nos países capitalistas, avaliá-lo com base no critério da nossa posição marxista e ver o que nos convém e o que não nos convém.” (Lenin)

A epígrafe acima de Vladimír Ilitch Lênin, citada na obra de Krupskaya publicada no Brasil, *A construção da pedagogia socialista* (2017), aponta a tarefa que nós, educadores e pesquisadores marxistas temos, diante dos desafios colocados no campo da educação e da pedagogia. As tendências apresentadas na sessão anterior em consonância com o desenvolvimento capitalista, reatualizada de acordo com os interesses de classe dominantes, nos apontam que no campo educativo escolar a luta de classes não se estabelece apenas no trabalho docente, mas na produção teórica, nos métodos didáticos, nos conteúdos pedagógicos, enfim, na organização da escola como um todo. Acreditamos que a perspectiva da Escola Nova, já bastante debatida no campo pedagógico e reatualizada no atual estágio capitalista, elide a análise da totalidade da realidade histórica, naturaliza relações que se constroem socialmente e imobilizam para transformações que condizem com o ponto de vista da classe trabalhadora. A tarefa histórica da burguesia com a escola e a educação é impossibilitar a socialização do conhecimento sistematizado com a classe trabalhadora, elidindo a verdade,

tornando a educação esvaziada de conteúdo e finalidade, substituindo a própria qualificação por competências e habilidades necessárias ao capital, ocasionando ainda uma pedagogia da exclusão.

Considerando que são os seres humanos reais e ativos que constroem a história, e que o processo de hegemonia do capital não ocorre sem disputas por um maior domínio do controle da sociedade, dos processos educativos e políticos, faz-se necessário retomar e sistematizar pressupostos para a construção de uma educação dos trabalhadores a partir de experiências já sistematizadas nessa perspectiva. Aqui diversas manifestações destas contradições e disputas podem ser trazidas à tona como: a luta pela alfabetização e pela escolarização massiva, a organização dos professores e estudantes na reivindicação por melhores condições de trabalho e estudo através das organizações sindicais e estudantis, além de experiências educativas como as vividas no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Por hora optamos por trazer mais detidamente uma das propostas pedagógicas que consideramos ter como ponto de partida a organização da classe trabalhadora e a superação da ordem estabelecida no sistema capitalista, trata-se da *pedagogia socialista*, que tem seus pressupostos na experiência da Revolução Russa, mas que continua a nos apontar diversos elementos para a realidade da educação brasileira. Além disso, trouxemos durante o texto algumas análises formuladas por Dermeval Saviani, que também formula uma pedagogia a partir do campo teórico metodológico do marxismo, a *pedagogia histórico-crítica*, formulada a partir do final da década de 1970 e periodicamente sistematizada por diversos pesquisadores em diferentes áreas e modalidades de ensino.

Buscando trazer elementos de forma bastante sintéticos aqui acerca das formulações da pedagogia socialista e desejando que os

leitores e leitoras possa se apropriar das publicações já traduzidas e publicadas no Brasil.³ A educação após o processo revolucionário na URSS passou por um processo de reordenamento frente às atuais necessidades da revolução. Trata-se da necessidade de uma nova organização para a escola onde a atualidade fosse fortemente vivenciada, fazendo com que os alunos a compreendessem como compromisso com os interesses e anseios da classe trabalhadora no processo de transição. Formar lutadores e construtores, que saibam se autogerir e se autoorganizar, de forma coletiva, para a consecução das grandes tarefas, era o papel da escola soviética. (FREITAS, 2017)

A escola aqui deve ser compreendida como parte do meio social, da prática social e não como preparação para este meio. Tem-se a compreensão de que as crianças não estão sendo preparadas para a vida, mas estão vivendo a sua grande vida. Embora o processo educacional russo tenha passado por diferentes momentos, desde 1917 até uma nova reforma educacional na década de 1930, as características dessa escola, que nos apontam para pensar um outro modelo escolar, podem ser sintetizadas no que segue:

- 1) O *trabalho socialmente útil* é a centralidade da escola. Trata-se de retomar justamente o vínculo perdido na escola capitalista. O trabalho não é laboratório para o ensino, mas sim o sentido de ser da escola, onde as crianças convivem nas fábricas com os trabalhadores, tendo contato com os diversos ramos de produção. A conexão entre a teoria e a prática ocorre pela via do trabalho produtivo, necessário para o desenvolvimento da atualidade. O trabalho é a base da vida.
- 2) O *complexo de estudos* é o método de ensino onde a complexidade concreta da vida remete à questão do trabalho e de seu vínculo com a natureza e a sociedade.

³ Além de Krupskaja (2017) podemos citar “A escola-comuna” (2013) e “Fundamentos da escola do trabalho” (2018) de Pistrak, “Rumo ao politécnico” (2013) de Shulgín, dentre outras.

O complexo é a construção teórica da didática socialista e se articula com as categorias de *atualidade* e *auto-organização*. Os conteúdos são tomados em sua totalidade, não sendo suficiente tornar crítico o conteúdo da escola capitalista. Freitas (2017, p. 35) reitera que “Por complexo deve-se entender a complexidade concreta dos fenômenos, tomada da realidade e unificados ao redor de um determinado tema central”.

- 3) Outro eixo central da escola é a *atualidade*: a luta pelo conhecimento e transformação da sociedade e da natureza. Pistrak (2013) afirma que a atualidade é o imperialismo em sua última forma, e o poder soviético como ruptura na frente do imperialismo, como brecha na fortaleza do capital mundial, é a luta que começa na brecha rompida. O objetivo da escola não é apenas conhecer a realidade, mas dominá-la. A escola deve esclarecer pelo quê e contra o quê se deve lutar, o quê e como se deve construir e criar.
- 4) A *auto-organização* na escola é a forma de preparar sujeitos históricos, fugindo tanto do individualismo quanto do puro coletivismo. Segundo Pistrak (2013) a auto-organização tem a necessidade de desenvolver 3 dimensões: habilidade de trabalhar coletivamente e de encontrar seu lugar no trabalho coletivo, habilidade de abraçar organizadamente cada tarefa e a capacidade para criatividade organizativa. Além disso, o autosserviço é a forma básica de trabalho na escola, onde as próprias crianças são responsáveis pelas tarefas a serem realizadas.

Segundo Pistrak (2013), o trabalho para a escola socialista é meio de introduzir o princípio da atividade no ensino escolar e como fenômeno específico, diferente da escola do antigo regime e também da proposta da Escola Nova americana, onde o ensino é ilustrado através de fragmentos do trabalho, sendo este fragmentado, parcial e artificial. O trabalho será o solo básico no qual organicamente crescerá todo o trabalho educativo-formativo da escola, como um todo inseparável. E ainda, a escola, segundo Shulgin (2013) deve dar respostas sérias a questões como quais são os problemas reais que devem ser enfrentados em determinada localidade, sem perder o contexto geral e a perspectiva de

qual trabalho socialmente necessário a escola pode e deve assumir. O trabalho aqui, não é laboratório para o desenvolvimento

Se o trabalho é apenas o método, apenas uma forma de assimilar o conhecimento, então, ele torna-se desnecessário, supérfluo, até mesmo prejudicial no mesmo momento em que o conhecimento estiver fixado, independentemente de ele estar terminado ou não. Afinal, a questão não está nele; não está em sua conclusão, mas na fixação do conhecimento. (SCHULGIN, 2013, p. 115)

Conforme Krupskaia (2017), a nova escola irá organizar o trabalho produtivo das crianças e formará pessoas preparadas multilateralmente para assumir qualquer trabalho, inclusive o trabalho intelectual, ao qual sempre foi destinado a uma camada privilegiada. A escola socialista, portanto, só é concebível em determinadas condições sociais, pois seus objetivos serão correspondentes às necessidades da sociedade socialista. A pedagoga afirma que “A educação continuará sendo um privilégio da classe burguesa até que as finalidades da escola sejam alteradas.” (p. 70) E ainda:

Enquanto a organização da questão escolar estiver nas mãos da burguesia, a escola do trabalho será um instrumento dirigido contra os interesses da classe operária. Apenas a classe operária pode fazer da escola do trabalho um instrumento de transformação da sociedade moderna. (p. 60)

A partir desta experiência educativa, que já se opunham à perspectiva escolanovista, advogamos pelo monopólio da educação por parte da classe trabalhadora, em escola única, gratuita e obrigatória para todas as crianças e adolescentes, que tenha como eixo estruturante o trabalho socialmente útil, e uma formação humana omnilateral, em oposição a uma formação unilateral condicionada ao desenvolvimento do capital.

POR UMA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA!

“Enquanto a organização da questão escolar estiver nas mãos da burguesia, a escola do trabalho será um instrumento dirigido contra os interesses da classe operária. Apenas a classe operária pode fazer da escola do trabalho um instrumento de transformação da sociedade moderna.” (Krupskaia)

Trouxemos aqui uma das tendências apresentadas pelo atual projeto educacional imposto pelo capital à educação escolar. Nos distanciando, pois, das perspectivas escolanovistas e neoescolanovistas acreditamos, assim como Krupskaia (2017) afirma na epígrafe acima, a necessidade da escola ser assumida e gestada pela classe trabalhadora, a qual colocará sua finalidade aos processos educativos. Só assim o trabalho no interior da escola não será mero laboratório para o desenvolvimento psíquico dos sujeitos, mas sim eixo estruturante de uma educação com sentido, finalidade e conteúdo atrelado aos interesses dos trabalhadores.

A chamada pedagogia da existência, na qual o movimento da Escola Nova encontra-se em seu bojo, segundo Saviani (2008) contrapõe-se ao movimento de libertação da humanidade em seu conjunto, legitima as desigualdades, a dominação, a sujeição e os privilégios, visto ainda que “a restrição do acesso à cultura erudita conferirá àqueles que dela se apropriam uma realidade de privilégio” (SAVIANI, 2013, p. 20). Por outro lado, a chamada pedagogia da essência, manifestação dos interesses revolucionários burgueses, centrada na defesa intransigente da igualdade essencial entre os seres humanos, tem seu caráter histórico, modifica-se historicamente e hoje, é a classe em oposição à burguesia que estabelece essa contradição e que, portanto deve lutar para que a escola seja espaço de instauração de uma igualdade real, que será possibilitada pelo

acesso ao saber, pela distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis. (SAVIANI, 2008)

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando da sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. [...] A pedagogia revolucionária é crítica. E, por ser crítica sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, [...] que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade.” (SAVIANI, 2008, p. 52-53).

Mas uma pedagogia e uma educação revolucionária não deve se constituir apenas pela socialização dos saberes historicamente sistematizados, mas a escola, como já demonstraram os pedagogos soviéticos, deve servir à atualidade da sociedade, não centrando-se apenas no desenvolvimento psíquico e moral dos indivíduos, mas atendendo às necessidades históricas de um projeto que se pretenda romper com as bases capitalistas de produção. Krupskaja (2017), criticando o modelo de Escola Nova surgido nos EUA afirma que

[...] essa absolutamente não é a escola que a classe operária quer. [...] O estilo de vida nas escolas “novas” é completamente burguês. O ambiente social é extremamente artificial. [...] isto é, ele isola o estudante da vida real, restringe a esfera das impressões sociais e de vivências dos estudantes. (p. 55-56)

E ainda critica a forma como o trabalho é tratado nessas escolas:

O papel do trabalho físico [...] é reduzido a fins puramente pedagógicos e de higiene: fortalecimento da saúde, desenvolvimento da habilidade física, perspicácia, curiosidade. [...] Os estudantes estão sendo preparados para “profissões intelectuais superiores”, eles não vão viver de trabalho físico, os professores e estudantes sabem disso e, por isso, seu relacionamento com o trabalho físico é para eles mais um relacionamento lúdico e esportivo. Assim, dá-se pouca atenção para que os estudantes se familiarizem com os mais diferentes ramos da produção e compreendam a produção social em geral. (p. 56)

Essa, pois, era uma das principais tarefas da escola soviética, nos apontando que, para a transição rumo a um regime distinto do capitalista realizar-se, a escola tem papel imprescindível na elevação da classe trabalhadora a níveis mais complexos de entendimento da realidade. E ainda, que o trabalho é a própria vida, sendo, portanto, o eixo estruturante da escola que não prepara para a vida, mas faz com que os estudantes vivam a grande vida.

Assim, buscamos com este texto apontar brevemente algumas considerações sobre perspectivas pedagógicas que se apresentam como métodos de ensino inovadores, mas que, na verdade, estão atreladas ao projeto liberal burguês, mistificando a realidade e imobilizando as transformações. Consideramos que nós, educadores e educadoras marxistas, devemos construir uma práxis educativa que leve em conta as sistematizações já realizadas no campo do ensino e da educação, a partir de Marx e Engels, apontando ainda as necessidades históricas de nosso tempo, e compreendendo a escola como “instrumento de transformação da sociedade”, como afirmava Krupskaja (2017).

REFERÊNCIAS

- ANGELO, D. F. B.; MEDEIROS, T. B. Educação e reestruturação produtiva: neoliberalismo, pós-modernidade e o “aprender a aprender”. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/35898> Acesso em 12 de jun. de 2021.
- AZEVEDO, F. et al. O manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932). **História, sociedade e educação no Brasil - HISTEDBR**. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf Acesso em set. de 2019.
- FREITAS, L. C. A pedagogia socialista: devolvendo a voz aos pioneiros da educação russa. In: CALDART, R. S.; VILLAS BÔAS, R. L. **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- KRUPSKAIA, N. K. **A construção da pedagogia socialista: escritos selecionados**. FREITAS, L. C.; CALDART, R. S. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAI**, v. 28, n. 2, mai-ago 2002. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/539> Acesso em 24 de mar. De 2020.
- MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- PISTRAK, M. M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SHULGIN, V. N. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

4

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O IMPACTO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NA EDUCAÇÃO E NA CONFIGURAÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO

Emanuel Jeová Medeiros Sousa¹

INTRODUÇÃO

O racismo é um problema mundial e exibe traços distintos analisando cada país separadamente, no que tange a cultura brasileira ele ganha uma conjectura de disfarce ideológico e dissimulação do preconceito, outrora visto como modelo harmonioso e ideal a forma como o Brasil tratou o seu “problema étnico”² ganhou propósitos políticos, construindo assim obstáculos ideológicos que até hoje não foram superados.

A composição da ideologia de raça no Brasil se faz de uma maneira peculiar, pois em nada tem a ver com a descendência como é em outros países como os Estados Unidos, a constituição da raça se faz pela cor da pele, isso faria por exemplo um “branco brasileiro” ser facilmente considerado negro em outros países pela sua falta de “pedigree”. É curioso ver como essa ideia é inserida no imaginário brasileiro, mais do que isso, é necessário entender como isso afeta a vida e as manifestações sociais na atualidade.

¹ Mestrando no programa de Mestrado Profissional em Sociologia - PROFSOCIO/UACIS/CDSA/UFCG.

² Está relacionado ao debate levantado com a entrada da eugenia no Brasil e a tentativa de branquear a raça com o cruzamento com imigrantes europeus brancos.

³ A expressão está relacionada a alguém “considerado” branco no Brasil.

Os questionamentos que movem a composição desse artigo se fazem na seguinte perspectiva: O “mito da democracia racial” ainda é um problema nos dias atuais? Como a discriminação racial adentrou tão fundo a cultura brasileira? De que forma o pensamento racista brasileiro afeta a organização social? Ele está presente no meio escolar? A escola de alguma forma propaga a ideologia racista? Essas indagações se somam a tantas outras que nos fazem buscar respostas no estudo histórico-social.

A NOVA REPÚBLICA

Buscar um entendimento acerca do racismo brasileiro mantendo os olhos no presente configura um equívoco, essa prática deve ser analisada como uma herança do processo de colonização, durante as interações entre Brasil e Portugal diversos fatores do corpo cultural brasileiro ganharam forma, a maneira de enxergar a cultura negra não está à parte desse fenômeno.

O que significaria ser "branco", ser "negro", ser "amarelo" e ser "mestiço" ou "homem de cor"? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. (MUNANGA, 1999, p.18)

É interessante pensar que a maneira brasileira de enxergar essa questão ganha novos contornos a partir da segunda metade do século XIX, ironicamente esse período é marcado pela queda do império e o fim

da escravidão, em primeiro momento esses fatos deveriam representar uma melhora significativa na qualidade de vida dos negros, entretanto notamos que se forma uma barreira social praticamente intransponível marginalizando os mesmos. A década de 1870 foi responsável por uma transformação na mentalidade acadêmica, nesse período o darwinismo social⁴ já popular na Europa entrou na pauta dos intelectuais brasileiros.

Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 com um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade (SCHWARCZ, 1995:28)

As ideias baseadas no determinismo biológico garantiram um ponto de apoio para os estudiosos brasileiros explicarem as contradições sociais e políticas que culminariam no fim do império, nessa linha de pensamento o atraso brasileiro em relação as principais forças econômicas do mundo seria elucidado, a estirpe brasileira tida como degenerada⁵ não tinha condições de avanço pois as correntes da sua mestiçagem estagnavam sua cultura e preconizavam o seu futuro desastroso.

O fim da escravidão em 1888 trouxe um novo dilema, como existia o propósito de construir uma identidade nacional espelhada na Europa

⁴ O darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. (BOLSANELLO, 1996:154)

⁵ A palavra "degenerado", aplicada a um povo, significa que esse povo não tem mais o mesmo valor intrínseco que possuía outrora, porque não tem mais em suas veias o mesmo sangue, cuja qualidade foi afetada por sucessivas alterações provocadas pelas mestiçagens. (MUNANGA, 1999, p.42)

e condizente com o status de um país desenvolvido, o Brasil se vê a mercê do “problema” da inserção dos negros na sociedade vigente. Vinhos de uma vida na escravidão agora esses indivíduos deveriam ser inseridos na proposta de industrialização que o país almejava. O propósito ideológico republicano tomaria seu rumo guiado por uma elite de fazendeiros e intelectuais que aos moldes europeus buscavam a reconstrução nacional munidos de ideias positivistas associadas a um propósito de ditadura republicana (GUIMARÃES, 2011).

Segundo Guimarães (2011) esse propósito passaria pela sanitização e urbanização das principais capitais, sendo assim o próprio negro estaria inserido nesse processo pois a sua mão de obra seria substituída pela dos imigrantes europeus. A vinda desses imigrantes também “ajudaria” no plano de branqueamento da raça brasileira que seria a solução encontrada para o “problema do negro” na sociedade.

Os debates acerca da identidade étnica brasileira receberam todos os holofotes no início do período republicano, pois além das teorias eugenistas estarem em alta, o Brasil passou a ser visado como um local de experimentos raciais, nenhum outro país estava tão fundo na miscigenação como o Brasil e os estudiosos eugenistas enxergavam nessas terras o seu grande laboratório de testes, a principal indagação se fazia em torno de qual seria o prazo de validade para um país tão “degenerado” como o nosso? Entre os pensadores brasileiros a efetividade do processo de branqueamento era um campo a ser explorado, nesse estudo a representação do que é ser brasileiro ganhou afirmação.

A década de 1930 revela uma transformação no pensamento étnico brasileiro, ainda na busca por afirmação de uma identidade nacional os pensadores passam a exaltar a figura do mulato como a real definição do que é ser brasileiro, edificado num semblante múltiplo o mulato

representaria a mistura de raças e culturas que formam o Brasil, seríamos então produtos da mistura entre europeus, africanos e nativos, essa estirpe trina não seria mais motivo de vergonha, seria de orgulho pois a nossa nação prevaleceria na união do povos que aqui habitam em “igualdade de condições”.

Era a cultura mestiça que, nos anos 1930, despontava como representação oficial da nação. Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentidos públicos. O próprio discurso da identidade é fruto dessa ambiguidade que envolve concepções privadas e cenas públicas, na qual noções como povo e passado constituem elementos essenciais para a elaboração de uma nacionalidade imaginada. (SCHWARCZ, 2012, p. 37)

Junto com a representação de mistura de raças existia o propósito do branqueamento, a imigração europeia era preponderante para o cruzamento de raças brasileira, assim aos poucos poderíamos embranquecer nossa estirpe, mas apesar de bastante difundida nem todos enxergavam nessa teoria uma solução, Nina Rodrigues por exemplo acreditava muito mais em um enegrecimento da raça do que em uma “prosperidade” branca. Apesar de não caminharem na mesma direção as teorias da época circundavam a temática do estudo das raças, as projeções futuristas sobre a efetividade da tentativa de branqueamento também eram bastante comuns.

A literatura brasileira desse período é um exemplo da construção do miscigenado como a imagem do brasileiro, em diversas obras as tramas envolvem principalmente a figura do mulato, seja na masculina repercutindo seu aspecto cultural uno, seja na versão feminina “mostrando” a irresistível sedução da “morena” tupiniquim, esse ideal

largamente difundido caracteriza a imagem exportada do país inclusive na atualidade.

Na literatura, nenhum outro escritor projetou na cultura popular a imagem que Freyre tinha do Brasil como fez Jorge Amado, cujos romances foram traduzidos para várias línguas. Seu retrato da brasilidade exaltava a mescla de raças, a harmonia racial e o sincretismo cultural. Em estilo “freyriano”, Amado acreditava que os problemas raciais só poderiam ser resolvidos pela “mistura de sangue”. (TELLES, 2003, p. 53)

A sociedade brasileira não esconde os indícios do seu racismo que é nítido nos mais variados meios de divulgação, a Rede Globo em 1989 ao adaptar o romance *Tieta do agreste* (1977) de Jorge Amado consegue ir além da visão do autor, enquanto Amado se mostra intenso divulgador da característica mestiça brasileira, a emissora resolve se utilizar da “tática” conhecida como whitewashing⁶ na composição do elenco da novela.

O MOVIMENTO NEGRO

Logicamente a luta pelos direitos dos negros não foi esquecida com a abolição da escravatura, segundo Domingues (2007) surgiram no alvorecer da república algumas associações que simbolizaram o movimento negro, em São Paulo apareceu o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); olhando o Rio de Janeiro observa-se o

⁶ Muito criticada na indústria cinematográfica essa tática consiste em utilizar atores/atrizes brancos para interpretar personagens históricos ou fictícios de outra etnia.

Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); na região de Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).

A *imprensa negra* também surge como um veículo de luta pelos direitos dos negros, na sua atuação buscava retratar o descaso com os “homens de cor” na forma de abusos segregacionistas e nas condições de vida que lhes eram “ofertadas” na forma de educação, trabalho, saúde e infraestrutura. Esses jornais serviam como uma tribuna para expor os casos de racismo que aconteciam regularmente, nesse sentido possuíam um número significativo de adeptos e simpatizantes.

A década de 1930 além da nova perspectiva sobre o mestiço, trouxe a Frente Negra Brasileira (FNB) que se destaca como uma das principais forças do movimento negro. A FNB representa um avanço nas pretensões dos movimentos e solidifica um envolvimento político nessa questão, com um nível de organização mais apropriado essa entidade chegou a superar 20 mil associados nas estimativas de um de seus dirigentes. Segundo Domingues (2007), é a partir da FNB que surge o jornal “A voz da raça” consolidado veículo de comunicação desse período.

Em meio ao crescimento do movimento negro a construção do ideal mestiço de nação permanecia ininterrupta, seja por meio da literatura com personagens carregando a marca da miscigenação como símbolo de suas virtudes morais, seja por meio da música que falava das diferenças de forma natural, afirmando uma harmonia entre as “raças” que compõem a cultura brasileira. Na linha de frente desse novo ideal de Brasil estavam os intelectuais que ganhavam destaque por suas teorias sobre a miscigenação, dentre esses pensadores o nome de Gilberto Freyre entra em evidência por expor uma teoria bastante difundida entre as academias de ensino.

Para Telles (2003) o aspecto positivo da miscigenação na cultura brasileira foi desenvolvido plenamente na década de 1930 por Gilberto Freyre e defendida por teóricos brasilianistas estadunidenses como Marvin Harris, Donald Pierson, Charles Wagley e Carl Degler. As ideias de Freyre acabaram ganhando notoriedade e resultando na criação do que conhecemos como o mito da democracia racial⁷, “prosperando” no tempo essa ideia atualmente acaba por ser um dos maiores bloqueios no avanço social da condição dos negros, essa teoria possui raízes profundas na cultura.

O ENTENDIMENTO RACIAL ENTRE IDEOLOGIAS POLÍTICAS

A ideia de democracia racial não foi totalmente aceita no meio acadêmico, na década de 1950 alguns estudiosos se mostraram contrários a hipótese de harmonia racial brasileira, dentre esses pensadores Florestan Fernandes ganha relevância por refletir sobre a discriminação no contexto da desigualdade entre brancos, negros e mulatos.

Com o advento do regime militar em 1964 as campanhas ideológicas com base na disseminação da ideia de paraíso racial ganham força, a luta negra readquire notoriedade unicamente com a fragilização do regime militar na década de 1970, esse período representa uma estagnação nesses movimentos.

Durante o governo militar, o conceito de democracia racial chegaria ao seu ápice. Os militares, além de o promover como dogma, reprimiram qualquer

⁷ “O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.” (MUNANGA, 1999, p.80)

sinal de organização do movimento negro, exilando alguns de seus ativistas, como, por exemplo, Abdias do Nascimento, em 1968. (RODRIGUES, 2005, p.23).

Segundo Rodrigues (2005) no final da década 1970 o movimento negro expõe a questão racial dentro da escola com maior ênfase, as denúncias desse movimento se voltavam para a forma como o branqueamento era abordado e representado nos livros didáticos, partindo desse pressuposto a principal crítica estava na visão positiva com que o tema era retratado e repassado no meio escolar.

Os movimentos de perspectiva negra tiveram diversos encontros para tratar da questão racial na educação e suas implicações no final do século passado. Temos como exemplos: Encontro Nacional de Militantes Negros 1984, em Uberaba; Seminário O Negro e a Educação, realizado em dezembro de 1986, organizado pela Fundação Carlos Chagas e pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra/SP; Seminário Educação e Discriminação de Negros, Belo Horizonte, 1987; Encontros Estaduais e Regionais das Entidades Negras, realizados em diversos estados e nas regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste no final da década de 1980, culminando com o 1º Encontro Nacional das Entidades Negras, realizado em São Paulo, em 1991 (RODRIGUES, 2005, p.46).

A constituição de 1988 é retratada historicamente como a que melhor acolheu os direitos da cidadania no Brasil, até por isso é conhecida como a “constituição cidadã”. Algumas reivindicações do movimento negro foram atendidas na sua legislação, inclusive no que diz respeito a educação.

A partir dessa constituição o racismo passa a ser tratado de forma diferente na esfera legal, mesmo que esse ainda não representasse o melhor dos cenários para o movimento negro, ter um conjunto de leis

que abordasse as condições sociais configurava um avanço na luta pelos direitos, ainda que a criminalização do racismo fosse burocratizada nos novos horizontes para o engajamento ativista estavam se abrindo. É notável a intenção de reformar a abordagem escolar com relação a cultura negra se observarmos os anteprojetos da constituição.

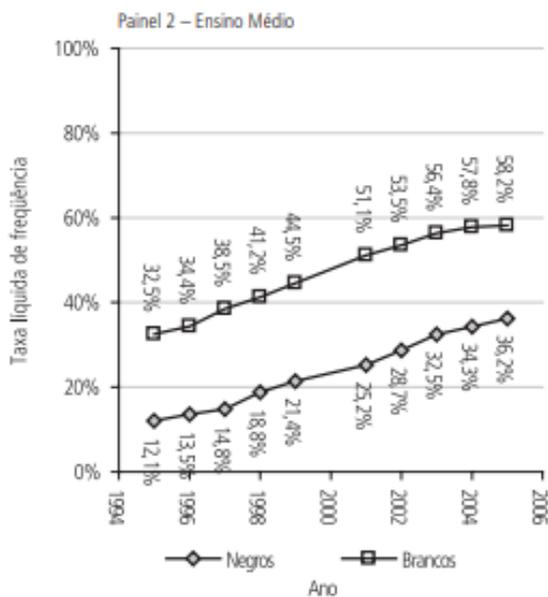
Art. 4º - A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro.

Art. 5º - O ensino de 'História das Populações Negras do Brasil' será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira, na forma que a lei dispuser.⁸

A proposta de mudar o cenário do racismo através da educação é válida, porém naquele período da década de 1990 as políticas de inclusão relativas a população negra eram extremante falhas, a frequência escolar de jovens negros nesse recorte temporal era mínima segundo os indicadores sociais.

⁸ Anteprojeto e Relatório da Subcomissão da dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, p.11, Vol. 196.

Gráfico 2 – Taxas líquidas de matrícula no ensino médio, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005



Fonte: PNAD 1995-2005 – Dados sistematizados por IPEA (2007, p. 284)

Obs: A população negra é composta de pretos e pardos.

Mesmo sem regularidade de frequência a nova roupagem da condição legal em torno do ensino configurava um avanço, esperando obter progressos na área da educação o movimento negro se deparou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, a LDB que poderia trazer novas atribuições a educação em relação a cultura afro-brasileira para muitos marcou um retrocesso na luta contra o racismo.

Rodrigues (2005) observa que durante a tramitação do projeto de lei que mais tarde seria a LDB a questão racial foi regularmente debatida e analisada, a Senadora Benedita da Silva propôs a obrigatoriedade do ensino da história da população negra na educação brasileira, porém a

mesma teve os seus dois projetos em torno desse preceito negados. A redação do art. 26 finalizou com essa composição:

O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, *especialmente as matrizes indígena, africana e europeia* (Art.26 § 4º).

Na proposta do artigo os elementos da ideia de democracia racial são óbvios, da mesma forma que Freyre interpretava a unidade nacional engendrada sob uma matriz trina, a LDB por meio desse artigo parece sustentar a tese de um panorama social brasileiro semelhante. O grande problema desse conceito de unidade nacional é a negação das diferenças, tratar as desigualdades sociais brasileiras fora do âmbito racial confronta qualquer possibilidade de mudança, nessa perspectiva o próprio movimento negro seria um espectro nas relações “cordiais” entre as etnias.

O projeto de lei que se tornaria a LDB em 1996 teve o então senador Darcy Ribeiro como uma de suas peças centrais, o ex-ministro da educação no governo João Goulart é pilar na compreensão de como a educação se estrutura no mito da democracia racial, ávido defensor da miscigenação como centro de imagem nacional sincrética, o antropólogo propaga a teoria da formação de uma nova raça.

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes fundadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existiam". (RIBEIRO, 1995, p.19 apud MUNANGA, 1999, p.100)

Darcy Ribeiro estava preso a concepções de elementos teóricos levantados pela geração de 30, enquanto propõe um novo modelo de raça apoiado no sincretismo, ele desconsiderava as representações individuais e coletivas fixadas em singularidades culturais próprias, a “alcunha” de brasileiro não abarca a pluralidade étnica existente no país, nesse conceito de unidade as identidades se dissipam restando apenas a manifestação de sua brasilidade como característica definitiva.

O projeto da LDB aprovado em 1996 foi assinado por Darcy Ribeiro, o senador usou de sua posição para apresentar um novo texto para a lei, essa estratégia acabou impedindo a promulgação da primeira versão. A terceira proposta teve mais uma vez Darcy como autor, esse texto sofreu diversas críticas por carregar as convicções contraditórias do antropólogo em relação a estirpe brasileira. O projeto sofreu algumas mudanças durante a tramitação no congresso, mesmo alterando pontos específicos a versão final deixou de fora a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira.

Enquanto não houve suporte legal para obrigatoriedade o ensino da cultura afro-brasileira, o tema foi deixado de lado como se não possuísse relevância, o tratamento dado representa o processo onde desejavam extirpar a “mácula negra” da história socio-étnica brasileira, evidentemente a tentativa branqueamento não se limitava a pele, ela procura atingir sobretudo a consciência. Apenas em 2003 a LDB passa a adotar uma nova postura com a promulgação na Lei no. 10.639 em 9 de janeiro, com isso os artigos 26 e 79 da LDB de 1996 passam a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ Os Conteúdos referentes à História e cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Segundo Müller e Coelho (2013) a escola passa ser entendida como local de formação de identidades e a formação para os professores ficaria a cargo do governo. O resgate a noção de identidade suprimida pela ideia de harmonia racial é papel da educação, dessa forma a sala de aula em teoria deveria ser sustentáculo para a transformação social.

O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é supostamente o material de pesquisa mais acessível ao aluno, utilizado como suporte ele facilita a construção de um entendimento sobre os assuntos tratados nas salas de aula, nessa linha de raciocínio não existe meio de desconsiderar a importância desse material, em alguns casos acaba sendo praticamente a única fonte de pesquisa. Partindo desse pressuposto é notável o papel do livro didático no combate à discriminação, porém dependendo da composição o mesmo pode atuar na propagação desse problema.

Os livros didáticos do século XX traziam como característica elementos da ideologia racista na caracterização dos povos

afrodescendentes. Herança do período de 1930, seguramente os preceitos apresentados nesses livros didáticos são reflexo da mentalidade social elitista e acadêmica dominante do período.

De acordo com Roza (2017) investigações de historiadores constataram que até o início dos anos 90 o protagonismo negro, suas formas de resistência, bem como outras manifestações não representavam problemas históricos relevantes na educação. Por meio de uma análise de quinze livros de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da década de 1990, Silva (2011) apontou que em cinco deles houveram mudanças significativas nas representações dos negros em relação a livros analisados da década de 1980. A abordagem recebeu novos aspectos com as pressões exercidas pelos movimentos.

Um exemplo de trabalho com essa característica é encontrado em *Qual a condição social dos negros no Brasil no fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de História* (Nascimento, 2005). O autor, a partir de uma experiência vivenciada por ele na correção de avaliações de vestibular em 2001, discute como ocorre a reprodução e circulação de representações sobre e nos negros, no pós-emancipação, nas práticas docentes e nos materiais didáticos utilizados em contexto escolar. Assim, por meio de respostas elaboradas por vestibulandos sobre a condição social dos afro-brasileiros no pós-abolição, que, em seu conjunto, apontam para uma compreensão de que tais sujeitos eram representados como “mendigos, vagabundos, bêbados, prostitutas, marginais, miseráveis, ladrões, etc.” (ROZA, 2017, p. 19)

O modo como os negros são representados nos livros didáticos é parte fundamental na batalha contra o preconceito. Em diversas ocasiões veremos a figura do negro resumida ao contexto da escravidão, no pós-abolição vinculados situação de pobreza e marginalidade, esse tipo de divulgação reforça a ideia de condição de inferioridade.

Silva (2005) aponta que a ideologia do branqueamento se torna efetiva quando ao internalizar uma imagem negativa própria, enaltecendo a do outro, o indivíduo passa a ser consumido pela auto rejeição, em vista disso ele buscar adquirir o máximo possível dos costumes “superiores” que lhe foram passados como bons e perfeitos. Por ver os seus semelhantes constantemente retratados na condição de subordinação e pobreza, a criança tenderá a se colocar na mesma condição de inferioridade, assim, passará a negar suas raízes culturais para se adaptar ao que é atribuído maior valor.

A história da África sofre com a abordagem trabalhada no meio escolar, a estrutura educacional prioriza o entendimento histórico centrado em uma visão europeizada, o ponto de vista europeu determina toda a narrativa, infelizmente esse não é um problema restrito a educação brasileira, analisando livros didáticos do ensino de Portugal Araujo e Maeso (2012) expõem que:

No livro didático analisado, a escravidão é apresentada dentro de uma abordagem despolitizada mais ampla, também usada para descrever diversos outros processos, assim como cristianismo e colonialismo, aos quais está relacionada. Removida das relações históricas de poder que a constituíam, o sistema de escravidão se torna natural através de três formulas narrativas: (1) A objetificação da figura do escravo; (2) A trivialização da escravidão como uma necessidade econômica; e (3) O desenvolvimento do argumento da onipresença - isto é, a escravidão sempre existiu. (ARAUJO; MAESO, 2012, p. 159, tradução nossa)⁹

⁹ “In the textbook analysed, slavery is presented within a wider depoliticized approach also used to describe several other processes, such as Christianization and colonialism, to which it is interrelated. Removed from the historical power relations that constituted it, the system of slavery becomes naturalized through three narrative formulae: (1) the objectification of the figure of slave; (2) the trivialization of slavery as an economic need; and (3) the deployment of the ubiquity argument - that is, slavery would have always existed”.

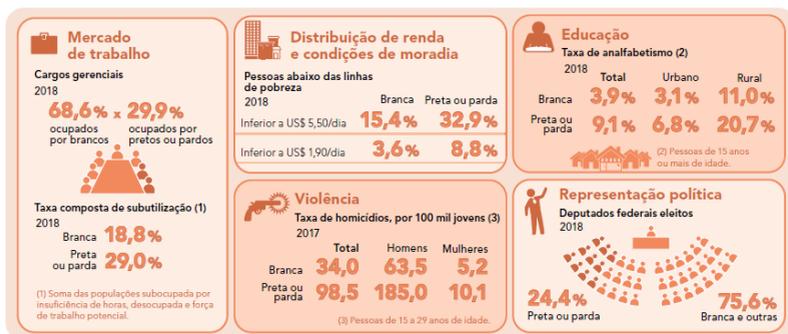
As falhas apresentadas pelos livros didáticos colocam mais responsabilidade em cima dos professores, pois terão que buscar métodos que permitam preencher os vãos deixados por esses materiais, esses profissionais geralmente mal assistidos pelo governo são primordiais na mudança da mentalidade em relação à discriminação racial.

Abranger os diversos currículos que compõem a sala de aula não tarefa simples, a educação brasileira ruma cambaleante para um futuro que julga ser mais inclusivo, obviamente isso não é suficiente pois os obstáculos são inúmeros, desde as péssimas condições do ensino público até as necessidades sociais dos alunos. Mesmo deteriorado o ensino ainda é um dos principais pilares na luta pela desconstrução de mais de 500 anos da cultura racista brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmar a existência do racismo brasileiro é sempre uma atitude válida, entretanto como Schwarcz (2012) esclarece “reconhecer a existência do racismo, porém, não leva à sua compreensão, tampouco à percepção de sua especificidade”, nesse sentido analisar as bases de sua construção histórica e suas implicações na atualidade é tarefa preponderante no ofício de qualquer historiador brasileiro.

Os gargalos sociais atuais apresentam as diversas faces do racismo brasileiro, a nação exaustivamente afirmada como mestiça curiosamente prioriza o favorecimento branco, a sociedade insiste em acolher os “favorecidos” e marginalizar os indesejados, não é difícil encontrar dados que exemplifiquem essas afirmativas:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

O informativo das pesquisas demográficas e socioeconômicas do IBGE de 2020 apenas elucida em dados o descaso constatado cotidianamente, por mais que tentem camuflar o racismo, ele está presente na sua forma crua exalando exclusão e menosprezo, o clamor por mudanças permanece vivo, mas constantemente sufocado.

Durante uma reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020 o então ministro da educação Abraham Weintraub deu a seguinte declaração: “odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país”. Nas colocações do ex-ministro observamos o modelo de unidade apresentado corroborando o ideal de harmonia racial debatido no presente artigo, alguém ocupando um cargo tão determinante para os rumos da educação exibindo um pensamento como esse é indício claro de que o mito da democracia racial permanece vivo.

Entender a nação em seu semblante multicultural e diverso é um dos primeiros passos para atribuição de valores e representações, apesar do Brasil em sua história de formação carregar episódios de encontros culturais eles não definem o todo, costumes e práticas foram assimiladas, mas não existe um novo protótipo cultural derivado desse

contato. Enquanto houver espaço para um idealismo discriminatório permaneceremos contemplando ano após ano o mesmo quadro social.

Transformar essa conjectura social depende de múltiplas mobilizações, a educação tem papel determinante na construção do ideológico, para que surta efeito se faz necessária uma intensa reestruturação, as bases do ensino ainda dão vasão para a exclusão social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. **Slavery and Racism as the 'Wrongs' of (European) History**: Reflections from a Study on Portuguese Textbooks. In: Slavery, Memory and Identity: National Representations and Global Legacies. Pickering & Chatto, London, 2012, p. 151-207.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, n.12, p.153-165, 1996.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **VII – Comissão da ordem social: anteprojeto da comissão**. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1987.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394. Acesso em: Jul/2020.

CARVALHO, A. A. M. C. **As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v.12, n. 23, p. 100-122, abr./mar. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48° ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

- GUIMARÃES, A.S.A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, n. 2, p. 17-36, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Superando o Racismo na escola. Kabengele Munanga, organizador. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2ª edição revisada, p. 143 – 154. 2005.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 41**: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim de Políticas Sociais**: Acompanhamento e Análise nº 13, Edição Especial. Brasília, 2007.
- MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A lei nº. 10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 29-54, jul.– out. 2013.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro**: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980 – 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Centro De Educação E Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2005.
- ROSEMBERG, Fúlvia, BAZILLI, Chirley e BAPTISTA, Paulo Vinícius. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.
- ROZA, L. M. Abordagens do racismo em livros didáticos de história (2008-2011). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 13-34, jan./mar. 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.
- _____. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2ª edição revisada, 2005, p. 21-37.

_____. **A Representação Social do Negro no Livro Didático: O que mudou? Por que mudou?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: Uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2003.

5

MEMES COMO RECURSO DISCURSIVO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DE VISÃO DE MUNDO

Vanile Cassimiro da Silva¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é de hoje que existem estudos que abordam o papel das mídias como componente importante no processo de manutenção da dominação, são trabalhos que nos auxiliam na compreensão dos mecanismos de perpetuação de distintas formas de poder. Nesse sentido, uma considerável parte desses estudos recorrem à análise das mídias tradicionais, como: jornais, revistas e televisão. No entanto, acreditamos ser necessário avançar no entendimento das novas mídias, caso pretendemos compreender as dinâmicas da luta de classes no século XXI, ao passo que com desenvolvimento das novas tecnologias de informações, este processo se tornou mais complexo.

Colocamos o desafio de refletir sobre uso da linguagem de memes via redes sociais como um mecanismo de disseminação de visões de mundo, pois entendemos, a partir do conceito de Estado ampliado, que o Estado não pode ser limitado somente a um aparelho de governo, mas também através da articulação entre “Sociedade Política” e “Sociedade Civil”. Portanto, pensar sobre esses é poder visualizar as organizações

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação: História, Poder e Práticas Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001. E-mail: vanilecassimiro@gmail.com

das vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados (MENDONÇA, 2014, p.35).

É importante destacar que o termo meme foi cunhado inicialmente por Richard Dawkins, em 1976, em seu livro “O gene egoísta”, no qual associava a cultura humana com o egoísmo de gene. Segundo o autor, o meme é uma unidade de replicação e, assim como o gene que salta de corpo para corpo carregando uma informação, o meme, circularia de cérebro em cérebro por meio de um processo (que pode, de maneira ampla, ser denominado de imitação). Para ele, o meme, em analogia aos genes, seria o responsável pela transmissão cultural (DAWKINS, 2007, p.330). Conforme sugere Chagas, de forma análoga ao pensamento de Dawkins, “[...] os memes são ideias, bordões, modos de vestir, de cozinhar ou de construir” (CHAGAS, 2020, p.25).

Nesse caminho, é com base nessa teoria que a memética (ciência que estuda como os memes se propagam) desenvolve e amplia o debate em relação a eles, lançando, segundo Chagas (2020), as bases de aproximação dos estudos do campo da comunicação com os memes, visto que

Na memética orientada por viés comportamentalista (ou behaviorista) mais do que ideias, os memes são entendidos como ações, comportamentos ou artefatos. Desse modo, a maneira como se difundem importa, pois eles e os seus veículos são indistinguíveis entre si. Isso significa dizer que as mensagens assumem um caráter distinto a depender do meio de que se utilizam para circular ou a forma que assumem. Mais do que isso, os memes dependem dos meios para existir. E os comportamentos são passados adiante socialmente por meio desses veículos (CHAGAS, 2020, p.27).

Diante do exposto, ressaltamos que existe um debate amplo² acerca do processo de fundação do termo que perpassa pela elaboração de Dawkins, pela memética até chegar ao debate da comunicação do que reconhecemos hoje enquanto meme de internet. De todo modo, segundo estudos do campo da comunicação, não se sabe ao certo em que momento esse conceito passou a ser utilizado pelos usuários da rede mundial de computadores, para definir conteúdos caracterizados como “virais” propagados por meio da internet (SOUZA; GOVEIA, 2016, p.3-4). Todavia, essa “[...] terminologia passou por um longo processo de reapropriação até assumir a interpretação atual” (CHAGAS, 2020, p. 32).

Mesmo que esse debate não seja do campo da historiografia, ele nos auxilia a compreender essa fonte e o processo de construção do termo (meme), bem como nos permite percebê-lo enquanto um instrumento de propagação de comportamentos e valores. Além de sua aproximação com o campo da comunicação, uma vez que a circulação de memes, como bem aponta Chagas, está diretamente associada com o veículo em que circula. Portanto, sem buscar uma análise exaustiva, nosso objetivo agora será de apresentar os aspectos do uso do meme enquanto um recurso discursivo.

MEMES COMO RECURSO DISCURSIVO

O meme é um instrumento característico das redes sociais (WhatsApp, Twitter, Instagram e Facebook), sendo utilizado pelos usuários das mesmas para tecer críticas a governos, para se posicionar politicamente, para ironizar ou ridicularizar fatos e/ou indivíduos. Essa

² No Brasil esse tema tem sido bastante explorado por pesquisadores do campo da comunicação, ver: CHAGAS (2020).

linguagem também foi implementada em campanhas publicitárias³, assim como nas mídias tradicionais marcando a presença em programas de TV.

É caso do quadro “Isso a Globo não mostra”, reproduzido pela emissora Rede Globo em um dos seus programas tradicionais (Fantástico). O quadro adotou a linguagem de memes de internet no formato “clássico” bastante difundido nas redes sociais, em que se tem uma imagem com sobreposição de legendas, além de mesclar paródias musicais com imagens de novelas e programas jornalísticos da própria emissora.



Figura 1 – Meme “Isso a Globo não mostra”. Fonte: (‘ISSO, 2020)

Os memes tem se mostrado um significativo instrumento de formação de opiniões e posições políticas, visto que através do desenvolvimento de novas tecnologias, a forma de participação e expressão política tem se ampliado, isto é, o uso desse tipo de linguagem ganhou caráter de massa devido a própria dinâmica das redes sociais.

³ Campanhas publicitárias também passaram a utilizar essa linguagem na busca de alcançar um público mais amplo, como os jovens (SOUZA, 2020).

O que o difere, de certo modo, de outros meios de comunicação de massa (rádio, tv e cinema) é seu aspecto “democrático”, em que não depende de um meio específico de divulgação, por exemplo: os veículos da grande imprensa, jornais e revistas. Se antes essa prática era restrita aos grandes meios de comunicações, hoje é possível que qualquer sujeito que utilize recursos tecnológicos e tenha uma rede social exerça o papel tanto de consumidor como de produtor de memes, conforme apontado por Gasparini (2014, s/p):

O humor é algo de grande presença no ambiente virtual e muitas vezes se apropria do sentido e significado dos mais variados tipos de materiais, como campanhas publicitárias e arquivos pessoais. Um grande exemplo disso é a crescente e constante “memetização” do mundo: detalhes específicos para olhos observadores podem fazer com que qualquer coisa se torne a grande piada da internet por um dado período de tempo. O que antigamente era apenas “engraçadinho”, hoje pode ser um viral em potencial. Isso se dá, em parte, devido a dinâmica própria das redes sociais em que a rápida velocidade das trocas de informações faz com que isso atinja um grande público sem grandes dificuldades.

Justamente por estar associado a cultura da internet uma parte significativa dos memes possui um teor humorístico. Porém, eles podem, ou não, serem dotados de humor. Segundo Viktor (2015), os memes podem ser compartilhados nas redes pelo seu teor: emocional, pela positividade inspirada, a simplificação, a clareza da narrativa, pela participação ou inteiração com receptor, pelo prestígio do autor original, pelo espaço e tempo legados a ele. Conforme apontado por Viktor (2015), o humor estaria relacionado ao menos a três dessas categorias. Portanto, acreditamos que o humor é uma chave de acesso para esta

investigação, visto que esse recurso pode incorporar elementos culturais, políticos e sociais.

Desta maneira, indagamos: é possível levantar a hipótese de que os memes estão ocupando atualmente um espaço expressivo de manipulação e convencimento sobre determinado modelo de sociedade, no qual vem sendo um instrumento utilizado não apenas por sujeitos “comuns”, mas também por agrupamentos políticos organizados?

Grassioli (2019), ao analisar o processo de fascistização, vivido no Brasil, no período de 2011 a 2016, sugere que o fenômeno social reacionário que estamos experimentando no país está diretamente imbricado com a massificação das redes sociais na internet. A autora destaca o papel hegemônico do Facebook nesse processo, considerando atuação via rede mundial de computadores como sendo um “instrumento” que potencializa a ação partidária de agrupamentos políticos na contemporaneidade, no qual buscou refletir a respeito do papel desempenhado pela ideologia e pela atitude emocional das massas como fator histórico. A autora traz apontamentos significativos em relação ao uso da linguagem de memes, chamando atenção para o uso desse recurso pelas páginas por ela investigadas.

Essa nova formatação, mais militante, mais ativista dos agrupamentos conservadores, que mobiliza e vai as ruas, que usa as redes sociais para propagar suas ideias, evidência uma necessidade nova que é de disputar ativamente a consciência das massas, entendendo que este elemento é determinante para conformação da dominação e construção da hegemonia. O que está em jogo nas redes sociais é uma disputa de valores e de modos de vida. Cada meme, cada mensagem, condensa um conteúdo e uma concepção de vida e de valores sociais que orientam a vida das pessoas em sociedade. Sugerem comportamentos, formas de convencimento, ou formas de “revolta” e/ou de não aceitação (GRASSIOLI, 2019, p. 202).

Através de sua reflexão percebemos que o meme é utilizado pelos agrupamentos reacionários como um instrumento mobilizador, capaz de estabelecer conexões entre quem produz e quem recebe o conteúdo. Cabe ainda destacar que essa prática não é exclusiva dos agrupamentos reacionários, visto que essa linguagem foi amplamente utilizada nos processos eleitorais brasileiros de 2014 e 2018, tanto por setores progressistas, como reacionários (CHAGAS, 2018).

Se os setores progressistas utilizam o mesmo instrumento e a mesma linguagem, o que determina adesão de uma parte da classe trabalhadora ao discurso neofascista de Bolsonaro? Podemos considerar o meme como um instrumento de perpetuação da dominação da cultura hegemônica que barra o discurso progressista e auxilia na disseminação de visões de mundo da classe dominante via redes sociais? Para responder esses questionamentos precisamos retomar o debate acerca dos mecanismos de formação/construção de uma visão de mundo.

Gramsci (2001) propôs-se a debater questões bastante amplas em relação a cultura, para implementação de uma nova hegemonia⁴. No caderno 11 “Introdução ao Estudo da Filosofia e da História da cultura”, o autor elabora uma série de reflexões metodológicas acerca dos elementos que colaboram para produção da concepção de mundo. Para isso, ele buscou compreender os âmbitos da filosofia, ciência, linguagem, religião e o senso comum. A esse propósito escreve que

Todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia

⁴ Ressaltamos que Gramsci escreveu em um momento histórico diverso e que suas elaborações voltavam-se para uma perspectiva de transformação da sociedade, isto é, para construção de uma nova concepção de mundo (superação do sistema capitalista para implementação do socialismo). Por isso, não há aqui pretensão de realizar comparações anacrônicas, e sim, de buscar perceber os aspectos que se relacionam com a nossa atualidade.

que está contida: 1) na própria linguagem, que é conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2001, p.73).

Assim, a formação da concepção de mundo estaria vinculada não apenas no campo material, mas também nas relações sociais, sendo constituída no cotidiano, por meio da linguagem, das crenças e dos valores, o que o autor classifica como *folclore*. Essas elaborações ficam mais evidentes a partir de seus escritos em “temas de cultura”, no qual levanta uma série de análises sobre a literatura popular, os folhetins, os romances policiais e do discurso religioso. Tendo isso em vista, consideramos significativo para esse trabalho quando Gramsci nos fala sobre o papel dos jornais na formação cultural da classe trabalhadora em seu caderno 16:

Os artigos de jornal são ordinariamente apressados, improvisados, semelhantes, em grande parte, pela rapidez do esboço e da argumentação, aos discursos de comício. São poucos os jornais que têm redatores especializados e, de resto, mesmo a atividade destes é em grande parte improvisada: a especialização serve para improvisar melhor e mais rapidamente. [...] Por isso, a solidez de uma cultura pode ser medida em três níveis principais: a) a dos leitores unicamente de jornais; b) a de quem lê revistas além das variedades; c) o dos leitores de livros, sem considerar uma grande massa (a maioria) que não lê sequer os jornais e forma algumas opiniões assistindo às reuniões periódicas e dos períodos eleitorais, realizadas por oradores de níveis variadíssimos (GRAMSCI, 2001, p.66 - grifos meus).

Segundo Gramsci (2001), o jornal representava um dos importantes aparelhos de ação e composição de um novo senso comum, o “Bom-

senso”, que ocuparia não só o papel de um instrumento informativo, mas também político e educativo, o que definiu como “integral”. Nesse caminho, nos atentamos a olhar para a formação cultural por intermédio desse instrumento, visto que é inevitável refletir sobre seus apontamentos sem lembrar dos dias atuais, sua análise nos leva a pensar a dinâmica da comunicação nas redes sociais. O autor traz a investigação sobre os jornais que, em um primeiro olhar, podem ser diferentes das redes sociais. Porém, é possível trazer seu debate para pensar o uso dos memes, principalmente no que tange ao seus aspectos de improvisação, o papel exercido na formação de opiniões, seu alcance e a velocidade de disseminação.

Nesse sentido, algumas das características do meme são fundamentais para compreender esse processo, por exemplo, o fato deles serem compostos por itens digitais que compartilham características de conteúdo, por possuir forma ou postura em comum, além de serem criados cientes uns dos outros, sendo imitados e transformados por meio da internet por diversos usuários (HONORATO; SOUZA; GOVEIA, 2016, p. 06).

Para que possamos visualizar melhor esta proposição, vejamos a seguir um meme produzido pela página “Corrupção Brasileira Memes”. Essa página ficou reconhecida por ironizar o mundo político através de memes nas redes sociais, principalmente no Facebook em que chegou a alcançar o número de um milhão de seguidores. Hoje essa página está presente em praticamente todas as redes sociais, com perfis no Twitter, Facebook, Instagram e Youtube, apresentando-se como “A maior página de humor político da América Latina”⁵.

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/corruptcaobrmemes/> último acesso: 15 jan 2021.

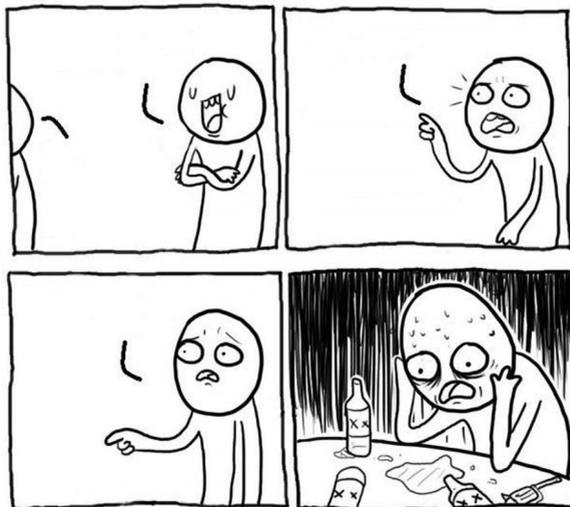


Figura 2 – Base de meme. Fonte: (BASES, s/d)



Figura 3 – Meme pronto. Fonte: (CORRUPÇÃO, 2019)⁶

⁶ Esse *meme* foi publicado no dia 28 de Agosto de 2019 pela página do CBM na rede social instagram, essa fonte foi catalogada no dia 17 de novembro de 2020, nesse momento a página possuía cerca de 341 mil seguidores, sendo que o *meme* alcançou o número de 16.555 curtidas.

É importante destacar que mesmo apresentando um discurso de “neutralidade”, em que estabelece que objetivo seja apenas de “zoar todo mundo”, a página apresenta um discurso de direita, neoliberal, conservador, no qual há indícios de vínculos entre os administradores da página Corrupção Brasileira Memes (CBM) com o Movimento Brasil Livre (MBL)⁷. Ressaltamos ainda que o MBL foi uns dos aparelhos privados de hegemonia que participou ativamente das articulações das diversas manifestações pró-impeachment do governo da então Presidente Dilma (PT), em 2016.

Na “Figura 2” podemos observar a base do meme disponibilizado pelo site de criação de memes da página CBM, enquanto na “Figura 3” temos o meme pronto divulgado pela página. Não foram encontradas evidências de estímulo por parte da página para que seus seguidores também produzam materiais a partir desse site, mas a existência do mesmo, voltado especificamente para gerar material para a página demonstra um caráter profissional de elaboração de memes.

Vejamos os elementos que foram adicionados para construção do discurso: placa de sinalização de trânsito apontando para esquerda, que demarca a posição política do personagem em questão. A sobreposição do ícone da página que remete ao brasão da república brasileira, junto a isso, o texto com letras pretas que remete a estrutura de diálogo de uma história em quadrinhos abordando o tema da diminuição de impostos para empresas, estabelecendo uma oposição entre eles, vejamos:

⁷ Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/02/pagina-corrupcao-brasileira-memes-e-reativada-no-facebook/> último acesso: 15 Jan. 2021.

Quadro 1 – Falas personagens

Personagem 1	Personagem 2
Diminuir impostos só vai aumentar o lucro das empresas	O preço do ps4 já caiu 10%, aumentar o consumo gera aumento de arrecadação

Fonte: Autora (2021)

Como se pode observar, o meme apresenta dois posicionamentos, um, em princípio, vê efetividade na arrecadação de impostos, enquanto o outro vê no aumento no do consumo a efetividade de uma maior arrecadação, a partir da redução de cobrança de impostos. A discussão apresentada, perpassa, sobretudo, pelo modo como os sujeitos compreendem o papel do Estado, no qual o personagem 2 apresenta uma perspectiva neoliberal que prega uma redução do Estado⁸, visão essa que é amplamente difundida no imaginário social por diversos veículos da grande mídia, enquanto o personagem 1 apresenta uma visão intervencionista. O efeito humorístico fica contido nas expressões faciais de desespero do personagem 1 ao ter um espécie de “insight”, dando a compreender que o personagem 2 estaria correto.

Nesse caso, percebemos que o meme se utiliza de uma linguagem simples para construção de uma identificação com público que partilha desta visão de mundo, visto que essa interpretação parte de um “senso comum”⁹ sobre o assunto abordado. Isto é, o autor do meme precisa conhecer a visão de mundo do público que busca alcançar para conseguir construir um terreno cultural comum.

⁸ Segundo Guilbert (2020, p.21), essa doutrina prega “a supressão ou ao menos a redução” da intervenção do Estado na economia, e até a supressão ou redução do Estado como tal”.

⁹ Senso-comum está sendo interpretado aqui no sentido gramsciano, segundo autor “o senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. [...] O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar” (GRAMSCI, 2001, p.199).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto percebemos que a linguagem de memes pode ser considerada como um instrumento de manutenção de um projeto hegemônico, atrelando seu discurso a um imaginário social, constituído a partir do âmbito das redes sociais. O meme, por possuir uma linguagem superficial, facilita a velocidade de argumentação e de improviso, pois parte desse terreno cultural prévio de estruturas e/ou de linguagens partilhados via redes sociais.

Desse modo, a reflexão ainda fica em evidência: podemos considerar que isto se deve a fragmentação dos fatos e do anacronismo desses conteúdos? Ou, por muitas vezes, estarem e vinculados a Fake News? Talvez seja o “folclore” seja uma das chaves de acesso para compreensão da adesão desse recurso, para a difusão de uma visão de mundo liberal, anticomunista e de extrema direita na atualidade, como bem lembra Gramsci (2016, p. 199),

a questão essencial consiste justamente no fato de que as discussões não acontecem entre intelectuais profissionais e, aliás, é preciso criar previamente um terreno cultural comum, uma linguagem comum, modos comuns de raciocínio entre pessoas que não são intelectuais profissionais.

Podemos dizer que a linguagem de memes permite estabelecer um terreno cultural comum a partir de crenças, valores, bem como colabora para a formação de consenso sobre um determinado modelo de sociedade. Assim, não sendo apenas um discurso, mas também um instrumento de ação e educação, visto que toda produção possui uma intencionalidade que assume uma posição política, mesmo que essa não fique evidente em um primeiro momento.

REFERÊNCIAS

- BASES de memes Corrupção Brasileira Memes. **CBM Generator**. s/d. Disponível em: <https://cbm-generator.firebaseio.com/bases>. Acesso em: 07 fev 2021
- CHAGAS, Viktor. **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital, Salvador: EDUFBA, 2020.
- CHAGAS, Viktor. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais 2014. **Intexto**. Porto Alegre, n.38, p.173-196. 2018 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/63892>. Acesso em: 20 dez. 2020
- CORRUPÇÃO Brasileira Memes. 28 ago 2019. **Instagram**. Corrupcaoobrmemes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B1tYTJsh47r/>. Acesso em: 15 jan 2021
- GAPARINI, Apropriação de hashtags e desvios e imagens do Twitter, **LABIC**, 2014. Disponível em: <https://www.labic.net/cartografia/apropriacao-de-hashtags-e-desvios-em-imagens-do-twitter/>. Acesso em: 22 set 2020
- GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020
- GRASSIOLLI, Isabel. **A nova direita no Brasil (2011-2016): uma análise da atuação política no facebook**. 2019. 263 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Introdução ao Estudo da Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Jornalismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 4. Temas de Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HONORATO; SOUZA; GOVEIA. Guerras Memeais: contextualizando e visualizando as disputas meméticas no site de rede social Twitter. In: INTERCOM, 2016, São Paulo. **Anais**, 2016

- 'ISSO a Globo Não Mostra': veja o 53º episódio. Fantástico. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/quadros/isso-a-globo-nao-mostra/noticia/2020/03/15/isso-a-globo-nao-mostra-veja-o-53o-episodio.ghtml>. Acesso em: 04 set 2020
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. Revista: **Marx e Marxismo**, v.2, n. 2, pp. 27-43, 2014. p.35.
- SOUZA, Tasso Gasparini de; GOVEIA Fábio Gomes. Meme, Imagem e repetição: uma discussão acerca de alguns modelos para o estudo da mimese em imagens. **Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo, 2016.
- SOUZA, Karina. Black Friday da Vivo tem memes, Ivete Sangalo e parcelamento em 21x. **Exame**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/marketing/black-friday-da-vivo-tem-memes-ivete-sangalo-e-parcelamento-em-21x/>. Acesso: 01 dez 2020
- VIKTOR, Success. Problematizando o que é meme II: o humor. **Museu de Memes**, 2015. Disponível em: <https://www.museudememes.com.br/859/>. Acesso em: 15 jan 2021

6

2020: O ANO ANÍSIO TEIXEIRA NA BAHIA. HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

Eduardo Pereira¹

No dia 12 de julho de 2021, Anísio Teixeira completou 121 de anos do seu nascimento. O educador baiano, nascido nos rincões do Alto Sertão, na cidade de Caetité, deixou um legado imprescindível para quem deseja compreender a história da educação formal e das políticas educacionais no Brasil. Objeto de um exercício constante de resgate na sociedade civil brasileira, a trajetória histórica do intelectual escola-novista e o reconhecimento dos seus feitos, como um dos principais realizadores do projeto de expansão do acesso ao ensino formal no país, demonstra vitalidade no âmbito da memória.

Na Bahia, as perspectivas mistificadoras da figura de Anísio Teixeira e da sua proposta educacional escola-novista são particularmente consensuais. Com tal força e de modo tal que oferece um suporte ao processo de conversão da memória pública em política governamental. Nessa direção, o artigo pretende problematizar a relação entre história, memória e o desenvolvimento de políticas educacionais, com base na efeméride dos 120 anos do intelectual Anísio Teixeira na Bahia, no ano de 2020. Importante salientar que esse escrutínio se dá num plano geral e de cunho ensaístico, dado o caráter preliminar da aproximação ao tema que motiva a abordagem aqui pretendida e que resulta num desdobramento da pesquisa realizada durante o mestrado acerca da

¹ Mestrando no PPGH-UFBA/CAPES.

reforma educacional anisiana de 1947-1951 na Bahia. Deste modo, toma-se como ponto de partida a hipótese de que o ciclo de celebrações em torno da memória do educador caetiteense se configura como um aspecto decisivo para o exame da atuação do governo do estado na elaboração de uma memória coletiva, que se encontra afinada com a construção de uma identidade social específica por parte do poder Executivo baiano.

Por esse prisma, o empenho do governo de Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), na difusão pública da memória a respeito do educador caetiteense e da sua perspectiva político-pedagógica, compõe o quadro de um esforço de legitimação simbólica, o qual apresenta notórias assimetrias com o sentido neoliberal e conservador de práticas administrativas e políticas educacionais que serão elencadas neste artigo.

QUESTÃO DE MEMÓRIA: MEMÓRIA PÚBLICA E CONSENSO ESCOLAROVISTA

O reconhecimento da participação do poder público baiano nas disputas no campo da memória recupera uma dimensão ativa da institucionalidade estatal na produção dos sentidos históricos e políticos em sociedade. Por esse caminho, pode-se observar uma:

constante dinâmica de disputa político-social e ressignificação das visões sobre o passado que conforma o *combate pela memória* – tanto de forma sincrónica quanto diacrónica. Trata-se, na verdade, de uma luta político-simbólica entre várias versões da memória, várias *memórias coletivas*, que disputam a hegemonia no processo de (re)definição do passado no espaço público. E nesse sentido, a maior ou menor visibilidade social de alguns relatos memoriais diz muito sobre a relação de forças atuante no combate

pela memória – o qual não envolve apenas o sentido do passado, mas também a identidade social presente e os projetos político-sociais futuros. (SOUTELO, 2015, p.56.)

A configuração das relações de poder das quais participam as iniciativas estatais no campo de memória o inserem como um agente histórico que participa da luta político-simbólica no espaço público. Para isso, pode, inclusive, lançar mão do exercício das prerrogativas jurídicas, que lhe atribuem possibilidades e limites de ação; também de acordo com a atuação dos intelectuais colocados a seu serviço nas atividades administrativas e nas demais alçadas do poder público. Dentre as suas atribuições, inclui-se uma dimensão pedagógica.

Monopolizando a legitimidade do uso da força, o Estado incorporou, no seu processo de desenvolvimento histórico, funções diretamente ligadas ao convencimento. Nesse sentido, na sua relação - complexa e dialética - com a sociedade civil, “não existe uma rígida divisão de tarefas entre as duas esferas e, pelo contrário, tem em vista dar conta das novas tarefas hegemônicas próprias do Estado.” (BIANCHI, 2018, p.157). A produção da memória pública pode ser, assim, reconhecida como uma dessas funções.

Além disso, o Estado pode definir os rumos da educação formal e não-formal, o que permite a compreensão do processo de elaboração e implementação de políticas educacionais como partes de um momento de hegemonia (SHEEN, 2007). Por esse ângulo da análise, a interação entre Estado e Sociedade civil se desenrola com base na mediação - conflituosa - dos interesses situados, em última instância, na sua base material. Nessa dinâmica, articulada pela luta de classes, podem ser analisados, no terreno da história, os processos de ampliação seletiva do Estado (FONTES, 2005).

Esses, ocorrem na medida em que são definidas as diretrizes, os atores, as regras, dentre outros aspectos do processo de integração de setores da sociedade civil ao conjunto da sociedade política. Por vezes, lançando mão do aparelho coercitivo para a sua consecução. Sem abrir mão, entretanto, dos recursos ao convencimento.

A identidade social, elaborada pelo governo da Bahia no fenômeno em análise, se orienta por uma concepção benevolente e idealista da sociedade civil, que prepondera na filosofia liberal, tal como no pensamento de Alexis de Tocqueville e no movimento escolanovista. Na abordagem elaborada pelo intelectual francês, a sociedade civil “passou a significar um conjunto de associações situadas fora da esfera estatal, indiferenciadas e potencialmente progressistas, agentes da transformação social e portadoras de interesses universais não contraditórios.” (BIANCHI, Op.Cit. p.158.).

Esse aspecto conciliador de interesses antagônicos deve ser observado como o ponto central da complementaridade político-simbólica entre a gestão governamental da educação na Bahia e o projeto educacional dos intelectuais que compuseram o grupo dos Pioneiros da Escola Nova.

OS PIONEIROS E A EDUCAÇÃO NOVA

O projeto escola-novista figura como uma peça-chave na reconfiguração das Leis educacionais no Brasil. Desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), na década de 1920, consistiu num polo decisivo para a definição do modelo e dos principais objetivos das políticas educacionais que foram propostas pela Constituição de 1934. Tensionando a hegemonia confessional que vigorava no país, sua centralidade

foi perdida após o golpe do Estado Novo, sendo retomada após a debacle varguista, que se consolidou com o golpe de 29 de Outubro de 1945.

Os escolanovistas apresentaram a síntese do seu projeto educacional no documento *A Reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, popularmente conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, publicado em 1932. Assinado por 26 intelectuais, o Manifesto propunha um conjunto de iniciativas para o remodelamento político-pedagógico da educação brasileira. Entre os pilares da proposta, figurava o papel do Estado como protagonista da gestão educacional, ancorada na defesa de uma educação pública e gratuita. Eram defendidos, também, os princípios da laicidade, obrigatoriedade e coeducação. Os intelectuais pioneiros argumentavam em favor da “finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação.” (ARAÚJO; MIGUEL; VIDAL, 2011, p.475-476)

Outro pilar da proposta era o princípio da descentralização política, que consistia na oposição ao centralismo “estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais”. Os fundamentos da proposta de reconstrução nacional da educação se balizavam pelo princípio geral da autonomização da educação em relação às demais instâncias (econômica, política, etc). Para isso, lograva o fortalecimento do Estado, em detrimento da iniciativa privada, -embora tenha sido proposta uma complementaridade entre as esferas -; a educação pautada pelo conhecimento científico e pelo protagonismo dos entes federativos estaduais e municipais na gestão das políticas de educação.

Segundo Dermeval Saviani (2012), o advento do escolanovismo

Correspondeu a um refluxo e até a um desaparecimento daqueles movimentos populares que advogavam uma escola mais adequada aos seus interesses. E por que isso? A partir de 1930, ser progressista passou a significar ser escolanovista. E aqueles movimentos sociais, de origem, por exemplo, anarquista, socialista, marxista, que conclamavam o povo a se organizar e reivindicar a criação de escolas para os trabalhadores, perderam a vez, e todos os progressistas em educação tenderam a endossar o credo escolanovista. (p.53)

Saviani argumenta, assim, contra a perspectiva do “otimismo técnico-pedagógico”, dominante na proposta dos Pioneiros e que representou uma alternativa liberal, em face a uma intensificação dos conflitos sociais e da emergência da classe trabalhadora como sujeito político no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930.

No mesmo diapasão, Eraldo Batista (2015) recupera a sintonia entre o projeto educacional dos Pioneiros e o interesse da burguesia industrial paulista na racionalização do trabalho. O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado por essa fração de classe para implementar um processo de formação do operariado brasileiro para a sociabilidade industrial, seguindo a linha do taylorismo, contou com a atuação de intelectuais escolanovistas na sua origem. Batista nota que

os intelectuais orgânicos da burguesia industrial eram tanto do setor industrial quanto do educacional, e diversos educadores contribuíram para a fundação do IDORT, como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Noemy da Silveira Rudolfer, além de outros professores da Universidade de São Paulo (USP). (p.173)

Partindo desse ponto, o autor conclui que a cooperação desses intelectuais não se deu por um processo de cooptação dos educadores, nem dos industriários. Foi, em verdade, uma articulação consciente de intelectuais burgueses “que acreditavam no que faziam”. (Ibidem).

Na redemocratização defensiva (ALMINO, 1980), os escolanovistas foram proeminentes. Seu projeto foi a pedra de toque do texto final da Constituição de 1946. Tornava-se preponderante a ênfase na descentralização como diretriz administrativa da Educação pública, guiada pelo interesse direto dos escolanovistas na superação do modelo centralizador. Essa estrutura foi herdada da ditadura estado-novista, que concentrava a gestão da educação na esfera federal.

Em complemento ao caráter regionalizante da proposta, se instituiu o regime gestão tripartite dos investimentos na área educacional. União, estados e municípios passaram a ter responsabilidades fiscais acerca da provisão de recursos destinados exclusivamente para a educação. Passaram a assumir a gestão dos Fundos destinados à área. Estes, concentrariam os aportes financeiros, determinados pela Constituição. O texto se baseava na premissa da divisão proporcional das fatias do orçamento público que ficariam sob a responsabilidade dos respectivos entes federativos. Esse modelo foi o alicerce das políticas que se traduziram no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Nesse aspecto, o reconhecimento da centralidade da proposta escola-novista na história das políticas educacionais no Brasil, pode ser encontrado no parecer que propôs a instituição do FUNDEB como um fundo permanente, em Março de 2020. Conforme o texto da relatora

Prof. Dorinha Seabra Rezende, deputada pelo partido Democratas (DEM-GO):

A origem remota da proposta de fundos educacionais remete ao ideário da Escola Nova, que no início do século XX propugnava pela completa autonomia financeira por meio da constituição dos fundos de educação. Esta ideia estava contida no Manifesto dos Pioneiros (1932) e nas propostas da Associação Brasileira de Educação (ABE) para o processo constituinte de 1933, que resultou na Constituição de 1934, documentos em que os fundos eram associados à vinculação da receita de impostos à educação – princípio consagrado naquela Carta e que passou a constituir um dos pilares do financiamento educacional. O Fundeb, como resultado de uma subvinculação, seria invisibilizado se a vinculação deixasse de existir. Sem a vinculação, não há Fundeb. Os ‘pioneiros da educação’ representaram uma das mais sofisticadas gerações de educadores e gestores do País, que, ao liderarem as reformas educacionais dos anos 1920, concluíram que sem recursos não há como organizar a educação. (BRASIL, 2020, p. 29-30)

Nesse conjunto de educadores e gestores, que protagonizaram o process histórico e venceram a disputa pela formatação do modelo geral das políticas educacionais brasileiras no século XX, Anísio Teixeira foi o principal vetor intelectual e político do escola-novismo na Bahia. Atuou, na posição de pensador social, como o formulador da proposta educacional a ser implementada; como dirigente político, geriu a Inspeção de Ensino da Bahia (1924-1929), no governo de Góis Calmon, assumindo, décadas depois, a função de secretário de Educação e Saúde Pública do estado da Bahia (1947-1951), a convite do governador Otávio Mangabeira.

A trajetória histórica do personagem Anísio Teixeira pode ser caracterizada como a de um intelectual orgânico (GRAMSCI, 2004), que buscou o caminho da “conciliação permanente”. Articulando os interesses dos principais grupos e frações das classes dominantes baianas ao

projeto escola-novista, marcado por uma perspectiva liberal-democrática, e aos pressupostos pragmáticos da filosofia de John Dewey. Em sentido oposto a essa mirada crítica sobre a ação intelectual anisiana na Bahia, a efeméride dos seus 120 anos busca enfatizar outras dimensões na abordagem à atuação do educador caetiteense. Anísio, no seu ano, surge, antes de tudo, como o “amigo das crianças.”

OS 120 ANOS DE ANÍSIO: SOBRE A EFEMÉRIDE

Marcada pelo espírito de celebração da vida e obra de Anísio Teixeira, a efeméride dos seus 120 anos tornou-se oficial em 2019. Anteriormente, portanto, ao surgimento e à eclosão da pandemia do coronavírus, que ocorreria por volta de março do ano seguinte no território brasileiro. A sua institucionalização se deu por iniciativa do governador da Bahia, Rui Costa (PT), através do decreto nº 19.132, tornado público no dia 12 de julho de 2019. Estabelecia-se, ali, o ano de 2020 como o *Ano Anísio Teixeira*.

O evento deveria se estender pelo calendário. Previa a realização de celebrações públicas em entidades estatais e civis do estado da Bahia. Na ocasião do anúncio, foi informado o objetivo de preparar iniciativas diversas no território baiano: “editais, eventos, premiações, celebrações e lançamentos de livros e produtos audiovisuais em homenagem ao intelectual e pensador social baiano Anísio Teixeira, pelo seu papel fundamental na história da Educação do Brasil.” (BAHIA, 2019).

Incluía-se no planejamento das festividades, ainda, a *Caravana Anísio Teixeira*, que partiria de Salvador até a cidade natal do educador, Caetitê, “divulgando e mobilizando a sociedade e as instituições de ensino da Bahia”, assim como “discentes, docentes, técnicos-

administrativos e comunidade circunvizinha da escola nas homenagens e na produção cultural acerca da vida e obra de Anísio Teixeira”; e o I Seminário Internacional de Estudos Anisianos, que seria realizado na capital baiana no dia do seu aniversário, “com o objetivo de divulgar a vida e obra do educador nas redes internacionais de pesquisa em história e ciências da educação”. (BAHIA, 2019.). Os responsáveis pela operacionalização do Ano Anísio Teixeira seriam as secretarias estaduais de Educação e Cultura (SECULT) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), assim como a Casa Civil do governo do estado e outros órgãos públicos estatais. (Ibidem).

Realizar o evento de forma presencial, como se pretendia na proposta original do governo da Bahia, tornou-se inviável em razão da pandemia de COVID-19. Na data da culminância do evento, que teve de alterar drasticamente o roteiro esboçado no ano anterior, o Brasil registrou o acúmulo de 72.150 mortes e atingiu o patamar de 659 novas mortes naquele dia, em razão da contaminação pelo vírus SARS-COV-2 (WORLDOMETER, 2021). A proposta foi adaptada ao formato digital, concentrando as festividades em eventos mediados por convidados e autoridades públicas em plataformas virtuais.

Em cerimônia virtual, organizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-BA) no dia 14 de Julho de 2020, intitulada *Anísio Teixeira: Patrono do Conselho Estadual de Educação da Bahia*, foi outorgada uma honraria histórica ao educador escola-novista: o título de patrono do CEE/BA. A sua oficialização junto à entidade se deu a partir da homologação da Resolução CEE nº 43/2020. Importante salientar que, além de ter sido vice-presidido por Teixeira, em 1925, o Conselho Estadual de Educação esteve inserido no conjunto de iniciativas institucionais da reforma educacional de 1947-1951. O organismo, formado por

conselheiros oriundos da “sociedade civil”, foi encarregado de ser o principal responsável pela supervisão do sistema educacional baiano a partir da proposta de Anísio Teixeira na Secretaria Estadual de Educação e Saúde. Embora não se possa dizer que o órgão preserve integralmente o formato projetado pelo educador escola-novista, o embrião da entidade na Bahia foi, decerto, cultivado por Teixeira; O educador baiano se inspirara no modelo das “autoridades locais de educação”. A ideia era promover a descentralização do poder administrativo, com base na referências anglo-saxãs de gestão estatal da educação, experimentadas nos Estados Unidos e na Grã Bretanha.

Além do histórico na CEE-BA, a proposta de concessão da honraria póstuma ao, agora, “patrono” do Conselho Estadual, recuperou o sentido do projeto de lei nº23.931/2020, do governo da Bahia. Aprovada no dia 16 de julho de 2020, em Sessão da Assembléia Legislativa da Bahia, a nova norma transformou o educador escolanovista em, também, Patrono da educação baiana

Nas celebrações da efeméride, a live intitulada *120 anos de Anísio Teixeira, “O amigo das Crianças”* contou com a presença do secretário de Educação, Jerônimo Rodrigues; do presidente da CEE-BA, Paulo Gabriel Nacif; vários intelectuais, artistas e ilustres personalidades públicas do estado. Dentre as homenagens prestadas pelo secretário de educação em exercício, destacou-se a referência ao relacionamento fraterno entre o educador baiano e o escritor Jorge Amado.

O escritor, nascido em Itabuna, Bahia, incluíra Anísio na dedicatória do livro *Capitães da Areia*, com os dizeres: “a Anísio Teixeira, amigo das creanças.” (AMADO, 1937, p.9). Em carta redigida durante uma viagem ao México e destinada a Caetité, Jorge Amado descreve suas impressões acerca do país centro-americano. Informa ao intelectual

escolanovista que houvera encontrado as publicações do Ministério da educação mexicano e que as enviaria à cidade natal de Teixeira, juntamente com a referida carta, produzida em 26 de Julho de 1937.

Amado aproveita a ocasião para contar a Anísio a seguinte novidade:

“no fim do mês que vem deve sair no Rio o ultimo dos meus seis romances sobre a Bahia: ‘Capitães da Areia’, romance que trata da vida das crianças abandonadas nas ruas da capital do nosso Estado e que comecei em Sergipe e acabei aqui. Enviei há coisa de 15 dias para o nosso editor, o querido José Olympio. Tomei a liberdade de dedicar este romance ao sr. em sinal de admiração, amizade e gratidão. Sei bem que mesmo que o romance seja fraco o sr. saberá amar e compreender estas crianças abandonadas a quem falta tudo e cuja vida na Bahia me espantou de tal maneira que abandonei dois planos de romances que tinha para fazer este. O sr. é um homem para quem o grande amor e a unica ambição teem sido as crianças do Brasil. Por isso e pelo muito que me ensinou nos meses que trabalhamos juntos aceite a dedicatória destes ‘Capitães da Areia’. Para mim é um orgulho poder dedicar um livro ao sr. (AMADO, 1937.).

Na cerimônia, o secretário Jerônimo Rodrigues, reiterou o compromisso oficial do governo do estado com o legado anisiano. Aproveitou para desejar: “parabéns a Anísio Teixeira, parabéns a toda a sua família e a nós, que seguimos rente com as suas ideias pedagógicas, democráticas e revolucionárias”. (RODRIGUES, 2020.).

O exame preliminar da atuação do governo do estado da Bahia no âmbito das políticas educacionais, no entanto, revela discrepâncias com relação ao anúncio oficial. Apresenta contradições entre o modo de atuação do governo no terreno da memória pública e nas suas práticas administrativas.

O CEMITÉRIO DA PRÁTICA?: BREVÍSSIMOS COMENTÁRIOS SOBRE A GESTÃO EDUCACIONAL DO GOVERNO DA BAHIA

No seu conjunto, as políticas governamentais para a educação na Bahia têm apresentado um quadro de consolidação de práticas neoliberais e conservadoras, pelo ponto de vista da análise do modelo da administração pública. Em relação ao protagonismo do Estado na gestão dos fundos públicos da educação, bem como na defesa de um caráter democratizador do acesso à escola, muito condizentes com o projeto escolanovista, o governo do estado tem demonstrado uma tendência de progressivo distanciamento.

No ano de 2019, foi anunciada pela Secretaria de Educação a Portaria nº 770, que estabelece o interesse público no compartilhamento da gestão operacional e administrativa de Unidades escolares no estado da Bahia. A portaria se dirige, a princípio, aos municípios de Salvador, Alagoinhas, Ilhéus e Itabuna. O documento funciona como uma ratificação legal e pública da vontade do governo baiano de instituir parcerias com Organizações Sociais (OS) no âmbito educacional, o que sintetiza a adesão ao regramento jurídico que permite a terceirização das chamadas atividades fins na área do ensino público.

A ação deu continuidade para a execução do Programa Estadual de Organizações Sociais, aprovado em janeiro de 2004, na forma do decreto nº 8.890. O documento foi instituído durante o governo de Paulo Souto (DEM-BA), antigo Partido da Frente Liberal (PFL), com o objetivo de regulamentar a Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003.

Nessa direção, a política de abertura para o compartilhamento da gestão pública com as Organizações Sociais (OSs) e Não Governamentais (ONGs), confere com a tendência internacional de aproximação entre os

setores público e privado na educação, contando com a mediação das entidades do chamado Terceiro Setor.

O padrão desse estreitamento - seletivo - das conexões entre Estado e Sociedade Civil, costuma caminhar - hodiernamente - no sentido da reprodução capitalista. O que resulta numa tendência de progressão exponencial da privatização dos bens e da apropriação privada do erário público. Em lugar de representar uma socialização das riquezas produzidas pelas instituições privadas. Segundo Roberto Simões (2004),

as políticas estaduais e municipais para a educação pública vêm se aprofundando na transferência dos recursos orçamentários do Estado destinados à educação. Estes tem sido sistematicamente depositado nas 'parcerias' entre o Estado e as ONGs, às quais... são braços sociais das corporações nacionais e multinacionais, independentemente da nomenclatura normativa oficial que se possa a elas auferir. (p.199-200).

Tal ampliação da participação do Terceiro Setor na administração pública representa uma adesão à lógica neoliberal da diminuição da ação estatal na gestão pública, a fim de libertar as forças econômicas e deixar o espaço livre para a atuação da "mão invisível" do mercado capitalista. Numa situação de crise de acumulação, esse panorama resulta ainda mais agressivo, em razão do acirramento da competição pelo acesso aos recursos disponíveis em um cenário de maior escassez.

Esse modelo "terceirizador" da gestão educacional baiana, comumente, se apoia no argumento da ausência de fundos para o investimento público. No entanto, a sua transferência continua acontecendo nas parcerias público-privadas. Agora, não mais na forma de investimentos, mas de transferência direta dos recursos públicos para as entidades privadas da sociedade civil.

Como uma dimensão complementar à política de abertura da gestão pública à iniciativa privada, pode-se notar a estratégia de redistribuição da oferta de unidades escolares no território baiano. Emblemático, também pelo ponto de vista da memória traumática que ajudou a produzir, foi o caso do fechamento do Colégio Odorico Tavares, localizado no Centro de Salvador. O encerramento das atividades do Colégio mobilizou setores da sociedade civil baiana que se contrapuseram à decisão governamental, ratificada em janeiro de 2020.

No dia 20 de janeiro de 2020, havia ocorrido a ocupação do prédio do colégio Odorico Tavares por estudantes e ex-alunos. Grupos de apoiadores se reuniram em vigília, para acompanharem o andamento das negociações com as forças policiais presentes e registrarem o andamento da contenda. Com a chegada da noite e o aumento da tensão em frente ao colégio, o cadeado da escola foi arrebentado. Registrou-se, ainda, que “a polícia chegou a fazer um cordão de isolamento na entrada principal do prédio e todas as luzes foram desligadas” (VEJA FOTOS, 2020). Os apoiadores articularam a provisão de suporte material para a permanência dos ocupantes, com água potável e alimentos.

Entidades de estudantes secundaristas, a Associação dos Professores Licenciados do Brasil, seção-Bahia (APLB), representantes de partidos e movimentos de esquerda e na cidade de Salvador e parlamentares organizaram um protesto, em 24 de janeiro, alguns dias após a desocupação do prédio, cuja fachada havia sido lacrada.

Em nota, a Secretaria de Educação afirmou que a matrícula dos 176 estudantes seria permitida em qualquer uma das demais escolas localizadas nas imediações do bairro. Sobre o fechamento, o governador Rui Costa (PT) afirmou em entrevista à TV Record que “as pessoas moram na comunidade e tem que gastar dinheiro de transporte para ir pra lá”.

Definiu, também, que a entrega do terreno para a iniciativa privada seria feita mediante a seleção da oferta que garantisse o maior número de escolas construídas na periferia da cidade (GALVÃO, 2020.).

Com o resultado do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB) na Bahia, divulgado no ano de 2020, o estado da Bahia atingiu o 3º pior resultado entre os estados da federação. Em meio ao baixo desempenho nos índices, a política de fechamento de uma escola modelo, como era o caso do Odorico Tavares, promete ampliar a oferta de escolas aos bairros periféricos. Segregando, no entanto, a circulação dos jovens negros e periféricos, público majoritário no antigo Colégio Odorico, numa das regiões mais cobiçadas pela especulação imobiliária na cidade de Salvador, o bairro do Corredor da Vitória. O que representa dois problemas adicionais.

Primeiro, no âmbito educacional. Pelo fato de o fechamento do Colégio Odorico ter significado a suspensão do regime de cooperação entre Ensino Superior e Ensino Básico que ocorria no antigo colégio. O programa de formação de professores das licenciaturas da Universidade Federal da Bahia havia estabelecido uma ponte para o apoio à formação docente. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) também concebia a unidade que foi desativada como um ponto de apoio para a implementação das pesquisas em educação e para a experimentação prática de ensino dos bolsistas. Com o encerramento das atividades letivas, a produção de conhecimento, bem como a formação profissional dos educadores, sofreu um impacto significativo.

Num segundo ponto, o fechamento representa uma perda na dimensão simbólica do educar e da vida urbana. O senso de pertencimento dos estudantes da unidade, bem como a sociabilidade tornada possível com a presença do prédio escolar numa região central e histórica da

cidade, serviam de alicerces para uma formação enriquecida da pluralidade da vivência urbana. O direito dos estudantes periféricos à circulação na cidade, dada fora das regiões da cidade onde vivem, está sendo, paulatinamente, substituído por uma política de fixação geográfica dos moradores nos seus respectivos bairros. Nesse sentido, a cidade, como centro de confluência da diversidade humana na sociedade capitalista, perde a sua razão de ser. Os jovens habitantes de bairros distantes do centro passam a estar ainda mais confinados, agora também geograficamente, numa vivência urbana em sentido estrito, limitada à realidade dos seus bairros.

Essa tendência se mostra diametralmente oposta ao sentido de promover a integração no espaço urbano, por meio da democratização efetiva da experimentação das suas possibilidades, o que permitiria concretizar, de fato, uma dimensão crucial da cidadania: o direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001).

A iniciativa aduz a uma extensão da lógica privatista também pelo critério do “lugar”, produzindo, arbitrariamente, com a anuência do poder público a divisão entre o “espaço dos que mandam e o espaço dos que obedecem” (SANTOS, 1979). Essa linha segregacionista tende a empobrecer a experiência humana da formação escolar bem como esgarçar o próprio tecido social da vida urbana, enquanto incentiva a lógica da divisão social e racial no centro da cidade de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração educacional do governo do estado tem reunido características que permitem considerar, preliminarmente, a existência de uma assimetria entre o projeto escolanovista, que se afirma no

âmbito da memória, e o modelo executado na prática. Considerando o papel fundamental da atividade governamental no campo da memória, se observa uma tentativa de articulação política do projeto neoliberal, de incentivo à participação do setor privado, com o conservador, associado à lógica do fechamento das escolas e à segregação do espaço urbano em Salvador.

Sendo assim, pode-se afirmar que essa ambiguidade representa uma distorção da identidade social criada pelo governo nas suas políticas educacionais da memória. Nesse sentido, a dedicação a uma oficialidade integrada ao reconhecimento da vida e obra de Anísio Teixeira, pode ser entendida como um fenômeno histórico, caracterizado pela perpetuação de uma “crise de identidade”. Ou, seja, um “desnível entre as representações do passado e do presente” (SOUTELO, 2009, p. 11).

Esse quadro parece repercutir a adesão do governo da Bahia à lógica do pragmatismo político na gestão pública. No aspecto da identidade social reivindicada, o empenho na construção dessa memória coletiva permite a inferência ao conteúdo – orgânico – da relação entre o governo de Rui Costa e a sua base social, composta pela classe trabalhadora, a quem o Partido dos Trabalhadores logra representar.

Essa tentativa de conciliação de tendências político-pedagógicas diametralmente opostas tensiona politicamente a prática governamental, mas não se converte em ações que traduzam a, tão anunciada, inspiração no projeto escola-novista. Se levarmos em consideração os aspectos elencados, anteriormente, no artigo, essa crise pode ser considerada como um fator que se coloca no centro da explicação para a atual ênfase na difusão do legado anisiano. Substitui, nesse sentido, um exame autocrítico sobre a atualidade do modelo escolanovista para a

realidade educacional baiana, afim de que possa promover inovações consistentes e efetivas na área educacional.

O fechamento de escolas, a “publicização da gestão pública”, dentre outras ações, não parecem ser meras exceções à regra, dada a proporção dos seus efeitos concretos e o vislumbre da tendência de continuação dessas práticas. Esse quadro resulta na configuração de um modelo pragmático e neoliberal de gestão educacional, que se coloca acima das perspectivas de elaboração – efetiva – de uma governança emancipatória, que vise atender, primeiramente, às necessidades dos grupos subalternos. Distancia-se, desse modo, da representação dos interesses da classe trabalhadora, priorizando o desenvolvimento de uma sociabilidade pautada pela reprodução do capital na Bahia e os seus imperativos categóricos.

LISTA DE FONTES

BAHIA. Secretaria de Educação da Bahia. **Governador institui por decreto o Ano Anísio Teixeira para marcar os 120 anos do educador baiano**. 2019. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/governador-institui-por-decreto-o-ano-anisio-teixeira-para-marcas-os-120-anos-do-educador-b#:~:text=No%20dia%20em%20se%20celebra,19.132%2C%20o%20Ano%20An%C3%A4sio%20Teixeira>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Secretaria de Educação da Bahia. **Projeto lançado pelo Governo do Estado celebra memória e legado do educador baiano Anísio Teixeira**. 2019. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/projeto-lancado-pelo-governo-do-estado-celebra-memoria-e-legado-do-educador-baiano-anisio-t> Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Comissão especial**. Destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição nº 15-a, de 2015, da sra. Raquel muniz e outros, que "insere parágrafo único no art. 193; inciso ix, no art. 206 e art. 212-a, todos na constituição federal, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação - FUNDEB instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Relatora Professora Dorinha Seabra Rezende. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1858976 Acesso em: 15 jul. 2021.

WORLDMETER. **Gráfico do Total de Mortes por Coronavírus no Brasil (escala linear).**

Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/> Acesso em: 15 jul 2021.

_____. **Gráfico do Total de Novas Mortes Diárias no Brasil (escala linear).** Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/> Acesso em: 15 jul 2021.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1937.

_____. [Dr. Anísio: um abraço saudosos]. Destinatário: Anísio Spíndola Teixeira. 26 jul. 1937. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AT_Corresp&pagfis=5557 Acesso em: 15 jul 2021.

EDUCAÇÃO BAHIA. **120 anos de Anísio Teixeira, o amigo das crianças.** Youtube. 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jQYXCXIRaDg> Acesso em: 15 jul. 2021.

VEJA FOTOS da ocupação do Colégio Estadual Odorico Tavares. **Correio da Bahia.** 2020. Salvador Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/veja-fotos-da-ocupacao-do-colegio-estadual-odorico-tavares/> Acesso em: 15 jul. 2021.

GALVÃO, Alexandre. Rui confirma fechamento do Colégio Odorico Tavares. **Metro 1.** Salvador. 26 dez 2019. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/85191,ruiconfirma-fechamento-do-colegio-odorico-tavares> Acesso em: 15 jul. 2021.

BIBLIOGRAFIA

ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946.** São Paulo: Brasiliense. 1980.

ARAUJO, Diana; MIGUEL, Maria Elisabeth B.; ARAUJO, José Carlos S. **As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946).** Campinas; Uberlândia: Autores Associados; EDUFU. 2011.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Campinas: Autores Associados. 2015.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. Porto Alegre: Zouk. 2018.

FONTES, Virginia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais (1932). In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Vol II, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec. 1979

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados. 2012.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. A Política Educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci. **Revista HistedBr On-line**, Campinas, n. 25, p. 3-12. Mar. 2007.

SIMÕES, Roberto Alves. **A ação criminosa das ONGs: a privatização da escola pública**. Rio de Janeiro: Consequência. 2017.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)**. 2009. 410 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Porto, Porto. 2009.

_____. **A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas. Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX**. 2015. 594 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Porto, Porto. 2015.

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

7

O PASSADO NEGADO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NO PROCESSO FORMATIVO DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE

Frederico Duarte Bartz¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, por conta do avanço dos meios de comunicação, da globalização e de um capitalismo cada vez mais predatório, o debate sobre a questão da memória histórica (e dos lugares de memória) tem tomado cada vez mais destaque nas discussões historiográficas (NORA, 1993, p.7-28). Partindo deste contexto de debates sobre a história, a memória e o patrimônio, pretendo trazer nesse texto algumas questões relativas ao passado da classe trabalhadora e de suas organizações, assim como dos seus lugares de memória específicos (RIBERIOUX, 1992 e SCIFONI, 2013).

Trago algumas reflexões desenvolvidas ao longo dos últimos seis anos, período em que coordenei o percurso de memória chamado “Caminhos Operários em Porto Alegre”, que, a partir de 2019, transformou-se em um curso de extensão oferecido pela Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso tem como objetivo visitar locais identificados com o período formativo do movimento operário em Porto Alegre (1887-1937), o que coincide com o crescimento exponencial da cidade, com o desenvolvimento de sua

¹ Mestre e Doutor em História pela UFRGS e Técnico em Assuntos Educacionais na mesma universidade.

indústria e comércio, assim como da expansão da própria classe trabalhadora (BARTZ, 2019, p.63-67).

Sempre me chamou muita a atenção o fato de que diversos lugares significativos para a história da classe trabalhadora, como antigas sedes de sindicatos, partidos, sociedades culturais e beneficentes, terem sido apagadas da memória da cidade; a fim de divulgar a história do movimento operário, procurei levantar algumas hipóteses para explicar seu esquecimento, especialmente em relação a esse período que vai do final do Império até o Estado Novo.

Para desenvolver minhas hipóteses, parto de uma perspectiva que entende o período estudado a partir da lógica da expansão urbana e da formação de uma classe operária nos marcos da industrialização. É necessário fazer essa ressalva porque os processos de apagamento da memória estão intimamente imbricados com as mudanças decorrentes dos conflitos de classe que se desenvolvem no espaço da cidade. Como apontam Henri Lefebvre e David Harvey, os trabalhadores sofrem as consequências dessas mudanças em um quadro dominado pelos interesses das classes dominantes na reprodução do capital. (LEFEBVRE, 1968, p.130 e HARVEY, 2014, p.133). Dessa forma, tanto o esforço coletivo da classe trabalhadora na construção de suas instituições, como a desagregação dessa coletividade que leva ao esquecimento, estão inexoravelmente imbricados na lógica da luta de classes.

A CLASSE TRABALHADORA E SUA PRESENÇA NO ESPAÇO URBANO

Um primeiro elemento a ser considerado é a instabilidade da classe trabalhadora em relação à sua presença no espaço urbano, por conta de processos como a valorização de determinadas áreas ou mesmo de

remoções forçadas de comunidades mais pobres, fazendo com que muitos bairros tradicionalmente identificados como operários ou com alguma categoria específica mudassem ao longo dos anos, provocando o apagamento de determinadas tradições de lutas.

No caso de Porto Alegre, isso é bastante perceptível a partir da Primeira República. Com efeito, desde pelo menos a década de 1890, a Intendência Municipal promoveu medidas para expulsar os cortiços da região central da capital, iniciando um projeto de elitização dessa zona. Durante a década de 1920, nas administrações de Otávio Rocha e Alberto Bins (1924-1937) o plano se tornou mais agressivo com a implementação de diversos projetos de modernização urbana, como a construção da Avenida Borges de Medeiros ou o alargamento do antigo Beco do Rosário, o que resultou na saída de um número significativo de trabalhadores que viviam no local (SOUZA e MÜLLER, 1997, p.99-109).

Um exemplo de apoio a esse projeto pode ser encontrado em maio de 1930, no jornal *O Estado do Rio Grande*, que comentava a construção de um edifício de seis andares na Rua dos Andradas (principal via pública da capital), em um artigo intitulado sugestivamente de *As Construções Modernas*. No corpo do texto estava transcrito o pedido de isenção de impostos feito pelo proprietário do imóvel, Luiz Chiaradia, que justificava seu pleito pela necessidade da construção de moradias para aqueles que trabalhavam no centro da cidade, como bancários e funcionários públicos, mas também pelo fator de embelezamento da região.

É preciso que desapareçam do centro da cidade, as casas que até bem pouco tempo eram de beira de telhado e que ainda são pela sua falta de esthetica, pela sua idade quase secular, pela sua falta de conforto – verdadeiros casebres, diria “pardieiros”, cujo lamentável aspecto contrasta, de modo

surpreendente, com a formosura do calçamento e com os edifícios modernos já construídos. Não é esse o caso típico da Rua dos Andradas? A situação ainda será mais chocante quando se abrir a Avenida Borges de Medeiros: uma grande artéria, com edifícios-padrão -, correndo ao lado, ou nas proximidades, de casinhas térreas, miseráveis, que mal disfarçam a sua penúria física, com as reformas de pintura e rebocco. A Intendência não pode condemnar à demolição essas casas, nem deve desapropriá-las. O recurso, portanto, é de estimular as grandes construções vultuosas, elegantes, ornamentaes. Esse estímulo só pôde ser obtido por meio de favores do fisco (*O Estado do Rio Grande*, 15/5/1930, p.6).

O argumento aparente é o “embelezamento”, mas sua justificativa mobiliza toda uma lógica de invisibilizar a pobreza e atrair profissionais liberais ou trabalhadores de escritório, provocando uma gentrificação daquele espaço. Essa política teve vozes discordantes, como recorda a filha do Conselheiro Municipal Francisco Xavier da Costa (antigo líder socialista), que criticava as ações de despejo e remoção em conversas que tinha com o Intendente Alberto Bins (SCHMIDT, 2004, p.336-337), mas essas posições se perderam com a vitória da política de modernização.

O projeto modernizador permanece e se aprofunda depois dos anos 1930, principalmente nos territórios habitados pela população negra ao sul do Centro, em zonas banhadas pelo Arroio Dilúvio. A partir de 1939, inicia-se a retirada da população da Ilhota, importante núcleo da comunidade negra de Porto Alegre localizado entre a Cidade Baixa e o Menino Deus. O deslocamento se intensificou depois da enchente de 1941 e com o avanço das obras de canalização do Dilúvio, atingindo outras regiões como o Areal da Baroneza, que também era um território tradicional de população negra pelo menos desde a década de 1880.

Até o período da Ditadura Militar, a política urbanística da Prefeitura foi marcada pela remoção sistemática da população mais pobre que vivia próxima ao centro e que era removida para áreas cada vez mais periféricas, em um processo permeado de racismo que atingiu principalmente trabalhadoras e trabalhadores negros. Isto pode ser visto em projetos como o “Renascença”, que reestruturou parte da Cidade Baixa e do Menino Deus nos anos 1970. As ações de remoção e transferência dessas famílias mudou a composição social dos bairros onde se localizavam essas comunidades (VIEIRA, 2017, p.159-175).

Durante a década de 1930, também se iniciam uma série de mudanças na zona industrial ao norte da cidade, que abarcava o bairro Floresta e o Quarto Distrito. Um dos marcos dessas mudanças foi a abertura da Avenida Farrapos, construída no final da década de 1930, rasgando a zona fabril ao meio e provocando uma valorização súbita da área. Outro elemento desorganizador foi a repressão contra os imigrantes e suas associações durante o Governo Vargas (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, bielorrussos), já que essas entidades representavam um fator importante de agregação para os moradores daquela região (FORTES, 2004, p.119-175; GERTZ, 1991, p.63-77 e GARDOLINSKI, 1978, p.13-22).

Além disso, já existia desde o final dos anos 1930 uma proposta para remoção das fábricas e da população operária para a várzea do Rio Gravataí, mas que não foi colocada em prática. A mudança ocorreu efetivamente a partir dos anos 1950, quando os bairros passaram por um forte processo de desindustrialização que foi acompanhado por obras públicas que recortaram e desarticularam a vida urbana, mudando o seu caráter fabril. Fábricas e comunidades operárias acabaram

por se deslocar para as cidades do entorno de Porto Alegre (MATTAR, 2010, p.102-113 e p.305-330).

Dessa forma, pode-se dizer que ocorreu depois de 1930 um processo de mudança territorial da classe trabalhadora, o que ajudou a apagar a memória de certas tradições de luta vinculadas a regiões específicas, onde pululavam associações de classe. Em alguns bairros, como o Rio Branco (antiga Colônia Africana), é muito difícil encontrar algum edifício do começo do século XX, o que torna bastante complicado materializar a memória das pessoas que ali viviam e de suas lutas.

A INSTABILIDADE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A MEMÓRIA

O segundo elemento a ser considerado é a instabilidade do próprio movimento operário, cujas instituições, que poderiam ser responsáveis pela continuidade das experiências do passado a fim de consolidá-las, estavam sob constante ameaça de desestruturação e repressão. Também existiram problemas relacionados com a precariedade das associações: durante a Primeira República, eram raras as entidades de classe que possuíam sede própria, na maior parte das vezes se reunindo em locais improvisados como casas de militantes, tavernas e sociedades beneficentes (LONER, 2001, p.407-408).

Outros aspectos da instabilidade do movimento operário também contribuíam para dificultar a reprodução de uma memória coletiva. Existiam conflitos dos militantes com episódios passados do movimento operário, pois muitas vezes sua história era retomada como forma de mobilizar argumentos contra grupos adversários ou para criticar antigas experiências. É provável que essa lógica fosse um empecilho para a constituição (ou o reconhecimento) de uma história

comum por parte das diferentes entidades operárias, já que seu olhar para o passado era afetado por rivalidades políticas do tempo presente.

Em 1896, por exemplo, Francisco Xavier da Costa, tipógrafo e líder socialista, fez um apanhado histórico do início da organização do movimento operário em Porto Alegre, ainda no período monárquico, quando as organizações recém surgidas empenharam seu apoio a um Deputado Provincial do Partido Liberal (José Manoel da Silva Só) que não realizou nada no interesse da classe. Esse erro de escolha de apoiadores teria se repetido com o advento da República.

Mais tarde, após o advento da República, de novo alguns operários bem intencionados abalançaram-se à grandiosa obra de agremiação de seus companheiros de sorte. O entusiasmo que movimentou o primeiro tentamen proletário brilhou mais uma vez; fundaram clubs, escolas nocturnas, associações beneficentes da classe, chegaram mesmo a publicar um jornal organ da mesma. Porém, mais uma vez também, o esforço dos partidos representantes das outras classes fez-se sentir no seio dos trabalhadores (*Gazetinha*. Porto Alegre, 22/11/1896, p.2).

Assim como no episódio citado por Xavier da Costa, o esforço das organizações operárias foi canalizado para a eleição de um representante dos trabalhadores por um partido da elite (Johannes Steenhagen, eleito na chapa do PRR), que se não fez a triste figura do anterior, “não representou o bonito papel em que podia e devia salientar-se”. Nesse caso, o resgate da experiência histórica vinha acompanhado de uma crítica às escolhas do movimento em aliar-se aos partidos burgueses, reforçando os pressupostos socialdemocratas de autonomia e independência de classe.

Anos depois, em 1911, alguns militantes anarquistas como Polidoro Santos e Henrique Martins envolveram-se em uma longa discussão com

socialdemocratas a exemplo de Francisco Xavier da Costa, Ricardo Maciejewski e Antônio Heit pelas páginas do *Echo do Povo*, do *Correio do Povo* e de *O Diário*. Tudo se originou em acusações que Francisco Xavier da Costa teria lançado aos libertários, logo após esses obterem a hegemonia sobre a Federação Operária do Rio Grande do Sul. Polidoro Santos, uma das principais lideranças anarquistas, resgatou diversos episódios passados da história do movimento para cobrar a conduta pregressa de seu interlocutor pelas páginas de *O Diário*:

Desejava que o Sr. Costa explicasse por que motivo foi ele expulso da Liga Operária dessa capital? Porque motivo sendo ele proposto para sócio da União Operária Internacional em setembro de 1905 não foi aceito? – Por que motivo, durante a sua direção na Federação Operária nunca permitiu que esta possuísse livro de tesouraria? – Por que motivo, até hoje não apresentou balanço da greve dos 21 dias, apesar de já serem passado cinco anos? [...] Por que motivo não entrega os livros do Grêmio Dramático Xavier da Costa ao respectivo tesoureiro? (BILHÃO, 2009, p.87).

Devido ao texto publicado em setembro de 1911, uma intensa e agressiva troca de acusações desenrolou-se pelas páginas dos jornais, em que boa parte dos argumentos trazia algum tipo de balanço em torno da Greve Geral de 1906 e de seus desdobramentos. Entre as acusações estavam casos de malversação de recursos administrados pelas entidades e também casos de traição, pois afirmavam que Xavier da Costa havia denunciado militantes anarquistas à polícia. O debate se encerrou com uma acusação formal de Costa contra Henrique Martins, que foi condenado e teve de se retirar para o Rio de Janeiro.

Se os acertos de contas com o passado dificultavam a apropriação de uma história comum da classe trabalhadora pelos militantes, a ação repressiva do Estado e das forças policiais tornavam esse exercício

quase impossível. Ocorreram episódios em que sedes sindicais e de outras associações foram atacadas pelas forças repressivas, ocasionando a perda de materiais que serviam como arquivos para as entidades operárias. No ano de 1908, por exemplo, a sede da União dos Alfaiates, que também abrigava a Liga Anti-Militarista, foi invadida e depredada por estudantes da Escola Militar pelas críticas que a Liga fazia ao exército (MARÇAL, 1985, p.75-77). Outro exemplo disso ocorreu no ano de 1919, por ocasião do fechamento da Federação Operária do Rio Grande do Sul, durante a repressão à Greve Geral daquele ano. Quando os militantes voltaram à sede da Federação, encontraram móveis quebrados e seus materiais de arquivo perdidos ou bagunçados, dando a eles o sugestivo nome de “cinzas”.

Vários dias haviam decorrido para que suas excelências pudessem serenar os ânimos e nós um pouco mais tranquilos pudéssemos voltar à sede. Quando lá chegamos, demos falta do archivo, etc. Boletins e jornais novos e velhos, espalhados em desordem. E, como rendendo culto àquela desordem, reunimos e depositamos a papelada, que passamos a chama-la cinza... (O *Syndicalista*, 24/1/1920, p.2).

De uma forma paradoxal, essas “cinzas” chegaram até nós através do Processo-Crime n.1016, do Tribunal do Juri de Porto Alegre, em que boa parte desse material foi anexado, servindo hoje aos pesquisadores e pesquisadoras que desejam fazer justiça à essa memória que um dia as forças de repressão tentaram apagar.

Alguns anos mais tarde, em 1927, o alvo do ataque foi a Escola Moderna, centro de educação e de difusão da pedagogia libertária, que se localizava na Rua Esperança, na Colônia Africana. Conforme relato do filho de Francisco Grecco e Cantalice Silva Grecco, que atuavam como

professores naquele estabelecimento, a polícia invadiu o local, apreendeu livros da biblioteca, jornais e uma prensa tipográfica, para depois atear fogo nos materiais (RODRIGUES, 1994, p.140-141). Além de incinerar documentos que guardavam a memória dos militantes, as forças repressivas também foram responsáveis pela destruição de um espaço onde a experiência do movimento era passada para outra geração através da educação.

Mesmo com todas as dificuldades e limitações, são registrados alguns exemplos de esforços de perpetuação de uma memória comum pelas organizações operárias. Em janeiro de 1912, o militante anarquista Antônio Cariboni publicou três artigos nas páginas do jornal *O Diário*, de Porto Alegre, em que fazia um resgate da formação de três associações de classe: a União Operária Internacional, a União dos Pedreiros e a União Metalúrgica. Dois anos depois, a Federação Operária enviou um extenso relatório para subsidiar o 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, que começava com um esboço histórico da formação da FORGS durante a Greve de 1906 e a trajetória da entidade até aquele momento (PETERSEN, 2001, p.281-284 e 304-306).

Em ambos os casos, a elaboração da trajetória das organizações coincidia com a construção de uma narrativa em que os anarquistas eram mostrados como elementos mais dinâmicos, enquanto os socialistas se perdiam na esterilidade das lutas burguesas e partidárias. Se, por um lado, os escritos podem ser justificados como parte de um esforço de afirmação das posições libertárias no seio das organizações, isso não pode ser confundido com os exemplos que elenquei no início dessa seção. Não se tratava simplesmente de buscar erros do passado para atacar adversários, mas da construção de uma memória positiva da

classe trabalhadora, do registro de um passado que podia ser incorporado pelos militantes como referência.

Essas passagens foram casos esparsos de construção de uma memória operária. Outra iniciativa mais consistente disso foi do anarquista alemão Friedrich Kniestedt, que passou a publicar suas memórias no periódico antinazista *Aktion* a partir de 31 de março de 1934: “No número 21 do *Aktion*, prometi contar algumas lembranças da minha vida de vez em quando. Claro que não deveria ser meu trabalho contar aos nossos leitores a história de minha vida, mas apenas o que eu acredito que vale a pena, tentarei deixar registrado aqui”².

As recordações de Kniestedt foram registradas em uma seção do jornal chamada *Memórias (Erinnerungen)*, mas não se tratava de uma biografia somente de cunho pessoal, pois seu autor afirmava já no primeiro momento deixar registrado apenas o que considerava significativo (*von dem ich annehme dass es Wert besitzt*), depreendendo-se que isso se referia à história da classe trabalhadora. O militante publicou entre março de 1934 e outubro de 1937, setenta e quatro capítulos que saíram por três jornais diferentes: *Aktion*, *Alarm* e *Das Deutsche Buch*. Nos relatos a trajetória de vida de Kniestedt se entrelaçava com a história do movimento socialista, anarquista e sindicalista na Alemanha e no Brasil, com grande riqueza de informações. Mais de cinquenta anos depois, esses mesmos textos foram traduzidos e compilados pelo Professor René Gertz, que os publicou como “*Memórias de um Imigrante Anarquista*”, sendo ainda hoje uma das principais fontes para conhecer as lutas do movimento

² In der nummer 21 der *Aktion* versprach ich, von Zeit zu Zeit, einige Erinnerungen aus meinem Leben zu erzählen. Es soli natürlich nicht meine Aufgabe sein, unseren Lesern meine Lebensgeschichte vorzutragen, sondern nur das, von dem ich annehme dass es Wert besitzt, will ich versuchen, hier fest zu halten (*Aktion*, 31/3/1934, p.3).

operário em Porto Alegre, especialmente entre os imigrantes alemães, entre o final dos 1910 e a década de 1930.

O APAGAMENTO DELIBERADO DA MEMÓRIA COMO ELEMENTO INERENTE DA DOMINAÇÃO DE CLASSE

Além dos problemas inerentes às organizações classistas, o Estado tem um papel primordial de apagamento deliberado da memória operária, fazendo com que os conflitos entre capital e trabalho sejam ocultados a partir de uma memória histórica que é seletiva e excludente, restando o protagonismo dos membros das elites política e econômica. Como já abordei na última seção alguns exemplos de apagamento da memória através da repressão aberta, vou tratar aqui de casos de afirmação da dominação oligárquica e burguesa a partir da construção de um espaço público em que a classe trabalhadora está ausente. Esse processo pode ser verificado com facilidade nos nomes dados às ruas, avenidas e praças da capital.

Entre o final do século XIX e começo do século XX, Porto Alegre passou por três grandes períodos de mudanças no nome de suas ruas: durante a Guerra do Paraguai; no contexto da Proclamação da República; nos desdobramentos da Revolução de 1930. A partir de 1865, os nomes prosaicos e populares, pelos quais os antigos logradouros da região central de Porto Alegre eram conhecidos, foram substituídos por nomes que evocavam a nacionalidade, a família imperial ou eventos e pessoas vinculadas à Guerra do Paraguai. As renomeações se iniciaram já em 1865, quando duas das vias mais importante da cidade, a Rua da Praia e a Rua Nova da Praia, tiveram seus nomes substituídos por iniciativa do Presidente da Província, para toponímias vinculadas ao

processo de independência, respectivamente Rua dos Andradas e Rua Sete de Setembro (FRANCO, 1988, p.386-387).

Nos anos seguintes, uma série de referências que faziam alusão a tipos populares ou à vida cotidiana foram substituídos por nomes de batalhas (Beco do Firme, Beco do Leite e Rua da Ponte por Rua Avaí, Travessa Angostura e Rua Riachuelo), por datas de acontecimentos vinculados à Guerra (Rua do Rosário e Beco do Juca da Olaria por Rua 24 de Maio e Travessa 1º de Março) e nomes de militares envolvidos com o conflito no Prata (Rua da Igreja, Rua do Jogo da Bola e Rua Clara por Rua Duque de Caxias, Rua Gen. Bento Martins e Rua Gen. João Manoel). É preciso lembrar que o país vivia um momento de guerra externa e que a contestação à monarquia cresceria a partir dali. Ao batizar as ruas da capital com nomes que recordavam feitos militares e vitórias do Império, o regime e a elite a ele vinculada procurava legitimar a materialidade do seu poder, descartando registros que evocavam a vida simples e anônima dos moradores da cidade.

Por ocasião da Proclamação da República, em 1889, vários nomes de logradouros vinculados à monarquia foram alterados para termos ou personagens vinculados ao novo regime. Conforme o historiador Riopardense de Macedo, a população teria ido às ruas na noite de 15 de novembro para arrancar as placas das ruas, substituindo-as por outras escritas à mão, com referências republicanas. A Câmara Municipal, em 11 de dezembro, foi justamente ratificar essas mudanças, substituindo a Praça Pedro II para Marechal Deodoro, a Praça Conde D'Eu para 15 de Novembro, a Rua do Imperador para da República, a Rua da Imperatriz para Venâncio Aires, a Rua D. Isabel para Demétrio Ribeiro e a Rua Imperial para Benjamin Constant (PACHECO, 2001, p.43).

No advento da República, é importante constatar que as mudanças atingiram também as regiões suburbanas, onde começavam a se organizar os primeiros bairros operários. As Ruas do Imperador e da Imperatriz ficavam na Cidade Baixa e a Rua Imperial ficava no Arrabalde de São João. Na região da Floresta, também existiam a Rua D. Affonso e a Rua da Princesa, cujos nomes foram substituídos por Rua Ramiro Barcelos e Rua 7 de Abril, essa última lembrando a abdicação de D. Pedro I. Como no caso anteriormente visto, essas demarcações também eram pensadas para legitimar os valores do novo regime e suas lideranças políticas, vinculadas com as oligarquias regionais.

No contexto da Revolução de 1930, novas modificações foram realizadas. No dia 3 de outubro, logo depois da vitória das forças da Aliança Liberal em Porto Alegre, foi realizado um grande ato público em que a Avenida Redenção foi renomeada como Avenida João Pessoa, o que mostra a importância desse simbolismo (SCHMIDT, 2004, p.392). Nos anos seguintes a Avenida Bonfim mudaria para Osvaldo Aranha, a Avenida 13 de Maio para Getúlio Vargas, a Rua das Flores para Avenida Siqueira Campos, a Rua Moinhos de Vento para Avenida 24 de Outubro e a Avenida Independência para Flores da Cunha (revertida posteriormente com a queda do Governador).

Também chama atenção a renomeação da Avenida São Rafael para Alberto Bins e a Avenida São José para Frederico Mentz. Os dois nomes são de grandes figuras da burguesia porto-alegrense. Alberto Bins havia sido a principal liderança fabril da cidade e foi responsável pela oposição ferrenha às reivindicações operárias durante a Greve de 1906 (SCHMIDT, 2005, p.49-55), além de ter ocupado o posto de Intendente Municipal. Frederico Mentz foi um industrial com empreendimentos em diversos setores e seu nome batizou uma rua situada no Arrabalde

dos Navegantes, entre as tecelagens Renner e Rio Guahyba (MATTAR, 2010, p.77-99). Assim como os grandes proprietários de terra, as altas patentes militares e os líderes dos partidos tradicionais, a burguesia industrial também registrava seu nome nos mapas de Porto Alegre.

O maior processo de mudança de nomenclatura, no entanto, ocorreu somente no ano de 1936, através das Leis Ordinárias Municipais n.1, n.2 e n.3, que promoveram uma sistematização geral da denominação dos logradouros. A norma buscava resolver problemas advindos do crescimento acelerado da cidade e do surgimento de locais com nomes duplicados ou triplicados. Além disso, existia um objetivo político explícito em suas justificativas: “Considerando também a existência de muitas ruas com denominações inexpressivas, enquanto constata-se a ausência de homenagens a inúmeros vultos não só da nacionalidade, como da epopeia farroupilha, estes sugeridos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado” (Lei n.2. Porto Alegre, 6/6/1936, p.1).

Nas substituições dos nomes, completou-se um longo percurso em que alcunhas consagradas pelo uso tradicional e identificados com as práticas cotidianas (especialmente de trabalhadores e grupos populares) foram soterradas por denominações oficiais. Essas mudanças não foram aleatórias em suas escolhas, tampouco o foram em suas ausências. Logradouros batizados com nomes de lideranças ou militantes do movimento operário, principalmente de homens e mulheres que atuaram no período formativo do sindicalismo (entre o final do século XIX e início do século XX), continuam a ser raros em Porto Alegre e mostram como a classe trabalhadora organizada (assim como seus símbolos) permanecem ausentes no espaço urbano.

Porém, temos exceções. Um dos primeiros líderes operários lembrados como nome de logradouro foi Francisco Xavier da Costa, que deu

nome à Rua Conselheiro Xavier da Costa, no Arrabalde da Tristeza, como parte das mudanças promovidas em 1936 (Lei n.2. Porto Alegre, 6/6/1936, p.3). O fato a ser destacado é que a homenagem se vincula ao cargo de representante municipal, não de líder sindical. Em 1939, a Rua Dona Flora, entre a Glória e o Partenon, foi renomeada como Rua 1º de Maio, considerando que a data era “dedicada universalmente à comemoração do trabalho” (Decreto n.79, Porto Alegre, 28/8/1939, p.1), referência que evoca mais o espírito de conciliação do que de construção autônoma da classe trabalhadora.

Mais recentemente, nomes de lideranças do movimento operário porto-alegrense passaram a ser lembradas com mais frequência: em 1998, foi inaugurada a Rua Frederico Kniestedt no Bairro Rubem Berta (Lei n.7794. Porto Alegre, 10/6/1996, p.1); em 2007, foi criada a Rua Vereador Eloy Martins, no Bairro Farrapos, recordando a memória do líder metalúrgico e dirigente comunista (Lei n.10.251. Porto Alegre, 10/9/2007, p.1); e no ano seguinte, surgiu a Praça Julieta Battistioli, no Bairro da Hípica, rememorando a liderança das operárias têxteis e primeira vereadora comunista da cidade (Lei n.10.346. Porto Alegre, 7/1/2008, p.1). De qualquer forma, seguem sendo exemplos isolados, enquanto nomes da elite social e econômica continuam a dominar as placas das grandes avenidas. Como exemplo derradeiro desse descompasso podemos citar o caso da Rua Frederico Kniestedt, que está inserida em um bairro que empresta seu nome de Rubem Martins Berta, justamente uma das figuras mais proeminentes da burguesia gaúcha durante o século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, abordei algumas facetas do processo de esquecimento da história da classe trabalhadora e mais especificamente de suas lutas coletivas, tendo como local de verificação desse fenômeno a cidade de Porto Alegre. Contribuíram para isso uma série de fatores vinculados à remoção das comunidades operárias de diversas regiões da cidade, aos problemas internos das organizações e à repressão contra as instituições que poderiam guardar a memória operária, como também a concepção de uma cidade em que as referências populares são apagadas para dar lugar à consagração de figuras da elite política e econômica. Esse conjunto de fatores é indissociável da dinâmica da luta de classes e da dominação burguesa, que faz com que a classe trabalhadora e suas expressões políticas não possam ter espaço na história, na memória e em todas as construções da coletividade.

É preciso retomar a importância histórica dos espaços de sociabilidade e organização da classe trabalhadora, dando visibilidade aos processos de conformação de solidariedade, lutando contra o apagamento de sua memória. A omissão da história dos trabalhadores já se estende por tempo demais. Na intenção de reverter esse quadro, a análise da conjuntura que fez com que a presença da classe trabalhadora fosse apagada no espaço da cidade talvez possa contribuir para o resgate sua importância no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

- BARTZ, Frederico Duarte. História da Classe Trabalhadora, Memória e Patrimônio: algumas considerações sobre a situação de Porto Alegre. In: MARCHI, D. M., KNACK, E. R. J. e POLONI, R. J. S. (Org.). **Memória e Patrimônio: tramas do contemporâneo**. Porto Alegre: Casalettras, 2019.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidade e Solidariedades no movimento operário: Porto Alegre, 1906-1911**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1999.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1976.

GERTZ, Rene Ernani. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista** (tradução e notas de René Gertz). Porto Alegre: EST, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

MARÇAL, João Batista. **Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense**. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.

MATTAR, Leila Nesralla. **A Modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais na área do 4º Distrito**. Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 2010 (Tese de Doutorado).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, São Paulo, PUC-SP, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas. Representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Que a união operária seja nossa pátria. História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações.** Porto Alegre/Santa Maria: Editora da UFRGS/Editora da UFSM, 2001.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: **O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.
- RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros. Volume 1.** Rio de Janeiro: VJR Editores, 1994.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **De Mármore e de Flores. A primeira greve geral do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas.** Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na Metrópole Paulista. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v.17, n.1, 2013.
- SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença do negro no espaço urbano.** Porto Alegre: PPG em Geografia da UFRGS, 2017 (Dissertação de Mestrado).

8

ASSURGRS: MEMÓRIA COLETIVA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA CLASSE TRABALHADORA

Sibila Francine Tengaten Binotto¹

INTRODUÇÃO

Um olhar sobre os Técnico-Administrativos em Educação, a memória das lutas, o presente, o passado, o patrimônio cultural, a classe trabalhadora numa narrativa de lutas e conquistas, que propicia ao indivíduo recordar e, ao mesmo tempo, reinventar o passado coletivamente. A identidade narrativa nas memórias de quem passou uma vida toda lutando para garantir direitos à classe trabalhadora, nessa linha Catroga afirma que: “O imaginário da memória liga os indivíduos, não só verticalmente, isto é, a grupos ou entidades, mas também a uma vivência horizontal e encadeada do tempo (subjetivo e social) [...]” (2001, p. 28).

De que forma os Técnico-Administrativos em Educação constituíam e ainda constituem sua memória coletiva, os locais, e as formas de fazer a luta, a prática sindical. O espaço de memória enfatiza a importância dessa dimensão geográfica para entender de que forma se constitui a memória coletiva desse grupo social, inscrita em um fragmento de espaço concreto. Neste sentido, as categorias de espaço de memória representam as diferentes formas de como essas experiências

¹ Bibliotecária-Documentalista da Faculdade de Educação da UFRGS; Especialista em Ciência da Informação, Mestranda do PPGMSBC da UniLaSalle.

coletivas e de classe se inscrevem nos espaços concretos. (SCIFONE, 2013).

Nesta continuação podemos adentrar no viver e fazer sindical enquanto patrimônio cultural imaterial, pois faz parte da cultura de um coletivo. São vivências passadas intergeracionais, produto do movimento sindical que por sua vez, se alimenta do “fazer a luta” como estratégia de sobrevivência atemporal.

Nesta perspectiva, os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao longo dos anos vem se organizando para que as lutas por direitos sempre estejam presentes na trajetória da categoria. Para garantir que essa memória não se perca, e que essa memória de lutas, esses espaços de memória não se apaguem, o Sindicato dos TAEs da UFRGS, UFCSPA e IFRS – ASSUFRGS - criou um projeto que organiza, cataloga e disponibiliza essa memória intitulado Projeto Memória. Este projeto criou o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) o qual faz toda a dinâmica da salvaguarda da memória da classe trabalhadora dos Técnico-Administrativos em Educação.

Este artigo abordará conceitos de Identidade, Memória Social e Patrimônio Cultural. O estudo se justifica pela memória associada ao patrimônio como uma questão imprescindível para a rememoração e perpetuação identitária de um determinado grupo social. É uma pesquisa documental, que utiliza análise de documentos constantes no acervo do CEDEM (boletins, atas, clippings, etc.). Propõe-se analisar os documentos com o objetivo de verificar a prática sindical e se ela apresenta descrição em algum documento. As considerações são preliminares.

CEDEM: ORGANIZANDO UM HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS

O Centro de Documentação e Memória (CEDEM) integra o Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada (ASSUFRGS Sindicato). O CEDEM também faz parte do Projeto Memória ASSUFRGS: resgatando a história e a memória de uma categoria com uma longa trajetória de lutas. No intuito de localizar o espaço tempo, será abordado um pequeno histórico dessa trajetória.

De acordo com o site Memória Assufrgs², o primeiro indício que o sindicato se tornaria o que é hoje, essa organização da classe trabalhadora, iniciou em 1921 quando foi formada a Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Já em 1951, com a junção de diferentes Faculdades e a federalização, foi fundado o Centro dos Funcionários da URGs, que lutou pela incorporação dos funcionários ao serviço federal, o que foi conseguido em 1957, passando a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos. Em 1964, foi formada a ABSURGS, uma Associação Beneficente criada para congregar os trabalhadores da Universidade tanto do quadro de Professores quanto do de Técnico-Administrativos em Educação, já que na época em que foi instaurada a Ditadura Militar a sindicalização tornou-se proibida para servidores públicos. Em 1987 a associação ganhou caráter sindical. Já nos anos 1990 a entidade se tornaria parte do Sintest/RS. Nos últimos anos os servidores da UFCSPA foram incorporados, (antes possuíam sua própria associação, a AFFFESIMPA), e também recentemente o IFRS somente

² <http://memoria.assufrgs.org.br/>

alguns campi (Alvorada, Viamão, Restinga, Canoas e Porto Alegre). Além disso, em 2106, o caráter sindical da entidade foi reafirmado quando passou a se chamar Assufrgs Sindicato (Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada).

Para que essa memória não se apague, o CEDEM reúne documentações produzidas pelo sindicato, e pela federação (FASUBRA) como: cartas, convites, atas de reunião, pareceres, livros, fotos, projetos, boletins informativos, clipagens, etc.; esta documentação contém as vivências e saberes sindicais. O Cedem também disponibiliza narrativas dos filiados, que trazem a oralidade dessa memória que é o patrimônio da memória coletiva. Castells (2000), diz que é ainda pertinente à discussão sobre o oral e o escrito no contexto das sociedades (pós) modernas, pois esses dois domínios culturais desempenham um papel marcante na transmissão do saber, na forma como as sociedades constroem a sua memória coletiva e se reproduzem socialmente.

Halbawchs afirma que é impossível dissociar os efeitos ligados às representações da identidade individual daqueles relacionados às representações da identidade coletiva (CANDAU, 2019). Todo esse contexto faz parte da identidade dos TAEs. Candau afirma que “[...] memória e identidade se concentram em lugares, e em “lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo”. (2019, p. 156).

A rememoração que é feita pelo Projeto Memória Assufrgs, evidencia o Patrimônio Cultural Imaterial que é a Identidade dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação no tocante as práticas sindicais:

as assembleias, os atos de rua, a confecção do material de apoio, entre outros documentos e objetos dessa jornada histórica de lutas da classe trabalhadora.

IDENTIDADE, MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

O que é a memória para a sociedade senão a construção social e emocional e partir de lembranças. É do conjunto da personalidade de um indivíduo que a memória emerge como elemento importante para compreendermos a construção e reconstrução das identidades dos grupos sociais, e é nessa perspectiva que trabalha a identidade do Técnico-Administrativo em Educação.

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” (HALL, 2002, p. 110).

Os TAEs são um grupo social, ligado por relações de luta, mas também por relações afetivas, lembranças, pois estas pessoas se conhecem há anos, muitos TAEs são da mesma família, ou convivem entre famílias, frequentam as casas entre si. Logo, a memória coletiva está na base da construção da identidade. A memória pode ser entendida como processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos

marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (CRUZ, 1993).

O trabalho de memória nunca é puramente individual, se ajusta a expressões coletivas. Halbwachs (2006) conceitua a memória enquanto fenômeno coletivo e com vínculo afetivo de mesmo grupo. Para ele a memória é sempre construída em grupo, mas também é sempre um trabalho do sujeito. Todas essas vivências identificam e diferenciam o grupo, o grupo de referência, não só pelo trabalho, mas pela forma como interagem. Este grupo de referência é um grupo pelo qual o indivíduo já faz parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e fundiu o seu passado (2006). “As lembranças são organizadas numa narrativa de memória. Essas pessoas entendem a relevância de narrativas na vida social do sindicato, mas as mesmas passam por saberes e histórias de vida não somente do sujeito da fala, como também da narrativa de uma vida” (RICOEUR, 2014). São indivíduos dotados de significado que não imaginam a riqueza que é o saber, saber fazer o movimento sindical, que para eles é um senso comum. Essa lembrança é contada e recontada para as gerações seguintes e é assim que a luta se refaz. Segundo Santos:

Indivíduos não se lembram por eles mesmos, isto é, para lembrarem, eles necessitam de lembranças de outros indivíduos, para confirmarem ou negarem suas lembranças, que por sua vez estão localizados em algum lugar específico no tempo e no espaço (SANTOS, 1998, p. 4).

O que torna essa lembrança presente e recorrente para o indivíduo, os espaços de memória. O espaço se define e traz sentido do cotidiano, das relações de trabalho e lazer, dos momentos de encontros e lutas. Colocando em relação às discussões da Geografia e da Filosofia, percebe-

se que o espaço é trabalhado pela memória e pela imaginação e, em virtude disso, articula-se imediatamente com as representações identitárias. É no *habitus* (de Bourdieu) que se projetam as lembranças de indivíduos e grupos, como sugere Bachelard (1974). E quais são esses espaços de memória? Todo e qualquer lugar que traga o processo de rememoração, o local onde as lembranças fiquem evidenciadas. Por exemplo, durante uma greve, sempre há o barracão (local onde se concentram os grevistas), o material de greve (bandeiras, faixas, panfletos, adesivos, etc.), e é também o local onde é feito o almoço coletivo, entre outras circunstâncias; este local é um “Espaço de Luta”. Outro espaço da luta bem evidente é a cidade de Brasília, no planalto central, ali obrigatoriamente é um local onde os TAEs vão reivindicar suas pautas, sejam salariais, ou pautas da educação superior. Esses locais trazem a identidade desse grupo, e a identidade nada mais é do que uma representação das origens, das convicções, dos valores e das práticas que se deseja apresentar consciente aos outros como sendo as características essenciais de uma pessoa, de um grupo.

Sendo assim, verifica-se a forte influência e necessidade desses espaços de memória nesse processo de construção e preservação de identidades, que está justaposta na noção de memória social, esta, por sua vez estabelece uma relação intrínseca com a noção de patrimônio cultural ao passo que desempenha papel fundamental e referencial da memória de um grupo. Nessa perspectiva, portanto, o patrimônio não apenas nos faz recordar o passado, mas prova sua relação direta com a memória, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos passados.

Mas o que é patrimônio? É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. Segundo a Unesco,

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (2006, p. 4)

O patrimônio define nossa identidade, faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re) memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do patrimônio (MARTINS, 2011). Nesse contexto verifica-se a transcendência do patrimônio da materialidade das narrativas dos TAEs, na sua intangibilidade. O maior Patrimônio dos Técnico-Administrativos em Educação, é a Luta, a forma como se faz. Segundo Gonçalves (2009, p. 28) “A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-los para verificar sua permanência e suas transformações”. Para corroborar esta narrativa, passamos ao percurso metodológico.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para dar conta do objetivo proposto, e como é uma pesquisa documental, a coleta dos dados foi feita a partir da consulta à base de dados do Centro de Documentação e Memória da ASSUFRGS para localizar os possíveis documentos. Como estes documentos se encontram em meio físico, foi necessário analisar, neste momento, somente uma amostra do corpo documental, que foi digitalizada para este estudo; já que neste período de pandemia o sindicato está fechado e em trabalho remoto. A busca na base de dados do CEDEM, priorizou localizar algum documento relativo às práticas sindicais, alguma informação constante em um manual ou uma ata de reunião. Por hora a busca não obteve sucesso, logo, o que foi observado é que a prática sindical, o “Fazer a luta sindical”, não possui manual específico; ela é organizada no cotidiano da necessidade de estar presente nas reivindicações da base dos trabalhadores da Assufrgs Sindicato. Em atas de reunião o que consta são encaminhamentos de textos para boletins, faixas, bandeiras, botons, convocação de assembleias. E esses encaminhamentos acontecem de forma natural, não há um regramento específico, é do senso comum, do *Habitus* (Bourdieu).

Para exemplificar o exposto, abaixo 4 exemplos de documentação existente no CEDEM.

Sociedade Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre
Convocação de Assembléa Geral
 De ordem do Sr. Presidente da Sociedade e de acordo com o artigo 38 do nosso Regulamento, convocamos os Srs. Socios para uma reunião de assembléa geral, realizar-se a 29 do corrente, quinta-feira, ás 16 1/2 horas, no edificio Central da Escola.
 P. Alegre, 27 — 10 — 1925.
 A DIRECTORIA.

Sociedade Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre
Convocação de Assembléa Geral Extraordinária

De ordem do Sr. Presidente da Sociedade Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre, convocamos, para o fim previsto na letra d do artigo 40 do Regulamento da mesma Sociedade os Srs. Socios para uma reunião extraordinária a realizar-se 31-feira, 26 de Fevereiro corrente ás 16 horas, no edificio Central da mesma Escola.
 A DIRECTORIA.

Figuras 1 e 2: Clipagens do jornal, A Federação – 28/10/1925, p.8 e 21/2/1929, p.5, respectivamente.
 Fonte Figuras: 1e 2: CEDEM Assufgrs.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (ABSURGS)
 PRIMA-REIJA
 Avenida João Pessoa, 775 - Fone: 26.54.66 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
 Fundação em 20/09/71
 Inscrição de 1.000.000.000
 Inscrição de 1.000.000.000
 Lei nº 3.064

RELATÓRIO DA REUNIÃO PLENÁRIA DA ASSUFGRS - GESTÃO 87/89

A Reunião Plenária do dia 18 do corrente foi marcada pela reunião do dia 4 de Junho, foram convocados todos os membros da Diretoria, Conselho de Representantes e Conselho Fiscal da ASSUFGRS, bem como pessoas que participam do movimento dos servidores da UFRGS. Escriveras presentes Décio Aloi Paulo B. Garcia, Maria Conceição L. Fontoura, Alcides Almeida Corrêa, Maria Velazquez, Luis Cláudio Aquino, Carmen Regina Soares, Galindo Orani dos Santos, Luiz Fernando Aguiar e Manoel Takovos Neto. 2º e 3º João Aydos. A reunião teve como pauta a estrutura dos departamentos, formação de equipes de Trabalho, Democratização da UFRGS.

Foi lido o Relatório da Reunião Plenária do dia 4. Discutiu-se a pauta do Encontro de CPPTAs que estava marcado para dias 20 a 25 de Junho em Manaus no qual o Silvio iria se apresentar a ASSUFGRS e explicou que se discutisse a fim de levar subsídios e estratagemas.

Houve proposta de extinguir o Departamento de Convênios. Chegou-se ao consenso de que todo o trabalho desenvolvido por esse Departamento poderá ser perfeitamente assumido por um funcionário da Associação, passando, portanto, essa atividade para a administração da ASSUFGRS.

Discutiu-se também a necessidade de liberar mais diretores para a Associação e como deveria se encaminhar essa pedida à Rectoria.

Quanto aos Departamentos foi proposto criar a responsabilidade e comprometimento político dos diretores, bem como o Departamento de Cultura dar continuidade ao trabalho de alfabetização supletivo. Chamar as pessoas que estão atarefadas.

Devido a diversidade desse Departamento, desmembrar o mesmo em Cultura e Formação Sindical.

As Departamento Jurídico falta uma equipe de trabalho. Foi sugerido revisar o convênio do escritório do Dr. Tasso como, tentar trazer um dos advogados para cumprir um turno de trabalho na ASSUFGRS a fim de dar assessoramento jurídico aos socios caso os mesmos venham a necessitar.

Discutiu-se a mudança no atual estatuto da ASSUFGRS antes da próxima eleição de diretoria em 1989.

Ficou deliberado que a diretoria da Associação deve chamar uma reunião de cada Departamento, com os respectivos diretores e equipes a fim de discutir a estrutura dos meios e a sua proposta de trabalho.

13.10
 P/E

boletim da ABSURGS Nº 9

INFORMATIVO
 março 86

Assembléa Geral dos Funcionários da UFRGS

- Relato do Congresso da FASUBRA ;
- Relato das Audiências com o MEC ;
- Avaliação do Pacote Econômico ;
- Campanha Salarial.

02 de abril
18 horas
auditório da
fac. Ciên. Economica

não falte

absurgs

Figuras 3 e 4: Ata de reunião plenária da Assufgrs 1988 e Boletim Informativo n. 9 de 1986, nessa ordem.
 Fonte Figuras: 3 e 4: CEDEM Assufgrs.

Na figura 1 e 2, podemos ver duas convocações para assembleias da Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre, respectivamente

do ano de 1925 e 1929. Se percebe que desde um período muito anterior à formação do sindicato, quando os trabalhadores do ensino superior se organizavam em um Cooperativa, existia a prática de assembleias periódicas e também a necessidade de divulgar essas reuniões publicamente. Naquela época essa divulgação foi feita através do jornal *A Federação*, que era um dos mais importantes periódicos de Porto Alegre, porta-voz do Partido Republicano Riograndense, que era um dos maiores jornais do estado durante os anos 1920. Para esse caso específico, a divulgação estava voltada para os trabalhadores da Escola de Engenharia, mas também podia ser vista por um público muito mais amplo que tinha acesso ao jornal.

Na Figura 3, a Ata de reunião plenária gestão 87 a 89. As atas costumam seguir um padrão formalmente utilizado em documentos desse tipo. E no conteúdo os mais diversos assuntos, desde tomadas de decisão do cotidiano administrativo, jurídico e financeiro do sindicato, inclusive há uma menção à alteração do Estatuto do Sindicato para aprimorar os setores dentro do próprio sindicato. Também encaminhamentos relativos às melhores condições de trabalho dos trabalhadores do âmbito da Universidade, por exemplo. Na Figura 4, um Boletim Informativo de março de 1986 convocando a categoria dos técnico-administrativos para uma assembleia com dia, horário, local e pautas definidas. Observa-se que ao longo dos anos a forma como se convocava uma assembleia era a mesma, o que mudava era a fonte publicadora.

Estas figuras demonstram o cotidiano da memória sindical, da forma como é realizada a luta sindical. Como o estudo ainda está em andamento, outros materiais ainda serão analisados e posteriormente divulgados os resultados.

Como faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a memória sindical dos Técnico-Administrativos em Educação, ainda estão sendo levantados outros documentos da coleção para aprimorar e especificar o campo de estudo.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O CEDEM preserva a identidade do grupo, essa memória coletiva há tempos construída, um patrimônio cultural imaterial, porém muito relevante para a classe trabalhadora das Instituições Federais de Ensino Superior. Desta forma, a memória coletiva desses trabalhadores irá legitimar a identidade do grupo de referência, e para tal elaboração tornam o patrimônio como instrumento de validação. Nesse sentido conclui-se que, o patrimônio não apenas nos faz recordar o passado, mas, prova sua relação íntima com a memória, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos passados. De acordo com o objetivo proposto, algumas afirmativas podem ser consideradas, por ora - que não existe manual específico de procedimentos sindicais, a memória sindical é passada de geração em geração pela rememoração nos seus significados, sentidos e valores.

Considerando que a pesquisa ainda está em andamento, algumas questões ainda precisam ser apreciadas e melhor exploradas: quais são as narrativas que justificam a prática sindical como patrimônio?; quem são os responsáveis para que este patrimônio exista e se perpetue?; quais são as formas das práticas sindicais? Reflexões necessárias.

O sindicalismo é um processo histórico e dinâmico e que depende dos indivíduos e do grupo para que se perpetue. O que demonstra que publico ou privado teremos trabalhadores incansáveis na luta, mesmo

nos períodos mais duros da história com embates cotidianos, defasagem salarial e falta de perspectivas para a melhoria das condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ASSUFGRS. **Memória Assufgrs**. Disponível em: <http://memoria.assufgrs.org.br/>. Acesso em: 07 maio de 2021.
- BACHELARD, G. A poética do espaço. In: _____. **Os pensadores XXXVII**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- CANAU, JOEL. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CATROGA, **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BPpIIQCeRWei1ZSko1Y1F4WGc/view?usp=sharin>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.
- HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-70. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.
- MARTINS, Sara D. Teixeira. **A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa**. Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3674/1/Tese%20Mestrdo%20Sara.pdf> Acesso em 10 de fev. 2021.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 38, 16p., out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38myrian.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulistana. *GEOSUP – espaço e tempo*. São Paulo, n.33, p. 98-110, 2013.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. (Paris, 17 de outubro de 2003, tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

9

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS

Vanessa Gonçalves Dias¹

Patricia Rutz Bierhals²

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do trabalho apresentado no Curso de Extensão “Caminhos Operários: história, memória e patrimônio da classe trabalhadora em Porto Alegre”, organizado pela Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BFARQ) e pelo Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE) e coordenado pelo historiador Frederico Bartz da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no ano de 2019. Motivados pelo debate sobre os territórios agrários e suas implicações nas discussões sobre *patrimônio, memória e história*, propusemos construir um “trajeto rural” de memórias do trabalho camponês com abordagem nos aspectos históricos da luta pela terra e a origem dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST na região metropolitana de Porto Alegre.

Geralmente quando pensamos em memória, patrimônio, organização da classe trabalhadora, tem-se a tendência de associá-los somente

¹ Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Graduação em Pedagogia, integrante da Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE/UFRGS. vanygd@yahoo.com.br

² Doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Graduação em Pedagogia, integrante da Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE/UFRGS. patriciabierhals@yahoo.com.br

ao imaginário da cidade, ligado ao desenvolvimento e progresso, estando ainda hoje em pleno século XXI, os camponeses vinculados em muitos casos, a uma imagem de atraso. Imagem esta criada pela ideologia dominante que além de fazer a cisão entre campo e cidade, proliferava uma grande territorialização da indústria cultural, no caso do setor agrícola com os aparelhos privados de hegemonia (CHÃ, 2018). Neste sentido, não basta a proletarização dos trabalhadores rurais é preciso criar um ideário, um consenso social no campo e na cidade de que o “*Agro é Pop*”.

Nesse aspecto, Chã (2019) aborda o agronegócio e a indústria cultural nos permitindo ter maior compreensão da amplitude das inúmeras estratégias das grandes empresas do agronegócio nacionais e internacionais em criarem uma cultura que reconheça o agronegócio, fazendo uso de recursos de divulgação e influência da mídia, articulando parcerias com secretarias e ministérios públicos de modo a fazer uso de espaços públicos para promover eventos divulgando a empresa e indiretamente também de recursos públicos. A autora alerta que:

O modo de produção contemporâneo, que tem no agronegócio um dos pilares centrais, de produção de alimentos como mercadoria, com preço regulado em bolsa de mercado, na medida em que expropria comunidades de seus territórios para expansão dos monocultivos, visa por meio da cultura imprimir facha civilizatória à sua dinâmica, se beneficiando dos mecanismos estatais que fortalecem o financiamento privado da cultura. (CHÃ, p.127-128, 2019).

No entanto, o patrimônio, as memórias não se limitam apenas a este sentido da reprodução do ciclo da produção capitalista do espaço, de acordo com o autor Araújo Junior (2020), o patrimônio cultural refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que

resultam em experiências e memórias coletivas. Neste sentido, o autor afirma que o território também tornar-se espaço de disputa, “torna-se um atributo territorial, um espaço de disputa de narrativas, expressão do sujeito coletivo que corporificaram direitos”. (ARAÚJO JUNIOR., 2020, p. 3).

É justamente nesta perspectiva de que o patrimônio se faz também no conjunto dos bens e das memórias coletivas e individuais dos trabalhadores, que surge a ideia de desenvolver um trabalho que abordasse os *aspectos rurais de lutas e memórias dos camponeses*. Partindo do entendimento que o território agrário também é um espaço de disputa e o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST no Rio Grande do Sul tem protagonizado uma vasta experiência de produção ecológica em contraponto a devastação ambiental e alimentar causada pelo agronegócio. Conforme destaca a pesquisadora Origuéla:

O sistema alimentar capitalista se apropria dos territórios e/ou determina as territorialidades. Quando o capital determina as práticas e os tempos da agricultura camponesa, apropriando-se do produto do trabalho familiar, têm-se territorialidades subordinadas. Ao contrário, quando os camponeses possuem certo poder, determinando a produção, a industrialização e a comercialização de alimentos agroecológicos, têm-se territorialidades autônomas. Contudo, é possível encontrar ambos os usos em um mesmo território, seja ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, mostrando que existem (multi)(pluri) territorialidades camponesas. As territorialidades autônomas têm como pressuposto outro uso do território, baseados no acesso e controle das técnicas e tecnologias, das sementes, das agroindústrias, dos mercados institucionais e mercados populares. São usos construídos a partir de relações horizontalizadas, de uma práxis transformadora. Essas territorialidades consistem nas bases de outro modelo de desenvolvimento da agricultura ou de outro sistema alimentar, o camponês. (ORIGUÉLA, p. 15, 2020).

A agricultura, cultura da terra, cultivo da terra para os camponeses é antagônica ao que representa a cultura hegemônica do agronegócio. Na cultura camponesa, a produção da existência via produção de alimentos, educação, saúde, lazer, tem suas relações sociais locais compreendidas como vinculadas à realidade social em sua totalidade. Entendendo a cultura num significado mais geral como “toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida” (TARDIN, 2012), cria-se e recria-se a realidade do entorno, a si mesmos individual e coletivamente nas relações sociais.

Mas, quais relações que poderíamos estabelecer entre o patrimônio cultural e as memórias da luta pela terra? Existe patrimônio cultural fora da herança agroexportadora brasileira, longe da indústria e sua cadeia produtiva do agronegócio? Os trabalhadores do campo produzem memórias coletivas? Memórias de trabalho e de lutas? A partir da conquista e construção de espaços de solidariedade e novas sociabilidades como: as místicas, a produção coletiva, as novas tecnologias sociais, as práticas ecológicas, é que a produção da memória adquire objetivos estratégicos de controle e hegemonia política sobre o espaço. (CAUME, 2003)

Pretendemos, nos dois primeiros subitens deste artigo abordar primeiramente elementos da *questão agrária no Rio Grande do Sul* relacionando ao surgimento dos *assentamentos rurais do MST* na região, em espacial apresentar o Assentamento Capela que é o objeto deste trabalho. E no segundo item abordaremos o debate sobre Trabalho, Memória e Patrimônio nos territórios agrários do MST: *a criação dos trajetos agrários*.

APONTAMENTOS SOBRE O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DO MST E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

“Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes (...) os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformar a realidade, construíram novos caminhos de resistência”.

(FERNANDES, 2000).

A questão agrária como elemento do sistema do sociometabolismo do capital foi historicamente sendo submetida à lógica do capitalismo, as relações de produção no campo foram sendo proletarizadas e a grande maioria dos camponeses, dos trabalhadores assalariados que viviam no campo eram expulsos para as cidades ao longo dos séculos. Na contramão desse processo já consolidado de produção capitalista no campo é que (re) emergem dada a abertura política no Brasil, em 1979 os *movimentos sociais do campo*, levantando bandeiras de luta como a reforma agrária, a ocupação de terras. Conforme Coronel, Ilha e Leonardi (2009, p.14), cabe ressaltar que:

Os movimentos sociais que até então estavam na clandestinidade tiveram, a partir de então, uma nova conotação política e social, devido à conjuntura que se instala no país. Nesse contexto, na Região Sul do Brasil, mais precisamente nos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), os pequenos agricultores começaram a organizar-se, reivindicando um processo de reforma agrária que mudasse a estrutura extremamente concentradora do país. Como forma de pressionar os governantes federais

e estaduais, os pequenos agricultores começaram a invadir várias propriedades rurais improdutivas. Como consequência dessas lutas, surge, em 1984, na cidade de Cascavel (PR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, atualmente, está organizado em 23 estados da federação.

Conforme Fernandes (2000, p. 14) “O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Po-recatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito a terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito”. As principais críticas aos projetos de reforma agrária no Brasil é que até os dias atuais não foi alterada a estrutura fundiária, ou seja, como a estrutura fundiária não modificou-se, há ausência de infraestrutura adequada nos assentamentos, tais como rede elétrica e saneamento básico; o aumento do poder das oligarquias regionais (CORONEL, ILHA, LEONARDI, 2009). É neste contexto e a partir de tais críticas que os assentamentos do MST surgem na região metropolitana.

Em sua maioria, as famílias assentadas na RMPA, são oriundos da Região Norte e Noroeste do RS (descendentes do processo de colonização desta região através das “Colônias Novas”), que com o processo de modernização da agricultura brasileira na década de 1970, acelerou sua exclusão do processo produtivo que começou pelo fato de serem esses agricultores parte constituinte de famílias numerosas instaladas em propriedades pequenas. Esta área, insuficiente para manter todas as novas famílias naturalmente provocou a saída de muitos agricultores que tiveram diferentes destinos: alguns foram para as cidades trabalhar na indústria, que crescia naquele momento; outros foram para as áreas de expansão da fronteira agrícola atraídos pelos projetos de colonização do Governo Federal ocupando novas áreas; mas houve aqueles que resistiram e permaneceram lutando convertendo-se em “Sem Terra”. (MARTINS, p. 54, 2017).

É neste período que surgem as experiências de plantação de arroz sob a organização de cooperativas, no entanto, as primeiras experiências ainda estavam restritas aos pacotes tecnológicos. Ao final de 1998 que surgem as primeiras experiências de plantação de arroz ecológico. De acordo com Martins (2017, p. 54) “foi no contexto de profunda crise da orizicultura, que se iniciaram as primeiras experiências de plantio de arroz ecológico”.

Atualmente, O MST tem sido o principal mobilizador na luta pela Reforma Agrária Popular no país, organizando em seus assentamentos várias formas associativas e cooperativas de trabalho e organização social. Conforme reportagem da BCC News: “o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina”, aglutinando a luta pela terra com a luta ecológica.

Um dos primeiros assentamentos a desenvolver a experiência da plantação de base ecológica de arroz foi o Assentamento Nova Sociedade, localizado em Nova Santa Rita – RS. O Assentamento Capela foi criado em 1994, conforme (RUBENICH, 2017, p. 44), “no momento em que a Fazenda Proalcool de 2.160 hectares foi desapropriada para fins de reforma agrária. Esta fazenda pertencia a um médico que contraiu dívidas com o estado, sendo considerada uma área improdutiva”. Nessa área foram assentadas 100 famílias de origens distintas e de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (com predominância do norte e nordeste gaúcho).

TRABALHO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DO MST NO RIO GRANDE DO SUL: A CRIAÇÃO DOS TRAJETOS AGRÁRIOS.

No decorrer do curso de extensão, enquanto conhecíamos os caminhos operários em Porto Alegre, conhecíamos a história e memória da

classe trabalhadora operária e aprendíamos sobre sua organização e resistência na constituição do território urbano. Assim, pelos nossos vínculos de vida e pesquisa com territórios agrários, ficamos instigadas a apresentar algo como caminhos agrários quando solicitada uma proposta de trabalho ao final do curso. Assim, surge a proposta dos trajetos agrários, nesse texto, em específico a proposição realizada de visitação no Assentamento Capela, localizado no município de Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre.

A elaboração do trajeto envolveu sete pontos sendo o primeiro os silos de armazenagem de arroz, ponto que inicia a explicação da formação do campesinato nesta região e a luta pela terra no Rio Grande do Sul, os silos localizam-se na entrada do assentamento. O segundo ponto é a agrovila, onde é contada a história da passagem do acampamento para a vida coletiva no assentamento em forma de agrovila.

O terceiro e o quarto pontos envolvem as memórias de trabalho e da produção coletiva e os espaços educativos para as crianças sem-terra, onde se encontra a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) e o espaço da ciranda infantil, suas memórias e seu papel fundante nos assentamentos do MST. Já os pontos cinco e seis são espaços relativos ao lazer, cultura e saúde, o ginásio e um campo de futebol de campo são os espaços de sociabilidade para os campeonatos masculinos e femininos da reforma agrária no RS.

E o último ponto refere-se a “marca do assentamento” que é a produção e plantação orgânica de arroz ecológico, espaços de trabalho no assentamento desde o plantio convencional até a experiência de maior produção de arroz ecológico da América Latina. A partir dos pontos acima elencados apresentamos uma discussão colocando-os em dois blocos. O primeiro bloco compreende os pontos:

3) COOPAN, onde acontece a Produção e plantação orgânica de arroz ecológico; 1) Os silos de armazenagem do arroz; 2) A agrovila. Aqui abordamos a produção e o trabalho no assentamento. No segundo bloco, estão os pontos: 4) Dos espaços educativos para as crianças sem-terra; 5) Espaço coletivo de lazer e cultura: ginásio e um campo de futebol de campo; 6) Cuidado e Saúde: espaço destinado à plantação de ervas, hortaliças e chás medicinais para uso coletivo dos assentados da agrovila. Nesse bloco, abordamos espaços educativos dos sem-terrinhos, espaços de lazer e cultura.

O processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política (FERNANDES, 2000), desta maneira a produção e o trabalho no assentamento são fundantes para a coletividade. O assentamento está organizado na forma de agrovila com uma organização coletiva da produção e da vida na comunidade. Sobre os espaços de organização dos assentamentos Bonamigo salienta:

Inicialmente, para construir os novos espaços, o setor de Frente de Massa realiza um trabalho de levantamento da realidade local. Procura conhecer a questão agrária da região e a situação dos sem-terra. Com a ajuda de apoiadores, de sindicatos de trabalhadores rurais e de partidos políticos, reúnem as famílias para refletirem sobre as suas vidas frente às perspectivas de trabalho e de terra na região. Iniciam o processo de criação de uma forma de organização social: analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas. Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra. A ocupação é a condição da territorialização. Conquistada a terra, uma fração do território, organizam um novo grupo de famílias para nova ocupação, nova conquista de outra fração do território. (BONAMIGO, p.106, 2001).

Engels (2013) no texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” coloca que o trabalho é condição básica e fundamental de toda vida humana, de modo a poder afirmar que o trabalho criou o próprio homem. Em todos os modos de produção existe a procura do efeito útil do trabalho, no entanto, com a divisão da sociedade em classes diferentes: dominantes e oprimidos, a classe dominante tem mantido a existência miserável dos oprimidos e podemos ter a expressão mais acabada dessa opressão no modo de produção capitalista.

Avançamos um pouco e voltamos o olhar para os reflexos da divisão do trabalho que forja primeiro uma separação entre trabalho industrial, comercial e agrícola, avança para subdivisões entre trabalhadores na realização de trabalhos, subdivisões atreladas ao modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial e consequentemente gerando a separação entre cidade e campo e a oposição de seus interesses (MARX e ENGELS, 2004).

O MST luta pela Reforma Agrária Popular, que implica numa produção agrícola ciente da exploração e expropriação do trabalho dos sujeitos do campo realizada pelo agronegócio, destruição do solo, das relações sociais, ambientais e culturais históricas nas comunidades, impondo de todo modo também sua cultura hegemônica. Desse modo, a produção do arroz ecológico é um dos pontos extremamente relevantes. O MST organiza um sistema de transição do cultivo convencional até conquistar a produção ecológica, reconhecida mundialmente, sendo o MST o maior produtor de arroz ecológico da América Latina. Conforme Octávio Ianni:

Mas o movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e

desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato. (IANNI, p. 56, 2019).

Nessa produção o trabalho demanda muitas mãos, mentes, corpos com conhecimentos técnicos, teóricos, práticos, condições de manejo do solo, cuidados com a água, sementes, germinação, crescimento saudável, amadurecimento, colheita, armazenamento, embalagens apropriadas para conservação e deslocamento para as mesas da população. No ano de 1995 é fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita, (COOPAN).

Deste sua fundação a comunidade da agrovila está envolvida em todo processo produtivo desde o plantio, colheita e o escoamento da produção. Também há uma organização do coletivo de modo que consigam fazer o cultivo de outras culturas e ainda, atender demandas e necessidades importantes, como as hortaliças, frutas, o trabalho é vivenciado como princípio educativo. Neste sentido conforme Origuéla (2020):

Com a agroecologia e a cooperação, nos assentamentos, os assentados possuem autonomia na produção de alimentos. Ou seja, não dependem de sementes e insumos produzidos por corporações. Quando não produzem, adquirem dos camponeses que o fazem ou das cooperativas. É assim que uma rede camponesa vai sendo construída. Os saberes, as técnicas, as sementes, os insumos, tudo é compartilhado. Já o acesso ao mercado ocorre via compras institucionais ou através de mercados populares em que os camponeses vendem diretamente seus produtos aos consumidores. (ORIGUÉLA, p. 196, 2020).

O Histórico de lutas e de cooperação antecede a existência do assentamento Capela criado em 1994, já no acampamento os agricultores começam as discussões para o cooperativismo “desenvolvido através da concepção socialista, muitas famílias começaram por meio de seus núcleos de discussão e proximidade, um debate sobre a formação de cooperativas na chegada ao assentamento” (RUBENICH, p. 43, 2017), ainda conforme a autora:

A cooperativa se organiza em área de produção seca e área de banhado, assim como uma área particular para as casas dos associados. A área em que se encontram a maioria das casas é organizada em agrovila, que fica próxima aos espaços destinados a administração, refeitório, ciranda e lazer dos associados. Na área de produção seca localizam-se as agroindústrias, a produção leiteira, suína e de subsistência, na área de banhado é realizada a produção da lavoura de arroz pré-germinado, de forma orgânica, sem utilização de produtos químicos e fertilizantes sintéticos. (RUBENICH, p. 49, 2017).

Desta maneira, é perceptível que com a criação do assentamento uma nova territorialidade passa a ser construída na região existem memórias individuais e coletivas que antecedem o assentamento e a que vem sendo construída com a comunidade que passa a existir, resistir, produzir e reproduzir modos de vida, que vão recriando os cotidianos da vida na agrovila. Nesse processo podemos compreender o território como “construção política determinada por relações de poder” (FERNANDES, 2008, p.58).

Passamos ao segundo bloco de pontos de visita, os quais se referem aos espaços educativos dos *sem-terrinha* e os espaços de lazer e cultura da agrovila. Com a organização dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, as famílias percebem a necessidade de

organizar as demandas que surgem na construção da nova territorialidade da terra ocupada. Dentre elas, o espaço educativo para as crianças é uma das primeiras necessidades. Dias, Silveira e Nascimento (2019, p.107) abordam a experiência de auto-organização das crianças sem-terrinhá do MST/RS, partindo do entendimento que “as crianças nos assentamentos e acampamentos do MST têm um papel ativo fundamental na organização e na luta pela terra e pela educação no Brasil”.

Ainda de acordo com as autoras, as experiências de atendimento organizado das crianças foram uma necessidade devido à participação das mulheres nas cooperativas e ampliação de sua participação na militância, em cursos, formações e reuniões, por exemplo. São organizadas creches permanentes nas cooperativas e creches itinerantes nos acampamentos, depois surgiram os “círculos infantis” que passaram a ser as “cirandas infantis”. “Assim, o próprio movimento da luta é responsável por educar seus sujeitos” (Idem p.107, 2019):

Para o MST a auto-organização é um elemento central, onde são construídos espaços de diálogos junto às crianças para se tornarem ativas no compromisso com a classe trabalhadora. O MST incentiva a participação e apropriação do conhecimento, através da cultura, da arte, do estudo, da socialização, da solidariedade e do direito de ter qualidade de vida no campo, com educação, saúde e alimentação de qualidade (DIAS, SILVEIRA e NASCIMENTO, p.117, 2019).

A importância da educação escolar é percebida rapidamente, sendo organizadas, num primeiro momento, as escolas itinerantes para darem conta do acesso ao conhecimento sistematizado historicamente e, na sequência organizada a luta e construção da Educação do Campo no Brasil. Desde o início, o movimento vai tomando consciência que a educação demandada ultrapassa as barreiras escolares e permeia a vida cotidiana

nos assentamentos e perpassa a luta pela terra e todas as implicações presentes na construção de um projeto de sociedade e educativo próprio, no enfrentamento dos conflitos e opressões do agronegócio e de uma educação escolar burguesa. É fundamental articular trabalho e educação. O trabalho como princípio educativo, uma formação omnilateral dos sujeitos camponeses desde a infância. A produção camponesa perpassa os processos formativos das crianças, sendo a agroecologia um dos pilares estruturantes para o MST.

Os espaços de lazer e cultura são, em grande medida, problemáticos enquanto existência, acesso e continuidade para a classe trabalhadora no campo e na cidade às pessoas em suas diferentes faixas etárias, desde a infância à maturidade. Nos bairros e vilas mais empobrecidos poucas praças, parques, campos, etc. Quando há, demandam reparos, limpezas que contam com mobilização de moradores locais ou o aguardo da chegada do serviço público, que chega aos espaços periféricos muito depois dos bairros mais “nobres”.

De modo geral no campo, esse alcance do serviço público acontece com muita dificuldade. Para as crianças, a escola oferece, quando há, uma pracinha, um campo para jogar futebol. Para os jovens, conta-se com campos de clubes de futebol vinculados a algum comerciante, à igreja local, jogos de cartas nos botecos donde a bebida alcóolica é um consumo comum e elevado, alguma festa na comunidade. Os idosos contam com menos possibilidades ainda, uma cancha de bocha, um carteado na vizinhança ou “boteco”, enfim o objetivo é olharmos para esses acessos e não acessos tendo em vista ser fundamental o lazer durante toda vida para todas as pessoas.

Ninguém há de ser contrário ao entretenimento, ainda que possa ser crítico das modalidades do entretenimento que entretêm a dominação social e política. Seja qual for nossa concepção do entretenimento, é certo que sua característica principal não é apenas o repouso, mas também o passatempo. É um deixar passar o tempo como tempo livre e desobrigado, como tempo nosso (mesmo quando esse “nosso” é ilusório). O passatempo ou o entretenimento dizem respeito ao tempo biológico e ao ciclo vital de reposição de forças corporais e psíquicas. O entretenimento é uma dimensão da cultura tomada em seu sentido amplo e antropológico, pois é a maneira como uma sociedade inventa seus momentos de distração, diversão, lazer e repouso. No entanto, por isso mesmo, o entretenimento se distingue da cultura quando entendida como trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte (CHAUÍ, 2008, p.60).

Ciente dessa importância, o Assentamento Capela criou e estruturou espaços de lazer e cultura coletivos na comunidade. Pracinhas para as crianças, o ginásio, o campo para jogos de futebol. São organizados campeonatos femininos e masculinos que permitem a socialização entre jovens e comunidades, quanto ao ginásio ele abarca um espaço para o esporte e muito mais, também a socialização da alimentação coletiva, reuniões, assembleias. Conforme explicita o pesquisador Caume (2003):

Políticas como de “embelezamento dos assentamentos”, de lazer, de incentivo à participação das mulheres, jovens e crianças e do fortalecimento dos assentados como base social organizada do Movimento atuam nessa perspectiva. Nessa lógica, passou a ser objetivo do Movimento a colonização de todos os espaços sociais da vida de assentados e acampados, no sentido de torná-los canais por onde circulam seus discursos e de subordiná-los à dinâmica da “mobilização permanente” apregoada pela organização. (CAUME, 2003, p. 137).

Acima, fizemos apontamentos sobre acessos a espaços de lazer e cultura para a classe trabalhadora no campo e na cidade e percebemos

diferenças, pois com a sociedade dividida em classes, a cultura se realiza de formas diferentes, com sentidos e instrumentos diferentes para classe dominante e oprimida. Ainda de acordo com a mesma autora, nessa perspectiva temos: a cultura popular, considerada atrasada, folclórica, antiga, produzida pela classe popular; a cultura erudita, considerada a melhor, mais importante e profunda, produzida pela classe média, financiada pela classe dominante. Dessa separação resulta a cultura de massa, ou contracultura, que é reflexo da apropriação de alguns aspectos de cada, daí resulta a venda de entretenimento e diversão, o que seria a morte da cultura.

Sobre a cultura do cultivo, no assentamento estão cientes da relevância do trabalho coletivo e da reafirmação do grupo enquanto comunidade, sendo que, é destinado um espaço à plantação de ervas, hortaliças e chás medicinais para uso comum dos assentados da agrovila com o objetivo do cuidado e da saúde.

Em se tratando do campesinato, ele se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjam culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de ecossistemas (TARDIN, p.179, 2012).

Para a autora, o campesinato exige o tratamento da cultura em sua pluralidade, trata-se das culturas do modo de ser de cada sociedade, portanto, são culturas camponesas. Esses sujeitos camponeses, imersos na relação cotidiana com a natureza, movimentam-se, interagem num contínuo conhecer, descobrir, numa práxis amplamente empírica via

experimentações ao longo do tempo, realizando tentativas de acertos e erros, que orientam as escolhas. São necessários muitos conhecimentos que exigem habilidades, destrezas, competências do fazer prático para resolver problemas, encontrar soluções, criar novas possibilidades.

Tudo isso desenvolve cada indivíduo na multiplicidade que o constitui como ser humano inserido num coletivo, numa comunidade, muito presente nos cultivos de hortaliças, chás, cuidados com animais. No caso da agrovila, essa multiplicidade de culturas das famílias do assentamento é recriada cotidianamente. Há partilhas das bagagens trazidas do passado, das memórias dos antepassados, de outras relações anteriores vivenciadas, e que no presente são resgatadas, partilhadas e recriadas surgindo uma nova cultura nesse território do assentamento, nessa comunidade.

Pelegriani (2006, p. 116), explica que nos:

recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. A memória, do ponto de vista de Jaques Le Goff, estabelece um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, além de constituir um “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos perceberem-se como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna cômicos dos embates sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem, espaços de produção e cultura.

No mesmo sentido, Tardin (2012), enfatiza que as condições sociais, materiais, políticas em que o campesino se forja como sujeito social histórico são profundamente adversas marcando suas culturalidades. E, destaca três elementos: “sofre violências e contínuas agressões no percurso da história; é historicamente ativo em processos de rebeliões;

apresenta elevado grau de radicalidade na sua ação política (p.179). No entanto, resiste à violência histórica e estrutural do capital, “criando e recriando-se culturalmente” (p.185).

Deste modo, a proposição do trajeto agrário carrega em si uma proposta de articulação da cidade com o campo, em busca de trazer a memória e o patrimônio cultural desse território, bem como, trazer para a Universidade esta discussão, visibilizando a luta histórica do MST, da classe trabalhadora camponesa que resiste historicamente às imposições do latifúndio e do agronegócio.

CONCLUSÕES FINAIS

A memória, o patrimônio cultural da classe trabalhadora, de um grupo da classe trabalhadora vai sendo construída historicamente pelas/nas relações sociais, sendo a base material da sociedade construída pelo trabalho ao transformar a natureza. Logo, todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade, tem seu fundamento nessa base material. No entanto, no final do século XVII, “o elemento essencial de transformação humana, expresso pela dignidade do trabalho inalienável, que une homem ao solo através da cultura, começou a ser rompido” (ARAÚJO JUNIOR, 2020, p.4).

Desta forma, a proposta demonstra de que forma o processo de reconfiguração territorial e social, causada pela produção ecológica do assentamento em uma área tradicional da grande propriedade arroseira na região metropolitana de Porto Alegre, vem transformando o território, introduzindo novas técnicas e costumes. Isso traz contribuições diretas na preservação da história, *a partir da agrovila, do trabalho coletivo e da ciranda, da escola nascem “novas memórias e possibilidades*

de luta camponesa”. Por outro lado, salientamos a necessidade de políticas públicas de fomento aos bens de caráter histórico e cultural nos contextos agrários.

Ainda que a hegemonia capitalista, burguesa tenha fortes mecanismos de persuasão, a cultura erudita conte com financiamento da classe dominante para sua reprodução, a cultura popular resiste contando sua história, fazendo sua história cotidianamente em suas comunidades, trazendo no resgate destas memórias o presente e o passado das lutas pela terra.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO JUNIOR., E. Diálogos entre a teoria do valor e o patrimônio cultural. **Revista Z cultural**, Revista do Programa Avançado de cultura contemporânea. 2020.

BARTZ, F. A história e a memória do movimento operário em Porto Alegre através de um projeto de extensão universitária. **6.º Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História**, maio 2020. Disponível em: <http://simpohis2020.blogspot.com/> Acessado em: 8 de maio de 2021.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BONAMIGO, C. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: A trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

CAUME, D. Memórias da luta e lutas pela memória. **Revista História Oral**, v.6, 2003.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. Crítica y Emancipación. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008.

CHÃ, A. Agronegócio e indústria cultural – estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- CORONEL, D; ILHA, A; LENARDI, A. Os movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a reforma agrária: do MASTER ao MST. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 4, n. 2 ago./dez. 2009.
- DIAS, V.; SILVEIRA, D.; NASCIMENTO, D. Brincar, sorrir, lutar por Reforma Agrária Popular: a experiência de auto-organização das crianças sem-terrinha do MST/RS. **Revista Trabalho Necessário**. v.17, nº 34, set-dez, 2019.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FERNANDES, M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. [et al]; organizadora Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: INCRA; MDA, 2008.
- IANNI, O. Da utopia camponesa a sua fabulação de futuro In: **Questão Agrária no Brasil, Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARTINS, A. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2017.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.
- PELEGRINIOS, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 26, nº 51, p. 115-140 - 2006
- RUBENICH. I. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção agropecuária nova Santa Rita (COOPAN), Nova Santa Rita (RS)**. Monografia no curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras, 2017.
- TARDIN, J. Cultura Camponesa. In: **Dicionário da Educação do Campo/ Organizado** por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto.

Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

**CULTURA, INTELLECTUAIS E MILITÂNCIA
NA ÁFRICA E AMÉRICA LATINA**

10

DO MORIBUNDO À FLOR: A DINÂMICA DA HISTÓRIA EM AMÍLCAR CABRAL

Gustavo Koszeniewski Rolim¹

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca analisar a concepção do líder guineense e cabo-verdiano Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) sobre a dinâmica da história². Nascido na Guiné-Bissau e morando a maior parte de sua juventude em Cabo Verde, fica conhecido a partir dos anos 1960 como o fundador, líder e principal teórico do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, o PAIGC. Assassinado em 1973, suas obras compõem um *corpus* essencial para o pensamento africano do século XX.

Amílcar Cabral não foi um historiador. Sua formação universitária se deu em área um pouco afastada do “homem no tempo”. Agrônomo, tratou sempre do tema do solo, da terra e, em especial, da erosão. Entretanto, seu contato com a história, podemos dizer de forma generalizada, se dá em dois âmbitos (independentes, mas interdependentes): o do anticolonialismo, pensando historicamente a construção das nações de Guiné-Bissau e Cabo Verde, ao mesmo tempo em que é obrigado a pensar a historicidade da ocupação portuguesa; e o do marxismo, que tem, pela história, campo primordial de reflexão e ação desde seus fundadores, Karl Marx e Friedrich Engels. A obra de Amílcar

¹ Professor nas redes de ensino básico municipal de Guaíba e Gravataí, Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Algumas das reflexões aqui trazidas foram trabalhadas com mais fôlego em “Um conceito a construir: as forças produtivas em Amílcar Cabral” (ROLIM e CÁ, 2021).

Cabral e a teoria criada pelo mesmo terão, portanto, importantes bagagens e uma interessante proposta de resolução da dinâmica histórica que temos de abordar com particular interesse.

Neste artigo, abordaremos a questão em termos mais ou menos cronológicos, iniciando pelos escritos agrônomos de Cabral, onde constrói algumas noções de pertencimento histórico do homem à terra, posteriormente desenvolvendo esta noção a partir dos escritos revolucionários.

O SOLO E A HISTÓRIA

Em 1988 temos editado os *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, abrangendo sua produção de estudante a profissional, aproximadamente do final dos anos 1940 até o final dos 1950. Esta produção demonstra, para além de um profissional bem vinculado a sua área, alguns contornos do que será desenvolvido em seu pensamento revolucionário. Aqui nos interessa algumas reflexões que o autor realiza sobre a natureza da relação do homem com a terra e as dinâmicas de mudança social advindas das mudanças das *forças produtivas* e do *meio de produção*, para utilizarmos expressões escolhidas por Cabral – e que perdurarão em suas obras futuras. Neste momento, alguns dos textos que por vezes se colocam como “representantes” deste período de vida, como o artigo “Em defesa da terra”, de 1949, já trazem pequenas demonstrações das aplicações futuras e da concepção de Cabral acerca da dinâmica histórica. Parte, por exemplo, da afirmação de que (escrevendo na ocasião sobre Cabo Verde): “onde a agricultura é a árvore principal do mecanismo econômico, defender a terra é o processo mais eficiente de defender o homem” (CABRAL, 1988, p. 63).

Em relatório final do curso de agronomia, em 1951, ainda mais expresso ficará esta concepção. Ao analisar a “destruição do solo” por parte da ação humana, Cabral escreve que: “a causa, portanto, do desencadeamento desses fenômenos não reside propriamente na atividade do homem-ser-individual. É determinada pela estrutura econômica da sociedade” (CABRAL, 1988, p. 109). Esta passagem demonstra uma forte historicidade contida na tentativa de compreensão do fenômeno da erosão. Recusa-se qualquer naturalização da índole humana, compreendendo-a como resultado de ações derivadas de sistemas sociais e econômicos.

Prosseguindo, em artigo de 1954, Amílcar Cabral disserta sobre a mecanização da agricultura na Guiné-Bissau. Neste texto veremos uma importante reflexão acerca do surgimento de formas de agricultura mecanizada, o que corresponderia, segundo Cabral, a uma “profunda modificação nas forças produtivas” – esta mudança, por si só, não seria problema. Entretanto, ocorria conforme as necessidades da economia colonial e não das necessidades sociais da economia local. Cabral alertava para um risco:

As forças produtivas, conjugadas com o modo de produção, de que, aliás, são determinantes, constituem a estrutura econômica de uma dada região. A transformação, mais ou menos profunda, das forças produtivas implicará consequências, mais ou menos profundas na estrutura econômica (CABRAL, 1988, p. 236).

A agricultura guineense dominada pelo colonialismo, nos anos 1950 dedicava-se ao cultivo de “produtos de exportação de caráter industrial (principalmente da mancarra)”. Entretanto, Cabral iria dividir a exploração agrícola em duas: a do indígena e a do não indígena, nas

quais: “o agricultor indígena empata trabalho (individual, familiar ou coletivo); o agricultor não indígena empata capital” (CABRAL, 1988, p. 237). Destaca-se uma diferença ontológica entre os trabalhos exercidos no campo guineense, o que nos aprofunda uma visão histórica sobre o desenvolvimento de dois povos diferentes (o africano e o europeu), sendo a imposição de um sistema sobre o outro algo que iria realizar uma ruptura de maior relevância nas estruturas sociais africanas. Seguindo nesta acima, vemos que a inserção da mecanização pelo colonialismo português (sem preocupações para com o ritmo de trabalho, a consequência para a mão de obra sobressalente e para o desenvolvimento daquelas populações), é um movimento que ocasionará na “paralisação” do desenvolvimento histórico dos povos dominados pelo colonialismo. Sendo o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção africano profundamente alterado pelo sistema de produção implementado pelo colonialismo.

Novamente refletindo sobre o tema, em “Acerca da utilização da terra na África negra”, de 1954, o então agrônomo resume que o colonialismo português faz, em África, é utilizar, ou levar o negro a “utilizar o sistema itinerante na obtenção destes produtos [de exportação]. *Modifica o modo de produção sem modificar o sistema de cultura da terra*” (CABRAL, 1988, p. 248, grifos nossos). Ou seja, o colonialismo introduziria um novo sistema de produção, uma “*économie de traite*”, mantendo os sistemas de cultura anteriores. A esta relação de exploração da terra, Cabral vincula diretamente a “exploração do homem pelo homem” (Cabral, 1988, p. 249). É mister notar, pela importância que Cabral dá às “forças produtivas”, como o próprio afirmou que são determinantes do modo de produção, que quando os europeus o alteram sem realizar um verdadeiro salto qualitativo nas forças produtivas,

teremos um sistema “artificial” e que perturbará o pleno desenvolvimento das populações nativas.

O pensamento de Cabral neste momento está profundamente preocupado com a dinâmica do solo, em atuação profissional de engenheiro agrônomo. Entretanto, já demonstra uma série de conceitos e concepções de desenvolvimento social, alicerçados em uma base teórica de interpretação da sociedade. Destacamos, no sentido da temática de nosso artigo, a correlação de três elementos: o solo, as forças produtivas e a história. A relação do solo (ou do tipo de solo) com o desenvolvimento humano, sendo o local onde o ser humano se desenvolve, ou seja, desenvolve as suas “forças produtivas”, e, portanto, cria seus modos de vida, constituindo sua própria história. No seguimento de seu desenvolvimento intelectual, veremos Cabral manter essa correlação, aprofundando-a e enriquecendo-a com outros elementos, como veremos a seguir.

A NEGAÇÃO DA HISTÓRIA PELO MORIBUNDO

A partir dos anos 1960, veremos em Amílcar Cabral a conjugação de elementos diversos em seu discurso. Passa a abordar temas candentes à década de 1960, como as alternativas socioeconômicas (as nações socialistas e o espaço político que elas ocupam em sua época), além das movimentações das nações oprimidas em sua busca por independência e autonomia. Ou seja, a “dinâmica da história”, aparecerá, agora, a partir da perspectiva de uma “marcha da história”. Em outras palavras, da forma como ela se desenvolve, também, a nível global e conjuntural. Um exemplo desta aproximação se coloca, por exemplo, no *Relatório Geral* (apresentado às Nações Unidas em 1961), onde Cabral irá iniciar seu

percurso avaliando como um século de tantos avanços poderia ainda manter um colonialismo tão atrasado. Mais que isso, afirma:

[...] não há dúvida que, *mais do que a luta de classes nos países capitalistas e o antagonismo entre esses países e o mundo socialista, a luta de libertação dos povos coloniais a característica essencial, diremos mesmo o motor principal, do avanço da história nos nossos dias; é nessa luta, nesse conflito, que se desenrola em três continentes, que se integra a nossa luta de libertação nacional contra o colonialismo português* (CABRAL, 2013, p. 79, grifos nossos).

Este tipo de significação dos acontecimentos históricos é comum em Cabral. Em variadas intervenções públicas, atribui um sentido histórico “humanista-global” a eventos como as conquistas na exploração espacial, os avanços da medicina e da ciência, a Revolução Russa e a derrota do nazifascismo. Revelava-se, por suas escolhas, um campo e um tipo muito específico de progresso sociopolítico. Atentemos também para a ordem hierárquica aqui estabelecida: a principal contradição da época, chegando mesmo a se referenciar a ela como “o motor principal do avanço da história” seria a dos países colonizados em busca pela sua independência. Porque Cabral realizaria tal inflexão? Avancemos, pois, na sua leitura geral do quadro geopolítico, naquilo que roubaria a história dos povos: o imperialismo.

Em 1966, em texto já amplamente reconhecido no cômputo da produção de Cabral, intitulado *Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*, discursado na Conferência Tricontinental, em Havana, temos uma melhor explanação sobre o porquê da hierarquização feita acima. O global e o específico se juntam à uma análise propositiva da dinâmica da história. E inicia-se, no caso, com uma negação. Contra qualquer concepção de “exportação” de civilização ou

história, Cabral não reconhece no Imperialismo (e na dominação dos povos africanos), como o início da história do continente. Pelo contrário, sua operação em África teria negado a história para aqueles povos. Cabral entende que o imperialismo (ou “o capital em sua fase imperialista”) produziu situações diferenciadas na Europa e no continente africano. Em África, “o capital imperialista ou capital moribundo” (outra forma que tomará o imperialismo no discurso de Cabral) teria criado apenas para uma mínima parcela da população, uma condição de vida melhor (ou até privilegiada). Desta forma, houve o aprofundamento das contradições dos países colonizados. No máximo, teria criado uma burguesia local (CABRAL, 2013, p. 247). As duas formas possíveis de dominação do continente, o “colonialismo clássico” (dominação direta) e o “neocolonialismo” (dominação indireta) trariam também consequências à África: através da destruição parcial da população e estruturas sociais nativas ou a aparente permanência das formações sociais (estas condicionadas, controladas e administradas por forças exóticas) teríamos a “paralisia ou estagnação” do “processo histórico do povo dominado” (CABRAL, 2013, p. 248). Paralisia não integral, mas com novas especificidades, condicionadas pela inserção de novas características forçadas pelo imperialismo, como a mudança de prestígio de camadas dirigentes nativas; êxodo populacional (espontâneo ou forçado); criação de novas camadas sociais, etc. Cabral informa que a dinâmica social interna seria maior no neocolonialismo do que no colonialismo clássico – inclusive pela necessidade que se faz da existência de uma classe dominante nativa.

Lembremos, neste momento, da experiência que Cabral teve com a discussão acerca da mecanização do campo (e demais intervenções portuguesas na agricultura africana): aquele tipo de distúrbio, exógeno, no

desenvolvimento da população, casa como exemplo prático deste modelo teórico que ele apresenta alguns anos depois em sua teoria revolucionária. Não apenas isto, os exemplos acima de distúrbios nos contingentes populacionais, trabalhos forçados, abandono de práticas econômicas tradicionais, todas estas questões amplamente denunciadas por Cabral e o PAIGC nos anos 1960³, também tomariam parte para a “estagnação da história”.

Mas as classes ocupam que espaço na dinâmica da história?⁴ Sabemos da importância das classes para a dinâmica da história apontada por Marx e Engels, cristalizada no *Manifesto Comunista*. Para Cabral, o “fenômeno socioeconômico classe” surgiria e se desenvolveria “em função de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção” (CABRAL, 2013, pp. 243-244). Assim sendo, na visão de Cabral, a história não poderia “começar” com o surgimento das classes e das lutas de classes. Para Cabral, o problema teórico que advinha disto seria “situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômade e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra” (CABRAL, 2013, p. 244). Ficariam “fora da história” diversos povos do continente africano. Justamente aqueles que procuravam desvincular seu desenvolvimento humano do imperialismo.

³ O início dos anos 1960 se caracterizam em grande parte para Amílcar Cabral e seus camaradas do PAIGC em dar a conhecer a realidade do colonialismo português em Guiné-Bissau e Cabo Verde. A “derrubada dos muros de silêncio” foi parte importante da luta contra o colonialismo português. Sobre esta questão, ver DAVIDSON, 1975 e SOUSA, 2016.

⁴ Aqui realizamos um olhar panorâmico sobre o assunto a partir da temática da dinâmica da história. O conceito de “classe” em Amílcar Cabral demandará trabalho à parte.

Desta forma, propõe a seguinte linha de raciocínio: sabendo que a história acompanha o desenvolvimento de todos os povos (todos os povos *tem história*) e, mais, sabendo que a plena autonomia desta vem sendo retirada pelo imperialismo, e sabendo que, dentro do projeto político de um dia abolirem-se as classes sociais algo antes deste fenômeno era o motor da história, assim também algo terá que substituir a “luta de classes” como motor após o fim destas, Cabral procura, então, concluir:

a definição de classe e a luta de classes são, elas mesmas, um efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugado com o regime da propriedade dos meios de produção. Parece-nos portanto lícito concluir que o nível das forças produtivas, determinante essencial do conteúdo e da forma da luta de classes, é a verdadeira e a permanente força motora da história (CABRAL, 2013, p. 244).

Para reafirmar a sua posição e assegurar que o homem continuará a produzir a história mesmo após do desaparecimento de classes, e de suas lutas, conclui:

A eternidade não é coisa deste mundo [...] o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas (CABRAL, 2013, p. 245).

Podemos aqui resgatar duas reflexões importantíssimas. Costuma-se utilizar estas passagens para demonstrar uma “fuga da ortodoxia marxista” e, por vezes, até mesmo “fuga do marxismo”. Entretanto, vale lembrar que temos aqui ecoadas duas importantes noções marxistas: a primeira, conforme, lembrou Mário de Andrade, é a importância que ganha as “forças produtivas” posteriormente na leitura de Marx e

Engels, inclusive para dar o caráter e a forma das lutas de classes⁵ (ANDRADE, 1980, pp. 144-145). A segunda seria ler nossa última citação de Cabral, acima, como herdeira direta da concepção presente na Ideologia Alemã⁶ – obra que consolida a visão “histórico-concreta” da “filosofia-antropológica” de Marx (e de Engels) (NETTO, 2020, pp. 110-112 e pp. 162-165).

Entretanto as classes não são simplesmente abandonadas. Em pelo menos duas vezes que Cabral se debruça sobre a questão, resgata as noções de classes dominantes e subsequentes modos de produção marxianos, para destacar a passagem da história através destes. Por vezes até mesmo de forma mais simplificada que Marx teria identificado, descreve apenas três fases de desenvolvimento humano: a (i) sociedade agropecuária comunitária; a (ii) sociedade agrária (feudal ou assimilada e agroindustrial burguesa), e, finalmente, as (iii) sociedades socialistas e comunistas (CABRAL, 2013, p. 245). A identificação dos modos de produção, cabe ressaltar, não se colocam como um pensamento evolucionista ou linear: a existência concomitante das três mostram, para Cabral, uma visão de multilinearidade do desenvolvimento humano. Em termos políticos, nega o “etapismo”, no sentido das possibilidades de “saltos” dos modos de produção (SOUZA, 2016, p. 435). Em sua intervenção no seminário de quadros, por outro lado, a exposição do desenvolvimento social foi feito mais próximo do que Marx havia construído em suas obras (DIAS, 2019, p. 31).

É importante realizarmos este trajeto, pois, não apenas o “motor da história” é discutido por Cabral no sentido de “dar história” ao

⁵ Semelhante conclusão de Ciro Flamarion Cardoso em seu *Ensaio Racionalistas* (1988).

⁶ Aproximação semelhante percebida na intervenção de Cabral do Seminário de Quadros, em 1969, quando explica a diferença entre o materialismo simplório e o dialético (CABRAL, 2014, pp. 82-83).

continente africano e seus povos. A proposição política ensejada por Cabral para resgatar a história desses povos (subjugada, estagnada, travada pela dominação imperialista, vimos acima) tem como ponto fulcral o processo político pelo qual passavam pelo menos os continentes africano e asiático nos anos 1960 e 1970 (e que permitiriam a estes a mobilidade entre modos de produção): a libertação nacional. Novamente veremos as noções de forças produtivas e classes, associada desta vez com o seu subproduto que tem toda atenção de Cabral: a flor da cultura.

A FLOR DA CULTURA (E DA HISTÓRIA)

Na reconstrução da dinâmica da história presente no pensamento de Amílcar Cabral existe ainda uma importante etapa a ser vislumbrada. Sabemos da importância das classes, do “desenvolvimento das forças produtivas”, e do lugar que ocupam as nações (especialmente as oprimidas) em fazer avançar a “marcha da história” (e a reiterada importância que Cabral dá a estas duas últimas). Agora, precisamos averiguar a “retomada” da história e a proposta de renascimento cultural do povo que se reencontra consigo mesmo em outro momento e de outra forma. O processo histórico que as populações africanas e asiáticas passavam, na oportunidade que Cabral reflete é a libertação nacional⁷ – processo que iria reestabelecer não apenas a independência política como toda uma série de transformações sociais nas sociedades mobilizadas. Não apenas isto, se trata do processo que Cabral indicou ser a contradição mais importante na “marcha da história” do mundo

⁷ O termo “libertação nacional” escolhido pelas lideranças políticas africanas para denominar suas lutas, cristalizava toda uma concepção própria de projeto político, foi pouco ou nada conceituado por historiadores. Em nossa pesquisa de doutorado, em andamento, procuraremos caracterizar o que significa “libertação nacional” para as guerras de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

contemporâneo (maior mesmo que a luta de classes nas metrópoles europeias).

Como já vimos acima, a dominação colonialista e a intervenção imperialista produziram a “negação do processo histórico do povo dominado”. Fosse através de políticas sociais e econômicas, das intervenções violentas dos portugueses na vida dos povos africanos, ocasionando distúrbios nas populações tradicionais, etc., fosse interferindo no sistema de cultivo local, o colonialismo causaria danos à estrutura social africana. Estes danos, como Cabral resumiu, retiravam a liberdade de desenvolvimento “das forças produtivas nacionais”. O movimento então que se propusesse a eliminar o colonialismo, deveria também saber reverter esta sua principal característica. A busca pela independência e posterior construção de uma sociedade diferente, traduzida pela consigna da libertação nacional, terminaria “quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira”. O fundamento de tal processo social e político,

reside no direito inalienável de cada povo a ter sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a *libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais* (CABRAL, 2013, p. 249, grifos nossos).

Da dinâmica da história interrompida, à sua reconquista, é neste pressuposto que Amílcar Cabral lança as bases para mais tarefas do movimento de independência, acrescentando ainda que estas profundas mudanças nas forças produtivas fazem “o fenômeno de libertação nacional corresponde[r] necessariamente a uma revolução” (CABRAL, 2013, p. 250). Prosseguindo no desenvolvimento deste tema, em conferência

de 1970, Cabral realiza a consideração de o domínio imperialista possuir ainda uma faceta através do domínio cultural. A teoria da assimilação⁸ é citada como um de seus exemplos. A reflexão então toma corpo a partir da concepção de que a cultura é um dos elementos da história e do desenvolvimento dos povos. Se a liberação nacional, como vimos antes, é a via de conquista dos povos para reconquistar o seu desenvolvimento histórico, concluindo-se na independência do desenvolvimento das forças produtivas de qualquer força ou domínio estrangeiro, é de altíssima importância a avaliação interna desta sociedade, a saber, da sua cultura:

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância das contribuições positivas da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimente da realidade do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras (CABRAL, 2013, p.272).

Amílcar Cabral, como constante em seu pensamento revolucionário, busca sempre precisar as necessidades das populações africanas e os subsequentes objetivos da luta. Desde sua caracterização de imperialismo, vemos na balança de nosso pensador o peso da realidade e o contrapeso da contestação e das ações necessárias. Se se percebe no imperialismo uma nova forma de opressão – a cultural – o ato de sua contestação precisa também se afirmar: “a liberação nacional é necessariamente, um *ato de cultura*” (CABRAL, 2013, p. 272). Para o revolucionário guineense e cabo-verdiano, o valor da cultura como elemento de resistência da luta de liberação nacional começa pela sua

⁸ Seu impacto para este construto de contestação por parte de Amílcar Cabral é muito bem analisado por Patrícia Villen (2013).

definição. Afinal, ela é “manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade”. Ou seja, uma vez fruto da história de um povo, a cultura determinaria simultaneamente a história (CABRAL, 2013, p. 270). O modo como os povos vivem e se reproduzem pautaria o seu desenvolvimento histórico. Cabral também precisa que, se a libertação nacional ocasiona o livre desenvolver das forças produtivas, ela liberta também a escolha do seu modo de produção. Para Cabral, “falar disso é falar de história, mas é também falar de cultura” (CABRAL, 2013, p. 271). É nesta intervenção que mais se materializa o âmbito social, o econômico e o cultural, no pensamento de Cabral, ligados como elemento essencial da história de um povo. A analogia subsequente tornou-se já célebre:

[A cultura] é talvez resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. Como a história, ou porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha as suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos (CABRAL, 2013, p. 271).

Tornou-se já célebre, mas nem sempre associada à sua constituição de dinâmica da história. Mais: à sua conexão de “classe” e “transição histórica”. A começar por um pressuposto poucas vezes ressaltado: a cultura, para Cabral, possui *caráter de classe*. Dois elementos importantíssimos aqui se coadunam: a cultura é de um “povo”, entretanto, ela não se desenvolve igualmente entre todos os setores da sociedade; ademais, o domínio colonial criou, com os anos, um sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado. Uma verdadeira “alienação cultural” de uma faixa das “massas populares”, seja pela falaciosa assimilação ou

pelo abismo entre as elites autóctones e o restante do povo. A pequena burguesia criada pelo sistema imperialista e colonialista imposto em África veria a si própria como culturalmente superior às outras camadas da população. Era necessária, então, a “reconversão dos espíritos”, ou, a *reafricanização*:

A contestação cultural do domínio colonial – fase primária do movimento de libertação - só pode ser encarada eficazmente com base na cultura das massas trabalhadoras dos campos e das cidades, incluindo a "pequena burguesia" nacionalista (revolucionária), *reafricanizada* ou disponível para uma reconversão cultural (CABRAL, 2013, p. 275).

A *reafricanização* é, portanto, um elemento de classe e de luta de classe, essencial, entre outros, para a luta contra o neocolonialismo passível de ser implementado após a independência formal dos países africanos. Sendo a cultura um amplo e complexo campo da vida humana, Cabral aponta para a tarefa do movimento de libertação em ser capaz de distinguir o “essencial do secundário”, o “positivo do negativo”, o “progressivo do reacionário”, sempre tendo como horizonte a construção de uma *cultura nacional*, que cumprirá um papel na dimensão da luta de libertação confluindo à *dimensão nacional* (CABRAL, 2013: pp. 275-276). O postulado, do movimento político que devolveria a dinâmica da história para os povos dominados, não poderia ser mais claro: “a luta armada de libertação nacional é não apenas um fato cultural, mas também um *fator de cultura*” (CABRAL, 2013, p. 280)⁹.

⁹ A *reafricanização* também desembocaria em um importantíssimo conceito, resgatado de Frantz Fanon, o do *suicídio de classe*. Para ver a sua constituição, em correlação ao revolucionário martinicano radicado na Argélia, ver o capítulo *Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral* (ROLIM, 2016), no livro organizado por José Rivair Macedo.

Com estas reflexões, ressalta-se que Amílcar Cabral não só desenvolveu a teoria e as táticas do processo de libertação nacional, mas também projetou diversos aspectos de uma “teoria de transição”. Alertava para o neocolonialismo (“dominação indireta”); percebia a importância de aniquilar o colonialismo e não assimilá-lo; concebia a chamada política de “ajuda” aos países subdesenvolvidos como prática do imperialismo, com objetivo de “criar ou reforçar pseudo-burguesias nativas, necessariamente enfeudadas à burguesia internacional, e de barrar assim o caminho à revolução” (Cabral, 2013, p. 248): todos estes elementos que continuariam, a seus modos e com suas especificidades, a travar o desenvolvimento histórico autônomo daqueles povos.

Procuramos expor, através de alguns dos textos mais lidos de Amílcar Cabral, entretanto iniciando pelos seus escritos de agrônomo e outros, para dar mais densidade ao argumento, expor que o pensador líder dos processos políticos de Guiné-Bissau e Cabo Verde possuía uma intrincada noção de dinâmica histórica. Não apenas teórica, mas também prática e imediata para os povos daqueles países. O movimento empregado, do capital moribundo e a estagnação da história, ao seu ressurgimento em forma de flor, da cultura de um povo, realizamos trajeto que nos ajudam em muito a compreender não apenas o pensamento de Cabral como as dinâmicas desencadeadas por um importante processo histórico que foi a luta dos povos colonizados de se libertar do jugo imperialista.

DO MORIBUNDO À FLOR - UMA DINÂMICA DA HISTÓRIA (E SEUS DESDOBRAMENTOS...)

O passado, segundo Marx, pressiona o cérebro dos vivos. Entretanto, uma concepção de dinâmica da história não tem por

objetivo apenas ver o desenrolar do passado. Trata-se de procurar estabelecer bases científicas e assentadas para a atuação no presente e o planejamento de um futuro – possível, concreto, imeditato e, em grande medida, universal.

A dinâmica da história em Amílcar Cabral passa pela concepção das forças produtivas como força motriz de desenvolvimento humano; de sua paralisação através da irrupção de um fenômeno econômico situado historicamente (o imperialismo), com suas implicações para o aspecto conjuntural da história (a luta de nações imperialistas e as colônias seja um dos principais elementos da luta de classes da época), e o quanto o aspecto desta luta de classes, ao libertar também o processo de desenvolvimento das forças produtivas de um povo, recoloca-o como protagonista de seu próprio desenvolvimento histórico (tendo a cultura papel excepcional a ser destacado no processo), abrindo novos caminhos para disputas e conflitos internos, que terão, então, privilegiado local e protagonismo.

Destaca-se que a dinâmica histórica em Cabral (e em grande medida nas teorias marxistas), não se tratam de um mero desencadeamento e sucessão cronológica de modos de produção e suas opções ao longo do tempo. Entretanto, o modo de produção é, e vimos argumenta também Cabral, um produto histórico, derivado das contradições das forças produtivas e das características das lutas de classes de cada época.

Os contornos de uma “teoria de transição” que afirmamos estar presente em Cabral, se dá em sua leitura – também demonstrando estar presente firmemente a noção de que a ampla liberdade do desenvolvimento das forças produtivas não era um processo social capaz de ser alcançado via meras formalidades – da dinâmica *interna* da sociedade.

Se a luta de classes poderia ser materializada através das lutas das nações oprimidas *versus* as opressoras (as metrópoles, os países imperialistas), era de suma importância compreender que uma (possível) luta de classes interna, conflitiva, mas que trouxesse em si a resolução dos problemas nacionais iria ocorrer com todas as suas especificidades. Até que se alcançasse uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem. Não parece a toa que Samir Amin resgata importantemente a noção de “desenvolvimento das forças produtivas” para pensar uma nova transição (AMIN, 2020, pp. 106-109), já no século XXI, muito depois do tempo histórico de Amílcar Cabral nos deixar.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE AMILCAR CABRAL:

CABRAL, Amílcar. **Estudos Agrários de Amílcar Cabral**. Lisboa-Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

_____. **Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.1)**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

_____. **Pensar para melhor agir. Intervenções no Seminário de Quadros, 1969**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2014.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDRADE, Mário de. **Amílcar Cabral: Essai de biographie politique**. Paris: François Maspero, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaios Racionalistas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

CÁ, Vanito Ianium e ROLIM, Gustavo Koszeniewski. “Um conceito a construir: as forças produtivas no pensamento de Amílcar Cabral”. **Revista Transversos**. 2021.

DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975.

DIAS, Luciana. **Amílcar Cabral e o Marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)**, dissertação de Mestrado em História de África, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2020.

MARX & ENGELS. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015b.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Rolim, Gustavo Koszeniewski. **Revolução e Cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral**. IN: **Pensamento Africano do Século XX**. São Paulo: Expressão Popular, 2016

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (1924-1973) Vida e morte de um revolucionário africano**. Edição de Autor: Coimbra, 2016.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

11

DIALÉTICA E REVOLUÇÃO NO MARXISMO HUMANISTA DE FRANTZ FANON

Kellen Cristina Prado da Silva¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre de estudos e pesquisas realizados na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, a partir de leituras realizadas no Grupo de Estudos Frantz Fanon, projeto de extensão que congrega docentes, alunos de graduação e pós-graduação de diferentes instituições de ensino superior. Tais estudos engendraram novas perspectivas de compreensão do marxismo e de sua crítica ao colonialismo, e tem implicações para os estudos acerca do pensamento afro-brasileiro revolucionário emergente no seio dos movimentos negros no Brasil.

Frantz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra, ativista político e intelectual martinicano, conhecido pelo seu pensamento crítico e radical no que diz respeito à luta anticolonialista e antirracista, dirigida a uma perspectiva revolucionária. Tomamos como pressuposto metodológico a necessidade de compreensão do pensamento do autor e de sua produção em uma perspectiva totalizante, ou melhor, na relação entre o que nela representaria a parte e o todo. Entendemos que, na realização de um trabalho de pesquisa coerente, é preciso buscar as relações possíveis em uma abordagem que mantenha a tensão dialética entre todos os

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Graduada em Psicologia (PUCGO), mestre em Educação Brasileira (UFG) e Doutoranda em História (UFG). Contato: kellen cristinas@ufg.br

elementos que compõem a obra do autor (GOLDMANN, 1986). Para isso, não basta analisar o pensamento e a obra do autor por si mesmos, mas mediados pelas relações estabelecidas entre o intelectual e as instituições, que se modificam no tempo e no espaço, bem como suas interações com o pensamento e os intelectuais de sua época, evidenciando seu lugar no processo histórico de construção das ideias que se consolidaram, ou promoveram transformações sociais e no pensamento das futuras gerações. Diante disso, entendemos que não é possível apreender o pensamento de Fanon separando sua compreensão da subjetividade e da sociedade na abordagem da problemática do negro colonizado.

Dois elementos marcam a obra do autor fortemente: a revolução, como alternativa de transformação política ao processo de opressão colonial e à condição desumana do colonizado, percebida ao acompanhar a luta argelina pela libertação; e a descoberta de um novo sujeito que decorreria dessa luta revolucionária, um homem na sua acepção mais profunda, livre do adoecimento psíquico causado pela opressão, luta que promoveria a emancipação verdadeira do sujeito, que não é sujeito de si. A revolução enquanto transformação das condições materiais que produzem o homem também o transforma. O adoecimento psíquico não é meramente uma condição individual, ou individualmente tratada. Há uma regularidade no surgimento das moléstias psíquicas, acompanhada por Fanon, decorrente de dois aspectos: a violência da colonização e a presença do inconsciente, que cuida para que a origem do sintoma causado pelo problema social do racismo, da colonização, seja negada, a fim de que o sujeito se esquive de mais sofrimento. O reconhecimento do inconsciente e das defesas levantadas contra uma situação de sofrimento real e intenso, é também o reconhecimento de que o sujeito fragilizado psicologicamente nada pode contra o sistema opressor, não

consegue lutar pela sua libertação, alienado que se encontra do mundo e de si mesmo. O colonialismo faz sofrer o sujeito, que reage com a luta pela sua libertação, e essa acaba por promover a intensificação de sua fragilização. As condições objetivas e subjetivas entram na problemática colonial e se relacionam de tal forma que ambas precisam ser colocadas em discussão. Quais são as condições efetivas para promoção da revolução? Como se rompe com o ciclo do adoecimento psíquico? Fanon mantém um tensionamento entre as origens do racismo dadas pelo colonialismo como da estrutura social e a explicação psicanalítica sobre a origem do conflito psíquico instalado pela situação colonial, quando afirma que o sofrimento do negro não advém de um complexo ou de uma fantasia infantil, mas de sua condição real de excluído, e apresenta vários exemplos disso ao longo de seus escritos. No entanto, na obra de Fanon ainda permanecem explicações sobre o papel do inconsciente na instalação do sintoma, e seu colorido particularizado pela história de vida do sujeito. A relação entre objetividade e subjetividade é de determinação: as condições materiais determinam a subjetividade do negro, do colonizado. Mas ao ficar preso no conflito psíquico, alienado de si, o sujeito nada pode fazer para mudar sua condição. A consciência da sua condição dá ao colonizado a possibilidade de lutar contra o racismo, a opressão, sendo a revolução o ápice desse movimento de libertação material e psíquica.

Diante disso, entendemos ser possível integrar os “Fanons” que estão fragmentados: o marxista humanista que se ocupa das questões teóricas e filosóficas sobre as efetivas condições de realização da humanidade no contexto colonial e das lutas pela libertação dos povos e, no limite, do próprio homem; o terceiro-mundista revolucionário, que vê na periferia do sistema capitalista as possibilidades de transformação

das condições materiais de existência, diante do fracasso europeu na realização de seu projeto civilizatório; e o psiquiatra e psicanalista que dialoga com a realidade do homem colonizado/negro na perspectiva da matriz freudo-lacanianana, e que identifica na sociedade e na cultura os elementos fundantes da subjetividade, responsáveis pelo adoecimento psíquico e físico do homem.

Trata-se de apreender, do ponto de vista lógico e histórico, a coerência de uma teoria que busca integrar o que aparenta estar apartado entre indivíduo e sociedade: a relação entre a objetividade da realidade social e os processos que constituem o sujeito, a partir da compreensão de uma subjetividade cindida pela falta primordial no inconsciente, e submetida aos processos de repressão, e, de forma geral, de opressão e violência psíquicas, engendrados por uma sociedade regida pela ética da exploração/dominação do homem pelo homem.

Nesse sentido, nos afastamos das abordagens que recusam a tensão entre subjetividade e objetividade na leitura da obra de Fanon, pela resolução em um dos polos da relação. Entendemos que a análise empreendida pelo autor entrelaça a sociologia à psicologia, de tal forma que, por vezes, a linha que separa epistemologicamente os campos se apresenta tênue, embora as especificidades de ambos se evidenciem em momentos distintos da obra do autor em tela. Assim, as interpretações do pensamento de Fanon deveriam considerar esse movimento, ao invés de buscar decidir o suposto impasse e trabalhar com uma visão parcial da obra do autor.

Diferentes leituras dos escritos de Fanon têm buscado situar o autor dentro de abordagens teórico-metodológicas distintas. Recentemente Faustino (2020) mapeou as disputas em torno do pensamento de Fanon, denominadas por ele de “fanonismos

contemporâneos”, inserindo a abordagem “Marxista ou Humanista Radical” como mais uma dentre outras que se apresentaram como reação ou adequação à virada pós-colonial, ao situar o problema do negro ou do racismo em campos teórico-metodológicos distintos. É importante ressaltar que não compartilhamos do referencial analítico de Faustino (2020), pois nos interessa, neste trabalho, tão somente abordar os temas e aspectos predominantes do pensamento de Fanon naquilo que se aproxima do paradigma marxista humanista.

Há, contudo, outros estudos que inserem o pensamento do revolucionário martinicano em uma vertente pós-colonial, outros o classificam como decolonialista, há ainda interpretações de sua obra como filiada à filosofia existencialista, ou ainda, no campo da psicologia política, mais recentemente, aqueles que designam Fanon como precursor da Esquizoanálise². Em nossa compreensão, essas leituras tergiversam diante de aspectos fundamentais dos escritos de Fanon, como a relação entre racismo e classe social, seu posicionamento diante dos pressupostos da negritude e abordagens da identidade negra, dentre outros temas, que podem ser claramente definidos no escopo da abordagem marxista quanto ao pensamento desse autor.

Diante da problemática apresentada, e de um debate epistemológico amplo em razão da diversidade de leituras da obra de Fanon, nossas pesquisas indicaram a necessidade de compreensão acerca da inserção da obra desse importante intelectual revolucionário no campo

² Essa interpretação está no livro de Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O anti-Édipo* (1972) quando se discute conceitualmente a psicanálise, ou melhor, na oposição à psicanálise que esses autores fazem (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Importante ressaltar que Fanon evidencia o lastro teórico de Lacan em sua produção, de forma mais contundente, na publicação recente *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (2015), deixando claro que, embora questione a formulação conceitual de Freud sobre o complexo de Édipo, quando aplicada à situação colonial, em *Pele negra, máscaras brancas* (1952), permanece fiel à matriz psicanalítica quanto a seus pressupostos teórico-metodológicos (FANON, 2020).

epistemológico marxista, com referência na leitura de suas obras disponíveis até então: *Pele negra, máscaras brancas* (1952), *Sociologia de uma revolução* (1959), *Em defesa da Revolução Africana* (1964), *Os condenados da terra* (1961), *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos* (2015). Para isso, apresentaremos algumas temáticas emergentes nos escritos de Fanon que apontam para grandes temas abordados no universo do marxismo, que se aproximam de sua compreensão sobre os efeitos do racismo e da violência colonial sobre o homem e sua luta por libertação.

HEGEL, A DIALÉTICA E A REVOLUÇÃO: DEFINIÇÕES DE UM MARXISTA HUMANISTA

Podemos situar o surgimento do Marxismo Humanista nos anos 1950, com a emergência de discussões sobre os escritos do propalado “jovem Marx”³, constituindo a base de uma crítica tanto do marxismo tradicional quanto da teoria social não marxiana, segundo Anderson (1986). Para esse autor, a leitura de Hegel em Marx, e a consideração das obras iniciais marxianas – tais como os *Ensaio de 1844*⁴, com a

³ A existência de um corte epistemológico entre os escritos da juventude de Marx e sua obra na maturidade foi argumentada por Louis Althusser em seu livro *Pour Marx* (1965), que defendeu a divisão da obra de Marx entre o humanismo dos escritos de juventude e a teoria científica na crítica da economia política, posteriormente (ALTHUSSER, 2015). Na década de 1960 essa polêmica esteve muito presente no debate sobre o marxismo na França e também no Brasil. O argumento da tese dirigido a essa questão, cuja extensão nos impede de inserirmos aqui, acompanha as reflexões de Löwy (2012), para quem a teoria da revolução em Marx não seria somente um dos temas de sua obra, mas aquilo que unifica a economia política, a filosofia da práxis e a história, dando sentido ao todo e recuperando o caráter revolucionário da dialética materialista. Anderson (2019) também não vê sentido na oposição epistemológica entre “jovem” e “velho” Marx, mas defende que sua obra passa por evoluções ou desenvolvimentos. Para ele, os conceitos fundamentais da obra marxiana, como a dialética, a teoria da alienação e do fetichismo, e o conceito de capital e exploração do trabalho, apresentam uma consistência ao longo de sua produção, dos anos 1840 a 1880.

⁴ Sob essa designação, Anderson (1986) refere-se aos escritos de Marx e Engels entre 1843 e 1844, que orientaram o debate marxista somente após 1945, em razão de sua publicação posterior, (HOBBSAWM, 1979; MARX, 1978), tais como *A ideologia Alemã* (1844), *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), *Sobre a questão judaica* (1943), *Cartas dos Anais*

participação de Engels em alguns deles –, em consonância com obras do final de sua vida, como os *Cadernos Etnológicos* (1879-1882)⁵, onde temas pouco conhecidos foram abordados – tais como questões de raça e a libertação da mulher – permitem retomar o projeto humanista contido na obra de Karl Marx. Nesse sentido, teóricos como Raya Dunayevskaya (1910 - 1987)⁶, Karel Kosik (1926 – 2003), C. L. R. James (1901 – 1989) e Frantz Fanon, que fizeram do humanismo uma categoria central de sua teoria, caberiam nessa definição de marxistas humanistas, guardadas as devidas especificidades de seus temas e análises.

Com a frase “Marxismo é Humanismo”, Raya Dunayevskaya introduz seu capítulo *Humanism and Marxism*, publicado no livro *The humanist alternative: some definitions of Humanism*, de 1973. Ao estabelecer uma relação unívoca entre as referidas correntes teóricas e filosóficas, a autora russa naturalizada estadunidense coloca o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades e capacidade de transformação de sua realidade, como a finalidade precípua de todo o aparato teórico-metodológico da teoria marxista. Dunayevskaya é uma teórica do marxismo, que estabeleceu como projeto de sua crítica

Franco-Alemães (1843), dentre outros. Atualmente temos acesso a alguns deles em inglês, reunidos na publicação *Early Writings* (Primeiros Escritos), de 1975 (MARX, 1975).

⁵ Segundo Anderson (2019), Marx foi um pensador multilinear que, ao longo da obra, superou o eurocentrismo e foi se revelando sensível à realidade das sociedades não ocidentais, quanto às questões culturais, políticas e raciais, compreendendo que havia outras possibilidades de desenvolvimento e revolução na trajetória histórica das sociedades fora da Europa ocidental. Os *Cadernos Etnológicos* evidenciam esse movimento da obra de Marx, nas análises do autor.

⁶ Raya Dunayevskaya foi uma judia russa (nascida Raya Shpigel, em 1930 adotou o nome de solteira da mãe) que emigrou para os EUA em 1922. Nos anos 1920 foi comunista, indo para o México em 1937 servir como secretária de Leon Trotsky (1879-1940). Ao romper com Trotsky em 1939, em razão de divergências teóricas, aos poucos emergiu como teórica independente, com seus escritos sobre o Capitalismo de Estado na Rússia dos anos 1940. Nesse mesmo ano, formou a Johnson-Forest Tendency, juntamente com CLR James. Entre 1954 e 1955, Dunayevskaya separou-se de James e fundou o jornal marxista humanista *News and Letters*. Com a publicação de seu *Marxism and Freedom*, de 1958, desponta como teórica do Marxismo Humanista, tomando como principais temáticas a libertação feminina, questões de raça e gênero (ANDERSON, 1986).

evidenciar o humanismo na obra de Marx, bem como questões que aparentemente estariam ausentes nas análises empreendidas pelo autor, como os debates sobre raça e gênero, por exemplo. A autora mostra, por exemplo, como os escritos de Marx sobre a Guerra Civil Americana constituiu a estrutura do Livro I de *O Capital*, especialmente no capítulo sobre a jornada de trabalho (DUNAYEVSKAYA, 1958). Dedicou-se também à análise dos *Cadernos Etnológicos* (1844), trazendo as reflexões de Marx sobre gênero e sobre o impacto da entrada do capitalismo em regiões não capitalistas, abordando suas formas de resistência ao avanço do capital e ao colonialismo. Esses estudos deram origem à primeira crítica feminista à obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, na qual a autora estabelece distinções fundamentais entre Marx e Engels:

[...] como revolucionário, a hostilidade de Marx ao colonialismo capitalista estava se intensificando. A questão era: quão total deveria ser a destruição da sociedade existente e quão nova a relação entre teoria e prática? Os estudos permitiram a Marx (a Marx, não a Engels) ver a possibilidade de novas relações humanas, não como mera “atualização” da igualdade dos sexos do comunismo primitivo, como entre os iroqueses, mas sim como Marx presentiu que poderiam emergir, de um novo tipo de revolução⁷ (DUNAYEVSKAYA, 1985, p. 374-375).

As publicações das obras de Marx, que têm sido objeto dos estudos dos marxistas humanistas, carecem de uma discussão importante acerca de sua incompletude e problemas referidos a tradução e

⁷ [...] como revolucionario, iba intensificando la hostilidad de Marx al colonialismo capitalista. La pregunta era: ¿cuán total debía ser el desarraigo de la sociedad existente y cuán nueva la relación de la teoría con la práctica? Los estudios capacitaron a Marx (a Marx, no a Engels), de ver la posibilidad de unas relaciones humanas nuevas, no como podrían surgir simplemente “poniendo al día” la igualdad de los sexos del comunismo primitivo, como entre los iroqueses, sino como Marx sentía que podrían surgir de un nuevo tipo de revolución (tradução nossa).

publicação. Os *Cadernos Etnológicos* (1844), por exemplo, em sua edição mais completa, de 1972, apresenta apenas metade das notas de Marx sobre as sociedades não ocidentais e pré-capitalistas, permanecendo o restante ainda inédito (ANDERSON, 2019). Assim, é impensável tratar dessas questões sem ressaltar os aspectos referidos à publicação das obras de Marx e Engels e suas iniciativas, marcadas pelas contradições inerentes à própria história do marxismo no mundo*.

A inserção de Fanon no rol dos marxistas humanistas passa pela compreensão de seu pensamento em um contexto mais amplo do debate internacional acerca dos temas tratados em sua obra. Nesse sentido, Anderson (1986) traz contribuições valiosas do contexto internacional de recepção da obra de Frantz Fanon. O autor afirma que, até os anos 1970, os estudos sobre Fanon ao redor do mundo centraram-se nos seus conceitos de violência revolucionária e consciência negra, mas não em sua crítica ao neocolonialismo na África pós-independência, no seu conceito de espontaneísmo das massas que conduzem o processo revolucionário, ou principalmente, seu conceito fundamental de uma dialética revolucionária humanista, que envolveu críticas aos estados de partido único na própria África independente. O desenvolvimento de temas caros ao marxismo, por Fanon, aponta para a necessidade de compreender como esses temas foram apreendidos pelos teóricos que receberam sua obra, e pelos movimentos sociais revolucionários que tomaram seus escritos como um referencial.

Fanon (1968) afirma que a noção de partido na colônia é importada da metrópole, e, mesmo sendo um instrumento das lutas modernas, é aplicado em uma realidade onde existe violência entre homens,

* Sobre a publicação das obras de Marx e Engels, a Marx-Engels Gesamtausgabe (MEGA) e edições independentes, ver Hobsbawm (1979), Dunayevskaya (1985), Cerqueira (2015) e Anderson (2019).

escravidão e o maior desenvolvimento econômico, ou seja, todas essas realidades coexistem. Ao trazer essa estrutura da metrópole, comumente se dirigem às parcelas mais conscientes, funcionários, trabalhadores, ao proletariado. Por isso a clientela dos partidos nacionalistas é frequentemente nos países colonizados, o proletariado. Eles representariam a “fração burguesa” do povo colonizado, pois fazem o sistema funcionar. A massa rural é frequentemente ignorada pelos partidos, pois vivem ainda em um sistema feudal, alimentado pelos funcionários coloniais e militares. No entanto, a jovem burguesia colonial precisa do desaparecimento dessa estrutura feudal rural para se desenvolver, pois as autoridades tradicionais nesse meio tribal são um empecilho.

Nesse contexto, os partidos nacionalistas permanecem à margem das massas. E, ao contrário do que pensam, as massas camponesas ou ainda os lumpenproletariado – para ser fiel ao termo empregado por Fanon – estão dispostos a tomar de volta sua terra, pela violência. Ao apresentar como exemplo a Revolta dos Mau-Mau no Quênia, entre 1952 e 1963, tendo à frente um grupo étnico que comandou a luta de libertação do país em uma guerra de guerrilha, pois o povo queniano camponês foi expulso de suas terras, Fanon (1968) ressalta que os quenianos de segmentos sociais distintos foram massivamente aderindo à iniciativa dos camponeses, que formaram uma massa de lumpem-proletariado, pela retirada de suas terras. Assim, há um erro dos gestores dos partidos nacionalistas, ao se voltarem ao proletariado, ignorando os camponeses, ao mesmo tempo em que se deve fazer uma crítica à formação dos próprios partidos, que tem muito a ganhar com a colonização.

Quais são as forças que, no período colonial, propõem à violência do colonizado novas vias, novos polos de investimento? Em primeiro lugar são os partidos políticos e as elites intelectuais ou comerciais. Ora, o que caracteriza certas formações políticas é o fato de que proclamam princípios mas se abstêm de lançar palavras de ordem. Tôda a atividade desses partidos políticos nacionalistas no período colonial é uma atividade de tipo eleitoralista, é uma sequência de dissertações filosófico-políticas sôbre o tema do direito dos povos a dispor de si mesmos, do direito dos homens à dignidade e ao pão, a afirmação ininterrupta do princípio “um homem-uma voz”. Os partidos políticos nacionalistas nunca insistem sôbre a necessidade da prova de força, porque seu objetivo não é necessariamente a destruição radical da ordem... (FANON, 1968, p. 45).

Para Fanon (1968), a luta colonial revela faces novas a partir de uma nova realidade, e isso só é obtido mediante a ação do colonizado, a partir do conhecimento de sua realidade. Esse sujeito, que se previne conscientemente contra todas as formas de mistificação, é que poderá avançar. Para ele, somente através da violência organizada e dirigida permite que as massas decifrem a realidade social, o conhecimento na práxis. Sem esse conhecimento, o militante nacionalista desmantela a opressão colonial e, ao mesmo tempo, constrói um outro aparelho de exploração. Dessa forma, Fanon vai mostrando como os militantes nacionalistas podem se envolver em armadilhas da retórica, da ideologia colonial, ao buscarem travar a luta pela libertação sem ter conhecimento de sua realidade, apenas se espelhando na organização burocrática partidária do modelo europeu.

Fanon defende que a luta revolucionária precisa de uma dimensão humanista universal, para que não se tornasse um nacionalismo estreito: defende a consciência nacional e não o nacionalismo. Para Anderson (1986), esta é uma visão dialética verdadeira, das relações

entre consciência nacional e internacionalismo nas revoluções do Terceiro Mundo.

Anderson (1986) também aponta um aspecto importante na crítica feita a Fanon na década de 1960, que reduzia sua teoria a uma “luta de guerrilha armada”, comparada ao Castrismo⁹. O próprio prefácio de Sartre, no livro *Os condenados da terra*, focou quase inteiramente na questão da violência nas revoluções anticoloniais, o que de certa forma auxiliou no ocultamento das questões de caráter filosófico levantadas por Fanon, já que o prefácio acabou ganhando mais notoriedade do que a própria obra do autor martinicano.

Fanon (1968, p. 25) argumenta que o mundo colonizado é um mundo dividido em dois, isto é, não há conciliação possível entre colonizadores e colonizados. Diante disso, a descolonização é sempre um fenômeno violento, pois consiste na substituição de uma “espécie” de homens por outra, atingindo em cheio o ser humano, na medida em que promove a criação de homens novos.

A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logra nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatez o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico (FANON, 1968, p. 29).

⁹ O termo “Castrismo” refere-se ao governo de Fidel Castro em Cuba, suas ações e posicionamentos políticos. O trecho, no entanto, faz menção à Revolução Cubana (1953-1959), que foi um movimento guerrilheiro armado, sob o comando de Fidel Castro.

Para Anderson (1986), a visão dialética e o humanismo total de Fanon emergem no capítulo “Da violência”, de *Os Condenados da Terra*. Na citação acima, Fanon propõe que as análises marxistas se adequem ao contexto colonial, já que considera as categorias teóricas dessa análise válidas para a compreensão do colonialismo. No entanto, apresenta como originalidade da situação colonial a sobreposição da realidade humana à realidade econômica, embora não haja oposição entre elas no texto marxiano. As análises de Marx sobre o colonialismo concentradas nos *Cadernos Etnológicos* (1844), demonstram o desenvolvimento de uma abordagem mais ampla da dialética entre raça e classe (ANDERSON, 2019), em formulações originais, ao contrário da dissolução de uma categoria na outra, tal como alguns marxismos anunciam.

Da mesma forma, a concepção de violência como um componente da estrutura social do colonialismo, nos escritos do martinicano, apenas reforça o papel revolucionário da luta de libertação do colonizado, no sentido estrito, e do homem, genericamente, dado que sua visão dialética do processo revolucionário anuncia a impossibilidade de libertação do homem na condição de objeto. A violência instalada na e pela relação colonial requer do colonizado o uso também da violência, para que se coloque diante do branco não como coisa, mas como homem.

Para o colonizado essa violência representa a práxis absoluta. Por isso o militante é aquele que trabalha. (...)Trabalhar significa trabalhar para a morte do colono. A violência assumida permite ao mesmo tempo que os extraviados e proscritos do grupo voltem, reencontrem seu lugar e se reintegrem. A violência é, dessa maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim (FANON, 1968, p. 37).

Novos estudos nas décadas de 1970 e 1980 focaram mais na definição teórica de Fanon, primeiro como um psicólogo e teórico político, e mais recentemente, como um filósofo humanista da revolução. Anderson (1986) argumenta que nenhum pensador do Terceiro Mundo no pós-Segunda Guerra gerou tantos estudos teóricos nesse período. Ao mesmo tempo, seu trabalho continuou sendo discutido amplamente dentro dos movimentos revolucionários, tais como na África do Sul. Um elemento de destaque é a marginalização e exclusão do pensamento de Fanon em muitas discussões contemporâneas que tratam da dialética, como se o conceito de dialética revolucionária de Fanon fosse específico para o Terceiro Mundo, e não um conceito de abrangência universal.

Essa análise de Fanon sobre a dialética, mostrando a dimensão filosófica de seu pensamento, é frequentemente tomada pelos seus críticos como derivadas de Sartre ou dos escritores da Negritude, como Aimé Césaire. Anderson (1986, p. 17) rebate essa interpretação do texto de Fanon, trazendo a crítica contundente que o revolucionário faz a Sartre no livro de 1952, a qual também é reforçada por Turner e Alan (1986), rebatendo qualquer forma de compreensão de Fanon como discípulo de Sartre:

Na citação da análise de Sartre sobre classe como um “universal abstrato” e a raça como um “concreto particular”, que levou Sartre à conclusão de que “a negritude aparece como um termo menor de uma progressão dialética”, Fanon escreve: “Orpheu negro’ é um marco na intelectualização da experiência de ser negro. E o erro de Sartre não foi só procurar a fonte da fonte, mas em certo sentido secar a fonte... ele me recordou que minha negritude era tão somente um termo menor. Em toda verdade te digo, meus ombros

escorregaram para fora da estrutura do mundo, meus pés não podiam mais sentir o toque do chão”¹⁰ (TURNER; ALAN, 1986, p. 40).

Em nenhum momento de sua obra Fanon (2008) desconsidera a luta de classes ou apoia sua compreensão da relação entre o negro e o branco estritamente pelo determinante racial. Na crítica a Sartre, Fanon (2008) reafirma que sua dialética não é existencialista, mas se funda na leitura marxiana de Hegel¹¹. A relação universal/particular e concreto/abstrato na análise do problema do negro ou colonizado está presente em seus escritos na acepção marxiana, enquanto categorias históricas de análise. Ele entende que o homem só é humano na medida em que se coloca diante de outro homem, com a finalidade de ser reconhecido, pois há na base da dialética hegeliana uma reciprocidade absoluta, que se impõe. Na experiência da relação do negro com o branco, não há luta aberta, dado que o negro não é reconhecido pelo branco, e, ao tornar a reciprocidade irrealizável, mantém o outro no interior de si. Assim, a luta contra o racismo é uma luta para entrar na relação dialética do Eu e do Outro, e não para recusá-la.

Segundo Anderson (1986), a dialética do senhor e do escravo na Fenomenologia de Hegel foi um tópico muito discutido entre os intelectuais franceses entre as décadas de 1930 e 1940. Fanon, que apreciava muito Hegel, também se opôs à sua dialética se fosse aplicada

¹⁰ In quoting Sartre's analysis of class as the "universal and abstract" and race as the "concrete and particular", which led Sartre to the conclusion that "negritude appears as the minor term of a dialectical progression", Fanon writes: "Orphée Noir is a date in the intellectualization of the experience of being black. And Sartre's mistake was not only to seek the source of the source but in a certain sense to block that source...he was reminding me that my blackness was only a minor term. In all truth, in all truth I tell you, my shoulders slipped out of the framework of the world, my feet could no longer feel the touch of the ground (tradução nossa).

¹¹ A temática sobre a dialética de Hegel na obra de Fanon é discutida na tese, e apresenta relações com o próprio desdobramento histórico da Teoria do Reconhecimento na filosofia francesa dos anos 1930, com Alexandre Kojève, Jean Hypollite e Jacques Lacan.

inalterada ao escravo negro e ao senhor branco. Essa crítica original de Hegel preservou muitas de suas categorias, principalmente em relação aos conceitos de autoconsciência e autodesenvolvimento, e também de Marx, na *Crítica da Dialética Hegeliana*, de 1844. Essa abordagem difere nitidamente da visão dos existencialistas franceses sobre a dialética do senhor e do escravo com que Fanon era familiarizado.

Tampouco Fanon se filia aos pressupostos da negritude, pois também fez críticas afiadas ao conceito de Aimé Césaire, ainda em 1955, no artigo publicado no jornal francês *Esprit*:

Antes de Césaire, a literatura antilhana era uma literatura de Europeus. O antilhano identificava-se com o branco, adotava uma atitude branco, “era um branco”. Depois de o Antilhano ter sido obrigado, sob a pressão de europeus racistas, a abandonar posições que eram, em suma, frágeis, visto que absurdas, exatas e alienantes, nascerá uma nova geração. O Antilhano de 1945 é um negro... há em Cahier d’un retour na pays natal um período africano, porque:

À força de pensar no Congo

Tornei-me um Congo sussurrante de florestas e de rios.

Assim, parece que as Antilhas, depois da grande miragem branca, agora estão vivendo na grande miragem negra (FANON, 2018, p. 43).

Mais tarde, no livro de 1961, Fanon deixará clara sua oposição a Césaire, pois a Negritude como movimento cultural alicerçado na identidade negra, dada pelos elementos de uma origem africana esvaziada de seu componente sócio histórico, seria, para o crítico martinicano, também o esvaziamento da perspectiva revolucionária do colonizado. Para Fanon (1968, p. 93), reivindicar uma cultura negra em detrimento de uma cultura nacional é colocar os propósitos revolucionários em segundo plano, ou seja, os negros só conseguirão perceber

seus problemas como universais em relação ao colonialismo, se colocarem em perspectiva sua relação com o branco. Nesse sentido, a identidade negra dada por uma matriz cultural africana, retiraria a força da universalidade da luta pela libertação, particularizando-a a aspectos secundários à exploração colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos, neste trabalho, uma aproximação à discussão sobre a vertente teórica marxista humanista, nos termos que seus próprios autores a definem (ANDERSON, 2019; DUNAYEVSKAYA, 1986), identificando em Fanon uma leitura possível das características de seu pensamento e dos temas abordados. Não partimos do questionamento se Frantz Fanon é um autor marxista ou não, pois entendemos que as categorias marxistas estão presentes em sua obra, apropriadas em seu arcabouço teórico-metodológico, com a finalidade de compreensão da situação colonial e das condições de emergência da revolução. Intentamos, pois, entender melhor como o marxismo se apresenta na obra do autor.

Dessa forma, indicamos a necessidade de que os grandes temas marxianos abordados em Fanon sejam melhor explorados, especialmente na sua relação com os textos mais iniciais de Karl Marx, mesmo diante de limitações quanto ao seu acesso, já que foram objeto de disputas editoriais e controvérsias autorais – como as lacunas preenchidas por Engels. Tudo isso demonstra o quanto há para ser conhecido e debatido, no âmbito da teoria marxista e fanoniana, evidenciando a dinâmica do marxismo como teoria viva e práxis transformadora do pensamento e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens**: nacionalismos, etnias e sociedades não ocidentais. Trad. Allan Hillani/ Pedro Davoglio. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editora, 2019.
- ANDERSON, Kevin B. Sources of Marxist-Humanism: Fanon, Kosik and Dunayevskaya. **Quarterly Journal of Ideology**, 10 (4), 1986, p. 15-29. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/dunayevskaya/archives/11372.pdf> Acesso em: 18 abr. 2020.
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx. **Revista de Economia Política**, vol. 45 n. 4 (141), out./dez. 2015, p. 825-844.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. Humanism and Marxism. In: KURTZ, Paul. **The humanist alternative**: some definitions of Humanism (1973). USA: News and Letters Committees. Disponível em: <http://rayadunayevskaya.org/ArchivePDFs/4812.pdf> Acesso em: 25 fev. 2020.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. **Marxism and Freedom** - from 1776 until Today (1958). Disponível em: <https://rayadunayevskaya.org/category/vol4/> Acesso em: 25 fev. 2020.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. **Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la revolución**. Trad. Juan José Utrilla. México: FCE, 1985.
- FANON, Frantz. **Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. São Paulo: Ed. Ciências Revolucionárias, 2018.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon**; a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo: Intermeios, 2020.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. 10^a ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1986.

HOBBSAWM, Eric *et al.* **História do Marxismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho/ Nemésio Sales. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Trad. Anderson Gonçalves. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Early Writings**. Trad. Rodney Livingstone/ Gregor Benton (1975). Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/sw/penguin/early-works.html> Acesso em: 12 mar. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni *et al.* 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

TURNER, Lou; ALAN, John. **Frantz Fanon, Soweto & American Black Thought**. Chicago, EUA: News and Letters, 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/dunayevskaya/archives/10528.pdf> Acesso em: 13 fev. 2020.

12

O CLUBE DE GRAVURA DO RECIFE E O PROJETO PARA AS ARTES DO PCB

Andréia Carolina Duarte Duprat¹

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, apareceram com mais vigor entidades gráficas voltadas à temática social no Brasil, notadamente os denominados clubes de gravura. Esse fenômeno está relacionado à aproximação e ao engajamento de artistas na militância político-partidária, destacando-se os ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Embora muitos integrantes das entidades artísticas não fossem filiados ao PCB, percebe-se que seus principais promotores e articuladores o eram, a exemplo de Carlos Scliar, do Clube de Gravura de Porto Alegre (CGPA), e de Abelardo da Hora, do Clube de Gravura do Recife (CGR). Nesse artigo, apresenta-se resultados parciais de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, na qual se busca compreender essas questões.

Inicialmente, precisamos situar historicamente os clubes de gravura e procurar entender as referências estéticas e o contexto que os influenciava. Durante o período da redemocratização (1945 a 1947), houve um reflorescimento do aparato de imprensa e de cultura do partido. Porém, o cenário internacional era de tensão devido à configuração da Guerra Fria através da formação do antagonismo dos blocos

¹ Historiadora da Arte, Doutoranda do PPGAV-UFRGS.

comunista e capitalista que atingiu a política, a economia, e também a cultura. As disputas políticas e econômicas incluíram o campo da cultura.

O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) promovia há vários anos o debate sobre a arte revolucionária do qual participavam sujeitos e organizações de tendências diversas. Porém, por diversas condições históricas, notadamente a urgência da unidade e de uma postura agressiva contra o que era considerado burguês, capitalista e imperialista, o realismo socialista de Andrei Zhdanov tornou-se doutrina estética oficial do PCUS a partir de 1934, na ocasião do I Congresso de Escritores Soviéticos (STRADA 1987a, 1987b). O chamado zhdanovismo tinha uma série de preceitos que, no caso das artes visuais, incluíam obras somente figurativas, clima de positividade nas cenas, exaltação aos heróis do partido, representação idealizada dos trabalhadores. Zhdanov generalizou e enrijeceu alguns aspectos do realismo socialista precedente, acabando por restringir as possibilidades de uma estética revolucionária.

O PCB seguiu as diretrizes vindas do PCUS, e, em meados dos anos 1940, encontram-se publicações adotando e defendendo o realismo socialista zhdanovista. Surgiram revista culturais ligadas ao partido, como *Literatura* (Rio de Janeiro, 1946) e *Problemas* (Rio de Janeiro, 1947) (ARBEX, 2012). Os artistas de esquerda colaboravam com as publicações por meio de ilustrações, de textos, participando da diagramação e dos conselhos de redação. O partido ainda incentivava a criação de organizações que visassem à formação e a produção artística conforme seus preceitos políticos, sendo os principais deles a democratização do acesso à arte, a propaganda dos princípios socialistas, a promoção da mobilização popular e a educação das massas.

A gravura foi eleita a prática mais incentivada pela sua capacidade de reprodução e seu potencial de alcance, podendo se tornar uma arte pública. A partir disso, formaram-se os clubes de gravura. O *Taller de Gráfica Popular* (TGP) mexicano foi o principal modelo de entidade engajada voltada às artes gráficas seguido pelos clubes brasileiros. Os gravuristas brasileiros também receberam os impactos das obras da alemã Käthe Kollwitz, das gravuras revolucionárias chinesas e todo o aporte teórico que orientava o realismo socialista em vigor na União Soviética.

O primeiro clube de gravura foi estruturado em Porto Alegre (Clube de Gravura de Porto Alegre – CGPA), no ano de 1950, graças à iniciativa de Vasco Prado e Carlos Scliar. Os artistas sul-rio-grandenses estiveram na Europa no final da década de 1940 em busca de formação em ateliês, mas também devido à sua militância política. Participaram do Congresso Mundial de Intelectuais em Defesa da Paz de 1948, em Wrocław, na Polônia, no qual tiveram contato com artistas e intelectuais de várias partes do mundo, de maneira especial, com Leopoldo Méndez, um dos fundadores do TGP. Ao retornar à Porto Alegre, Scliar e Vasco ingressaram no Conselho de Redação da revista *Horizonte*, dirigida por Lila Ripoll. Depois da fundação do CGPA, houve uma rápida difusão de projetos similares em outras cidades, como Bagé, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife (AMARAL, 2003). No caso da capital pernambucana, que é o tema principal desse artigo, faz-se necessário entender a história das entidades que precederam e que de fato constituíram o Clube de Gravura do Recife – a Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR) e o Atelier Coletivo.

A SOCIEDADE DE ARTE MODERNA DO RECIFE E O ATELIER COLETIVO – A CRIAÇÃO DO CLUBE DE GRAVURA DO RECIFE

Começamos nossa história vislumbrando acontecimentos do final da década de 1940. O ano de 1948 marcou a arte recifense devido a três acontecimentos – a mostra individual de esculturas de Abelardo da Hora; a exposição do pintor Cícero Dias (a mais destacada na ocasião); a fundação da Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR) e a realização de seu Salão. O patrocínio da DDC (Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal) à mostra de Abelardo da Hora foi um meio de aproximação entre ele e Hélio Feijó, que era arquiteto e funcionário do Departamento. A artista Ladjane Bandeira se juntou à dupla e iniciaram o processo de criação da SAMR, convidando outras pessoas a integrarem a entidade.

De fato, a ideia de uma entidade de artistas alternativa à Escola de Belas Artes de Pernambuco já fora pensada por Hélio Feijó em 1945, mas não conseguiu se estabelecer. Naquele ano, Abelardo da Hora estava no Rio de Janeiro para trabalhar e participar do Salão Nacional de Belas Artes de 1946, o que acabou não acontecendo. Ele voltou para o Recife frustrado com a falta de seriedade com que eram tratados os profissionais e pensando em formar uma sociedade de artistas na cidade, o que coincidia com o desejo de Hélio Feijó. Durante o ano de 1947, Abelardo da Hora se dedicou às obras de sua primeira exposição individual, e a conversar com colegas sobre suas ideias. Em abril de 1948, as esculturas de Abelardo da Hora puderam ser vistas na Associação dos Empregados do Comércio, na Rua Imperatriz.

Em 1947, Ladjane Bandeira saiu de Nazaré da Mata para Recife. Ela chegou à capital tendo os contatos dos jornalistas Mauro Mota e

Esmaraldo Marroquim da revista *Nordeste* e do *Diário da Noite* (DIMITROV, 2013). A primeira aparição pública de Ladjane foi como ilustradora dos poemas do I Salão de Poesia do Recife, que ocorreu em setembro de 1948. No mês de abril daquele ano, a jovem aspirante a artista visitou a exposição de Abelardo da Hora. Por intermédio do escultor José Teixeira, conheceu Abelardo da Hora, e, logo em seguida, Hélio Feijó. Houve uma confluência de pensamentos, e Ladjane, Hélio e Abelardo se empenham na construção da SAMR.

Em meados de 1948, Ladjane Bandeira passou a ser conhecida na capital pernambucana. Seus trabalhos apareceram em revistas importantes como *Região*, *Nordeste* e *Presença*. A aproximação com os membros da SAMR ajudou a estabelecer seu caminho como desenhista, pintora e escultora.

Finalmente, no primeiro andar da Rua da Imperatriz, número 35, instalou-se a sede da SAMR. Hélio arcou com os custos de aluguel inicialmente. Passaram pela entidade, ao longo dos anos, nomes como:

Augusto Reinaldo, que desenhou o emblema, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Reynaldo Fonseca, Darel Valença Lins, Maria de Jesus Costa, Ladjane Bandeira, os fotógrafos Delson Lima e Alexandre Berzin (cabendo a este, um ano depois, quando a presidência passou a Abelardo, dirigir um curso de fotografia dado pela Sociedade do qual saíram muitos fotógrafos, sendo um deles Clodomir Bezerra), o escultor e poeta Waldemar das Chagas, um Moacir amigo de Delson (e que tinha sido muito amigo de Nestor Silva), Abelardo Rodrigues, Tilde Canti e seu marido o escritor Antonio Franca, Aderbal Jurema, o poeta Carlos Moreira, o engenheiro Manuel Caetano, que desenhava muito e fazia mobiles, o filho de Aníbal Bruno, Maurílio Bruno, da revista *Resenha Literária* e o seu fundador Permínio Asfora, Edson Régis, que dirigia a revista *Região*, Waldemar de Oliveira, que editava a revista *Contraponto*, todas de literatura e arte, os poetas Craveiro Leite – pai de Paulo Fernando Craveiro –, José Gonçalves de Oliveira e Cezário de Melo,

pintores Elezzer Xavier e Mário Nunes, o escritor Hermilo Borba Filho, Ziembinski – que estava ajudando Hermilo na criação do Teatro do Estudante de Pernambuco –, Joel Pontes, José Laurênio, Gilvan Samico, Barbosa Leite, José Otávio de Freitas Júnior, Bernardo Ludemir, Geraldo Seabra, Gilberto Freyre, José Teixeira, Otávio Moraes. Otávio Moraes era amigo de Barbosa Lima Sobrinho e influenciou para que o governador aderisse à velha ideia abelardiana de um “movimento artístico unificado”, juntando numa casa a Sociedade de Arte Moderna do Recife, o Teatro do Estudante, a ABDE, a Orquestra Sinfônica, todas as entidades culturais de Pernambuco. (CLÁUDIO, 2010, p.30).

Conforme registro do 1º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Recife, no dia 21 de novembro de 1949, Hélio Feijó levou o extrato do Estatuto da Sociedade de Arte Moderna do Recife no qual se diz que foi fundada em 20 de janeiro de 1946 “por fim independente de raça e de credo político ou religioso, contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico do Recife, apugnar pela expansão de uma arte bem orientada, educando o público e instruindo-o na seleção de valores” e que poderão se associar todos que se interessarem pela “difusão da arte moderna”. A Sociedade se comporia pela Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Consultivo, e seu patrimônio adviria de doações e mensalidades. Conforme o documento, a diretoria era composta por: Hélio Feijó, presidente; Souza Barros, vice-presidente; Tilde Canti, primeira-secretaria; Abraham Gelfond, segundo-secretário; Abelardo Feijó, diretor da divisão artística; Maria de Jesus Costa, tesoureira; Walmyr Maranhão, diretor de publicidade. Conforme o documento, o estatuto fora aprovado em assembleia no dia 11 de setembro de 1949, o registro foi publicado no Diário Oficial e feito em cartório em novembro seguinte.

A data de fundação em 1946 e a composição dessa primeira diretoria por vezes são modificadas ou omitidas, possivelmente, por ter como

referências relatos de memória. Segundo depoimento de Ladjane Bandeira a José Cláudio (2010), por exemplo, na primeira eleição escolheu-se Hélio Feijó presidente, Abelardo da Hora vice-presidente e Ladjane Bandeira secretaria. A escultura Maria de Jesus iniciou os trabalhos de preparação da primeira mostra do grupo, que tratou de se colocar como continuidade dos salões dos “Independentes” dos anos 1930.

Graças à colaboração do diretor e professor Agripino do Liceu de Artes e Ofícios, a SAMR pôde iniciar a oferta de cursos em uma sala cedida pela instituição em troca de vagas cedidas a seus alunos. Abelardo da Hora ministrou o curso de desenho do qual participaram Gilvan Samico, Wellington Virgolino, Wilton de Souza, Ionaldo Andrade, Ivan Carneiro e Marius Lauritzen. Abelardo aplicava as metodologias de desenho de observação por meio de cópias de modelos de gesso e pela chamada “pose-rápida” em que deveria se representar uma cena com traços ligeiros aguçando o olhar do desenhista. Reynaldo Fonseca lecionou desenho pela sociedade, entres seus alunos estavam o próprio Abelardo da Hora, Tilde Canti, Ionaldo Andrade, Wilton de Souza, Gilvan Samico e Maria de Jesus Costa. Na Rua da Imperatriz, também se iniciou um curso de fotografia coordenado por Alexandre Berzin (CLÁUDIO, 2010).

O III Salão de Arte Moderna (dando continuidade aos anteriores Salões dos Independentes), foi promovido pela SAMR, abrindo suas portas em 30 de dezembro de 1948, e recebendo a atenção dos jornais locais desde seus preparativos. A mostra se realizou na Faculdade de Direito e teve a presença de diversos artistas da cidade – Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, Ladjane Bandeira, Tilde Canti, Reinaldo Fonseca, Eliezer Xavier, Darel, Hélio Feijó, Abelardo da Hora, Alexandre Berzin, Semiramis Rodrigues. Graças a cessão de colecionadores, além de

trabalhos inéditos, se trouxe ao público obras de artistas já reconhecidos, a exemplo de Cícero Dias e Percy Lau, em uma espécie de retrospectiva dos outros salões. O evento teve o patrocínio e o apoio do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, da DDC e, evidentemente, da Sociedade de Arte Moderna do Recife.

A SAMR contou com a contribuição da DDC para promover o IV Salão de Arte Moderna em 1949, incluindo um catálogo vendido a cinco cruzeiros em benefício da entidade, e clichês realizados pelo apoio da Casa Hollanda. Durante a mostra, ocorreram mesas-redondas de debates ligados a atualidades das artes. Os trabalhos expostos concorreram a prêmios doados pela ABDE (Associação Brasileira de Escritores), pelo Governo do Estado, pela Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana e por particulares, contemplando as categorias de pintura, desenho, escultura, arquitetura e fotografia. O júri era composto pelos artistas expositores e o voto seria uma declaração pública por escrito, expondo-se os motivos da escolha. As obras premiadas se tornariam propriedade da SAMR para a formação da Galeria de Arte Moderna.

Em agosto de 1950, elegeu-se a chapa única concorrente à Diretoria da SAMR: presidente, escultor, Abelardo da Hora; vice-presidente Reynaldo Fonseca; primeira-secretária, pintora, Tilde Canti; segundo-secretário Wilton Barbosa; tesoureira Maria de Jesus Costa; diretor do departamento artístico Delson Lima; diretor de publicidade Luiz Veloso; Conselho Fiscal Sousa Barros, Lula Cardoso Ayres, Otávio de Moraes, Manoel Caetano, Césio Rgueira Costa. Abelardo entendia como fundamental prover formação artística para os membros da SAMR e para demais interessados, e devido à indisponibilidade de ocupar o lugar antes cedido pelo Liceu, teve a ideia de alugar uma casa cujo custo seria cotizado entre os artistas. A ideia foi aceita, e, dessa forma, surgiu o

Atelier Coletivo na sua primeira sede, na Rua Soledade, n. 57, em 5 de janeiro de 1952. Muitos dos frequentadores da SAMR não migraram para o Atelier Coletivo.

Pode-se considerar como membros fundadores do Atelier Coletivo Abelardo da Hora, Wellington Virgolino, Tilde Canti, Wilton de Souza, José Cláudio, Ionaldo Andrade, Armando Lacerda e Ivan Carneiro. Na Rua Soledade, iniciaram-se os cursos de gravura, desenho e pintura. Armando Lacerda, Abelardo e Corbiniano Lins, que se agregou logo após o início das atividades, dedicavam-se à escultura e a modelagem do barro. Na verdade, conforme os relatos coletados por José Cláudio, os integrantes do Atelier Coletivo experimentavam diversas técnicas e compartilhavam seus conhecimentos uns com os outros.

O Atelier Coletivo se mudou para a Rua Velha, n. 231 ou 321, em 1953. A casa pertencia ao tio de Gilvan Samico, e Abelardo da Hora residiu ali por alguns meses antes de ir viver em sua morada de longos anos, na Rua do Sossego, n. 307. Na nova sede, tem-se a renovação dos frequentadores do Atelier pelo ingresso de Corbiniano Lins, Celina Lima Verde, Rosa Pessoa, os irmãos Genilson e Cremilson Soares, Guita Charifker, Antônio Heráclito Campelo Netto, Anchises e Bernardo Dimenstein. Outros se afastaram ou tiveram menos participação.

Naquele ano, Carlos Scliar viajou para Recife à procura de material para a revista *Horizonte*, e, provavelmente por meio de contatos do partido, conheceu Abelardo da Hora e o Atelier Coletivo. Percebendo que já havia um núcleo de artistas voltado à arte social, Scliar indicou a formação de uma entidade semelhante ao CGPA: “Sugeri que aqui houvesse um interesse por gravura, a partir da ideia do ‘Clube de Gravura’, e chegamos então a distribuir três remessas de gravura, em três meses” (HORA apud AMARAL, 2003, p. 189). Conforme os relatórios

citados adiante, vê-se o empenho dos pernambucanos em formar o Clube de Gravura do Recife. Do CGPA, além do incentivo inicial, receberam aulas de artistas em visita ao Recife e convites para exposições, como a do I Congresso Nacional de Intelectuais e a Exposição de Gravuras Brasileiras.

Em 1954, o Atelier Coletivo realizou sua primeira mostra coletiva. No catálogo da Exposição, reproduzido em Memórias do Atelier Coletivo de José Cláudio, aparece um relatório de Abelardo da Hora, de março de 1953, que conta como foi idealizada e concretizada a SAMR e como surgiu o Atelier, apresentando dados interessantes sobre os recursos financeiros da entidade, que não conseguia se manter somente com as cotas e as mensalidades. Os artistas buscaram verbas para o pagamento do aluguel e do custo dos cursos junto à Câmara dos Deputados, e a subvenção foi aprovado no orçamento estadual. Outra fonte de renda eram prêmios obtidos no Salão do Museu do Estado. O prefeito do Recife, José do Rêgo Maciel, concordou em destinar uma verba para a SAMR, o que possibilitaria o funcionamento do clube de gravura, planejado para entrar em ação em 1953. Além das informações objetivas, Abelardo da Hora definia os princípios que regem as ações dos artistas associados:

Tenho imensa satisfação de passar em revista, neste relatório, as realizações da nossa Sociedade de Arte Moderna, que em abril próximo completará cinco anos de existência. Sinto-me orgulhoso dessas realizações e mais do que nunca encorajado por estar acompanhado dos melhores elementos que se dedicam às artes plásticas em Pernambuco, sabendo-se que a maioria dos outros estão indiferentes ou levados por uma nefasta tendência cosmopolita, que ameaça a nossa cultura e a nossa tradição pelo completo desrespeito à vida do nosso povo, ao seu espírito de luta e seu heroísmo, ao seu sofrimento e reivindicações como temática de suas criações. (CLÁUDIO, 2010, p.123).

Pelos documentos, pode-se afirmar que o Clube de Gravura do Recife foi fundado no primeiro semestre de 1953, e seu objetivo era arrecadar recursos para a manutenção do Atelier Coletivo. A situação é semelhante à do CGPA em relação a revista *Horizonte*, pelo menos no início de suas atividades. Pode-se dizer que o Clube de Gravura do Recife é uma seção do Atelier Coletivo, e que SAMR é a pessoa jurídica que possibilita, por exemplo, que se pleiteie verbas públicas.

A partir da comparação entre as obras da Exposição do Atelier Coletivo e do IV Salão de Arte Moderna, é possível perceber uma mudança no perfil dos participantes e nas temáticas considerando os títulos nos trabalhos. Muitos artistas que se aproximaram da SAMR no seu princípio, não tiveram a mesma atitude com os projetos do Atelier Coletivo. De fato, talvez a maioria deles já não frequentasse a sociedade e lidasse com tarefas administrativas de sua manutenção. O Atelier Coletivo exigia maior comprometimento e dedicação dos associados e, principalmente, derivava de um projeto político para o campo cultural, sendo assim, seus integrantes deveriam comungar dos mesmos princípios.

A observação da realidade e as formas familiares eram ações comuns a entidades criadas a partir dos mesmos ideais, a exemplo do CGPA. Obviamente, as semelhanças não param por aí. As referências estéticas, para ambas as organizações, vinham da Escola de Paris, pela qual passaram diversos brasileiros, e, de forma mais contundente, dos mexicanos. O CGPA teve contato direto com a produção do TGP, e os pernambucanos se inspiraram, primeiramente, nos muralistas e depois tomaram conhecimento dos gravadores. A opção consciente e que correspondia ao programa político era o alinhamento com as propostas do México. Os artistas do Atelier Coletivo relatam o estudo de um livro de

Diego Rivera que compunha sua pequena biblioteca, e que a temática e os esquemas do muralista foram uma grande referência. Conforme Aracy Amaral “a problemática social encontraria campo fértil nesse punhado de artistas do Atelier Coletivo de Recife, sob a liderança de Abelardo da Hora, pela tradicional identidade nordestina com arte popular” (2003, p. 189).

No final de 1956, a sede do Atelier Coletivo se instala na Rua da Matriz, n. 117 (ou n. 111). Essas mudanças de local eram consequência dos despejos, pois havia muitas dificuldades em pagar o aluguel e as demais contas. Mesmo assim, a entidade persistia e novos integrantes chegaram – Nelbe Rios, Adão Pinheiro, Clarice, Armando Lacerda e Breno – e seguiram os cursos de pintura, desenho e escultura. Os contatos com demais agentes de cultura se mantinham, e não só das artes visuais, mas também da música e do teatro, a exemplo de Luiz Mendonça e do maestro Geraldo Menuci, do Coral Bach. No testemunho de Nelbe Rios (CLÁUDIO, 2010), a artista frisa o incentivo do desenho das cenas cotidianas e o despreendimento da representação da figura humana conforme a perspectiva acadêmica. Revela ainda que a sensibilidade do grupo era incentivada pelas audições musicais, pelas visitas a exposições, pela leitura de poemas e pelas já citadas excursões. Naquele momento, os maiores frequentadores do Atelier eram Adão Pinheiro, Ionaldo Cavalcanti, Leonice, Anchises Azevedo, Celina Fernandes, Ivan Carneiro, Yanick, Bernardo Dimenstein, e os ocasionais eram Wellington Virgolino, Abelardo Rodrigues, Wilton de Souza, Reinaldo Fonseca, entre outros. Abelardo da Hora continuava a ser o mais entusiasmado e o grande incentivador dos novos integrantes. Apesar dos esforços, os problemas financeiros não se sanaram e um novo despejo ocorreu no fim de 1956, e a entidade se desloca para a última sede, na Rua Bernardo

Guimarães. Entretanto, no ano seguinte, o Atelier Coletivo ainda realiza mais uma empreitada: o álbum Gravuras (1957), do Clube de Gravura do Recife/SAMR.

Conforme afirmado no início do texto, a história aqui trazida do Clube de Gravura do Recife e das entidades relacionadas principalmente ao Atelier Coletivo está relacionada com as opções políticas dos artistas. Isso se torna mais evidente na figura de Abelardo da Hora, filiado ao PCB, que era o mais comprometido com as causas partidárias e o maior idealizador e entusiasta de um projeto popular para as artes. Assim sendo, deve-se olhar com mais atenção para sua trajetória pessoal.

ABELARDO DA HORA – MILITANTE, ARTISTA E REFERÊNCIA

A militância política e a trajetória artística de Abelardo da Hora se iniciaram ainda nos seus tempos de estudante. No início de 1936, ingressou no curso de Artes Decorativas da Escola Técnico-Profissional (Colégio Industrial Professor Agamenon Magalhães) junto com seu irmão Luciano. Durante uma visita eventual à classe, o professor Álvaro Amorim viu o jovem Abelardo executando uma escultura e lhe ofereceu uma bolsa de estudos na Escola de Belas Artes. Abelardo pôde assim cursar desenho, pintura, modelagem, escultura, entalhe em madeira, frequentando duas instituições de ensino.

A convite do aluno de arquitetura Augusto Reinaldo, Abelardo se tornou presidente do Diretório Acadêmico. A posição da Escola, segundo a autobiografia de Abelardo da Hora, era de luta contra o fascismo, liderada por Casimiro Correa e Heitor Maia Filho. Foi nessa época que Abelardo se aproximou da militância política.

Como presidente do Diretório Estudantil, Abelardo propôs estudar pintura e desenho em observações feitas em excursões, o que foi aceito pela instituição. No final de 1941, a turma visitou a Usina São João da Várzea. Abelardo desenhava o retrato da colega Cremilda quando Ricardo Brennand se aproximou e perguntou se vendia aquele trabalho. O jovem o presenteou com a obra, e conquistou a simpatia do herdeiro da usina, que convidou os estudantes a ver os quadros que comprara para sua coleção. O encontro lhe rendeu o convite para elaborar ornamentos de peças cerâmicas. Assim, Abelardo acabou por trabalhar de 1943 a 1945 nas terras dos Brennand.

No dia 3 de março de 1945, o Diretório da Faculdade de Direito organizou um comício pela redemocratização. Abelardo não só compareceu como levou junto o filho do patrão e seu amigo Francisco Brennand, que encontrou no empregado da oficina a inspiração para ser artista. No fim daquele ano, Abelardo se despediu da Usina após executar uma escultura de caráter romântico que incluía o rosto da filha de Ricardo Brennand. Por bem, resolveu expandir seus horizontes e ir para o Rio de Janeiro na busca de oportunidades para se aprimorar como artista.

Na capital federal, conseguiu trabalho como modelador de esculturas para o Cemitério São João Batista, e, em seguida, na Fábrica de Manequins Santa Cruz. À noite, frequentava o bar Vermelhinho, no Largo da Cinelândia, onde conheceu militantes do PCB, a exemplo de Rossini Camargo Guarnieri e Carlos Alberto Rodrigues, e os irmãos pernambucanos Augusto e Abelardo Rodrigues. Abelardo Rodrigues ofereceu a garagem de sua casa no bairro do Cosme Velho para que montasse sua oficina. Abelardo da Hora tinha a intenção de participar do

Salão Nacional de Belas Artes de 1946, para o qual executou a obra *A Família*, entretanto o evento foi cancelado.

Em meados de 1946, Abelardo da Hora, leitor da *Classe Operária*, era assíduo do bar Vermelhinho e participava de debates que criticavam o governo de Eurico Gaspar Dutra. O jovem pernambucano vivenciara as interferências de ações do governo no mundo da arte, o que o impactou como militante e artista. Em outubro, Abelardo da Hora retorna para o Recife decidido a mobilizar os artistas a se organizarem. Durante o ano de 1947, Abelardo se concentrou nas esculturas para sua primeira exposição individual. Engajava-se em mobilizações políticas e foi preso, em junho, por propagandear um comício do PCB. Essa foi a primeira das dezenas de prisões do comunista.

Em abril de 1948, Abelardo da Hora fez sua primeira exposição individual de esculturas na Associação dos Empregados do Comércio do Recife, patrocinada pelo DDC, em que trabalhava o artista e arquiteto Hélio Feijó. As obras de Abelardo eram inovadoras para a capital pernambucana, caracterizadas pela figuração expressionista e pela crítica social. As obras apresentadas foram *A Fome e O Brado*, *Água para O Morro*, *Desamparados*, *Crianças Abandonadas*, *Menino de Mocambo*, *O Beijo*, *Bacante*, *A Graça Feminina*, *Desespero*, *Cabeças de Luciano e Cecy*, sendo feitas em cimento, exceto a última, confeccionada em mármore. A exposição teve grande repercussão na cidade pelas novidades estéticas e temáticas, e recebeu divulgação da imprensa, principalmente dos jornais de esquerda. Durante a exposição, como mencionado anteriormente, Hélio Feijó, Ladjane Bandeira e Abelardo da Hora se aproximaram e construíram a SAMR. Também durante a mostra, o artista se tornou um dos fundadores da ABDE, secção Pernambuco, sendo

posteriormente presidente da delegação pernambucana do III Congresso Brasileiro de Escritores, em Salvador.

Em 1949, foi fundada a Associação Pernambucana de Defesa da Paz e da Cultura, que apoiava a realização do Congresso Brasileiro da Paz, no Rio de Janeiro, e um de seus atos foi a publicação de um manifesto publicado no *Jornal do Commercio* com a assinatura de Margarida Lucena (esposa de Abelardo), Abelardo da Hora, a integrante da SAMR Tilde Canti, e de outros artistas e intelectuais (GOMINHO, 2011). Margarida Lucena compartilhava o apreço pelas artes de caráter político do marido, e se dedicava a poesias que por vezes eram publicadas em impressos do partido.

Wellington Virgolino se aproximou do PCB, embora não se tenha a confirmação de sua filiação oficial. O artista contribuiu com as publicações e materiais de campanhas de interesse do partido. Na década de 1950, o PCB se aproximou do movimento sindical. Era a época de organização dos camponeses e foram promovidas Conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas, apoiadas pelos comunistas. É também nessa época que surgem as Ligas Camponesas, nas quais se destacou Francisco Julião.

Naquela época, Abelardo da Hora oficializou sua filiação ao PCB e passou a compor o quadro da célula dos Coelhoos, no bairro do Recife. Suas tarefas iniciais eram de agitação e propaganda, pichando anúncios de comícios e eventos, o que o levou a ser preso, conforme seu próprio depoimento. Posteriormente, atuou na Distrital da Boa Vista e na comissão de massas da secção estadual do PCB. Após o Manifesto de Agosto, foi escolhido como representante de Pernambuco no I Congresso Nacional de Intelectuais, em Goiânia, que deveria ser seguido pela constituição da Frente Intelectual do partido.

Militante comprometido, Abelardo da Hora respondia às convocações do partido. Em 1951, a polícia apreendeu os exemplares do jornal *Folha do Povo*, após a invasão das oficinas gráficas. A direção estadual do PCB formou uma brigada de choque a fim de retomar a sede do jornal ocupada por policiais armados. O cerco durou algumas horas. Os militantes foram detidos, incluindo Abelardo, e levados à Secretaria de Segurança Pública, onde foram recebidos a golpes em um “corredor polonês”. As sequelas da surra persistiram por grande parte dos cinco meses que o artista ficou na Casa de Detenção.

Ao sair da prisão, Abelardo retomou suas atividades artísticas. Envolveu-se com o Atelier Coletivo da SAMR, e prestou serviços de restauração ao Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, dirigido por Airton Carvalho. O diretor apreciava o trabalho de Abelardo e se preocupava que não conseguisse encomendas dada sua notória posição política, assim, propôs que elaborasse um plano de esculturas públicas a ser apresentado ao prefeito José do Rego Maciel, o que foi aceito. Para sorte de Abelardo, sua ideia de esculturas de cimento de representações de tipos populares foi acolhida pela prefeitura. Mesmo com a troca de governo, o projeto seguiu adiante e algumas obras podem ser apreciadas ainda hoje: *Violeiros* e *Vendedor de Caldo de Cana*, no Parque 13 de maio; *Vendedor de Pirulitos*, no Horto de Dois Irmãos; *Sertanejo*, na Praça Euclides da Cunha.

Como se esperava do presidente da SAMR, Abelardo da Hora redigiu relatórios de prestação de contas das atividades da entidade. O documento de março de 1953, tornou-se público no catálogo da Exposição de Atelier Coletivo. Porém, não eram somente os sócios e a comunidade recifense a que endereçaria essas informações, mas também aos colegas de partido. O relatório foi encaminhado junto com uma

autobiografia do artista para o PCB, e esses documentos são encontrados no prontuário de Abelardo e anexados em processos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de Pernambuco (DEOPS-PE). O texto é particularmente interessante porque articula as ações como artista e como militante.

Abelardo da Hora iniciou seu relato afirmando que se encontrava presidente da SAMR, e que entrou nas fileiras do partido em 1948. Prossegue contando sua história de vida e sua origem social: “Para um melhor estudo sobre a minha formação, acho conveniente esclarecer a essa direção, na qual deposito toda minha confiança de militante, que sou filho de pais camponeses [...]”. Ele parece se dirigir à direção estadual do PCB com o objetivo de pleitear o apoio para a formação da Frente Intelectual. O artista fala de sua trajetória como estudante e como trabalhador, os cursos frequentados e as funções que desempenhara como funcionário e presidente do Diretório Acadêmico da EBAP. Por esse depoimento, descobre-se que o professor Casimiro Correia era uma referência política e liderava o grupo antifascista da instituição, e que já nessa época Abelardo se aproximou do PCB.

O artista escreve sobre o convívio com os militantes comunistas enquanto morava no Rio de Janeiro, e que estava com companheiros em um comício no Largo da Carioca, disperso pela polícia. Enfatiza a dimensão política da sua primeira exposição individual, que já lhe deu a fama de comunista. De fato, a mostra ganhou espaço nas páginas do jornal do partido. Abelardo conta ocasiões que fora preso, entre elas, enquanto fazia campanha eleitoral para os companheiros e foi detido junto com a esposa Margarida Lucena e Hélio Feijó. Outra passagem interessante diz respeito às tarefas ligadas aos eventos de que participou:

[...] logo depois do Manifesto de Agosto, houve a Conferência Nacional dos Intelectuais, da qual participei como representante de Pernambuco. Era o primeiro passo que o Partido dava no sentido da formação da Frente Intelectual. Depois da minha participação nessa conferência, que teve assistência do camarada Arruda, pude me armar dos ensinamentos do P., eu voltei à Pernambuco com mais responsabilidades do que antes. Dessa responsabilidade, não poderia abrir mão, a não ser que passasse a negar tudo que tinha aprendido e assimilado, como valorosa lição que me armara para as tarefas da revolução no setor intelectual. Fiz ver em mais de uma reunião que geralmente entra um intelectual nas fileiras do P., com todas as possibilidades de boa atuação neste setor, e o que o P. tem feito é matar essas qualidades no elemento, que muitas vezes perde até o jeito de escrever, ou fazer arte, o que representa um verdadeiro crime contra a cultura e a revolução, e mais ainda é na prática a negação do leninismo, marxismo e stalinismo. Enquanto as classes dominantes prestigiam, auxiliam e ampliam seus quadros de bandidos, o nosso trabalho tem sido de liquidar aqueles poucos elementos democráticos que possuímos ou de exaltar nomes já velhos e consagrar quadros fracos em atuação, mas que são prestigiados e exaltados pelas próprias classes dominantes. (HORA).

Abelardo da Hora fez críticas ao partido pela pouca valorização das artes e pelas ações que afastavam elementos democráticos e que valorizavam nomes ultrapassados e obras fracas que eram apreciados pela classe dominante. O artista via o papel importante da Frente Intelectual na vida política do país. As artes poderiam aprimorar formas tradicionais e populares ao agregar ideais revolucionários. Nisso, concordava com o pensamento de Mao Tsé-Tung para a cultura. O próprio Stalin era mencionado ao propor o termo “engenheiros da alma humana”. A Frente Intelectual poderia contribuir com as campanhas e promover adesões para as causas partidárias:

É através da frente intelectual que podemos tornar vivos os elementos democráticos da nossa cultura do passado e os seus correspondentes no presente, acrescidos dos valores revolucionários ignorados pelo nosso povo. É com a atuação da frente intelectual que podemos neutralizar a ação nefasta da intelectualidade das classes dominantes, que maculam constantemente com sua arte e sua literatura, o veneno da apatia e do conformismo, da corrupção e da inércia, do desespero e do ódio no seio da coletividade. (HORA)

Abelardo da Hora propõe o fortalecimento da Frente Intelectual por sua força revolucionária. O artista chama atenção para o fato de as artes visuais serem eficazes na divulgação dos princípios do partido ao alcançarem com sua mensagem inclusive a parte analfabeta da população, como aconteceu exitosamente na China. Sobre a SAMR sob sua presidência, Abelardo da Hora trata da formação do Atelier Coletivo e como seus integrantes aderiram às campanhas do PCB, sendo as principais ações de que participaram a coleta de assinaturas do Apelo por Um Pacto de Paz, a confecção de painéis para o Congresso de Petróleo de Santa Isabel e para a Conferência de Paz, e a elaboração de cartazes para a Juventude Comunista. O artista afirma ter conseguido aproximar Wellington Virgolino, Ionaldo, Ivan Carneiro e Wilton de Souza ao Partido. Também informa que o Clube de Gravura entrou em funcionamento naquele mês corrente, e que os novos planos da SAMR incluem o acréscimo de suas dependências, uma galeria de arte, a continuidade dos cursos da Escola de Arte, um círculo de estudos, exposições, a criação da revista *Atelier*. Havia também a intenção de fazer um congresso nacional a fim de incitar a criação de organizações como a SAMR em outras partes do país.

Ao final do documento, Abelardo da Hora apresenta o esquema de seu plano para a Frente Intelectual no Recife. Ele ressalta que “todos os trabalhos que foram realizados até agora, foram conseguidos com maleabilidade e sem sectarismo e só conseguiremos mantê-los e realizar o resto do programa, se trabalharmos sempre assim, do contrário liquidaremos tudo que já realizamos e ficaremos isolados” (HORA). Essas palavras revelam a preocupação do artista para que haja respeito pela autonomia e pela liberdade dos artistas que se engajam com as causas democráticas, evidentemente sem abrir mão dos princípios revolucionários que deveriam ser basilares para a produção cultural.

Concomitantemente às atividades de presidente da SAMR, Abelardo atuou na Divisão de Cultura e Recreação municipal, a convite do prefeito Pelópidas Silveira, que assumiu o governo em 1955. Ele se engajou no projeto do Sítio da Trindade, para o qual propôs a construção do Centro de Cultura para a população. O sonho de Abelardo da Hora para a cultura pernambucana era grande, queria um movimento de integração das artes com a participação do povo e compromisso do governo. Durante a Exposição do Atelier Coletivo, o Governador e sua equipe foram convidados a conferir a mostra e a conhecer o projeto da Casa das Artes, através do desenho de Hélio Feijó e maquete de Abelardo da Hora. A Casa das Artes não se concretizou, mas foi o início de ideias que frutificariam no futuro. No ano de 1960, foi a vez de Miguel Arraes assumir a prefeitura. Sua assessora e ex-integrante da SAMR, Maria de Jesus Costa, organizou uma reunião com diversos setores para discutir a construção de uma Universidade Popular. Pela SAMR, compareceram Abelardo da Hora, Geraldo Menucci e Luís Mendonça. Entre os presentes, estava Paulo Freire. Esse encontro foi o início do Movimento de Cultura Popular (MCP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda haja um longo caminho de pesquisa a percorrer, já é possível elaborar algumas hipóteses a respeito dos clubes de gravura da década de 1950. A leitura e a reflexão sobre as fontes e as referências bibliográficas estudadas até o momento apontam que as entidades artísticas se concretizaram graças ao apoio da rede de aparatos culturais e midiáticos do PCB. Obviamente, a vontade de profissionalização e de legitimação dos integrantes contaram muito para que os clubes de gravura e outros grupos se formassem, mas, de fato, naquele momento, a experiência organizativa e a rede de circulação constituída pelo partido foram fundamentais para que as entidades se construíssem e sua produção fosse divulgada dentro e fora do país. Quanto ao Clube de Gravura do Recife, a atuação de Abelardo da Hora é fundamental para ligá-lo ao projeto para as artes do PCB. A fim de compreender a SAMR e o Atelier Coletivo, faz-se necessário investigar o estrato cultural pernambucano marcado pelos aspectos regionais e por artistas de destaques e reconhecidos nacional e internacionalmente, como Vicente do Rego Monteiro, Lula Cardo Ayres e Cícero Dias.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Aracy. **Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ARBEX, Luciana B. M. **Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2012
- CLÁUDIO, José. **Memória do Atelier Coletivo/Artistas de Pernambuco/ Tratos da Arte de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2010.

- DIMITROV, Eduardo. **Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- HORA, Abelardo. **Biografia de Abelardo da Hora**. Documento da SSP/DEOPS-PE
- HORA, Abelardo da. **Abelardo da Hora 90 anos: vida e obra**. Caixa Econômica Federal; curadoria Renato Magalhães Gouveia. Recife: CEPE, 2015. Catálogo
- STRADA, Vittorio. Da "revolução cultural" ao "realismo socialista". In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo – O marxismo na época da Terceira Internacional: problema da cultura e da ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 109-150.
- STRADA, Vittorio. Do "realismo socialista" ao "zhdhanovismo". In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo – O marxismo na época da Terceira Internacional: problema da cultura e da ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. p. 151-219.

**POLÍTICA, PARTIDOS, SINDICATOS E
MOVIMENTOS SOCIAIS**

13

A SOVIETOLOGIA DO PÓS-GUERRA E AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE FIM DA URSS

Morgana M. Romão¹

1. INTRODUÇÃO

Em outubro de 1917, o mundo fora sacudido pela vitória da revolução socialista na Rússia, um país até então dominado pelas remanescências do feudalismo e do absolutismo e pelo que havia de mais moderno da produção capitalista da época. O mais direto fruto deste processo, a União Soviética, veio a cumprir uma função decisiva na formação histórica do século 20, em virtude do espaço que ocupou na relação de forças deste período e da sua influência nas esquerdas ao redor do mundo, de maneira a inspirar outros processos revolucionários. Assim, não fortuitamente, o prestigiado historiador Eric Hobsbawm (1995) reconhece a Revolução Russa como um dos eventos definidores do referido século, assim como o faz o especialista em história soviética, Moshe Lewin (2005), ao referir-se a este período como o “século soviético”.

Entre 1989 e 1991, no entanto, a União Soviética e os seus chamados “países satélites” no Leste Europeu, que integravam o “Bloco Soviético”, caminharam para um processo de colapso com uma força aparentemente inesperada, em meio a um furacão de acontecimentos, que

¹ Estudante de História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de Iniciação Científica CNPQ do PROPPI-UFF.

culminaram em profundas mudanças em suas estruturas políticas, econômicas e sociais.

Os seus problemas estruturais, referentes ao seu modelo econômico ineficiente e à sua falta de transparência política, eram amplamente conhecidos e já haviam sido detectados pelos mais diversos especialistas. As principais consequências desses problemas eram a constante desaceleração das taxas de crescimento econômico, iniciada a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e o crescente distanciamento tecnológico frente às potências capitalistas, o que se revertia em uma escassez de bens de consumo para a população e em uma baixa qualidade dos produtos disponíveis.

Até mesmo a alta cúpula burocrática do Estado já estava ciente, desde décadas antes do início da *perestroika*, da necessidade de reformas que flexibilizassem o sistema de gestão econômica, a fim de aumentar o grau de eficiência e de produtividade e de elevar o desenvolvimento tecnológico. Apesar das reformas levadas adiante pelo regime, o processo dissolutivo pelo qual passou a União Soviética pegou o mundo de surpresa, e as suas causas ganharam diversas explicações no caminhar das últimas décadas.

Abriu-se, com este colapso, uma “crise do socialismo”, a qual fora largamente interpretada, no começo da década de 1990, como a morte dos ideários que buscavam superar o capitalismo. Esses ideários, diante do declínio soviético, teriam se revelado como um imenso equívoco sustentado na obra marxiana (NETTO, 1995). Assim, narrativas de caráter panfletário, que tentavam legitimar o capitalismo, o livre mercado e a democracia liberal-representativa como as únicas formas viáveis e adequadas de organização social, política e econômica, ganharam ampla ressonância nesta época. O famoso bordão “não há alternativa”,

cunhado por Margareth Thatcher, e a otimista tese do “fim da História”, de Francis Fukuyama (1992), foram evidentes expressões deste movimento que consagrava a vitória e a superioridade do capitalismo de configuração neoliberal.

Esta percepção da crise que se abateu sobre o Leste Europeu é, no entanto, muito simplista, e há muito tempo perdeu o seu protagonismo entre as Ciências Humanas e Sociais. Ela possuiu um caráter diverso e heterogêneo, cujas raízes não remontavam a problemas de sua “essência”, conforme argumentava a literatura predominante da década de 1990, mas na forma concreta que este projeto assumiu após a consolidação do regime stalinista na União Soviética, na década de 1930.

Neste sentido, para refletir sobre esta crise, é pertinente salientar que a relação entre o começo e o fim da experiência soviética é marcada por uma contradição entre perspectivas e resultados da Revolução Russa. Essa contradição pode ser observada tanto no sistema de gestão da política e da economia estatizada da URSS, quanto nas relações entre o seu centro gestor e as diversas nacionalidades que a compunham. Estes âmbitos eram marcados por relações altamente centralizadoras e verticalizadas, que em muito diferiam do projeto originário da Revolução de Outubro, de uma democracia baseada em conselhos de trabalhadores e camponeses (sovietes) e em relações internacionais fraternas entre as “Repúblicas Socialistas”. (LENIN, 2017) A busca de uma compreensão prévia sobre essas contradições e as suas consequências a longo prazo é mais proveitosa e pertinente do que minimizar a experiência soviética a uma propaganda política de “fracasso do socialismo”, abordagem esta que é hoje predominante na produção acadêmica.²

2. A interpretação sobre o que era a sociedade soviética, o seu regime e como foram germinadas essas contradições, as quais desenharam rumos os iniciais e principais de sua história, foi desenvolvida em

O recorte a ser privilegiado nesta pesquisa envolverá a chamada “sovietologia”, um campo de estudos surgido nos Estados Unidos, entre as décadas de 1940 e 1950, que foi integrado por diferentes áreas do saber, como a História, a Economia, a Sociologia, as Ciências Políticas e outras demais. O seu principal objetivo, em espessos traços, foi compreender o que era a URSS e os seus países de influência no Leste Europeu, com a finalidade originária de condenar estas experiências em benefício de suas rivais no Ocidente.

Esta sovietologia norte-americana, a despeito de ter sido praticamente extinta após o fim da URSS, exerceu uma significativa influência nos meios acadêmicos europeus e latino-americanos entre as décadas de 1960 a 1980, muito em virtude de seu mencionado uso como instrumental político na Guerra Fria. Em conjunto com esta influência, as poucas investigações sobre estes estudos e as suas subdivisões mobilizaram esta pesquisa, em detrimento de outros, ao exemplo da produção marxista sobre este tema, a qual já foi intensamente investigada e sintetizada em publicações diversas, como a de Linden (2007) e a de Fernandes (1991).

Por fim, salienta-se que este trabalho é fruto de uma pesquisa recentemente iniciada, ainda sujeita a mudanças e a complementos de futuros estudos.

1.1 AS TENDÊNCIAS DA SOVIETOLOGIA

A compreensão das causas do fim da URSS demanda uma classificação prévia de acordo com a interpretação sobre o que era esta

uma pesquisa anterior, a qual tratou de investigar as contribuições analíticas e conceituais de Leon Trótski sobre a URSS e o Stalinismo (ROMÃO e MONTEIRO, 2019). Sobre as análises destes autores é que se edifica a interpretação deste artigo.

formação social, no sentido da natureza social, e o questionamento se havia, nos estudos mais destacados da soviologia do pós-Guerra, uma preocupação com esta questão. Compreende-se que uma interpretação sobre as causas do “colapso”, para ser bem fundamentada, necessita de teorias de sustentação sobre o que foi a experiência da Revolução Russa e o Estado dela originado; caso contrário, corre-se o risco de interpretar os eventos de uma maneira demasiadamente empírica. Esta é, portanto, uma questão considerada pertinente para uma análise das raízes do processo dissolutivo da URSS e dos eventos de 1989 a 1991.

De modo a cumprir um destes requisitos, as análises edificadas sobre uma matriz teórica liberal, assim como as marxistas, são muito marcadas por uma avaliação das origens da URSS. Nos anos iniciais da soviologia, surgiu a famosa e propagada “teoria do totalitarismo”, assim como teses que atribuíam uma linha contínua entre bolchevismo e stalinismo (MONTEIRO, 2013).

A primeira teoria apropriou-se do conceito de totalitarismo, originário dos grupos de oposição ao fascismo italiano, e abrangeu-o, de modo a atribuir à sociedade soviética um caráter monolítico; isto é, tratava-se de uma sociedade na qual o poder do partido-Estado era total, de tal maneira verticalizado e abastecido pelo terror que não haveria sem espaço para oposição e dissenso. Esta foi uma teoria amplamente difundida nos discursos políticos, acadêmicos e jornalísticos do Ocidente, que foi também internamente diversa, conforme ficará evidente mais adiante.

A linha contínua, por sua vez, refere-se ao que se convencionou chamar, a partir de uma reavaliação historiográfica iniciada na década de 1960, de “tese da continuidade”, a qual caracterizava o referido

Estado como “socialista” ou “comunista” e igualava estas caracterizações a “totalitarismo” (*idem, ibidem*).

Em largos traços, essa tese da continuidade reproduzia a própria autocaracterização feita pelo regime soviético a partir de Stálin, mas em uma chave condenatória (ver STÁLIN, 1938). Este lado inverso da moeda, apologético à URSS, legitimava Stálin como o verdadeiro “herdeiro” de Lênin e dava relevo ao elemento “modernizador” de seu regime ao cumprir o propósito de aceleração das forças produtivas do socialismo na Rússia (ver DEUTSCHER, 2005).

Os objetivos dessas abordagens eram reduzir as ideias socialistas a uma prática de manipulação das massas e de associá-las a ditaduras mobilizadas pelo terror, em uma evidente apologia à democracia liberal e representativa. O regime soviético era assim interpretado como uma “anomalia” diante da “normalidade” do modelo democrático; como um regime impassível de reformas estruturais e de sobrevivência por um longo tempo sem a via do terror. Esta foi uma das vias pelas quais a URSS chegou a ser comparada, por Brzezinski (1965) à Alemanha nazista.

Essas abordagens foram os pilares fundamentais da soviétologia desde as suas décadas originárias, quando este campo de estudos era pesadamente vinculado aos órgãos estatais estratégicos de governo nos Estados Unidos e na Inglaterra, na condição de um instrumento da Guerra Fria (MONTEIRO, 2013; SEGRILLO, 2010). Os expoentes desta teoria, assim como os da “tese da continuidade”, foram os chamados “ortodoxos” da Guerra Fria, ou *coldwarriors*, como Brzezinski (1965), Pipes (1954) e Conquest (1968), os quais, além de acadêmicos, eram também assessores dos referidos órgãos estratégicos. No entanto, nem todos os adeptos da teoria do totalitarismo concordavam com a “tese da

continuidade”, como foi o caso de Hannah Arendt (1973), uma importante popularizadora desta teoria. Ambas as abordagens, no entanto, tendiam a andar juntas no interior da soviétologia.

As mudanças que passaram a ocorrer no Bloco Soviético a partir de meados da década de 1950, como a morte de Stálin, as revoltas por um socialismo democrático, despertadas em diferentes localidades, e a eliminação parcial de alguns dos aspectos mais duros do regime, evidenciaram a debilidade da teoria do totalitarismo para lidar com essas mudanças, pois a URSS não poderia ser mais interpretada como um monólito.

A principal reação à teoria do totalitarismo foi realizada, no interior da soviétologia, pelos chamados “normalizadores”, que, a partir da influência das então populares teorias da modernização e da sociedade industrial (ver ARON, 1962; BELL, 1999; ROSTOW, 1967), estabeleceram uma igualdade de natureza social e de funcionamento da URSS com o Ocidente, mas em uma chave positiva, ainda que definindo como “socialista” a sociedade soviética.³ O uso de teorias da modernização viabilizou identificar importantes mudanças sociais que então ocorriam na URSS, como a urbanização, a ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade de vida (HOUGH, 1977 e 1980; BIALER, 1980, *apud* SHLAPENTOKH, 1995). O papel da pressão dos setores populares sobre a forma adquirida pelas políticas do regime foi também digno de análise por muitos desses “normalizadores” (SKILLING & GRIFFITHS, 1971), o

³ A teoria do totalitarismo, apesar de ter perdido espaço nos meios acadêmicos ocidentais durante um longo tempo, conseguiu retornar a uma posição de destaque ao final da década de 1980. Esse retorno de popularidade não apenas ocorreu como um sintoma conjuntural de vitória do neoliberalismo, mas também em virtude de um prognóstico, supostamente acertado, sobre a inevitabilidade da dissolução da União Soviética e natureza irreformável deste sistema. Este “veredito” chegou a ser feito por alguns autores, que, equivocadamente, concentraram-se no mérito da previsão em vez da prioridade da análise da dinâmica social, ao exemplo de McNeill (1998) e de Shlapentokh (1995).

que torna inegável que essa abordagem tenha promovido contribuições pertinentes para os estudos soviéticos.

No entanto, ela também possui importantes limitações. A primeira delas é considerar o Ocidente capitalista como um parâmetro de “normalidade”, através dos referidos eixos de educação, urbanização e de melhoria da qualidade de vida, mesmo que isso não seja feito de forma explícita. Este procedimento, ademais, carrega consigo um grave problema metodológico, pois envolve uma apreensão empírica e acrítica de realidades fundamentalmente opostas. A outra limitação é transpor para a análise da URSS as abordagens teóricas e metodológicas originalmente desenvolvidas para analisar as sociedades capitalistas modernas.

Essa abordagem pode ser dividida entre a tendência dos “grupos de interesse”, que prioriza uma maior pluralidade de grupos sociais como influenciadores dos rumos das instituições políticas, em defesa de seus interesses particulares (KOTZ & WEIR *apud* KALASHNIKOV, 2011; BIALER, 1980, e HOUGH, 1977, *apud* MCNEILL, 1998) e a da democracia participativa, a qual considera que existiam, na União Soviética, canais de participação democrática, na forma de eleições, plebiscitos e organizações de massas com atuação no interior do Estado e do partido, mesmo com o regime unipartidário, de forma que o período após Stalin não era uma ditadura (LAPIDUS, 1975, *apud* SHLAPENTOKH, 1995). Hough, um dos teóricos adeptos da perspectiva dos grupos de interesse, chegou a sugerir a existência de um “pluralismo institucional” após apontar a existência de diferentes centros de decisão na política soviética. (*idem, ibidem*)

A teoria do totalitarismo, na medida em que foi alvo de amplas críticas dos “normalizadores”, foi também envolvida por mudanças. De ampla maneira, segundo Shlapentokh (1995), pode-se afirmar que houve

o surgimento de três divisões em seu interior, a tendência do poder, a “utópica” e a tradicionalista. A primeira, representada por Pipes (1990), Huntington e Brzezinski (1963, 1965), afirma que a principal motivação dos bolcheviques foi, desde o início, a chegada e a permanência no poder, de modo que o marxismo seria apenas uma racionalização para a sua ambição de poder. A segunda tendência, representada por Malia (1994), atribui maior papel à ideologia ao priorizá-la como a principal influência para que os bolcheviques tomassem o poder do Estado, de maneira a traçar o curso, para este autor, de um “desvio da História”. A terceira tendência, a dos “tradicionalistas”, é a que enfatiza a continuidade direta entre a Rússia czarista e a União Soviética, e a que é mais inclinada a considerar a Revolução Russa como uma resultante lógica de mobilizações sociais de massa e das contradições do império russo. Esta linha contínua, no entanto, não significa que os autores adeptos desta corrente, como Daniels (1967) e Kennan (1961), considerassem o surgimento do Estado soviético como um fenômeno “normal” ou como uma extensão do império russo em uma chave positiva, o que definitivamente não era o caso.

Todas essas divisões dos totalitaristas, a despeito de suas diferenças, interpretam a referida sociedade como uma “anomalia”, e a revolução que deu-lhe origem como um golpe de Estado dado por uma minoria, os bolcheviques, sem papel ativo entre as massas. A URSS, por conseguinte, teria sido um revés deliberado na história da Rússia, a qual, segundo estes presumiam, caminhava na direção de uma democracia constitucional. Essa perspectiva veio a ser intensamente contestada por uma geração de historiadores que veio a compor esta ampla área de estudos, a partir da década de 1960.

Neste sentido, conforme mencionou-se, havia uma interdisciplinariedade no interior da soviologia, mas era evidente o predomínio de sociólogos e cientistas políticos neste campo. A presença de historiadores só começou a crescer a partir da referida década, com a entrada em cena de estudiosos adeptos da “História Social”, cujo instrumental metodológico possibilitou redirecionar o olhar sobre as grandes lideranças, interpretadas como “forças motrizes da história”, para o trabalhador muitas vezes anônimo, de maneira a dar corpo à proposta de uma “História vista de baixo” (MONTEIRO, 2013).

Esta produção historiográfica impulsionou um movimento de revisão da história da Revolução Russa, que confrontou a tese da continuidade e a teoria do totalitarismo, mas evitou debates aprofundados sobre o que era a União Soviética ao optar por conceitos particularizantes, como “socialismo de tipo soviético” ou “socialismo realmente existente”, para não reduzir socialismo e comunismo à experiência soviética.

Para Shlapentokh (1995), no entanto, as abordagens de uma parcela dos historiadores sociais podem ser, em alguma medida, enquadradas como “normalizadora”, por interpretarem a sociedade soviética, prévia e posterior a Stálin, como radicalmente distinta uma da outra, sob o parâmetro da centralidade poder do partido. Isso foi feito, por exemplo, por Cohen (1980), quando este rejeita o conceito de “stalinismo” para compreender o regime o regime soviético, após 1953; assim, o caráter social do regime, sob Stálin, é tratado como uma “excepcionalidade”, segundo afirma Shlapentokh (1995), de forma semelhante ao período de acumulação primitiva de capital da sociedade ocidental, nos séculos 17 e 18. Além disso, os historiadores atuantes na soviologia, diferentemente de seus pares sociólogos e politólogos, pouco tenderam a

estabelecer elos entre as causas do colapso, as origens do regime e a sua caracterização.

A despeito dessas lacunas, as contribuições destes automeados “revisionistas” foram fundamentais para uma sofisticação acadêmica nos estudos soviéticos, principalmente no que concerne às descontinuidades entre stalinismo e bolchevismo e às resistências populares ao regime ditatorial de Stálin e de seus sucessores. Alguns nomes pioneiros desta vertente foram Stephen Cohen (1985), Moshe Lewin (1968), Sheila Fitzpatrick (1992) e Lynne Viola (2004), mas é válido também mencionar representantes da produção mais recente, como Ronald G. Suny (1993) e Alexander Rabinowitch (2004).

A partir dessas considerações, a pesquisa partirá das perspectivas supracitadas para melhor compreender as diferentes análises no interior da soviétologia sobre as causas do fim da URSS. Para além das matrizes teórico-metodológicas, serão também agrupadas a literatura soviétológica, de acordo com subdivisões de delimitações temporais e fatoriais nas suas interpretações sobre as causas do colapso, em conformidade com a proposta de Kalashnikov (2011) e de Segrillo (2016), mas com mudanças pontuais sobre as divisões fatoriais de suas abordagens.⁴ Serão também estabelecidos, no caminhar da pesquisa, os nexos existentes entre ambos os elementos e verificada a sua adequação ou não em termos de capacidade explicativa, de modo a confrontá-los com a perspectiva deste trabalho.

4 Kalashnikov divide os fatores entre econômico, político, nacional e sistêmico, enquanto Segrillo estabelece uma divisão entre fatores econômicos, políticos, vida social e política externa. Esta pesquisa, contudo, pretende abordar fatores econômicos, políticos e étnico-nacionais, com a possibilidade de abrir subdivisões que contemplem devidamente as abordagens que neles se inscrevem.

1.2 AS ABORDAGENS SOBRE AS CAUSAS DO FIM DA URSS

As matrizes predominantes sobre colapso, nas produções soviétológicas, dividem-se, de amplo modo, entre as esferas econômicas, políticas e étnico-nacionais, conforme mencionado anteriormente. A delimitação entre âmbitos temporais refere-se a uma perspectiva de curto prazo, ou seja, a partir do referencial de origem da *perestroika* e da ascensão de Gorbachov (1985) até o marco final do declínio soviético (1991), e também a uma perspectiva de longo prazo, a qual é frequentemente pouco precisa na delimitação do tempo, mas que remonta, em sentido geral, aos problemas estruturais da sociedade soviética desde a consolidação do stalinismo entre o final da década de 1920 e o começo dos anos 1930.⁵

Há diversos autores que estruturam as suas análises pelo prisma econômico, o qual envolve uma grande variedade de abordagens e poucas unanimidades. Pode-se sintetizar, no entanto, que os estudos que privilegiam este âmbito costumam dirigir o seu foco para a economia soviética marcada pelas crises no momento de seu colapso (KALASHNIKOV, 2011). Essas investigações, é válido salientar, por não operarem unicamente com dados para consolidar uma construção argumentativa, mas por interpretarem os acontecimentos em nível teórico, acabam por formar uma diversidade de narrativas, cujas conclusões podem, de amplo modo, serem divididas entre o fator econômico de “curto prazo” e o de “longo prazo”, em conformidade com a divisão anteriormente proposta (*idem, ibidem*). É elucidativo

5 É válido salientar que o stalinismo, neste caso, designa a ascensão ao poder da burocracia administrativa enquanto classe ou estrato social dominante, a depender do referencial teórico utilizado.

apresentar algumas exemplificações dessas abordagens, as quais serão aprofundadas conforme o desenvolvimento desta pesquisa.

A obra *Stalinism in Crisis*, do historiador e ex-militante trotskista Robert Knight (1991), insere-se em uma posição de fator econômico de “longo prazo”. Segundo Knight, os problemas da economia centralizada soviética, consolidada sob o regime de Stálin, nunca foram superados, a despeito das inúmeras tentativas de reformá-la, e acumularam-se no caminhar das décadas. Assim, o desenvolvimento científico, econômico e tecnológico ficou cada vez mais difícil conforme consolidava-se, na atividade econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, a Terceira Revolução Industrial, também chamada de Revolução Técnico-Científica (RCT) pelos intelectuais soviéticos. Este impasse poderia ser resolvido através de uma revolução política dos trabalhadores soviéticos contra o estrato social dirigente do Estado, ou através da introdução da economia de mercado, o que, por sua vez, resultaria em uma ruptura com as instituições basilares da referida organização social. Semelhante narrativa é também compartilhada por outros autores, como Castels e Kiselyova (1995), que não mencionam a revolução política, e, em grande medida, também por Angelo Segrillo (2000).

Knight (*Ibidem*), por desenvolver a sua interpretação a partir do instrumental teórico-metodológico proporcionado por Leon Trótski, integrado por uma análise da burocracia e da caracterização do Estado, conseguiu construir uma compreensão mais completa dos acontecimentos entre 1989 e 1991, assim como o faz Segrillo, que articula as contribuições de Trótski com as de outros variados autores. O primeiro autor, entretanto, erroneamente interpreta a burocracia como um estrato social homogêneo, sem compreender as suas divisões, o impacto destas sobre referidos eventos e como a luta pela sobrevivência do

Estado soviético poderia envolver a articulação, de forma *tática*, com grupos específicos em seu interior.

Outro autor, Victor Kuznetsov (1997), por sua vez, identifica a causa do colapso nos fatores econômicos de “curto prazo”. Segundo Kuznetsov, havia uma variedade de deficiências sistêmicas na economia soviética, mas a reprodução do sistema “socialista” seria ainda viável, mesmo que ficasse atrás do capitalismo, em virtude de suas taxas de crescimento serem consideradas “moderadas” para os padrões mundiais da época. A causa para o perecimento da União Soviética teria sido, portanto, circunstancial e resultante das reformas da *perestroika*, que entraram em conflito com o planejamento central e colapsaram as estruturas do Estado.

Além do fator econômico, a esfera política é considerada crítica por um número significativo de investigações e também envolve uma ampla variedade de abordagens e conclusões. Entretanto, em norma geral, os reivindicadores desta vertente tendem a dar maior relevo a determinadas personalidades, políticas internas ou externas ou eventos para o desencadeamento do colapso, além de também operarem segundo as delimitações temporais mencionadas.

A obra *The End of the Cold War and the Causes of Soviet Collapse*, de Nick Bisley (2004), exemplifica uma perspectiva de longo prazo com ênfase nesta esfera. Segundo Bisley, o confronto internacional legitimava ideologicamente a União Soviética em sua política militarista e a estruturava em sua economia orientada para a guerra e na organização de seu sistema político. No entanto, o confronto era um fardo crescente de recursos para a União Soviética, que não poderia ser indefinidamente sustentado. O seu paulatino abandono significou a perda da *raison-d'être* do regime soviético. (BISLEY *apud* SEGRILLO, 2016)

A questão étnico-nacional, por sua vez, refere-se ao chamado “problema das nacionalidades”, que foi despertado pelo Bloco Soviético com toda força ao final da década de 1980. Algumas críticas marxistas colocavam em evidência a alienação do trabalho e a falta de liberdade política e como esses problemas criavam um abismo entre as lideranças e a população soviética, de forma a deslegitimar a credibilidade da igualdade socialista. Este cenário logo poderia estimular tensões cada vez maiores e explosivas, e, de fato, conforme afirma Segrillo (*idem, ibidem*), esta possibilidade se confirmou quando, ao final da *perestroika*, despertaram os conflitos étnicos de forma surpreendente até mesmo para as próprias lideranças do regime.

A magnitude dessas tensões criou toda uma literatura dedicada ao chamado “fator das nacionalidades”, o qual é, para muitos estudiosos e observadores, o principal motivo para a dissolução da União Soviética. Os defensores desta perspectiva, como d’Encausse (1993) e Walker (2003), costumam dar relevo às políticas e estruturas do federalismo soviético, assim como aos eventos que envolveram as repúblicas e o centro a partir de 1985.

À guisa de conclusão, em função do estágio inicial desta pesquisa, é elucidativo explicitar a perspectiva deste trabalho. Interpreta-se, aqui, a URSS como uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo, o que implica considerar que a socialização do controle político tem uma relação direta com a erradicação da apropriação privada do excedente e com a gestão democrática da economia pelos coletivos de trabalhadores.

A URSS, no entanto, apesar de ter sido uma sociedade de transição, ou um “Estado Operário”, surgido através de uma revolução que expropriara economicamente a sua classe dominante, esteve também sujeita

ao controle político de um estrato social burocrático e parasitário de sua produção social. Esta burocracia, dependente de posições na gestão econômica para reproduzir-se e para assegurar os seus próprios privilégios, não poderia existir por um tempo indeterminado sem ameaçar a economia planejada soviética. Esta contradição conferiu, progressivamente, “deformidades” ao desenvolvimento social desta formação, e minou as bases de sua existência. Este, ademais, é o provável resultado que ameaça os regimes de transição ainda existentes, como China, Cuba, Vietnã, entre outros.

Desse modo, a inicialmente mencionada “crise do socialismo” teve o seu fundamento na contradição entre a gestão hierarquizada e burocratizada do poder político, a qual modelava o planejamento central, e as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas. Esta contradição colocou em evidência a incapacidade deste sistema político de propiciar a passagem de um padrão de crescimento econômico extensivo para um padrão intensivo e flexível, pois isto minaria o controle político de sua burocracia dirigente.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDETT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. San Diego: A Harverst Book, 1973.
- BELL, Daniel. **The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting**. New York: Basic Books, 1999.
- BIALER, Seweryn. **Stalin’s Successors**. New York: Cambridge University Press, 1980.
- BRZEZINSKI, Zbgniew; HUNTINGTON, Samuel. **Political Power: USA/USSR**. New York: The Viking Press, 1963.
- FRIEDRICH, Carl; BRZEZINSKI, Zbigniew. **Totalitarian Dictatorship and Autocracy**. Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

- BISLEY, Nick. **The End of the Cold War and the Causes of the Soviet Collapse**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- CASTELS, Manuel; KISELYOVA, Emma. **The Collapse of Soviet Communism: a view from the information society**. Berkeley: University of California at Berkeley, International and Area Studies, 1995.
- COHEN, Stephen F. **Rethinking the Soviet Experience: Politics & History Since 1917**. New York: Oxford University Press, 1985.
- _____. Friends and foes of change: reformism and conservatism in the Soviet Union. In: COHEN, Stephen F. (ed.). **The Soviet Union since Stalin**. Bloomington: Indiana University Press, 1980.
- CONQUEST, Richard. **The Great Terror: Stalin's Purge of the Thirties**. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética**. *Anos 90*, v. 6, n. 10, 1998.
- DANIELS, Robert. **The Bolshevik Gamble**. *The Russian Review*, v. 26, n. 4, 1967, pp. 331–340.
- D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. **The End of the Soviet Empire: The Triumph of the Nations**. New York: Basic Books, 1993.
- DEUTSCHER, Isaac. **Stalin – uma biografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FERNANDES, Luís. **URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.
- FITZPATRICK, Sheila. **Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times. Soviet Russia in the 1930s**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOUGH, Jerry. **The Soviet Union and Social Science Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KALASHNIKOV, Antony. **Differing Interpretations: Causes of the Collapse of the Soviet Union**. *Constellations*, 5, 1, p. 75-86, 2011.

KENNAN, George F. **Russia and The West Under Lenin and Stalin**. Boston: Little, Brown and Company, 1961,

KNIGHT, Robert. **Stalinism in Crisis**. London, Pluto Press, 1991.

KUZNETSOV, Victor. "The Economic Factor of the USSR's Desintegration". In: TINGUY, Anne de (ed.) **The Fall of the Soviet Empire**. Boulder: East European Monographs, 1997.

LAPIDUS, Gail Warshofsky. "**Political Mobilization, Participation, and Leadership: Women in Soviet Politics**". *Comparative Politics*, v. 8, n. 1, 1975, pp. 90-118.

LÊNIN, Vladimir Illitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEWIN, Moshe. **The Soviet Century**. London: Verso, 2005.

LINDEN, Marcel van der. **Western Marxism and the Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917**. New York: BRILL, 2007.

MALIA, Martin. **The Soviet Tragedy**. New York: Free Press, 1994.

MANDEL, Ernest. **Beyond Perestroika: The Future of Gorbachev's USSR**. London, Verso, 1989.

MCNEILL, Terry. Soviet Studies and the Collapse of the USSR: in Defence of Realism. In: COX, Michael (ed.). **Rethinking the Soviet Collapse: Sovietology, the Death of Communism and the New Russia**. London and New York: Pinter, 1998, p. 56-72.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. **A tese da continuidade e o marxismo: análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky**. Monografia em História. Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

- OLIC, Nelson Bacic. **A desintegração do Leste – URSS, Iugoslávia, Europa Oriental**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- PAULINO, Robério. **Socialismo no Século XX: O que deu errado?**. Goiânia: Kelps, 2008.
- PIPES, Richard. **The Formation of the Soviet Union, Communism and Nationalism, 1917-1923**. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- _____. **The Russian Revolution**. New York: Knopf, 1990.
- RABINOWITCH, Alexander. **The Bolsheviks Come to Power: The Revolution of 1917 in Petrograd**. Chicago: Haymarket Books, London: Pluto Press, 2004.
- ROMÃO, Morgana Moura; MONTEIRO, Marcio Lauria. **O Stalinismo e a União Soviética segundo a interpretação de Leon Trotsky**. *Aurora: revista de arte, mídia e política*. São Paulo, v.13, n.38, p.168-187, jun-set. 2020.
- ROSTOW, Walt. **The Dynamics of Soviet Society**. New York: W. W. Norton & Co., 1953.
- SEGRILLO, Angelo. **Historiografia da Revolução Russa: Antigas e novas abordagens**. *Projeto História*, São Paulo, n. 41, p. 63-92, dezembro de 2010.
- _____. **O Declínio da URSS: Um estudo das causas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **The Decline of the Soviet Union: A Hypothesis on Industrial Paradigms, Technological Revolutions and the Roots of Perestroika**. *LEA Working Paper Series*, n. 2, p. 1-25, dezembro, 2016.
- SHLAPENTOKH, Vladimir. **American sovietology from 1917-1991: an attempt at diagnosis**. *Russian History*, v. 22, n. 4, p. 406-432, 1995.
- _____. Soviet Society and American Sovietologists: a Study in Failure?. In: COX, Michael (ed.). **Rethinking the Soviet Collapse: Sovietology, the Death of Communism and the New Russia**. London and New York: Pinter, 1998, p. 95-111.
- SKILLING, H. Gordon; GRIFFITHS, Franklin. **Interest Groups in Soviet Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- SUNY, R. G. **The Revenge of the Past: Nationalism, Revolution, and the Collapse of the Soviet Union**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

SOKOL, Markus. **Revolução e contra-revolução no país de outubro**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1988.

STÁLIN, J. V. **Resposta ao Camarada Ivanov (1938)**. Disponível online em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/02/12.htm>. Acessado em 09/05/2021.

VIOLA, Lynne. “Os camponeses, de 1917 aos nossos dias”. In: DREYFUS, Michael, *et al.* **O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

WALKER, Edward W. **Dissolution: Sovereignty and the Breakup of the Soviet Union**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

14

A CRISE NA LCI, O EXÍLIO DE MÁRIO PEDROSA E SUAS PUBLICAÇÕES

Thiago Martins de Moura Bosco¹

Depois do contra comício de 7 de outubro de 1934, fato conhecido como a “revoada dos galinhas verdes”, a Liga Comunista Internacional (LCI) passou por um breve período de ascensão entre o final do ano de 1934 e início de 1935, com o aumento do número de militantes em suas fileiras. Esse aumento no número de militantes não só se deu pela boa propaganda que a ação de 7 de outubro lhe rendeu, mas também pela prática do “entrismo” elaborada por um grupo trotskista francês e depois defendida pelo próprio Trotsky (BENSAÏD, 2006, p.101). Essa prática se baseava na entrada de trotskistas em diversos grupos, partidos ou sindicatos e uma vez lá dentro angariar, através de diálogos e discussões, as alas mais à esquerda desses grupos para o trotskismo. Trotsky ao perceber que o fato de declarar a falida a III Internacional Comunista (IC) não traria militantes e organizações suficientes para formar a IV Internacional, passa a apostar na tática francesa e a coloca como ação para as outras seções da Oposição de Esquerda espalhada por vários países, entre elas a brasileira.

Nesse momento a situação brasileira era a de promulgação da constituição de 1934 que, em relação aos sindicatos, colocou fim ao sindicalismo forçado (sindicatos ministeriais) estipulando a pluralidade sindical, pulverizando a força trabalhadora em inúmeros sindicatos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História – UFG.

dificultando sua mobilização e enfraquecendo sua luta. Membros da LCI passa a atuar dentro dos sindicatos, conquistando militantes para o trotskismo e tentando criar uma unidade sindical, uma homogeneização da luta dos trabalhadores (KAREPOVS, 2017, p. 65). Na “Tese sobre a questão Sindical, aprovada na III Conferência Nacional da LCI”², é colocada a estratégia adotada pela Liga em relação aos sindicatos:

Dada as condições atuais de ilegalidade do movimento comunista no Brasil, a conquista das massas para a revolução deve ser feita, principalmente, através dos sindicatos existentes, e incrementando a sua organização. O problema sindical se torna, assim, o problema central de um partido revolucionário no Brasil. A vanguarda comunista só será digna de seu nome se souber enfrentar com senso realista essa situação e mostrar que sabe trabalhar a tirar vantagens da sua atividade nos sindicatos. (LCI apud ABRAMO; KAREPOV, 2015, p. 207)

É interessante notar que em vários momentos da militância política de Mário Pedrosa, sua luta se orienta politicamente pela unidade da classe trabalhadora, e para ele essa unidade se dá pela criação de um partido de massas. Foi com base nesse ideal que Pedrosa entra para o PCB, organiza o GCL, depois milita no PSB na década de 1940, e, como último esforço de luta, já velho e debilitado, trabalha para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980, sendo ele o primeiro militante a se filiar ao PT em 1981.

Esse período de ascensão da LCI dura pouco e logo depois o grupo passa a sofrer derrotas como cisões, perseguições políticas e a ilegalidade do movimento de esquerda no Brasil. Esse período termina com o exílio de Mário Pedrosa na França em 1938 e depois para os EUA em 1939.

2 Publicada no jornal A Luta de Classes, Rio de Janeiro, nº 21, agosto de 1934 p.6.

A adoção da prática do entrismo pela Liga Comunista Internacionalista gerou uma cisão dentro do movimento, alguns militantes em torno de Aristides Lobo e Victor de Azevedo criaram uma dissidência sem se separar do movimento, mas rompendo com o Secretariado Internacional da Oposição Internacional de Esquerda (OIE), acusando-os de reformistas, de ter abandonado os ideais revolucionários do leninismo e de se tornar uma agência da social democracia (KAREPOVS, 2017, p.66)

Nesse momento conturbado, Mário Pedrosa estava se recuperando de um ferimento a bala que tinha ganhado na contramanifestação de 7 de outubro. Ainda em recuperação, em janeiro de 1935, temendo a perseguição da polícia de São Paulo por ter participado do ato, ele volta ao Rio de Janeiro onde retoma sua atividade de jornalista. Com Pedrosa no Rio de Janeiro e Aristides Lobo na dissidência esse não foi um período de muita ação da LCI, restringindo os atos à produção de textos no periódico *A Luta de Classes*, utilizado tanto pelo grupo de Mário Pedrosa como pelo de Aristides Lobo.

Ainda em 1935, um outro fato que ajudou a engrossar a crise na LCI, e na esquerda brasileira em geral, foi a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o *putsch* de novembro de 1935. Antes de continuar a trajetória da crise na LCI, vamos falar sobre a ANL e o seu *putsch* fracassado.

Com a vitória do fascismo na Alemanha sobre a Social democracia, que não conseguiu esboçar uma resposta à altura dos ataques das milícias nazistas, a III Internacional Comunista é forçada a repensar suas posições em relação a criação de frentes democráticas³. Em 1934 nasce

3 Desde o VI congresso da IC, a criação de frentes democráticas com a conciliação entre comunistas e social-democratas era criticada como um desvio direitista e reformista, em oposição a essa tática, foi criada, no mesmo congresso a tática de “classe contra classe” tornando impossível a conciliação destes dois grupos

então a política da “Frente Popular”, visando a união das forças comunistas, socialistas e liberais para a luta contra o fascismo, que sua ascensão marcava uma dura derrota para a luta operária. A partir do VII congresso da III IC, a tática da frente popular passa a ser adotada por vários partidos comunistas. No Brasil, surge então, sob a luz congresso da IC a Aliança Nacional Libertadora, levantando bandeira contra o fascismo e o integralismo. A organização não se considerava um partido político, mas um movimento popular que lutava contra a influência econômica imperialista e a famigerada Lei de Segurança Nacional que já estava sendo votada no congresso (SEGATTO, 1989, p. 45 – 46).

As atividades da ANL começaram em fevereiro de 1935 com a publicação do manifesto-programa, com destaque à luta contra a exploração imperialista que para manter a desvalorização da mão-de-obra protege e fomenta a acumulação de terras nas mãos de latifundistas (sic) mantendo ainda em vigor no Brasil a exploração medieval, feudal. Notemos aqui que as ideias de Octávio Brandão escritas em 1922 ainda permanecem vivas dentro de alguns grupos comunistas. No dia 5 de julho de 1935, foi realizado um grande comício em comemoração as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, e mesmo com várias tentativas de sabotagem do ato pelo governo federal e por parte de alguns veículos de imprensa, como “O Globo”, o ato aconteceu⁴ e o principal momento do comício foi o discurso de Luiz Carlos Prestes. Depois de retornar da URSS, e se tornar um dos líderes da Aliança Nacional Libertadora, Prestes, em seu discurso, faz um chamamento para fazer parte da ANL todos aqueles, não importando o partido ou seu programa político, que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o

4 A Manhã, RJ, 05 de junho de 1935, p. 1. “Comunica-nos a Aliança Nacional Libertadora estar legalmente autorizada a realizar o comício de hoje, às 8 horas da noite no recinto da feira de amostras”.

imperialismo e o feudalismo e pelos direitos democráticos⁵. Com o apoio de lideranças políticas, das massas e da ala progressistas dos militares, ANL teve um importante crescimento, com diretórios municipais em várias capitais do país, tendo só na cidade do Rio de Janeiro mais de 50.000 inscritos. Fazendo uma comparação com os grupos trotskistas que sempre tiveram dificuldades para aumentar seu número de militantes, o rápido crescimento da ANL foi surpreendente (SEGATTO, 1989, p. 46).

O crescimento espantoso da ANL passou a ser um motivo de preocupação para os integralistas e para o governo de Getúlio Vargas. O discurso de Luiz Carlos Prestes em 5 de julho serviu de pretexto para que o governo, baseado na Lei de Segurança Nacional, criasse o Decreto nº 299 de 11 de julho de 1935, que colocou a ANL na ilegalidade e fechou todos seus núcleos espalhados pelo país.

O discurso de Prestes não só gerou problemas com o governo e o aparato repressor, como também dentro da própria ANL. Como foi colocado mais acima, na militância da Aliança se encontravam elementos de várias correntes políticas que tinham em comum lutar contra o imperialismo e o fascismo dos integralistas, entre eles se encontravam até liberais. E seu discurso de caráter revolucionário propondo um programa que só poderia ser levado a cabo por um governo popular revolucionário, assustou vários dirigentes não comunistas da Aliança. Com isso, a ANL perde força chegando ao ponto de ser quase que completamente dirigida pelo PCB. Na ilegalidade e perdendo força política, a ANL aposta na ala militar progressista e começa a organizar a

5 Na edição do dia seguinte ao comício, o jornal A Manhã tem quase toda sua edição baseada nos acontecimentos do ato, na página 2 tem um chamado da matéria "Luiz Carlos Prestes a todo o povo do Brasil!"

insurreição nos quartéis. No final do ano de 1935 começaram algumas rebeliões em alguns quartéis, 23 de novembro em Natal (RN), no dia 24 de novembro em Recife (PE) e em 27 de novembro na Praia Vermelha na capital Rio de Janeiro. Todas as rebeliões terminaram em fracasso e em uma forte resposta do governo federal aos movimentos oposicionistas e ditos subversivos, foram criados aparato repressivos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a decretação, por Getúlio Vargas do estado de Sítio, que vai de novembro de 1935 a final de 1936. (SEGATTO, 1989, p.48 – 49)

O fracasso das revoltas de novembro de 1935 criou o ambiente perfeito para que o Governo reprimisse as organizações de esquerda e opositores de Getúlio Vargas, a LCI também entrou na clandestinidade com várias prisões de dirigentes e militantes, Mario Pedrosa, que nesse momento se encontrava no Rio de Janeiro, vive clandestinamente e quase não aparece mais em ações públicas, a última foi um mega comício organizado pelo PSB em 6 de outubro de 1935⁶. Com o aumento dos atos repressivos pela polícia política de Vargas, ficou cada vez mais difícil o contato com os grupos da LCI em São Paulo e no Rio de Janeiro. Este último, depois de uma crítica feita pela direção da LCI ao *putsch* de novembro no texto “O desastre de novembro e o naufrágio do stalinismo e do prestismo”⁷, se aproxima de grupo comunista “Oposição Classista do PCB”, que tinha saído do Partido antes mesmo da tentativa de golpe por discordar da tática adotada pela ANL, e juntos formaram o Partido Operário Leninista em janeiro de 1937 (KAREPOV, 2017, p. 68).

6 O PSB organizou um grande comício pela luta antifascista, a oposição a guerra, que eles chamavam de “guerra de rapina”, e contra atos imperialistas das nações belicosas. Mário Pedrosa fez um discurso que girou em torno da posição da Liga das Nações, em face da Guerra ítalo-abissínia. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, 6.10.1935, p.7.

7 O texto foi publicado no *Jornal A Luta de Classes* n° 28 1.4.1936, p.6.

E qual foi a crítica da Liga Comunista Internacionalista a fracassada tentativa de golpe? Ao publicar o texto “*O desastre de novembro...*”, a direção da LCI tece algumas críticas ao movimento de novembro de 1935, como o abandono da concepção de luta de classes para angariar aliados no campo da direita e de se entregar ao jogo político burguês. O documento também traz uma análise dos verdadeiros derrotados na tentativa fracassada de *putsch*, e um chamado para uma autocrítica dos militantes pecebistas e a união do bloco operário a IV internacional.

Como dito mais acima, a ANL surge como um movimento de união de forças na luta contra o fascismo no Brasil congregando militantes de várias matrizes políticas. Pois bem, segundo os autores do texto, ao cair na ilegalidade em 11 de julho de 1935, a ANL, passou a ser sustentada como organização pelo PCB, e ao fazer isso o Partido aceita e reproduz a ação aliancista de angariar o maior número de militantes para a luta aceitando aliados de todos os lados, mesmo que para isso tenha que abandonar a concepção de luta de classes. Adjetivado de cinismo ideológico e de descaramento político pela direção da LCI, a ação prestista de angariar aliados, à medida que passa o tempo, leva os stalinistas do partido a uma marcha cada vez mais para a direita, virando as costas para o operário e adaptando à luta burguesa (LCI apud ABRAMO; KAREPOVS, 2015, p. 243 – 244). Como exemplo a essa guinada à direita pelo movimento prestista, é citado no texto a resolução do PCB de novembro de 1935, antes da tentativa de golpe, que chamava os militantes para vigiar e frear toda iniciativa espontânea e autônoma das massas, como, por exemplo, a tentativa de criação de sovietes, pois essa ação poderia amedrontar os aliados de direita e romper a frente única com a burguesia. A chamada “Revolução Nacional Libertadora” capitaneada por Prestes e a ANL, foi reduzida então derrubada de Getúlio Vargas, os

objetivos revolucionários foram sendo abandonados ao longo do caminho. Os autores chamam a atenção para uma publicação no jornal “A manhã”, que sempre deu apoio a ANL, de 27 de novembro de 1935, durante a tentativa de golpe, que noticiava os objetivos do movimento e alertava as massas que respeitassem a propriedade privada e os depósitos nos bancos. (LCI apud ABRAMO; KAREPOVS, 2015, p 247 - 248)

Quem perdeu com o fracasso do golpe de novembro de 1935? Para a LCI, a ANL não tinha práticas marxistas ou comunistas, isso fica claro com as práticas mencionadas no parágrafo anterior, mas Luiz Carlos Prestes é um comunista conhecido e foi líder da aliança, o PCB sempre esteve junto, e no final, misturado com os aliancistas. O governo, a mídia e a burguesia caracterizaram o movimento não pelos seus esquemas ou intenções, mas sim pelos seus líderes e instituições participantes, ficando então caracterizado o movimento como uma tentativa de golpe comunista. Como resultado, as lutas operárias foram jogadas para fora da legalidade, a AIB de Plínio Salgado ganha espaço e a própria luta antifascista e democrática perde apoio das massas e se estala no Brasil uma situação pré-fascista (LCI apud ABRAMO; KAREPOVS, 2015, p. 252 - 254). Lembrando que o Golpe do Estado Novo em outubro de 1937 foi motivado por um suposto “Plano Cohen” de dominação comunista do Brasil.

Como vimos, o momento não era propício a criação de um partido de esquerda, e o Partido Operário Leninista (POL) teve grandes dificuldades em seu começo, tanto é que, depois de sua fundação em janeiro, somente em junho de 1937 que o grupo consegue publicar a brochura “A situação nacional” de autoria de Mario Pedrosa, mas assinada pelo Comitê Central Provisório. Pedrosa escreve esse texto no momento em que as forças políticas nacionais se reorganizam para as eleições marcadas para janeiro de 1938, e tentando entender a situação política desse

momento, acaba fazendo uma análise econômica, política e social do Brasil, a nosso ver uma ampliação da análise já apresentada em seu texto e Lívio Xavier de 1931 “*Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*”. É interessante fazermos uma síntese sobre a Situação Nacional⁸ de Mário Pedrosa, até para entendermos um pouco sobre os arranjos políticos de 1937.

Pedrosa organiza a análise em duas partes, uma sobre como se organiza a classe burguesa no Brasil pós revolução de 1930 e outra sobre as condições da classe operária e quais os caminhos para sua luta anti-capitalista. Segundo Pedrosa (2015b), desde a tomada do poder por Getúlio Vargas em outubro de 1930, a classe burguesa permaneceu em anestesia, sem muita expressão a nível nacional, mas volta a se reorganizar em 1937 visando a sucessão presidencial. A economia brasileira se modificou nesse intervalo de tempo, ouve uma ascensão das forças produtivas nacionais com o desenvolvimento da indústria e do mercado interno, e para abastecer esse novo modelo verificou-se um processo de transferência da produção agrária da monocultura para a policultura criando uma nova camada de pequenos produtores. Nesse processo a burguesia cindiu-se em duas, de um lado os já conhecidos latifundiários participantes da agricultura extensiva, e do outro os novos proprietários e lavradores praticantes da agricultura intensiva. E o principal motivo desta divisão é a posição que cada uma das partes tem sobre o destino da produção agrária, ou abastece o mercado interno ou é exportada. Mesmo com todo o crescimento da produção agropecuária brasileira percebida no período ela é insuficiente para suprimir os destinos interno e externo ao mesmo tempo, ou é um ou outro. A grande

⁸ Utilizaremos aqui a publicação que está na segunda edição do livro *Na Contracorrente da História* organizado por Fulvio Abramo e Dainis Karepovs.

burguesia latifundiária depende dos investimentos externos, principalmente do capital inglês, e não se importa com o mercado interno, no oposto, a pequena burguesia agrária apoiada pela burguesia industrial trabalha para abastecer o mercado interno, principalmente com matérias primas (PEDROSA, 2015b, p. 293 – 294).

Com as definições das candidaturas para as eleições, a burguesia nacional, composta pela nova burguesia agrária e a burguesia industrial, não aceitando a política econômica do governo federal de grande apoio a produção e exportação do café⁹, decide apoiar o candidato do Partido Constitucionalista Armando Sales de Oliveira, interventor no estado de São Paulo e que contava com o apoio de Flores da Cunha governador do Rio Grande do Sul. A burguesia tradicional, representantes dos latifúndios e da burguesia agrária do Nordeste, se põe ao lado de José Américo de Almeida, ex-ministro de Viação e Obras Públicas de Getúlio, representante do capital estadunidense¹⁰. E por fora, corre Plínio Salgado, representante do imperialismo alemão.

Para Mário Pedrosa (2015b), o bom resultado da economia brasileira entre 1934 e 1936, expôs a fragilidade e os pequenos limites de sua força, característicos de uma economia nacional fragmentada. Durante os anos do federalismo da república velha, em que cada estado tinha grande autonomia econômica, e com o domínio absolutos dos grandes latifundiários, o Brasil não tinha uma economia nacional, mas várias economias estaduais independentes uma das outras. Com a revolução

9 O governo de Getúlio Vargas não abandonou os produtores de café, ao contrário, centralizou toda a economia do café no governo federal com a transferência do controle da política do café, em 1931, do Instituto do Café do Estado de São Paulo para o Conselho Nacional do Café (CNC), que depois se transformou em Departamento Nacional do Café (DNC), solidificando a federalização da política cafeeira (FAUSTO, 1998, p 333).

10 FAUSTO, 1998, p. 362.

de 1930, há uma substituição do federalismo pelo centralismo do governo federal que conduziu a economia brasileira ao desenvolvimento nos anos seguintes. Mas um desenvolvimento desigual, não só entre estados e regiões como também em sua produção, mesmo com grandes áreas produtivas a agricultura tradicional praticada aqui é de baixa produtividade, fazendo uma comparação com os países da América do Sul o Brasil está entre os últimos na produção per capita de produtos primários. Na tentativa de desenvolver o mercado interno brasileiro em que a produção agrária seja consumida principalmente pela indústria nacional integrando a economia, é que, nas palavras de Mario Pedrosa, os representantes de São Paulo e Rio Grande do Sul, se unem por uma nova “cruzada democrática pelo Brasil” (PEDROSA, 2015b, p. 299). Armando Sales, o então representante da burguesia nacional, propôs um projeto que nem enfraquecia o governo federal, nem fortalecia a autoridade central. Uma política de meio termo defendido pelos industriais, uma centralização comedida que permitiria a organização do mercado interno para o desenvolvimento da indústria nacional, uma política que permitiria a unificação dos mercados internos, regulamentação do comércio interestaduais, reforma tributária, liberdade imigratória e livre cambismo interno. Centralizar o poder com uma economia baseada em grande parte na exportação de bens primários pode colocar o país mais dependente das nações imperialistas, facilitando a penetração de seus capitais na produção tornando o país suscetíveis as pressões internacionais. Por isso, Mario Pedrosa (2017) diz que o processo de centralização política sem o desenvolvimento da indústria, principalmente a indústria pesada, é reacionário. Mas para instalar a indústria pesada é necessário capital, e na década de 1930, esse capital está escasso

internacionalmente e nacionalmente, sendo assim, essa indústria pesada só pode nascer sobre a tutela do Estado (PEDROSA, 2015b, pp. 333 - 305).

Na segunda parte da análise, Pedrosa explica a situação do trabalhador brasileiro na década de 30 e propõe uma estratégia política para o mesmo nas eleições de 1938. Como já foi mencionado, a economia brasileira se adaptou a crise do capital de 1929 desenvolvendo o mercado interno, caminho lógico para o escoamento da produção agrícola uma vez que o mercado externo estava em depressão. Com o mercado interno ganhando mais importância econômica, a indústria pega carona e o bi-ênio 1934 e 1935 foi de grande crescimento industrial. Mas, segundo Pedrosa (2015b), esse surto industrial piorou a situação de vida da classe operaria, pois junto com o surto veio a alta dos produtos de primeira necessidade como o arroz, feijão e farinha, e a desvalorização do contos-de-réis fazendo o salário do trabalhador perder seu valor de compra. Isso aconteceu porque houve um deslocamento da produção agrícola para a indústria, áreas em que se plantavam cereais virou cultivo de matéria prima, junta a isso a grande emissão de moedas pelos governos criando inflação. Na indústria o trabalhador também tinha sua situação de vida piorada pela superexploração. Entre 1934 e 1935, houve um crescimento tímido do capital investido da produção industrial, e, como existia uma lei de 1931 que proibia a importação de maquinário para a indústria, esse capital se concentrou na ampliação dos números de operários, saltando de 119.296 em 1930 para 213.668 operários em 1935, mesmo período em que a produção industrial saiu de 2 milhões de contos em 1930 para 3.500.000 contos em 1935. Ou seja, todo o crescimento se deu em cima da força de trabalho super explorada, pois fábricas de

têxteis já produziam entre 16 a 24 horas por dia. (PEDROSA, 2015b, p. 307 - 309)

E porque a classe trabalhadora não se revolta, ou se organiza para lançar um candidato as eleições que se aproximava? Mário Pedrosa (2015b) vê a classe trabalhadora receosa depois da fracassada tentativa de *putsch* em 1935. Como resultado da ação fracassada da ANL, o PCB se desarticulou com várias prisões e fuga de seus líderes, e o país viveu entre 1935 e 1937 uma sequência de Estado de Sítio e Estado de Guerra com forte aparato repressivo sobre as organizações trabalhistas. As grandes fábricas eram dirigidas por policiais interventores, não só para prender alguns elementos pertencentes a burguesia industrial que participaram da tentativa de golpe, mas também para manter a classe trabalhadora intimidada no seu local de trabalho e de luta. Concluímos então que a classe trabalhadora não estava apática, mas de mão amarradas sem seus espaços onde poderiam se articular. Com suas condições de vida piorando cada vez mais, a classe trabalhadora ficou à mercê das ofensivas eleitoreiras das burguesias, os dois candidatos da elite, José Américo e Armando Sales disputam cada voto dos trabalhadores para chegar à presidência. E os comunistas? Desarticulados, a posição do PCB é pesar qual dos dois candidatos tem promessas mais sedutoras e que seria capaz de barrar, no voto, a eleição de Plínio salgado. Pedrosa (2015b) chama essa posição de farsa bestial, não tem como barrar o fascismo com eleições, não é no sufrágio universal que se defende a democracia, o sufrágio é um elemento do Estado burguês para dar a impressão de que as classes mais baixas fazem parte do governo. O PCB, que Pedrosa chama de stalinista, ajuda na mistificação da política burguesa, vendo o processo eleitoral como um fim em si e não como um

meio de combata, apoiando algum dos candidatos da burguesia. (PEDROSA, 2015b, p. 315 - 326)

No final de sua análise em “A situação Nacional”, Mário Pedrosa diz qual o trabalho do POL diante da realidade imposta. Cabe aos bolcheviques-leninistas do POL lutar contra a onda confucionista do PCB que, ao ver as eleições como um fim em si mesma, coloca a classe trabalhadora nas mãos da burguesia. É claro que o POL defendeu a participação nas eleições da classe trabalhadora, mas não limitando sua participação a escolha do mal menor entre os candidatos da elite. Para fazer dessa experiência eleitoral um momento de mobilização e de luta era necessário apresentar um programa revolucionário que defenda os interesses da classe trabalhadora que, segundo Pedrosa (2015b) se basearia na defesa da Anistia ampla e sem restrições para os que lutaram no *putsch* de 1935, e o lançamento do nome de Luiz Carlos Prestes para concorrer a presidência. A burguesia viu a tentativa de golpe de 1935 como um ensaio para a revolução brasileira, assim, defender a anistia de quem nela participou é firmar uma posição dos trabalhadores em defesa de um ato de sua classe. Pedrosa não redime Prestes, mas aquela conjuntura, Prestes representa o comunismo e o principal inimigo da burguesia no Brasil se tornando o símbolo da luta de classes, não cabeira no momento criar uma figura revolucionária, mas aproveitar uma figura conhecida e usá-la como aglutinadora da classe. A defesa da Anistia e de Luiz Carlos Prestes era, ao mesmo tempo, a defesa luta de classes e um desafio revolucionário (PEDROSA, 2015b, p. 332 - 333). Nas palavras de Pedrosa:

Votando em Prestes temos a possibilidade de contar praticamente as forças de esquerda, dos comunistas autênticos aos antifascistas consequentes; demonstraremos à burguesia e à reação a vontade das massas; reergueremos as

esperanças na revolução proletária, contrapondo à democracia formal, ao fascismo, ao regime burguês, em geral, a ditadura do proletariado, os soviéticos, o socialismo. (PEDROSA *apud* ABRAMO; KAREPOVS, 2015b, p 334)

Porem a disputa eleitoral dura pouco tempo, em setembro de 1937 surge o “Plano Cohen”, um plano de uma possível insurreição comunista em andamento no Brasil, e em resposta a essa possível ameaça comunista o Congresso aprova o Estado de Guerra e a suspensão das garantias políticas e sociais por noventa dias. Como desfecho desta farsa criada pelos integralistas e comprada pelo governo federal, em 10 de novembro de 1937, com tropas fechando o Congresso nacional, Getúlio Vargas dá o golpe do Estado Novo. E como é público e notório as eleições de janeiro de 1938 não aconteceram.

O ano de 1938 foi um ano de perseguições e de prisões por todo o país de pessoas acusadas de subversão. Não estando seguro no Brasil, já que respondia a várias acusações pela Lei de Segurança Nacional, Mario Pedrosa é mandado pela direção do POL para a França em 8 de dezembro de 1938. Depois de sua partida, em 14 de janeiro de 1938, sua companheira Mary Houston Pedrosa foi presa, junto com outros oito membros do POL, em uma operação da Delegacia Especial de Segurança Pública Política e Social, sendo julgada e absolvida pela Lei de Segurança Nacional fica presa até 5 de julho¹¹. Em 23 de abril do mesmo ano, em uma nova operação policial, outros membros do POL foram presos, entre eles estava Patrícia Galvão (Pagú) colocada como a chefe do grupo¹².

Ao ser mandado pela direção do POL para a França, Mario Pedrosa parte do Brasil com algumas tarefas a pedido do partido. Uma vez na

11 Mais Uma Cellula Comunista destruída Pela Secção de Segurança Social. O Jornal, RJ. 14 janeiro de 1938, p. 7.

12 Destruída importante cellula do Partido Operário Leninista. O Jornal, RJ. 23 abril de 1938. P 6.

França, Pedrosa teria que buscar um estreitamento do POL com o movimento para a criação da IV Internacional, estudar os problemas da revolução brasileira e publicar em órgão do POL no Brasil, e a criação de uma publicação teórica do POL no exterior (KAREPOVS, 2017, p. 72).

Pedrosa foge do Brasil em um momento difícil para os opositores do governo Vargas, chega em Paris no dia 16 de fevereiro de 1938 e também encontra uma situação delicada para os militantes trotskistas europeus. Cada vez mais próxima da criação da IV internacional, os trotskistas europeus estão sendo perseguidos e assassinados pela Polícia Política Soviética, no dia em que Pedrosa chegou em Paris Leon Sedof, filho de Trotsky era assassinado, em 12 de julho era a vez de Rudolf Klement, secretário administrativo do movimento pela IV Internacional, que foi morto e esquartejado pelos soviéticos. Ao chegar em Paris, Pedrosa entra em contato com seu amigo Pierre Naville, que o integra ao *Parti Ouvrier Internationaliste* (POI), seção francesa do Secretariado Internacional do Movimento pela IV Internacional (SI). Como membro do SI, Pedrosa ficaria responsável pelas questões referentes a América Latina, mas suas atribuições mudam com a morte de Rudolf Klement e Pedrosa passa também a preparar a conferência de fundação da IV Internacional que ocorreu em 3 de setembro de 1938 na cidade de Perigny. Na resolução de fundação previa que a CEI deveria se mudar para Nova York, pois a Guerra, para os trotskistas, era inevitável. Acumulando cargos de representante para a América Latina, membro do Comitê Executivo Internacional (CEI) e de membro do SI, Mario Pedrosa viaja em setembro de 1938 para os Estados Unidos (KAREPOVS, 2017, p 73 -74).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. **Na contracorrente da história: documentos da liga comunista internacionalista 1930 – 1933**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- BENSAÏD, Daniel. **Trotskismo**. Lisboa: Edições Combate, 2006.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.
- KAREPOVS, Dainis. **Pas de Politique Mariô!: Mário Pedrosa e a política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.
- PEDROSA, Mário. A defesa da URSS na guerra atual. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis. **Na contracorrente da história. Documento do trotskismo brasileiro (1930 – 1940)**. São Paulo: Sundermann, 2015a.
- PEDROSA, Mário. A Situação Nacional. Teses aprovadas pelo comitê central provisório do partido operário leninista. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis. **Na contracorrente da história. Documento do trotskismo brasileiro (1930 – 1940)**. São Paulo: Sundermann, 2015b.
- SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

15

DEBATES SOBRE IMPERIALISMO EM PARCELAS DA ESQUERDA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues¹

O presente texto é fruto de discussões realizadas durante o desenvolvimento de uma iniciação científica e tem como objetivo analisar a forma com que parcelas da esquerda brasileira, durante a década de 1960, compreendiam o conceito de imperialismo e como o empregavam em suas resoluções.

A dominação imperialista exercida por grandes potências capitalistas imbricou-se na vida política, econômica e cultural dos sujeitos, bem como, “se por um lado, o imperialismo ampliou seu raio de influência, por outro, cresceu a capacidade do ser humano a resistir à dominação” (LINHARES, 2002, p. 62).

No século XX, o combate ao imperialismo era premissa fundamental entre organizações comunistas, os Partidos Comunistas do mundo todo, ligados a URSS e a Internacional Comunista, empregavam essa luta, não sendo diferente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O debate sobre imperialismo acentuava-se na década de 1960 com as lutas de libertação na África e a ascensão de ditaduras pela América Latina. A disputa entre dois modelos de sociedade – capitalismo e socialismo – evidenciada com a Guerra Fria permite compreender o movimento de descolonização vivenciado por diversas nações africanas nesse período.

¹ Graduanda do curso de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A experiência soviética era vista como uma grande ameaça à hegemonia capitalista empregada pelos Estados Unidos, que intensificavam sua colocação como líder capitalista frente às potências europeias. Esse conflito que se estende até a última década do século XX, impulsionou o surgimento de diversos movimentos insurrecionais e revolucionários em países como Índia, Marrocos e Argélia, que já tinham uma longa tradição de resistência à dominação imperialista (LINHARES, 2002).

Além das perdas materiais, as potências coloniais europeias tiveram enorme dificuldade pra manter seus impérios. Por quê? a) a contradição no apelo das metrópoles ao esforço da guerra colonial contra as ditaduras fascistas em nome da democracia e liberdade; b) a falta de condições materiais para restabelecer a tradicional relação metrópole-colônia; c) a penetração econômica americana nas colônias europeias durante a guerra; d) a pressão política e simultânea dos EUA e da URSS contra a manutenção da ordem colonial: a primeira contrária aos mercados fechados; a segunda, identificando-se com os movimentos revolucionários e procurando novos espaços econômicos para relacionar-se. Independentemente de questões ideológicas, a descolonização enfraqueceu a Europa em benefício das superpotências (PADRÓS, 2008, p. 230).

Como evidencia Padrós (2008), as condições pós Segunda Guerra Mundial fizeram com que se tornasse insustentável para as potências europeias manter seus impérios coloniais. Esse cenário propiciou um movimento acelerado de descolonização durante as décadas de 1950 e 1960, impulsionou um amplo processo de instabilidade do capitalismo frente à ascensão dos movimentos nacionais de países colonizados que até então estavam submetidos à dominação imperialista, que ainda apresentava-se com muitos traços coloniais, de grande violência e de interferência direta.

Dentre esses movimentos de descolonização destaca-se a luta de libertação argelina, que representou um basta da população ao modelo de dominação violenta e repressiva imposta pelo imperialismo. A ocupação do território africano se tornou muito mais extensiva a partir do século XIX com a partilha da África, marcando a expansão e dominação das potências europeias no mundo contemporâneo em um processo “de políticas que serviram a interesses concretos de industriais, comerciantes e banqueiros, em busca de lucros e novas áreas de investimento [...]” (LINHARES, 2002, p.39).

Inicia na Argélia, em 1957, o processo revolucionário de libertação colonial que durou oito anos, um verdadeiro levante contra a violência sistêmica, abuso de poder e opressão colonial impostas pela dominação imperialista da França, que tinha como propósito a destruição da sociedade colonial (ARAÚJO, 2017). Ainda sobre o desenrolar da guerra, em 1961, Frantz Fanon produz *Os Condenados da Terra*, sua última obra, na qual denuncia o violento processo colonizador em que os argelinos estavam submetidos, convocando-os a empunhar suas armas e rebelarem-se contra seus algozes.

Para Fanon (1968), a premissa máxima que dita o percurso da história é a violência. O mundo colonial é um mundo cindido em dois, protagonizado por dois sujeitos: o “colonizado” e o “colonizador”. Através da violência que esse mundo colonial é construído, é ela o instrumento que permite a conquista e por ela que os colonizados são explorados e subjugados. A violência usada para subjugar também pode ser usada para descolonizar, para extinguir a colonização. O colonialismo é a violência em estado bruto e só pode ser sucumbida com uma violência ainda maior.

Ainda que Fanon tenha escrito a partir do processo de descolonização da África e que o processo de dominação imperialista apresente variações nos diferentes lugares, sua análise apresenta muitas contribuições para a compreensão de luta anti-imperialista pelo mundo. Assim como em países da África, a dominação imperialista também submetia países da América Latina que se encontravam em uma posição subalterna a qual é reservada aos países capitalistas periféricos dentro do ordenamento da economia mundial imposta pelo centro capitalista a partir da Divisão Internacional do Trabalho. Desse modo, aspectos como o racismo, a violência e a repressão encontravam-se presentes em ambas as realidades.

Paralelamente ao movimento de descolonização que se acentuava na África, o Brasil, ao limiar da década de 1960, encontrava-se em um cenário marcado pela concentração de capitais e internacionalização da economia, gerando disputas políticas e questionamentos acerca do papel do Estado. Desde a década de 1950 importantes mudanças vinham ocorrendo no processo industrial, principalmente com a criação das indústrias de bens de consumo. O início do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a implementação do Plano de Metas possibilitou cada vez mais a entrada de capitais estrangeiros no país, tornando-o um setor industrial fundamental para impulsionar a economia. O Estado favorecia o processo de industrialização, fornecendo todas as condições necessárias para a manutenção do capital estrangeiro no país, seja mantendo a política fiscal conservadora ou não ampliando as receitas, por exemplo (FONTES e MENDONÇA, 2004).

O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia dava origem a disputas políticas, o Estado que financiava grande parcela da produção encontrava-se em crise pelo bloqueio

político imposto a concessão de recursos externos. O ciclo industrial estava em uma fase descendente que provocava desequilíbrio na estrutura econômica, estendia-se a crise atravessando o próprio empresariado que encontrava-se em uma disputa política pela hegemonia do processo de acumulação capitalista (*idem, ibidem*).

O quadro político do início da década de 1960 caracterizava-se por intensas mobilizações populares e pela intensificação do movimento sindical, que fazia multiplicar as greves pelo país. Acentuava-se o desequilíbrio entre os partidos, principalmente com a ruptura do pacto populista, sendo cada vez mais expressiva a participação popular na cena política. As reformas de base e a luta anti-imperialista configuravam-se como as duas maiores polêmicas agitadoras do período (*idem, ibidem*).

PCB: PERSPECTIVAS E POSIÇÕES

O PCB, a partir de 1958, começou a passar por uma série de mudanças, vendo-se obrigado a elaborar uma nova política devido aos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956. A leitura do Relatório Khrushchev causou impactos no movimento comunista mundial, entretanto, enquanto diversos partidos comunistas reconheciam a autenticidade do documento, o PCB permaneceu em silêncio por diversos meses, até que em outubro do mesmo ano o Comitê Central publicou um documento reconhecendo os erros cometidos pelo stalinismo, iniciando um conflito interno no partido entre favoráveis e contrários a essa autocrítica (SEGATTO, 1989).

Fruto dos debates e desdobramentos realizados no XX Congresso do PCUS, o PCB publicou a "*Declaração de Março*", em 1958, texto de Luís

Carlos Prestes no qual começou a se esboçar uma nova política substancialmente diferente do que vinha sendo seguida até então.

[...] a Declaração de março formula uma plataforma de luta, da qual constam: 1.º) política exterior independente e de paz; 2.º) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3.º) medidas de reforma agrária em favor dos camponeses; 4.º) elevação do nível de vida do povo; 5.º) consolidação e ampliação da legalidade democrática (SEGATTO, 1989, p.94).

A *Declaração de Março de 1958* é considerada um marco de um momento de mudanças e transformações dentro do partido, de acirramento e disputas políticas e de redefinição das compreensões defendidas até aquele momento. Assim formula-se o cenário que viria a anteceder o V Congresso do PCB em 1960.

Já na *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960* é apresentado logo de início quais seriam os principais objetivos do partido a serem desdobrados no decorrer do documento:

O Partido Comunista Brasileiro, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista. [...] Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares (PCB, *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960*, p.39).

O imperialismo é colocado pelo partido inúmeras vezes como o maior inimigo a ser enfrentado, o obstáculo a ser superado para alcançar o socialismo. Diversos são os momentos em que o conceito é

recolocado no texto, enfatizando a necessidade fundamental de superação do mesmo, como pode-se ver novamente nesse fragmento:

O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo Imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter o seu domínio em nosso país, o imperialismo ianque conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apoiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios (PCB, Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960, pg. 50).

Apesar de tamanho destaque na resolução, em nenhum momento é evidenciado pelo partido sua concepção do termo, sendo necessário aprofundar-se na compreensão desse conceito para analisar o conteúdo programático do PCB.

Destaque para a concepção de Lênin acerca do conceito de imperialismo, sua relevância e atualidade nesse debate reside no fato de que todo o desenvolvimento de sua análise está consoante com a materialidade de quando escreveu sua obra, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* em 1916. Lênin não limitou-se a categorias econômicas, o autor construiu toda sua teoria em dialética com realidade imposta pela nova lógica de acumulação capitalista.

A teoria do imperialismo de Lênin expõe através da realidade concreta a organização mundial imposta por essa nova etapa do capitalismo, evidenciando as principais características desse sistema econômico em sua fase imperialista: a concentração da produção e do capital; a fusão do capital bancário e industrial; a exportação de capitais; a formação das associações internacionais monopolistas de capital e a partilha econômica e territorial do mundo (VIEIRA, 2015).

Lênin (2012) descreve a configuração do imperialismo e suas peculiaridades no início do século XX, em que as grandes potências europeias disputavam entre si a partilha do mundo, uma competição por mercados externos e fontes de matérias-primas nos países onde o capitalismo se desenvolvia de forma mais embrionária.

Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as “relações” necessárias etc. (LENIN, 2012, p. 118).

É necessário evidenciar que após a Segunda Guerra Mundial a lógica do capitalismo imperialista adota uma nova forma, um pouco diferente de quando Lênin escreve. Se no início do século XX as potências europeias como a Inglaterra e a Alemanha, por exemplo, empregam a frente do avanço imperialista, após 1945 os Estados Unidos assume a posição de destaque na lógica imperialista.

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos saíram do conflito bélico como a maior potência mundial do ponto de vista tecnológico, militar, financeiro e cultural, além de deter 75% das reservas mundiais de ouro. Essa situação vantajosa possibilitou aos norte-americanos liderarem o processo de reorganização da economia mundial, ampliando sua dominação imperialista sobre os países europeus e, principalmente sobre a América Latina, através da exportação de seus IDEs por meio das filiais das empresas multinacionais, cujos níveis de concentração e centralização de capitais se encontravam muito elevados e necessitavam cada vez mais se expandir para fora de suas fronteiras nacionais para acelerar sua rentabilidade (RODRIGUES, 2017, p.19).

O pós Segunda Guerra Mundial foi imprescindível para substituir a atuação do imperialismo britânico pelo norte-americano, atuando

como uma potência hegemônica e dominando o comércio, a tecnologia e os mercados latino-americanos por meio das suas empresas multinacionais.

Ao que tange os países na periferia do capitalismo, esses tiveram um papel estratégico, considerando que os lucros nesses países superavam o de suas matrizes. Suas industrializações desenvolviam-se cada vez mais dependentes, caminhando no sentido oposto de promover um capitalismo com autonomia nacional, uma vez que a reorganização exigida pelo capitalismo monopolista estimulava o aumento do excedente econômico gerado internamente e promovia a apropriação do mesmo pelas empresas multinacionais (RODRIGUES, 2017).

A Resolução do VI Congresso do PCB (1967), ainda que circunscrita no contexto da ditadura de 1964, não deixou de colocar o imperialismo norte-americano como o principal obstáculo a ser superado para alcançar o fim da ditadura, o desenvolvimento nacional e o socialismo.

Nos anos decorridos após o V Congresso, a evolução da situação Internacional confirma a tese do movimento comunista de que, na época contemporânea, a direção principal do desenvolvimento básico é determinada pelo sistema socialista mundial e pelas forças que lutam contra o imperialismo e pela transformação socialista da sociedade (PCB, Resolução Política – Dezembro de 1967, p.53).

O golpe de 1964 representou uma nova fase imperialista no Brasil, intensificando a dependência externa do Brasil com os Estados Unidos e também a ação das burguesias brasileiras. A revolução burguesa como uma contrarrevolução (golpe de 1964) acatava as exigências do imperialismo e preservava a posição privilegiada das burguesias na sociedade. Para efetivar essas exigências imperialistas era necessário a

transformação interna das economias periféricas, criando assim as condições necessárias para que as empresas multinacionais intensificassem sua participação (RODRIGUES, 2017).

Por conseguinte, ocorreu uma nova forma de intervencionismo por parte do Estado brasileiro a partir da industrialização pesada. Ele passou a conceder garantias aos investimentos privados, dado o elevado volume de inversões necessário para o tipo de indústria que se consolidava, e também promoveu o investimento de uma indústria de base a partir das empresas estatais, para facilitar a instalação das empresas multinacionais no país. (RODRIGUES, op. cit., p. 32)

Para além das condições necessárias para a consolidação do capital estrangeiro em território nacional, outra demanda exigida pelo imperialismo nesse momento era a estabilidade política, uma vez que temia-se a influência do socialismo nos países latino-americanos, juntamente com os movimentos reivindicatórios que exponencialmente ganhavam força nos últimos anos. O regime ditatorial foi fundamental para solidificar esse plano de “segurança”, somado a atuação dos Estados Unidos com ajuda militar, projetos e financiamentos, fazendo com que a intervenção passasse a ser ainda mais direta (*idem, ibidem*).

Para o PCB, o golpe de 1964 significou uma grande derrota, a partir de então muitos de seus militantes foram perseguidos, presos e até mesmo torturados e assassinados. Desencadeou-se também no interior do partido uma intensificação dos conflitos e polarização das lutas internas, acentuando o número de dissidências. Sete anos após seu último congresso, o PCB realizaria o VI Congresso clandestinamente em dezembro de 1967. Ainda que em um novo contexto, agora de ditadura, o resultado foi a reafirmação e o desenvolvimento da linha política do V Congresso (SEGATTO, 1989).

Mesmo com o advento do golpe, o principal obstáculo a ser superado ainda era o imperialismo, entendendo que o governo ditatorial reforçava a dependência do capital estrangeiro e atrasava a economia nacional, deixando o país refém dos monopólios. Construindo como projeto a chamada revolução brasileira, que caracteriza-se segundo Marini:

A revolução brasileira é entendida, primeiramente, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente, por meio da industrialização, processo esse que é acompanhado por uma tendência crescente à participação das massas na vida política. Identificada assim como o próprio desenvolvimento econômico, a revolução brasileira se iniciaria no Movimento de 1930, tendo-se estendido sem interrupção até o golpe de abril e 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro são a vinculação ao Imperialismo e à estrutura agrária – que muitos consideram semifeudal –, o conteúdo da revolução brasileira seria anti-imperialista e antifeudal. (MARINI, 2019, p. 274)

O golpe implantado em 1964 aparece como uma interrupção a revolução brasileira, interpretado como um governo imposto pelo imperialismo estadunidense e também entendida como um retrocesso no desenvolvimento econômico nacional. A partir dessa interpretação o PCB toma como bandeira a "redemocratização", destinada a reestabelecer as condições necessárias para a participação política das massas e acelerar o processo de desenvolvimento, para isso sendo necessário a criação de uma frente-única operário-burguesa (MARINI, 2019).

A implementação do regime militar e o desenvolvimento da ditadura acentuou ainda mais os conflitos dentro da esquerda brasileira, provocando tensões que muitas vezes desencadearam em rachas e

dissidências. Havia diversos conflitos, sejam elas pelos motivos que levaram ao golpe ou quais seriam as linhas políticas que norteariam as ações a serem tomadas a partir de então. Muitos militantes e grupos dentro do partido que não se identificavam com as posições assumidas pelo PCB começaram a sair do partido e formar novas organizações, entre elas podemos destacar algumas como: a dissidência da Guanabara que posteriormente seria denominada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN) com a liderança de Carlos Marighella e Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). Desse modo, o texto traz algumas breves reflexões sobre algumas oposições empregadas pela POLOP em relação ao PCB, para permitir uma visualização de parte desses conflitos.

Como alternativa à política predominante do PCB no seio das esquerdas, tem-se a POLOP, que surge em 1961, agrupando diversos elementos das várias pequenas tendências alternativas ao PCB e com grande influência no meio universitário. A POLOP contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB e empregava como proposta a luta armada revolucionária (RIDENTI, 2010).

Considera esta que as condições objetivas do país exigem a denúncia da política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas, que atrela os trabalhadores ao carro da burguesia, submetendo-os sem defesa à opressão do Estado latifundiário-burguês e impede que o Brasil se liberte do jugo imperialista. Como alternativa a essa orientação, que não corresponde aos interesses do proletário, Política Operária propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, que congregue as classes exploradas de todo o país (POLOP, Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963, p. 33).

Em 1963, a POLOP, ainda recém-formada e se estruturando, realizou seu segundo congresso, originando a *Resolução do 2º Congresso da POLOP – 1963*, no qual estabelece críticas diretas ao PCB, acusando o partido de ser reformista e afirmando que a colaboração de classe não era um avanço ao socialismo, mas sim um entrave para a superação do imperialismo e do latifúndio no país. Sua perspectiva compreendia que a subordinação da burguesia nacional ao capital estrangeiro possibilitava que eles mantivessem sua posição privilegiada na sociedade, negando assim a concepção etapista da revolução burguesa consolidada pela III Internacional.

Ainda na resolução de seu segundo congresso é apresentado alguns dilemas e debates que permeavam o interior da organização, com grande destaque à questão da luta armada. Em oposição ao PCB que tinha como proposta a via pacífica para a revolução, a POLOP reivindicava a luta revolucionária armada.

Em pouco tempo de formação a POLOP teve que enfrentar o tema da luta armada, que passava a ser formulada no Brasil devido à influência da vitória guerrilheira em Cuba. A organização buscou equacionar as divergências entre as vertentes de luta armada, debruçando seus debates entre foco guerrilheiro e insurreição de massas. Na tentativa de encontrar uma alternativa para as controvérsias, assimilou ambas as formas de luta, reservando ao proletariado papel determinante na condução do processo revolucionário socialista (COELHO, 2020).

Uma política operária para o Brasil – esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um partido Revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entretchoque das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra

a exploração que é vítima. Unificando suas forças, os grupo de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe – e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido (POLOP, Resoluções do 2º Congresso da POLOP – 1963, p. 34).

Em seu entendimento, a luta armada configurava-se como uma necessidade inescapável na luta do proletariado contra “o imperialismo e seus aliados” (COELHO, 2020). Para a POLOP, a não colaboração com a burguesia nacional era uma questão que teve espaço fundamental em seu projeto de política operária e que aparece ainda mais latente nas resoluções pós-golpe de 1964, sendo inclusive um dos principais motivos de oposição ao PCB.

Ao analisar o texto *Mais uma vez a pequena burguesia* (1967), escrito por Érico Sachs, um dos principais teóricos da organização, fruto de discussões em torno da elaboração do *Programa Socialista para o Brasil*, é possível observar o debate da organização e sua posição em relação a burguesia nacional. A POLOP, em contestação ao PCB, apresentava como alternativa um projeto de revolução socialista a ser realizado pelas massas rurais e urbanas (RIDENTI, 2010).

É importante observar que a PO entende essa posição burguesa, não como uma postura contra a ditadura implantada pelo golpe militar, mas como uma oposição contra a política econômica adotada nos primeiros anos pela própria ditadura. A burguesia brasileira legitimou a ditadura aberta e indireta, mas exigiu que ela fosse conduzida de forma a atender as suas necessidades econômicas e financeiras imediatas, porque a centralização de capitais beneficiou principalmente os interesses dos grupos monopolistas mais fortes, e, portanto, do capital externo. Nessa cooperação antagônica firmada entre a burguesia brasileira e o imperialismo sempre existirá conflitos e tensões, porém sempre prevalecerá a cooperação mirando salvar os interesses do capital em seu conjunto (VIEIRA, 2015, p. 99).

Para a classe dominante brasileira a posição subordinada e dependente proporcionava vantagens econômicas e políticas, motivo pelo qual as burguesias aderiram às suas orientações e promoveram uma forma excludente de organização da sociedade. O subdesenvolvimento era tido como um negócio lucrativo para as burguesias brasileiras, que fizeram do Estado “veículo por excelência do poder burguês”. As classes privilegiadas no Brasil passaram rapidamente, em 1964, da automobilição social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada (RODRIGUES, 2017).

Para a POLOP a burguesia nacional representava um agente do imperialismo no território nacional e, diferentemente do PCB, recusou-se a estabelecer aliança com esse setor da sociedade. Com a implementação do golpe, a negação da aliança das classes dominantes permanece estrita no íterim do partido, entendendo que a burguesia nacional teve papel condutor na construção do golpe de 1964 com o objetivo de atender as demandas e necessidades econômicas do capital estrangeiro.

O que se tem aqui são duas organizações que muitas vezes utilizam-se das mesmas fontes teóricas, mas que ainda assim divergem na sua organização política. Enquanto para o PCB o imperialismo era o obstáculo principal a ser superado, o partido caminhava para uma metodologia que previa o desenvolvimento nacional como a chave para chegar ao socialismo e esse desenvolvimento só poderia ser alcançado caso o inimigo externo fosse extirpado do território nacional, para isso sendo necessário estabelecer alianças com os mais diversos setores da sociedade, entre eles a burguesia nacional. Já para a POLOP, era inconcebível estabelecer a aliança com a burguesia nacional, entendendo que a mesma era aliada ao imperialismo, aos latifúndios e que o regime

ditatorial representava a aliança desses setores, ou seja, para a POLOP o caminho para o socialismo e a superação da ditadura estava ligado à criação de uma política operária que caminhasse diretamente para o sentido do socialismo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. N. A voz da Argélia. **A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional argelina no Brasil. Independência nacional e revolução socialista (1954-1962)**. Estudos Históricos n. 30, 401-424, 2017.
- COELHO, E. **A POLOP e a crítica das armas (1962-1967)**. Revista História e Luta de Classes, n. 29, 13-32, 2020.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FONTES, V. & Mendonça, S.R. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, 2004.
- LENIN, V.I. **O Imperialismo, Estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LINHARES, M.Y.L. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, R.A. et al. (Orgs). **O século XX v. III. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações (pp. 35-64)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARINI, R.M. O caráter da revolução brasileira. In: PERICÁS, L.B. (org.), **Caminhos da revolução brasileira (pp. 273-292)**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MIRANDA, O. & Falcón P. (orgs.). **POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.
- PADRÓS, E. S. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, R.A. et al. (Orgs). **O século XX v. II. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras (pp. 227-266)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PESSOA, R.X.C. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: LECH - Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RODRIGUES, C.H.L. **Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SEGATTO, J.A. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VIEIRA, A.A. **Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

16

NOTAS SOBRE “PARTIDO” EM MARX E ENGELS: CONSIDERAÇÕES PARA A LUTA NA AMÉRICA LATINA HOJE

*Giovane Dutra Zuanazzi*¹

*Laurem Janine Pereira de Aguiar*²

1. INTRODUÇÃO

Em meio à barbárie que o capitalismo tem sujeitado a classe trabalhadora, não podemos cair no recorrente descuido de desconsiderar o longo caminho já trilhado pela esquerda mundial. Tendo em vista os intensos e constantes ataques à luta social e as diferentes formas de organização popular, buscaremos neste trabalho resgatar, na obra de Marx e Engels, formulações sobre partido que nos brindem ferramentas para compreender e estudar a realidade, principalmente da situação latino-americana.

Para isso, utilizamos as categorias do materialismo histórico dialético - tais como a historicidade, a totalidade e a contradição. Esta opção não é feita por termos como objeto de análise o pensamento de Marx, mas por encontrarmos em seu método a possibilidade, como afirma Minayo (2010), de compreensão da dinâmica do real de determinada sociedade e do processo histórico em seu peculiar dinamismo.

Desta forma, procuramos analisar as formulações sobre partido em distintos momentos de suas vidas e de sua obra, sem desagregar as

1 Licenciado e mestrando em História (UFRGS), zuanazzi.giovane@gmail.com

2 Terapeuta Ocupacional e doutoranda em Serviço Social (PUCRS). laurem.aguiar@acad.pucrs.br

produções iniciais das finais, mas fazendo o exercício de compreender Marx e Engels e suas elaborações no seu próprio desenvolver. É importante ressaltar que ambos, para além de suas contribuições teóricas, estiveram imbricados na construção do partido. Dito de outra forma, o que analisaremos aqui não são escritos de dois pensadores preocupados em discorrer, em abstrato, sobre o que é um partido, mas sim textos de dois militantes que vinculam diretamente suas vidas políticas com suas reflexões.

Este exercício é extremamente importante para os latino-americanos, visto que as ideias de Marx e Engels influenciaram diretamente ou indiretamente a organização dos partidos de esquerda na América Latina. Compreender como Marx e Engels encararam a questão do partido pode auxiliar na própria compreensão de nossa história e, por certo, de nosso futuro enquanto “*un pueblo sin piernos pero que camina*” (Calle 13).

2. NEOLIBERALISMO E “APARTIDARISMO”

*Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando,
mas ele vinha como se fosse o novo.
Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém havia visto,
e exalava novos odores de putrefação, que ninguém havia cheirado.
[...]
Bertolt Brecht³*

Após um ciclo de governos progressistas, a América Latina vive um momento marcado pelo avanço das políticas neoliberais e do (neo)conservadorismo, com uma rearticulação das classes dominantes e do

³ BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

imperialismo. Sob uma perspectiva temporalmente mais alargada e global, percebe-se que esta é uma situação distinta da vivida pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que na América Latina uma série de golpes tenha conseguido assegurar a hegemonia estadunidense no continente, este também foi um momento de fortalecimento da União Soviética, consolidação de novas revoluções socialistas ou governos de orientação marxista, avanço dos processos de descolonização na África, organização crescente dos sindicatos e da esquerda em diversos cantos do globo, bem como a instalação de políticas de Bem-Estar Social na Europa e nos Estados Unidos (POMAR, 2013).

Esta situação começa a transformar-se nos anos 1970, quando as políticas neoliberais - que já vinham sendo elaboradas desde pelo menos a década de 1930 (DARDOT; LAVAL, 2016) - passam a ser aplicadas em diversos países. Primeiro em solo latino-americano; quando, sob a sanguinária ditadura de Augusto Pinochet, o Chile (1973) serviu de laboratório destas políticas. Depois, no centro do capitalismo, atingindo o Reino Unido (1979) e os Estados Unidos (1981), avançando para outros países e remodelando o sistema ao ponto de tornar-se não mais apenas um conjunto de práticas de política econômica, mas uma nova etapa do capitalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). Caminho trilhado a sangue e fogo, seja com o terrorismo de Estado chileno, seja na duríssima repressão aos sindicalistas na Inglaterra ou no corte de políticas nos Estados Unidos.

Muitas foram as estratégias utilizadas nesta cruzada neoliberal, em defesa do Deus mercado e de suas leis, no duro combate a intervenção do Estado na economia - ou, melhor dizendo, na luta contra todo e qualquer componente regulatório de caráter democrático ou social, não contra toda e qualquer intervenção estatal (NETTO, 2007). Isto é, na

defesa de um Estado que deveria ser forte “em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 2000, p. 11).

Para realizar esta tarefa, uma das práticas que se destaca é a criminalização da política em geral e, em específico, dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Isto não ocorre por acaso, visto que o neoliberalismo é um projeto de restauração do poder de classe da burguesia (HARVEY, 2007). Diversos são os exemplos, localizados em todos os continentes de nosso planeta, que demonizam a política como algo sujo, corrupto, que sempre deve ter um interesse mesquinho por trás.

Este discurso, propagado principalmente a partir dos grandes meios de comunicação, potencializa-se com processos de “judicialização da política” e de “politização do judiciário” -- falando em um sentido estrito, visto que o sistema jurídico é também político. Esse processo tem resultado em uma chamada “crise da democracia”, que relaciona-se diretamente com o avanço do neoliberalismo, responsável por desmontar espaços democráticos e garantias sociais que haviam sido constituídas anteriormente, ao passo que impõem um progressivo empresariamento do Estado, uma intensificação da constitucionalização dos interesses do mercado e uma restrição ainda maior das democracias.

Neste sentido, como apontam Dardot e Laval (2016), o Estado passa a agir e atuar sob a lógica empresarial e, mais ainda, passa a conduzir as populações a se perceberem não como cidadãos, mas como “indivíduo-empresa”, que devem restringir sua atuação apenas ao consumo: deve-se “consumir” a política. Isto não significa uma alteração no caráter de

classe do Estado - que era já previamente burguês, mas uma reconfiguração. Neste cenário, florescem candidaturas daqueles que se apresentam como “bons gestores” e do discurso de que devem ganhar os “limpinhos e cheirosos”. Ganham força os que “não precisam roubar porque já são ricos” e outras figuras, como os militares, vendidos como “inocorrupíveis e defensores da ordem nacional”.

Esta perspectiva, que tem na direita neoliberal sua representação “natural”, busca impor-se ao conjunto da sociedade - a esquerda também deve ser limpinha e cheirosa, deve saber administrar a coisa pública como uma empresa e não pode fazer mais do que reclamar sobre alguns aspectos. Pode ser oposição, mas jamais uma alternativa real e concreta de sociedade. O socialismo, quando muito, não pode ser mais que um *slogan*. Busca-se vender esta perspectiva “não radical”, equilibrada. E há quem, no campo da esquerda, compre esta perspectiva e a propague como a mais nova, a flor da modernidade, a mais pura verdade: mesmo que não passe do velho travestido de novo.

A política, definida como arte do possível, torna-se a submissão ao coro neoliberal (HARNECKER, 2002). Aos que não se submetem totalmente à ordem dos “bons gestores”, resta a criminalização imposta por diversas vias, seja do cerco internacional - como no caso de Cuba e Venezuela, seja na tentativa de criminalização de organizações de esquerda. No Brasil, a tramitação na Câmara dos Deputados do PL 5358/2016, proposto por Eduardo Bolsonaro, que busca criminalizar a “apologia ao comunismo”, tornando crime “fomentar o embate de classes sociais”, bem como fabricar, comercializar, distribuir ou veicular a foice e o martelo é exemplo disto. O projeto equipara o comunismo ao nazifascismo e busca incluir a defesa de “regimes comunistas” como prática de terrorismo, alterando as leis 7716/1989 - que proíbe símbolos

nazifascistas - e a lei 13260/2016, a chamada “lei antiterrorismo”. O mesmo se passa nas tentativas de asfixiar a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴, na recorrente acusação de terrorismo contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵ ou nos diferentes pedidos pela cassação do registro do Partido dos Trabalhadores, acusado, em uma reedição da cassação do PCB no século passado, de ser subordinado a uma organização internacional - no caso petista, o Foro de São Paulo⁶.

Por conta deste cenário, parece-nos ainda mais pertinente discutir o pensamento marxista e se perguntar, frente o avanço do neoliberalismo, da ofensiva da extrema-direita ultra-conservadora e da forte repressão aos trabalhadores e suas organizações, em um momento de tentativas de proibição do comunismo e dos partidos, o que os autores de “O Manifesto do Partido Comunista” (1848) entendiam por partido, a fim de contribuir com reflexões úteis para a luta política hoje.

4 Caso da chamada “CPI da UNE”, defendida arduamente por Marco Feliciano e aberta por Eduardo Cunha em 2016, vindo a ser anulada pelo presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão. Em 2019, seguem as movimentações no Congresso para sua reabertura. Sobre o caso, ver nota da UNE: <<https://une.org.br/noticias/nota-sobre-a-anulacao-da-cpi-da-une/>> Acesso em: 15/06/2019.

5 Notícia republicada pelo MST sobre a chamada lei-antiterrorismo, disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/11/01/lei-que-pode-tachar-movimentos-como-terroristas-retorna-ao-debate.html>> Acesso em: 14/06/2019.

6 Sobre o caso petista, recomendamos a leitura da nota “Esclarecimentos sobre a ação de Cancelamento de Registro de Partido Político (CRPP) n. 0600214-69.2019.6.00.0000/TSE”, disponível em: <<https://pt.org.br/blog-secretarias/esclarecimentos-sobre-a-acao-de-cancelamento-de-registro-de-partido-politico-crpp-n-0600214-69-2019-6-00-0000-tse/>> Acesso em: 15/06/2019. Com relação a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na década de 1940, recomendamos o artigo “70 anos da cassação dos mandatos do Partido Comunista do Brasil” de Augusto Buonicore, disponível em: <<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/154154/2018-02-19/70-anos-da-cassacao-dos-mandatos-do-partido-comunista-do-brasil>> Acesso em: 15/06/2019.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARTIDO NA OBRA DE MARX E ENGELS

Frequentemente, Marx e Engels são apresentados de maneira fragmentada. Em primeiro lugar, com a construção de uma “muralha da China” entre Marx e Engels, como se não fossem ambos, juntos, os fundadores do materialismo histórico dialético - onde, apesar de diferenças, jamais se constituíram como antagônicos nas questões centrais. Em segundo, com uma divisão feita sob todos os gostos possíveis, especialmente com Marx, fatiado e dividido como jovem *versus* maduro, o economista *versus* o sociólogo etc.

É evidente que é possível acentuar determinado aspecto da obra de Marx e Engels, assim como criar categorizações que facilitem a compreensão do desenvolvimento de seus pensamentos - como é o caso da caracterização de certos escritos como do “jovem Marx”. O que não se pode permitir, no entanto, é a perda de uma perspectiva que leve em consideração a totalidade, a historicidade e o desenvolvimento dialético da vida e da obra destes dois revolucionários. O jovem Marx, por exemplo, que é comumente caracterizado como “o” Marx anterior à crítica de economia política, não pode ser visto como outra pessoa ou como construtor de outra teoria: não se trata disso, são apenas momentos distintos, marcados por diferentes ênfases. Embora alguns processos, categorias e críticas tenham sido melhor definidos e explicitados ao longo de seu amadurecimento teórico, não há uma ruptura com seu passado de juventude, já marcadamente revolucionário.

Por isso, se faz indispensável - para compreender o pensamento de Marx e Engels - conhecer suas histórias pessoais, assim como o contexto histórico mais geral ao qual estão inseridos. Como aponta Marx, é preciso compreender que:

A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também - e isto necessariamente - o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal* (MARX, 2010, p. 107).

Ao tratarmos da questão do partido, o primeiro a se destacar é a relação que Marx e Engels estabelecem ao longo de suas vidas com a questão: ambos eram homens de partido. Não no sentido contemporâneo do termo, onde ser partidário significa ser filiado ou votar por um partido, mas no sentido atribuído por Gramsci (1917), onde tomar partido é posicionar-se politicamente, ser militante, organizar-se coletivamente. Essa diferenciação ocorre, inclusive, porque os “verdadeiros” partidos da classe operária surgem após a morte de Marx - explicando, assim, porque “a relação entre teoria de Marx e a prática proletária foi sempre irregular e indirecta: só muito raramente houve coincidência directa entre ambas” (ANDERSON, 1976, p. 12).

Essa relação irregular e indirecta, fruto da própria dinâmica da luta política no decorrer do século XIX, fez com que Marx e Engels tomassem distintas posições ao passar do tempo e, com isso, gerassem um rico debate enquanto vivos e, principalmente, após mortos - quando outras dinâmicas se impuseram, com a formação do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo.

Rossana Rossanda (1976) afirma que frequentemente se diz que não existe na obra de Marx uma teoria do partido ou uma teoria das classes sociais. Como afirma a autora:

Es verdad, sólo que, mientras el problema de la clase está presente en todo su análisis y tiene un espesor y una riqueza que permiten una vasta

reconstrucción o investigaciones de orden teórico, no sucede lo mismo con respecto al partido (ROSSANDA, 1976, p. 1).

Para Rossanda, a teoria do partido revolucionário não surge de Marx e Engels, mas de Vladimir Lenin - que teria sido responsável por criar uma distância entre a vanguarda e a classe. Estas afirmações são, em parte, verdadeiras. Não o são em sua totalidade por duas questões centrais: 1. apesar de ser verdade que não existe uma sistematização do que deve ser o partido na obra de Marx e Engels, isso não significa que não exista uma larga gama de escritos que possibilitem, assim como com as classes, reconstruir ou investigar o que pensavam os dois revolucionários sobre o tema; 2. para Marx e Engels, a centralidade na questão do partido não é a sua forma organizativa, variável com o tempo, mas o conteúdo político de suas tarefas e os sujeitos que devem constituí-lo.

Neste sentido, parecem-nos mais corretas as posições de Lucio Magri (1978) ao afirmar que seria buscar em vão uma exposição sistemática e completa da teoria do partido proletário, sua natureza e características, mas que:

Eso no quiere decir, empero, que en la obra de Marx no esté contenida implícitamente una definición de esos conceptos, los que son no obstante absolutamente necesarios para conservar su rigor lógico y fecundidad científica. Sin una teoría del partido y de la clase, el marxismo sucumbiría bajo los golpes convergentes de sus adversarios tradicionales: el activismo irracionalista y el determinismo económico, el relativismo historicista y la metafísica tendrían fundamento para declarar fracasada la tentativa de 'poner la dialéctica sobre sus pies', de mundanizar la historia, pero al mismo tiempo comprenderla, juzgarla, orientar su desarrollo según esquemas definidos (MAGRI, 1978, p. 41).

Para exemplificar, vejamos o que dizem Marx e Engels no Manifesto Comunista, escrito em 1848, às vésperas da onda de rebeliões e revoluções que tomaram conta da Europa - a famosa “Primavera dos Povos”:

De todas as classes que hoje enfrentam a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária (MARX; ENGELS, 2002, p. 41).

Os comunistas não são um partido à parte entre outros partidos operários. Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não estabelecem princípios particulares segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. Os comunistas diferenciam-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de uma parte, nas diversas lutas nacionais dos proletários, fazem prevalecer os interesses comuns do conjunto do proletariado, independentes da nacionalidade; de outra parte, nos diversos estágios de desenvolvimento da luta entre proletariado e burguesia representam sempre o interesse do movimento geral (MARX; ENGELS, 2002, p. 46).

Vimos anteriormente que o primeiro passo da revolução operária será a ascensão do proletariado à classe dominante e à luta pela democracia. O proletariado utilizará seu poder político para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o contingente de forças de produção (MARX; ENGELS, 2002, p. 59).

Nestes excertos, podemos perceber - implícita ou explicitamente - uma concepção de partido. Estão presentes elementos como “qual o sujeito revolucionário” e, conseqüentemente, qual o “sujeito do partido”; bem como questões sobre a importância da luta internacional, do programa político e das tarefas da revolução. No capítulo IV do Manifesto Comunista, o último, Marx e Engels fazem um recorrido sobre “onde estão” os comunistas em diferentes países da Europa; demonstrando

que estes organizam-se de maneiras diferentes, a depender das condições nacionais e internacionais.

Estas interpretações e as considerações de Marx e Engels, no entanto, não são “receitas de bolo”. Com o desenvolver da luta, suas opiniões e concepções se transformam e ganham dinamicidade - especialmente com relação à forma que o partido deve assumir. Engels, em prefácio à edição alemã do Manifesto, publicada em 1872, afirma que o manifesto foi escrito para a Liga dos Comunistas que, “nas circunstâncias da época, não podia deixar de ser secreta” (MARX; ENGELS, 2002, p. 12). Ou seja, destaca que ser uma “organização secreta” não era um princípio, mas uma forma exigida pela luta de classes.

Após a derrota nas lutas de 1848, que gerou um refluxo revolucionário, num período de inúmeras prisões políticas e exílios, Marx e Engels redigiram um importante texto onde orientam a militância da Liga dos Comunistas sobre o que fazer. Neste documento, de março 1850, afirmam:

Porém, eles próprios [os trabalhadores alemães] terão de realizar o principal para lograr a vitória final, mais precisamente, obtendo clareza sobre os interesses de sua classe, assumindo mais depressa possível um posicionamento partidário autônomo, não se deixando demover em nenhum momento da organização independente do partido do proletariado pelo fraseado hipócrita dos pequeno-burgueses democráticos. Seu grito de guerra deve ser: a revolução em permanência (MARX; ENGELS, 2012, p. 56-57).

Aqui, ao contrário do Manifesto Comunista, onde os comunistas não necessariamente deveriam compor um partido à parte, embora já aparecesse como possibilidade, elabora-se como principal tarefa a constituição do partido do proletariado. Estas mudanças dizem respeito, como temos afirmado neste artigo, às dinâmicas da luta de classes na

Europa. As revoluções de 1848 marcaram o encerramento do “ciclo das revoluções burguesas”. As burguesias de cada país reprimiram duramente os trabalhadores que se rebelaram; já não era possível, pelo próprio desenvolvimento capitalista, qualquer tipo de “aliança” com a burguesia que se colocava, agora de fato, não mais como uma classe revolucionária contra o feudalismo, mas uma classe reacionária contra a revolução socialista.

Em 1872, Marx e Engels redigem as Resoluções do Congresso Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado em Haia; onde saem vitoriosos dos embates no interior da AIT. Nesta resolução, no artigo 7º encontramos:

Na sua luta contra o poder colectivo das classes possidentes, o proletariado só pode agir como classe constituindo-se a si próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes. Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes. A coalizão das forças operárias, já obtida pela luta económica, deve servir também de alavanca nas mãos desta classe, na sua luta contra o poder político dos seus exploradores. Servindo-se sempre os senhores da terra e do capital dos seus privilégios políticos para defender e perpetuar os seus monopólios económicos e subjugar o trabalho, a conquista do poder político torna-se o grande dever do proletariado (MARX; ENGELS, 1872, online).

Isto quer dizer que, para Marx e Engels, as formas que o partido proletário deve assumir variam ao longo do tempo, a depender do momento histórico, das condições concretas da luta de classes em âmbito mundial e nacional. Neste sentido, é como afirma Johnstone:

El papel del partido proletario está deslindado por la misma concepción de la dialéctica y del desarrollo histórico expuesta por Marx y Engels. Nascido en un cierto momento de la vida de la clase obrera, desarrollándose junto con las diferentes etapas del desenvolvimiento de esa clase en países y períodos diferentes, reaccionando a su vez ante este desarrollo y acelerándolo, su capacidad para ayudar a conquistar el poder por la clase trabajadora constituiría el fundamento de su propia desaparición (JOHNSTONE, 1978, p. 90-91).

Não existe uma caracterização *a priori* sobre como deve ser o partido. O que não significa, certamente, que não exista uma unidade entre todas as formas possíveis, que é dada justamente por seu “conteúdo”, por sua missão, por seu programa: o partido proletário deve ser constituído pela própria classe. A classe deve constituir-se enquanto classe, enquanto partido. O partido proletário deve lutar pelo poder político, visando expropriar os expropriadores. Essas concepções atravessam a obra de Marx e Engels, podendo ser encontradas em diferentes momentos. Estão no Manifesto Comunista, de 1848; estão nos debates da AIT e da Liga dos Comunistas, bem como nas cartas pessoais trocadas ao longo de suas vidas. Estão na *Crítica do Programa de Gotha*, redigida em 1875; e no *O Capital*, de 1867.

4. MARX E ENGELS NOS PARTIDOS DA AMÉRICA LATINA

Yo quiero seguir jugando a lo perdido
 Yo quiero ser a la zurda más que diestro
 Yo quiero hacer un congreso del unido
 Silvio Rodriguez

Há pelo menos um século o marxismo tem exercido influência sobre as organizações partidárias da esquerda na América Latina. As

ideias de Marx e Engels, que chegaram em especial pelos imigrantes europeus do final do século XIX, impulsionaram, já neste período e nos anos seguintes, o surgimento dos primeiros partidos socialistas do continente (na Argentina ainda em 1896, no Uruguai em 1910 e no Chile em 1912) (NETTO, s/d). A vitória da Revolução Russa, no entanto, em 1917, altera significativamente este quadro: demonstra a viabilidade da revolução socialista, enfraquecendo a influência anarquista e galgando espaços para os marxistas.

Em 1919, a fundação da III Internacional, conhecida como Internacional Comunista (IC), também exerce importante papel, provocando cisões em partidos socialistas antes vinculados à II Internacional e estimulando a formação de Partidos Comunistas em diferentes países da América, influenciados pelas concepções propagadas pela IC. É a partir da década de 1920 que o marxismo "começaria a aparecer como uma real concepção teórica e política para os latino-americanos" (PEREIRA, 2013, online). Em 1920 foi fundado o Partido Comunista do Uruguai. O Partido Comunista do Brasil e o PC do Chile ganharam vida em 1922, enquanto Cuba vê o PCC ser criado em 1925. Em 1929, o México tem o PC fundado e, em 1931, o PC do Equador (PAZ Y MIÑO CEPEDA, 2018, online).

Influenciados diretamente pelo movimento comunista internacional, os partidos comunistas na América Latina assumiram, em geral, uma estrutura organizativa comumente chamada de "marxista-leninista", tendo no centralismo-democrático uma característica indispensável. A União Soviética, neste sentido, exerceu inegável influência organizativa. Relevante sinal disto é o fato de que muitas das polêmicas que se desenrolaram ao longo do século XX geraram cisões e/ou novas organizações, muitas das quais extremamente críticas à

URSS, mas que acabaram por reproduzir a mesma forma organizativa, apesar de assumirem programas políticos e estratégias muito distintas.

Essa permanência da forma-partido na América Latina, ao longo do século XX, é indicativo, em nossa perspectiva, de um recorrente espelhamento na experiência soviética - que apesar de frustrado com a dissolução do bloco socialista e o fim da URSS, seguiu existindo, embora enfraquecido e muitas vezes substituído por uma crença no “horizontalismo” e na democracia liberal. Por mais que em diversos documentos da Internacional Comunista se afirmasse que a organização do partido deve adaptar-se às condições e objetivos de sua atividade, não existindo forma imutável ou sempre conveniente a ser assumida pelos Partidos Comunistas (III IC, [1921], online), não foi sob esta lógica que se operou hegemonicamente. Parece-nos ter validade a hipótese de que esta forma organizativa se reproduziu - e se reproduz ainda hoje - mais por força da “tradição”, da crença na “receita” do partido ao estilo soviético, do que por consequência de uma análise concreta da situação concreta de cada país, em cada momento histórico.

Isto não significa dizer, por óbvio, que estas organizações estavam necessariamente erradas - em retrospectiva, são inegáveis as contribuições à luta da classe trabalhadora e à propagação do marxismo. Nosso intento, ao levantar esta “hipótese do espelhamento”, restringe-se a combater um dogma que frequentemente aparece nos debates políticos latino-americanos, a saber: apenas uma organização marxista-leninista, com centralismo-democrático, poderá conduzir a revolução socialista na América ou em qualquer parte do mundo.

A única revolução socialista vitoriosa em nosso continente prova o contrário: a revolução cubana não foi dirigida pelo Partido Comunista, nem por uma organização marxista-leninista. O atual Partido

Comunista de Cuba foi (re)fundado posteriormente a vitória, congregando militantes oriundos de diferentes organizações. Esta realidade, por si só, dá importantes sinais de que o “dogma do partido” precisa ser discutido e avaliado, não em abandono do partido, mas das receitas prévias que seriam universais e infalíveis. Em especial por aqueles que reivindicam a tradição marxista para si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dirán que pasó de moda la locura

Dirán que la gente es mala y no merece

Más yo partiré soñando travesuras

Silvio Rodriguez

Estas breves considerações sobre a concepção de partido em Marx e Engels devem nos ajudar a pensar o rico debate travado ao longo do século XX por marxistas de diferentes opiniões, nos mais diversos cantos do globo. Apesar de termos afirmado, anteriormente, que na América Latina os embates entre diferentes organizações muitas vezes não abordaram a questão da forma-partido, isso não significa que não tenha ocorrido. Os debates nos primeiros anos da revolução cubana, as polêmicas travadas no Chile durante o governo de Salvador Allende ou mesmo as discussões levadas a cabo nos anos 1980 no seio da esquerda brasileira, em especial com a ascensão do Partido dos Trabalhadores como principal ferramenta de organização partidária da esquerda, são exemplos importantes e que precisam ser considerados ao estudarmos os debates entre marxistas sobre o partido na América Latina.

As formulações de Vladimir Lenin sobre a forma que o partido deveria assumir para poder cumprir com suas tarefas, articulando

legalidade e ilegalidade; as contribuições de Rosa Luxemburgo, Antônio Gramsci, Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Ho Chi-Minh, José Carlos Mariátegui - entre tantos outros que, com base no marxismo, e inspirados nas formulações de Marx e Engels, contribuíram na teoria e na prática para construção de diferentes organizações sob variadas formas, embora com traços de “conteúdo” que as ligam. Sendo todas estas formas fundamentais para a compreensão de nossa história e que precisam ser revisitadas para avançarmos no debate.

Estes traços, como a construção de um partido constituído e dirigido politicamente por trabalhadores, com a importância da teoria revolucionária, com objetivo de tomar o poder político e assim “arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia” (MARX; ENGELS, 2002, p. 59), combatendo o sistema capitalista e buscando constituir uma alternativa a este, são igualmente necessárias para se repensar o papel do partido no tempo presente e sua tarefa de resistência cada vez mais complexa em tempos de retrocessos e conservadorismo.

Estas considerações nos permitem compreender, também, os motivos que estimulam a propagação do discurso anticomunista assumido em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. A tentativa de criminalizar a organização dos trabalhadores ocorre, antes de mais nada, porque a burguesia teme o comunismo e o encara como um projeto viável. Surge desta avaliação a necessidade de, para além de criminalizar e “esterilizar a organização partidária, propagar o comunismo como uma “ideologia assassina”. O medo das classes dominantes de terem seu poder questionado e destruído é o que motiva esta perspectiva. Por isso, em defesa da exploração e da opressão, a burguesia busca criminalizar ou dissolver o potencial revolucionário do partido, criminalizando o

próprio pensamento de Marx e todas as formas de organização que nele se inspiram.

Mais do que nunca, se faz necessário resgatar as construções históricas de quem ousou se opor a este sistema e repensar o lugar do partido, visitar a teoria revolucionária e procurar fundamentos que nos instiguem e iluminem não só a colocar limites a ofensiva neoliberal, mas que nos inspirem a apresentar alternativas para a construção de um mundo melhor para o conjunto da classe trabalhadora. Para isso, parece-nos imprescindível retomar Marx e Engels no debate sobre partido, para podermos discutir “conteúdo” e “forma” de maneira entrelaçada, como dimensões da totalidade. Tarefa que deve ser feita livre de qualquer dogmatismo que, antes mesmo das perguntas, já tenha todas as respostas.

Caso contrário, a repulsa pelas contribuições oriundas do marxismo apenas crescerá - e com razão. Afinal, caricaturas e dogmas não podem orientar a luta pela emancipação humana do jugo do capital. Mais do que nunca: ou inventamos ou erramos. O marxismo, para seguir sendo uma ferramenta de transformação do mundo, precisará ser criação heroica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Tradução Carlos Cruz. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-29.
- BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

- BUONICORE, Augusto. **70 anos da cassação dos mandatos do Partido Comunista do Brasil**. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/154154/2018-02-19/70-anos-da-cassacao-dos-mandatos-do-partido-comunista-do-brasil>> Acesso em: 15/06/2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRAMSCI, Antônio. **Os indiferentes**. Tradução Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>> Acesso em: 5/12/2018.
- HARNECKER, Marta. **O marxismo e os desafios atuais**. [Entrevista concedida a] Sérgio Quiroz. Cuadernos de Marxismo, 2002. Tradução de José Colaço Barreiros. Disponível em: <<https://resistir.info/marta/mharnecker.html>> Acesso em: 15/06/2019.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo como destruição criativa**. INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Vol. 2, n. 4. Tradução. Agosto de 2007. Disponível em: <www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf> Acesso em: 29/11/2018.
- III Internacional Comunista. **A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas**. [1921] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>> Acesso em: 13/06/2019.
- JOHNSTONE, Monty. Marx y Engels y el concepto de partido. In: **Teoria Marxista del partido político. Cuadernos de Pasado y Presente**. Sexta edición. México, 1978.
- MAGRI, Lucio. Problemas de la teoría marxista del partido revolucionario. In: **Teoría Marxista del Partido Político. Cuadernos de Pasado y Presente (7)**. Sexta edición. México, D.F.: Siglo XXI, 1978.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. 4ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Das Resoluções do Congresso Geral Realizado na Haia. [1872]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas - 3 Tomos**. Moscovo-Lisboa: Edições Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/07.htm>> Acesso em: 4/12/2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12a ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NETTO, José Paulo. **IV Seminário Internacional de Lutas contra o Neoliberalismo**. Youtube. [2007] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YZP8zQS KRPU>> Acesso em: 01/06/2019.

NETTO, José Paulo. **Nota sobre o marxismo na América Latina**. s.d. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/O-marxismo-na-America-Latina-JP-Netto.pdf>> Acesso em 14/05/2019.

ROSSANDA, Rossana. De Marx a Marx: clase y partido. In: **Teoría Marxista del Partido Político III. Cuadernos de Pasado y Presente (38)**. Segunda Edición. México, D. F.: Siglo XXI, 1976.

17

OS GOVERNOS LULA E DILMA: ENTRE VONTADE, CONTRADIÇÕES E LIMITES

Gelsom Rozentino de Almeida¹

1. DA OPOSIÇÃO AO GOVERNO

Para facilitar a compreensão do presente, cabe um breve recuo ao momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular – era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto naquele contexto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil” (ALMEIDA, 2011a).

A proposta petista era contra-hegemônica, pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do capitalismo, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou

¹ Procientista e Professor Associado do PPGHS/UERJ, Coordenador do TEMPO – Grupo de Pesquisa Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder, membro da Coordenação do GT História e Marxismo da ANPUH.

anti-imperialista. Entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quiçá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritária e internacionalista do capital.

Ainda que contivesse ambiguidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque, ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de traição, pois as mudanças foram feitas as claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral. Dessa maneira, como representante do transformismo da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, em síntese o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no

interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de transformismo, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de concepção de mundo de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como campo majoritário do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na esquerda do capital (COELHO, 2012).

2. OS GOVERNOS LULA (2003-2010)

A partir de 2003 e o início do Governo Lula, fica difícil dissociar os rumos do PT e do governo federal, bem como da sua principal liderança. Não obstante, é preciso reconhecer ainda a diversidade regional e local do partido, entre as suas tendências internas, bem como a sinceridade e combatividade de muitos de seus militantes.

Dentre as inúmeras iniciativas, projetos e programas do governo petista, cabe destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. Na bancada de representantes do empresariado, dividida igualmente entre todas as confederações, sobressairia a representação dos interesses do

capital financeiro, consolidando também nesse fórum a sua hegemonia. O PT e a CUT, constituídos na luta contra a ditadura, articulando o binômio negociação e confronto e representando o principal bloco de resistência, junto com o MST, ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um “consenso” para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe (ALMEIDA e LOURENÇO NETO, 2012).

2.1 O 1º. GOVERNO LULA

Na *Carta ao Povo Brasileiro* em 2002 havia o entendimento de que “parcelas significativas do empresariado” estariam aderindo ao projeto petista que, ao mesmo tempo que rejeitava qualquer menção de continuidade com o governo FHC, afirmava que a superação do modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se daria por um passe de mágica, de um dia para outro ou através de milagres. Seria obtido mediante a redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de

exportar mais e de criação de um amplo mercado interno de consumo de massas, da combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas e, sobretudo, das reformas estruturais que modernizariam o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional, destacando as reformas tributária (“que desonere a produção”), agrária (“que assegure a paz no campo”), previdenciária e trabalhista.

No *Programa de Governo de Lula 2002* ficava explícito que as reformas seriam levadas adiante como resultado de um processo de entendimento das diferentes classes sociais promovido pelo Estado.

A POLÍTICA ECONÔMICA

Em síntese o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

O comando da economia foi entregue a Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), coordenador da campanha de Lula e interlocutor com os setores empresariais, como Ministro da Fazenda (depois substituído por Guido Mantega), e Henrique Meirelles, executivo do setor financeiro (Bank Boston) e eleito deputado federal

em 2002 (PSDB-GO), como Presidente do Banco Central. A gestão independente do BC manteve as taxas de juros básicas sempre entre as mais altas do mundo, resultando numa valorização expressiva do Real, mas manteve a inflação sob controle dentro do centro das metas de inflação estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária.

A CONTRARREFORMA PREVIDENCIÁRIA

A maior surpresa oferecida pelo governo Lula foi o seu projeto de contrarreforma da previdência social dos funcionários públicos, encaminhada em abril de 2003 para o Congresso Nacional e aprovada em dezembro do mesmo ano. Nele o governo retomava os principais pontos que haviam sido derrotados durante a reforma promovida por FHC, derrota imposta pela oposição liderada pelo PT. Seus principais pontos foram: o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade; e o início de procedimentos que visam a unificação entre o Regime Geral da Previdência Social, aplicado ao setor privado, e o dos funcionários públicos. Contrariando o princípio de reciprocidade, foi estabelecida a contribuição para os aposentados. Foi criado também um teto para a aposentadoria dos funcionários públicos e a previdência complementar. Esse teto pode ser interpretado como quebra do contrato de trabalho, pois romperia com a integralidade de salários percebidos na ativa.

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado em 28 de maio de 2003 e atuou vinculado diretamente a presidência da república, com o papel de assessorar o presidente na formulação de

políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e no concerto entre os diversos setores da sociedade nele representados. Possuía 102 membros, dos mais variados setores da sociedade civil e que se distribuem por grupos de trabalho (GUIOT, 2015).

O CDES elaborou e apresentou propostas para o desenvolvimento brasileiro. Apresentou também recomendações para enfrentar a crise econômica internacional, protegendo a dinâmica brasileira de desenvolvimento com distribuição de renda; análises sobre a relevância e o sentido da Reforma Tributária e da Reforma Política; e manifestação sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, em defesa do seu caráter estruturante. Além disso, contribuiu com o projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o FUNDEB e a Agenda Nacional do Trabalho Decente. A partir de sugestões do CDES, o Governo regulamentou as operações de crédito consignado em folha de pagamento, a conta-investimento, o direcionamento de recursos para microcrédito e a Lei de Falências. Outras propostas foram incorporadas na elaboração do Plano Plurianual, do PAC, do PDE, dos transgênicos, da bioenergia, da habitação popular, das condições de trabalho, da aviação civil, do cooperativismo.

O FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto n. 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e Governo

Federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil (ALMEIDA e LOURENÇO NETO, 2012).

Dentre os objetivos do FNT destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical, baseado em liberdade e autonomia. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

A criação do FNT teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. Na bancada de representantes do empresariado, dividida igualmente entre todas as confederações, sobressairia a representação dos interesses do capital financeiro, consolidando também nesse fórum a sua hegemonia. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um “consenso” para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe.

A ELEIÇÃO DE 2006

A eleição presidencial de 2006, que parecia se encaminhar para uma reeleição tranquila para o presidente, tornou-se bastante acirrada. A oposição apresentou três candidaturas: Geraldo Alckmin (PSDB), Antony Garotinho (PSB) e Heloísa Helena (PSOL). O eleitor de classe média, parte significativa do eleitorado petista, sob o impacto das denúncias, migra em boa parte para essas candidaturas. Passam para o segundo turno Lula e Alckmin (ALMEIDA, BRANDÃO, CAMPOS, 2021).

Mais uma vez os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação adotaram uma postura extremamente crítica ao governo e favorável a oposição, contribuindo para a definição do voto da classe média. A distribuição dos votos por renda mostra a intensa polarização social por ocasião do pleito de 2006. Pela primeira vez, não só os trabalhadores organizados, mas, sobretudo, a grande massa apoiou o PT, antes forte na classe média, uma mudança que define o realinhamento iniciado quatro anos antes. Além disso, o resultado do segundo turno também expressou uma forte regionalização, com votação massiva a favor de Lula nos estados do Nordeste.

2.2 O 2º. GOVERNO LULA

O presidente Lula iniciou o segundo mandato com uma articulação política ainda mais ampla e estável no Congresso Nacional, tendo como base a aliança com o PMDB. Esse governo foi marcado pelo prosseguimento da política econômica, com redução mais acelerada da taxa básica de juros, do maior crescimento do PIB, do aumento mais significativo do salário mínimo acima da inflação, da geração de um maior número de empregos, da distribuição e do aumento da renda da maioria

da população. De forma mais nítida assumia uma posição *desenvolvimentista*. Além disso, exercitou sua musculatura nas relações internacionais, através de uma postura independente e maior protagonismo na ONU, nos fóruns e organismos internacionais, bem como na tentativa de mediação de conflitos, sobretudo palestino-israelense e EUA-Irã, ao mesmo tempo em que aprofundou as relações no Mercosul e as estendeu ao subcontinente e efetivou o eixo global Sul-Sul, com parcerias com África do Sul, Índia e, principalmente, a China. Foi bem sucedido na articulação e patrocínio da candidatura brasileira para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

Se, politicamente, o governo Lula foi caracterizado pela busca da conciliação de interesses classistas, não só entre capital e trabalho, mas entre frações da burguesia, economicamente apresentou escolhas políticas que mantiveram a hegemonia do capital financeiro, a gigantesca remuneração a esse setor através dos juros, ao mesmo tempo que ampliou o mercado interno, incorporando cerca de 50 milhões de pessoas (que deixaram a pobreza absoluta), e cerca de 20 milhões numa “nova classe média baixa”. Se, para atender esse mercado, as importações aumentaram (passando de cerca de US\$40 bilhões em 2003 para mais de US\$100 bilhões em 2009), por outro lado as exportações também cresceram (passando de cerca de US\$60 bilhões em 2003 para mais de US\$150 bilhões em 2009), sendo que os setores agropecuários e de mineração se destacaram, implicando numa diminuição relativa da exportação de produtos de maior valor agregado (ALMEIDA, BRANDÃO, CAMPOS, 2021).

As reservas cambiais cresceram de pouco mais de US\$30 bilhões para mais de US\$200 bilhões. Como consequência houve uma

valorização da moeda, com o dólar passando de R\$3,00 para R\$1,78 no segundo mandato. Através principalmente do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), foram investidos cerca de R\$500 bilhões em infraestrutura, com construção e recuperação de estradas, portos, aeroportos, etc.

A POLÍTICA ECONÔMICA

O ocorreu uma intensificação do processo de modernização de grande parte da indústria e de concentração de capitais. O país possui uma economia cada vez mais oligopolizada. Mas a *novidade* é que parte dos grandes conglomerados nacionais tornaram-se “multinacionais brasileiras” e “empresas globais”, disputando o mercado continental ou mundial, com importantes investimentos, ativos e aquisições no exterior, como os bancos Itaú e Bradesco, a Brasil Foods (oriunda da fusão da Sadia com a Perdigão), a Inbev (fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew), a Embraer, e a Vale. Esse processo assinala o ingresso do Brasil no rol das potências imperialistas, ainda que numa posição inferior ao que o governo gostaria, mas com maior autonomia do que seus críticos admitem. É o *imperialismo tardio*.

Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o capital-imperialismo (FONTES, 2010), e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da

pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução.

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.

O crédito se ampliou drasticamente, de 23% do PIB em 2003 para 46% em 2009. E a expansão do emprego com carteira assinada deu um salto gigantesco: enquanto nos oito anos de FHC foram criados 1.260.000 empregos com carteira assinada, de 2003 a 2010 foram criados mais de 10 milhões de empregos formais. O salário mínimo ficou em média em US\$ 150, enquanto que, sob FHC, a média era US\$ 55; a média dos benefícios pagos entre 1995-2002 foi de R\$ 18 milhões mensais, enquanto que de 2003 a 2009 a média subiu para R\$ 24 bilhões mensais.

A Petrobrás continuou, incentivada pelo governo, ampliando seus investimentos e compras no mercado interno, base para a recuperação da indústria naval. Destaca-se a construção do COMPERJ, localizado em Itaboraí (RJ), e que se constitui no maior conjunto de investimentos da história da empresa, produzindo um importante impacto na região e no conjunto da economia nacional. E foi nesse período que teve início a produção do petróleo do Pré Sal, sob o controle da Petrobrás e do Estado brasileiro, ao contrário da oposição que, alegando o tamanho dos riscos

e custos, pretendia entregá-lo às empresas estrangeiras. O tamanho dessa gigantesca reserva embalou os sonhos de brasileiros de se tornarem um dos maiores produtores mundiais.²

A crise financeira mundial, iniciada em 2008, interrompeu o ciclo ascendente de produção e consumo. Contando com um mercado interno aquecido, capaz de contrabalançar o impacto da crise no comércio exterior. A ideia, difundida pelo presidente, de que a população podia comprar sem medo de quebrar, ajudou a conter o que poderia ser um choque recessivo e a relançar a economia rapidamente em nova fase de crescimento.

As principais políticas utilizadas foram a ampliação do crédito consignado, da desoneração fiscal estratégica, como a do IPI sobre os automóveis e os eletrodomésticos da linha branca, o papel dos bancos públicos - em particular o do BNDES - na sustentação das empresas aumentou a capacidade do Estado para conduzir a economia.

É importante destacar que o conjunto de políticas econômicas do governo Lula melhoraram a distribuição de renda e incentivaram a expansão do mercado interno brasileiro, embora seguisse subordinado a hegemonia neoliberal e atendesse às exigências dos credores da dívida pública na condução da política macroeconômica. Não obstante, o governo buscou estabelecer uma forma “atenuada” de neoliberalismo, a partir da adoção de importantes políticas compensatórias, que muitos identificaram como um “neodesenvolvimentismo”.

Entre essas medidas, buscou restaurar a capacidade de investimento das empresas estatais, particularmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica (ao invés de seguir com a política de privatização).

2 Após o Golpe de 2016 essa política foi revista, empresas estrangeiras passaram a explorar o Pré Sal e o Estado brasileiro abdicou de controlar integralmente os seus recursos.

Essas ações estimularam os setores de bens de capital, da construção naval e as grandes empreiteiras. Outra direção importante adotada pelo governo Lula foi a que restaurou o papel ativo dos bancos públicos, CEF e Banco do Brasil, notadamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno.

Há uma clara continuidade da política econômica entre o segundo mandato de Lula e o primeiro mandato de Dilma Roussef. Essas medidas resultaram no crescimento do mercado interno, que inclui tanto o aumento do poder de compra como do número de consumidores, com a inclusão de milhões de pessoas até então apartadas do consumo no Brasil. Esse processo de inclusão foi muito importante, mas resultou no equívoco de confundi-lo com a ascensão de setores pauperizados da classe trabalhadora, como se o novo padrão de consumo a transformasse em uma “nova classe média”. Esse equívoco resultou também em erros políticos terríveis. De qualquer forma, essa ampliação do mercado interno foi apoiada pela política salarial, trabalhista e social que: elevou o salário mínimo real em 70% entre 2004 e 2014, com impacto no mercado de trabalho e nas pensões e aposentadorias do sistema de seguridade; fortaleceu sindicatos e exigiu a formalização do emprego, com salários e direitos melhores, incluído o seguro desemprego; ampliou o conjunto de transferências sociais, especialmente o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o bônus salarial, bem como recuperou o gasto na oferta de serviços públicos.

Essas ações foram identificadas como uma resposta ao neoliberalismo, como se fossem contraditórias com a sua lógica geral. Todavia, o governo petista logrou uma conciliação de interesses que era aparentemente impossível: atendeu ao capital financeiro amplamente,

garantindo a sua expansão e ampliação dos seus ganhos, ao mesmo tempo em que garantiu o acesso e a ampliação da participação dos assalariados na renda nacional, com crescimento significativo do mercado consumidor de bens duráveis, serviços e imóveis, bem como da melhoria das condições de trabalho. Cumpriram um papel fundamental a expansão das exportações determinada pela recuperação mundial, acompanhada do aumento da massa salarial, das transferências sociais, do crédito consignado e dos programas de infraestrutura.

Lula manteve a ampla articulação política e, ancorado em ampla aprovação popular e em vigoroso crescimento econômico (7,5% a.a.) logrou a eleição de sua sucessora em 2010, a ex-ministra Dilma Rousseff (PT), tendo como vice-presidente Michel Temer (PMDB). O governo Dilma representava uma clara continuidade com o governo Lula, embora a presidente carecesse de seu carisma e capacidade política e tentasse enfatizar a sua “eficiência” administrativa.

3. OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF

3.1 O 1º. GOVERNO DILMA

A presidente Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil, eleita com 56,05% dos votos, derrotando Aécio Neves (PSDB). Dilma assumiu a presidência com forte recessão econômica mundial, decorrente da crise de 2008, que também ocasionou efeitos na economia brasileira. O governo buscou reverter esses efeitos da crise, principalmente através do aumento da demanda interna, prevendo o aumento dos investimentos na infraestrutura do país por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em 2011. Como os países da União Europeia e Estados Unidos estavam em crise, recorreu-se à

continuidade de ampliar o comércio com países da América Latina e com a China. As taxas de juros foram reduzidas, facilitando o crédito para as empresas e pessoas físicas. As medidas adotadas não foram suficientes para conter os desdobramentos da crise mundial no Brasil, resultando tanto em crise econômica, como também numa crise política, tendo em vista que o governo não logrou mais obter apoio no Congresso Nacional para as suas propostas.

Após um longo debate, iniciado no governo Lula, o Congresso Nacional aprovou a lei que destinaria 75% dos royalties da exploração do petróleo para a educação e 25% para a saúde (a proposta original do governo dava 100% dos recursos para a educação, mas foi rejeitada pelos conservadores). A presidente sancionou, em junho de 2014, sem vetos, o Plano Nacional da Educação (PNE), que estabeleceu 20 metas e estratégias para o setor por 10 anos. Entre as principais medidas estavam o investimento de 10% do PIB em educação, a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. Dos 21 objetivos de curto prazo, apenas 1 foi atingido – a criação de um fórum para acompanhar a evolução salarial dos professores.

POLÍTICA ECONÔMICA

A condução da política econômica por Guido Mantega, Ministro da Fazenda, foi contracionista de 2011 em diante, com pequenas oscilações, mas marcada pela austeridade, resultando no aumento do superávit primário do Estado, através do aumento das receitas e redução das despesas. Entre 2011 e 2014 o investimento público e o das empresas estatais caíram, bem como o gasto de pessoal, numa redução de 1,1% a.a.

Todavia, os subsídios para as empresas privadas prosseguiram, notadamente empreiteiras ligadas ao programa “Minha Casa, Minha Vida”. Os subsídios implícitos na política de alguns preços administrados, como derivados de petróleo - cresceram em média 23,8% a.a. (BASTOS, 2017, p. 19).

Apesar do agravamento da crise econômica, que atingiu tanto a classe trabalhadora, classe média e segmentos empresariais, o governo prosseguiu investindo bilhões de dólares na preparação dos grandes eventos assumidos pelo governo Lula: a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016). Esses gastos beneficiaram o setor da construção civil, reforçando a ligação e dependência das grandes empreiteiras com o governo. Ao mesmo tempo desagradaram outros setores da burguesia, capitaneados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Com o movimento “Por um Brasil Com Juros Baixos: Mais Produção e Emprego”, iniciado desde outubro de 2011, a FIESP buscou pressionar e pautar a política econômica do governo. Não é coincidência ou simples opção “técnica” a transformação desses interesses organizados em políticas governamentais como: desonerações tributárias e previdenciárias, reduzindo o custo de bens de capital e de contratação de mão-de-obra; crédito subsidiado dos bancos públicos; redução da taxa SELIC; início da correção da taxa de câmbio; incentivos fiscais para o lançamento de debêntures de longo prazo; barateamento de preços administrados de insumos essenciais.

A Grande Recessão decorrente da Crise de 2008 ocasionou numa gigantesca capacidade ociosa nos principais centros industriais que, por sua vez, resultou na queda dos preços industriais, deprimiu rentabilidade e provocou mudanças estruturais na distribuição da produção e do

comércio na indústria mundial. A China praticamente dobrou a produção industrial e aumentou muito sua participação no mercado global, enquanto os EUA só recuperaram o patamar pré-crise da produção industrial em 2013, sendo que Europa e Japão demoraram alguns anos mais. Esses países efetuaram esforços para aumentar as suas exportações para compensar perdas no mercado interno e redução de demanda dos países desenvolvidos, buscando mercados ainda em expansão, notadamente na América do Sul.

A desaceleração econômica ocorrida em 2014 foi mais branda do que o alardeado pela oposição e foi motivada redução do consumo, pelo aumento do endividamento e comprometimento da renda das famílias, reforçada pela elevação da taxa de juros iniciada em abril de 2013, pela queda das exportações (especialmente de manufaturados, de 12,9%, apesar da desvalorização cambial). Os investimentos em construção civil, na infraestrutura e na cadeia de petróleo e gás também sofreram uma desaceleração cíclica. Cabe destacar em relação a infraestrutura, que os principais leilões na logística rodoviária, ferroviária e aeroportuária, assim como as obras de mobilidade urbana e estádios para a Copa do Mundo, já haviam sido realizados até 2013, enquanto obras em portos ficaram em compasso de espera dos embates sobre a regulação do ramo e do resultado das eleições presidenciais. O problema é que um novo conjunto de obras em infraestrutura, particularmente em saneamento e mobilidade urbana (um tema central às jornadas de junho de 2013), não foi planejado em tempo para suceder os projetos apresentados em 2010 que amadureciam. No setor de petróleo e gás, a reversão foi ainda mais grave por causa da importância da Petrobras e do pré-sal no investimento global e na geração de recursos parafiscais para o financiamento da infraestrutura de educação, ciência e tecnologia.

Tanto a queda dos preços internacionais do petróleo quanto a Operação Lava-Jato se iniciaram em abril de 2014, tendo impacto grave sobre a renda, arrecadação fiscal e demanda interindustrial nas economias de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e São Paulo ao longo do ano. Teriam efeitos ainda mais graves sobre o investimento em infraestrutura em razão da paralisia das grandes construtoras ao longo de 2015, reforçando o efeito negativo do aumento brutal dos preços de energia elétrica e insumos básicos antes controlados (BASTOS, 2017).

O “pragmatismo sob coação”, um alarmismo retórico neoliberal, explicaria a opção política do governo Dilma, a partir da pressão dos bancos e de outros agentes do capital financeira, com falsas justificativas assentadas na ortodoxia liberal. Foi um recuo político que aumentou ainda mais as contradições da política econômica e, diante de uma conjuntura interna e externa desfavorável, limitou ainda mais as margens de manobra da conciliação de interesses classistas proposta pelo PT. Mas o governo Dilma insistiu, tentou recompor o amplo bloco de poder articulado por Lula, em busca de governabilidade. Sem sucesso, viu ainda escorrer o apoio empresarial, para quem a pauta era a austeridade fiscal e salarial, mesmo elevando juros e subsídios e sinalizando com cortes nos gastos sociais. O Bolsa Família e outros gastos sociais eram vistos como um entrave para a procura por empregos. Isso é um fator cultural da classe dominante no Brasil, que se recusa a aceitar políticas de redução da desigualdade social, pois na realidade os valores dos benefícios são bem inferiores ao salário mínimo e cerca da metade é formada por trabalhadores informais. Diferentes “*Think Tanks*” da ideologia burguesa no Brasil – como o Instituto Millenium³ e o Instituto

3 O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária. Formado por formadores de opinião e influenciadores, o think tank promove valores e princípios que

Liberal⁴, ambas integrantes da Atlas Network⁵ - trabalharam intensamente na divulgação de ideias, através do patrocínio de intelectuais com ampla visibilidade na mídia, por exemplo, que culpam os aumentos salariais e os gastos sociais pela redução do lucro e da capacidade de investimento privado e sobretudo do Estado. A retórica liberal frágil e desconectada da realidade brasileira, tornou-se quase um mantra a ser repetido pela opinião pública: austeridade e meritocracia. Em resumo, o projeto é retirar direitos dos trabalhadores e esmagar ao máximo os salários, como compensação das perdas decorrentes da concorrência global e por aumento de custos tanto indiretos (não vinculados à produção) como os afetados pelo dólar. A flexibilização trabalhista e a

garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. Fundado pela economista Patrícia Carlos de Andrade, em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional, ele foi oficialmente lançado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre. Em dezembro de 2009, o Imil recebeu a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Entre os patrocinadores estão Gerdau, Pottencial Seguradora, Grupo Abril, Bank of America, Merrill Lynch, Grupo RBS, Porto Seguro, Évora Holding Company.

4 Instituto fundado pelo empresário Donald Stewart Jr. em janeiro de 1983, no Rio de Janeiro. Constituído como uma sociedade sem fins lucrativos, o Instituto Liberal (IL) tem sido mantido por doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas. Seus estatutos estabeleceram um conselho de mantenedores como órgão supremo e não permitiram qualquer vinculação político-partidária de seus associados. O Instituto Liberal foi criado com a finalidade de promover a pesquisa, a produção e a divulgação de idéias, teorias e conceitos relativos ao liberalismo. Entre os diversos mantenedores estão empresas como: Amil Assistência Médica Internacional, Arno, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Banco Fenícia, Bombril, Bradesco, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Antártica Paulista, Citibank, Companhia Nestlé Indústria e Comércio, Construtora Noberto Odebrecht, Eucatex Indústria e Comércio, Indústrias Gradiente, Rhodia, Indústrias Votorantim, White Martins, TV Globo, Unibanco Corretora de Seguros, Varig, Vasp e Xerox do Brasil.

5 Atlas Economic Research Foundation, uma organização sem fins lucrativos conhecida como Atlas Network (Rede Atlas), atua, desde 1981, na defesa e propagação de concepções da direita ultraliberal, com organizações parceiras em todos os continentes. Em 2013, o nome da organização foi alterado para Atlas Network, ainda que o nome legal tenha permanecido o mesmo: Atlas Economic Research Foundation. Seu principal idealizador — e fundador — foi Antony Fisher (1915-1988), um empresário britânico defensor das concepções do economista austríaco Friedrich Hayek — assim como, posteriormente, do norte americano Milton Friedman. Entre os patrocinadores da Atlas Network, estão os irmãos Koch, bilionários norte-americanos cujas empresas atuam, entre outros setores, com petróleo e gás. A Atlas Network possui, de acordo com informações contidas em sua página na internet, 465 partners em 95 países. A maior parte dessas organizações está sediada nos Estados Unidos, 168. Em segundo lugar, estão a Europa e a Ásia Central, com 134. E, a seguir, com 79, situam-se a América Latina e o Caribe.

austeridade, bem como o aumento do desemprego, contribuiriam para reduzir salários e restaurar a disciplina sobre o trabalho (como resposta ao período recente de pleno emprego). Essa é a forma como o mercado entendia a recuperação da “credibilidade” da política econômica.

No ano de 2014 vieram à tona casos de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás. Esses casos foram investigados pela Polícia Federal, surgindo a operação “Lava Jato”. Descobriu-se que grandes empreiteiras pagavam propinas para receberem vantagens nos pleitos para escolha de empresas que executariam obras para a Petrobrás. No mesmo ano de 2014, ocorreram as eleições para presidente do país e Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno com mais de 51% dos votos válidos, derrotando o candidato Aécio Neves do PSDB, que ficou em segundo lugar, após acirrada disputa no primeiro turno com Marina Silva (Rede). O PSDB pediu uma auditoria do pleito, denunciou abuso de poder político e econômico e fraude na campanha presidencial do PT ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Não obteve sucesso, mas antecipou a tônica de animosidade com o segundo governo Dilma Rousseff.

3.2 O 2º. GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dilma Rousseff conquistou a reeleição no segundo turno acenando com um programa mais à esquerda que o seu primeiro mandato, destacando o compromisso com a garantia do emprego, de direitos, de recursos para Educação e retomada do crescimento econômico. Todavia, mesmo antes da posse, ao nomear Joaquim Levy (na época diretor superintendente do Bradesco) para o Ministério da Fazenda, explicitava o seu compromisso com os bancos e o “pragmatismo sob pressão”, adotando uma política de austeridade preconizada pela ortodoxia liberal e,

ao mesmo tempo, tentando retomar um governo de conciliação e “união nacional”. Ao optar por não manter o programa eleitoral vitorioso, Dilma desagradou amplos setores da sociedade que haviam votado nela, mesmo que não estivessem plenamente satisfeitos com o seu primeiro mandato. O cálculo político era que esse movimento à direita seria compensado com a adesão dos bancos e do capital financeiro, desarmando ou impedindo a unidade da burguesia contra o governo. Isso não deu certo e as hostilidades da burguesia aumentaram ao longo de 2014 e 2015, sem que houvesse uma base social de apoio, seja da classe média (parte inclusive passou a ir a manifestações de rua contra o governo), seja dos trabalhadores sindicalizados e dos trabalhadores não organizados. Ao contrário, a recessão e as opções políticas solaparam as bases sociais do governo.

É difícil apresentar as realizações do segundo governo Dilma, que durou cerca de um ano, efetivamente. Economicamente, subestimou a desaceleração cíclica e o efeito contraproducente da austeridade. Politicamente, como Dilma admitiu posteriormente, o núcleo decisório subestimou o golpismo da oposição e sua capacidade de aglutinação de empresários e aliados. Subestimou também a seletividade da Operação Lava-Jato e a credulidade e boa vontade da população, que havia dado um voto de confiança ao governo que prometera, contra seus adversários, preservar o nível de emprego e salários. Diante da acusação previsível de estelionato eleitoral feita pela oposição e reverberada pela mídia, sua popularidade despencou antes mesmo da posse e não mais se recuperou, sendo impossível apelar às ruas, em massa, para barrar o golpe. O impeachment, ao contrário, é que se popularizou, à medida que a crise econômica e a Operação Lava-Jato destruíam a confiança no

governo, sem que um bom desempenho econômico pudesse compensar o ataque judicial e político golpista.

Não cabe aqui nenhum julgamento ou juízo de valor. Entretanto, ao executar a agenda neoliberal, empresarial e conservadora, o governo Dilma não conseguiu recriar o amplo apoio empresarial que possuía no primeiro mandato e aumentou a desconfiança entre os seus antigos aliados no campo da esquerda. Ou seja, a política econômica de austeridade aprofundou a perda de lucro e o descontentamento empresarial e da classe média, aumentou o desemprego e a insatisfação e perda de popularidade, incluindo em sua base de apoio tradicionalmente simpática aos governos petistas. Tanto o governo como a direção do PT tornaram-se reféns dessa armadilha do ajuste recessivo e busca de apoio empresarial e conservador, em busca da governabilidade. O contexto das ações inquisitoriais da Operação Lava-Jato e a hostilidade do Judiciário e do Legislativo agravou esse cenário, sem que o governo retomasse a iniciativa.

Durante o segundo governo Dilma Rousseff o PMDB, em plena movimentação golpista, lançou um documento em que pretensamente sinalizava o seu compromisso com o “mercado” e grande capital para um novo ajuste neoliberal. “Ponte para o Futuro”, como foi chamado, representava em verdade uma *Pinguela para o Passado*. Independente do seu conteúdo e da concretização do golpe, com a instalação do ex-vice presidente Michel Temer na presidência, ainda durante o último governo petista começamos a viver *tempos sombrios*. O governo usurpador de Temer representa um passo adiante nesse processo e o seu aprofundamento, com o rápido desmonte das tímidas políticas econômicas e sociais anteriores. Presenciamos uma violenta retirada de direitos sociais – contrarreforma trabalhista, contrarreforma da previdência -,

corte de recursos para programas sociais, em ciência e tecnologia, universidades, saúde, meio ambiente, etc. Um brutal aumento da precariedade do trabalho e ataque ao funcionalismo público nos níveis municipal, estadual e federal. Desestabilização da maior empresa estatal do país e uma das mais importantes do mundo, a Petrobrás. Retomada das privatizações, em especial nos setores de infraestrutura. Redução da autonomia política nacional e da atuação internacional, basicamente limitada à subordinação aos interesses do mercado internacional e à retórica conservadora para a América Latina. Judicialização da política, através de investigações conduzidas parcialmente, por manifestações públicas de magistrados que antecipam a sua decisão e julgamento, pela assimetria nos processos judiciais, pela incorporação da definição política final como papel do Supremo Tribunal Federal, em parte pela incapacidade e perda de legitimidade da política institucional. Aumento do autoritarismo e coerção, através da repressão aos movimentos sociais e a liberdade de manifestação. Crescimento do fundamentalismo religioso e intolerância, em especial contra as religiões de matriz africana. Crescimento da extrema-direita, com diferentes grupos e partidos, e forte atuação através das redes sociais.

O GOLPE DE 2016

Ao longo de 2015, cinquenta pedidos de impeachment foram protocolados na Câmara dos Deputados contra a presidente Dilma Rousseff. Desses, 49 foram arquivados por falta de provas. Entretanto, um deles foi acolhido pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara de Deputados, em 2 de dezembro de 2015, mesmo dia em que o PT declarou apoio a cassação de Eduardo Cunha pelo Conselho de Ética

da Câmara. Esse pedido foi elaborado e protocolado em outubro do mesmo ano pelos juristas Janaína Conceição Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo. O pedido foi assinado também por três líderes de movimentos de organização das manifestações de ruas em 2015: Kim Kataguri (Movimento Brasil Livre), Rogério Chequer (Vem Pra Rua) e Carla Zambelli Salgado (Movimento Contra a Corrupção).

Em março, Eduardo Cunha instalou a nova comissão especial e os deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO) foram eleitos presidente e relator, respectivamente. Com o desenrolar do processo na Câmara, Dilma foi perdendo apoio de grandes partidos. Em março, o PMDB rompeu oficialmente com o governo após uma reunião do diretório nacional. Em 31 de março de 2016, ocorreu a defesa de Dilma Rousseff perante a comissão. Foram escolhidos os Ministro da Fazenda Nelson Barbosa e o professor de Direito Tributário Ricardo Lodi Ribeiro (UERJ) para representá-la. Ambos sustentaram que os atos da presidente estavam de acordo com as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), sob a justificativa de que a prática foi referendada pelo mesmo e pelo Congresso em vários governos anteriores da República.

Em 11 de abril, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma, por 38 votos a 27. No dia 17, após seis horas de sessão e por votação nominal, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções. Em dia 12 de maio, 55 senadores votaram pela abertura (do total de 81). Dilma Rousseff, a partir de então, teve que se afastar do cargo de presidente até que o processo fosse concluído, assumindo o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP) interinamente.

Após passar pela Comissão Especial de Impeachment, onde o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), relator, apresentou parecer contra a

presidente. Na sessão iniciada na manhã de 9 de agosto e encerrada na madrugada do dia 10, o Plenário decidiu, por 59 votos a 21, que a presidente afastada iria a julgamento. Dilma foi acusada de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos.

No dia 29 de agosto, terceiro dia do julgamento presidido pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a presidente Dilma apresentou a sua defesa de forma altiva reafirmando que não cometeu nenhum crime e estava sendo vítima de um golpe de Estado. Em seguida foi questionada por 48 senadores e respondeu a todos. Após isso, os advogados de defesa e de acusação fizeram seus discursos finais. Depois, dois senadores partidários de Dilma e dois contrários também fizeram suas considerações finais. Após 6 dias de julgamento, o Senado concluiu, em 31 de agosto, o impeachment de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que depôs com um golpe jurídico-parlamentar a presidente Dilma Rousseff.⁶

6 Antes que a votação começasse, o primeiro-secretário do Senado, senador Vicentinho Alves, leu um requerimento elaborado pelo Partido dos Trabalhadores que solicitava o "fatiamento", isto é, o destaque do texto da sentença. A sentença, segundo a Constituição, previa que Dilma deveria perder o mandato de presidente e ficar inabilitada para o exercício de funções públicas por oito anos. O requerimento pedia uma votação separada para cada um desses tópicos. O requerimento foi aceito pelo presidente da seção, que era também o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Nesse sentido, a votação sobre a perda do mandato foi desfavorável à Dilma, já que 61 senadores votaram a favor da perda. Já a segunda votação favoreceu-a: 42 senadores optaram por não deixar Dilma inabilitada para o exercício de funções públicas, contra 36 que se opuseram.

CONCLUSÃO

Embora ainda que todos os dados não estejam consolidados, é possível indicar algumas conclusões. Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o financeiro, e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução.

O PT definia a democracia como uma conquista, resultado de uma série de vitórias dos trabalhadores sobre a burguesia. Todavia, historicamente, a construção da democracia não foi realizada somente a partir de vitórias da classe operária, mas também de derrotas de projetos revolucionários do proletariado. E é no sentido de uma defesa radical da democracia que o PT surgiu e se consolidou na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, objetivando construir uma alternativa de poder democrática e socialista. Mesmo que o “socialismo petista” tenha se tornado cada vez mais flexível. Ou menos socialismo... Em síntese, algumas das vitórias do partido resultaram na derrota dos interesses históricos dos trabalhadores e socialismo no Brasil.

O governo Dilma enfrentou maiores disputas internas na própria base aliada, por disputa de espaço e interesses, que resultaram na manutenção tática do grande arco de alianças para 2014, mas a perda do

controle efetivo, que passou para a cúpula do PMDB. Dilma, diante da ameaça eleitoral, acenou com uma agenda um pouco à esquerda no segundo turno. Mas, vitoriosa, iniciou o segundo mandato com um ajuste neoliberal, cortando gastos públicos, sob o comando de Joaquim Levy. Cresceu a insatisfação com os gastos astronômicos com estádios em detrimento de infraestrutura, transporte, educação e saúde pública. Diante do crescimento do descontentamento e manifestações populares, das lutas ainda em aberto nas ruas, o que fez o governo Dilma, o que fez o PT? Aprofundou o corte dos gastos e os acenos para o mercado, os setores fisiológicos e conservadores. Apostou na aliança com o PMDB e demais partidos da base aliada, de cunho conservador, no estelionato eleitoral e na desorganização e desmobilização da classe trabalhadora. Como as manifestações de junho de 2013 já haviam demonstrado, além de outros sinais, se o PT não é capaz de controlar a classe trabalhadora e as massas populares, do ponto de vista do capital, para que serve o PT? Para que continuar com Dilma? Com o Golpe de 2016 inaugurou-se um período de retirada de direitos dos trabalhadores e das medidas econômicas compensatórias estabelecidas nos governos Lula. Com a eleição de Bolsonaro em 2018 se estabelece um governo fascista e uma expropriação ainda maior dos trabalhadores pelo capital. Mas isso, é uma outra história que ainda enfrentamos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. de, BRANDÃO, R. V. M., CAMPOS, P. **Miragem do Brasil: Estado, Democracia e Classes Sociais no Brasil, dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora.** Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011a.

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. **Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente**. São Paulo: Canal 6, 2012.
- ALMEIDA, R. À Sombra do Poder. **Os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: LeYa, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. In: Revista Economia Contemporânea. Vol.21, no.2, Rio de Janeiro, May/Aug. 2017. Epub, Dec 21, 2017.
- BARBOSA, N. “Dez anos de política econômica”. In: SADER, E. (Org.) **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BELLUZZO, L. G.; BASTOS, P. P. Z. (Orgs.) **Austeridade para quem? Balanço e Perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.
- BOITO, A. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JR, A.; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012b.
- BOITO, A. **Lava Jato, classe média e burocracia de Estado**. Revista Princípios, n. 142, mai./jul. 2016a.
- BOITO, A. **O conflito de classe por trás da crise institucional**. Brasil de Fato, 07/12/2016, 2016b. Acesso em: 21/01/2017.
- CHAUI, M. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Teoria e Debate, Ed.113, 27/06/2013.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.
- MARTUSCELLI, Danilo. **Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil**. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2013.
- ROUSSEFF, Dilma. **Discurso na sessão final do processo de impeachment**. Senado Federal, 28/08/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/>

materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado
(acessado em 07/04/2020)

SADER, E. (Org.) **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).** Novos Estudos Cebrap, n. 102, jul. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, J. A. **Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado.** São Paulo: LeYa, 2016.

AUTORITARISMO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS

18

WLADIMIR LODYGENSKY: A TRAJETÓRIA INTERNACIONAL DE UM MILITANTE ANTICOMUNISTA

*Vicente Gil da Silva*¹

A atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma organização de empresários e militares que participou da articulação golpista contra o governo de João Goulart, já é bastante conhecida entre historiadores, especialmente a partir da obra de René Dreifuss (1981), o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos da entidade. Esse acervo, que foi doado ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 1974, revela muitas informações sobre a seção carioca do IPES, mas poucas sobre a seção de São Paulo. Apesar de escassas, elas são, contudo, relevantes. Uma importante referência à atuação dos empresários paulistas aparece na ata de uma reunião do Comitê Diretor da organização, realizada em março de 1962, no Rio de Janeiro. Nela, registra-se o relato do empresário Cândido Guinle de Paula Machado, que havia realizado uma visita a seus colegas de São Paulo e lá conheceu o trabalho da Sociedade de Estudos Interamericanos, a SEI, que atuava junto ao IPES paulista. Guinle demonstrava surpresa com a eficiência do trabalho dessa organização e também com a quantidade de recursos financeiros por ela recebidos, cuja origem ele afirmava desconhecer.²

¹ Professor Adjunto, Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Ata, Reunião do Comitê Diretor, IPES. 27/03/1962. Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, Organização e Funcionamento, QL.0.OFU.8.

Dreifuss (1981) registrou esse comentário de Cândido Guinle e outros dados esparsos sobre a SEI e seu diretor, Wladimir Lodygensky, que aparecem nos documentos do IPES. Outras menções aparecem, também de maneira fragmentada, na pesquisa de Solange de Deus Simões sobre as organizações cívicas de mulheres e o golpe de 1964, e na do jornalista Flávio Deckes, sobre grupos terroristas da direita no Brasil, ambas publicadas em 1985. Mais recentemente, a SEI foi mencionada na tese de Marcos Vinicius Ribeiro (2018), que encontrou os boletins dessa organização nos arquivos da repressão paraguaia. Em nossa pesquisa, não localizamos outras citações à SEI.

Buscando suprir essa lacuna de informações sobre suas origens, objetivos, atividades, redes de apoio, contatos nacionais e internacionais, apresentaremos neste artigo a trajetória de seu diretor, um militante anticomunista de origem russa que viveu no Brasil entre 1946 e 1967. As fontes utilizadas, a maior parte delas inéditas, foram consultadas em pesquisa realizada em acervos documentais do Brasil, Estados Unidos e Suíça. A primeira parte do texto apresenta a trajetória de Wladimir Lodygensky, a partir de sua atuação na principal organização anticomunista europeia do período entreguerras, a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA). Em seguida, são descritas algumas das atividades que ele desenvolveu no Brasil através da Associação Democrática Cristã (ADC), dirigida por seu pai e seu tio, e da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI).

A ATUAÇÃO DE WLADIMIR LODYGENSKY NA ENTENTE INTERNATIONALE ANTICOMMUNISTE (EIA)

Wladimir Yourevitch Lodygensky nasceu em Kiev no início de 1917, o ano das revoluções russas. Faleceu em março de 2007, na Suíça. Sua

família era proprietária de terras e fazia parte da nobreza russa. Em março de 1917, com a eclosão da revolução que derrubou a monarquia russa, vários membros da família Lodygensky uniram-se às forças contrarrevolucionárias, apoiando o golpe do general Kornilov contra o governo provisório instaurado no país. Em 1918, quando teve início a guerra civil russa, Georges Lodygensky, pai de Wladimir colaborou com a organização de uma rota de fuga para oficiais militares russos que pretendiam reforçar os quadros do exército branco contrarrevolucionário. O irmão mais novo de Georges, Alexandre Lodygensky (1890-1954), foi um dos combatentes que aderiu ao exército branco liderado pelo general Denikin, e acabou permanecendo na Hungria após a derrota das forças contrarrevolucionárias (CAILLAT, 2012: 57-8; ROULIN, 2010: 16-7; LODYGENSKY, 2009: 133-161).

Em 1920, Georges Lodygensky obteve permissão para fixar residência em Genebra, na Suíça, para onde partiu com sua esposa e filhos. Quatro anos depois, junto ao advogado Théodore Aubert e outros representantes da burguesia suíça, ele participaria da criação da *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA). Também conhecida como “Liga Aubert”, a EIA foi a primeira organização transnacional explicitamente anticomunista e acabou alcançando grande relevância na primeira metade do século XX. Para Georges Lodygensky e Théodore Aubert, a luta contra o comunismo precisava ocorrer em escala mundial. Eles defendiam a necessidade de lançamento de uma nova cruzada, liderada por uma organização que deveria operar como um centro de informações anticomunistas (CAILLAT, 2012, p. 34-5).

Atuando por mais de duas décadas (1924-1950), principalmente na produção e difusão de informação e propaganda, a EIA promoveu o desenvolvimento de redes de contatos sigilosos com autoridades

eclesiásticas, civis e militares – incluindo membros de serviços de inteligência – de diversos países da Europa, da Ásia e das Américas. Sua estrutura organizativa era simples e flexível, com uma Secretaria Permanente, localizada em Genebra, que recebia contribuição financeira de bancos, companhias de seguro e grandes industriais suíços. Para ampliar seus meios de ação e influência, a Secretaria da EIA também estabeleceu algumas organizações auxiliares, tais como a Comissão *Pro Deo*, criada em 1933, para atuar em círculos de cúpula de igrejas cristãs europeias, a *Action mondiale des Femmes contre le bolchevisme et la guerre*, de 1936, e o *Institut international d'action morale, économique et sociale antimarxiste* (IIA), criado em 1935, ambas com apoio da Alemanha nazista. Essas organizações *ad hoc* promoviam programas de formação de lideranças anticomunistas entre grupos de mulheres e de juventude, no campo sindical e também no religioso (CAILLAT, 2012; ROULIN, 2010).

A Secretaria da EIA também se responsabilizava pela reunião de informações sobre as atividades da Internacional Comunista (*Comintern*) e pela criação de centros nacionais anticomunistas. Uma vez por ano, os representantes dos centros afiliados se reuniam em um Conselho Internacional, em Genebra, para discutir o direcionamento geral das ações. Apesar dos esforços da Secretaria da Entente, poucos centros foram criados de acordo com o modelo por ela desejado. Ainda assim, por volta de 1930, a organização já havia estabelecido contato com personalidades capazes de difundir sua propaganda e retransmitir sua ação na maioria dos países europeus, com exceção apenas daqueles que faziam fronteira com a União Soviética. Na Alemanha nazista, por exemplo, a EIA estabeleceu relações com o *Antikomintern*, órgão criado em 1933 para construir um movimento antibolchevique mundial sob a liderança alemã e vinculado ao Ministério de Propaganda de Joseph Goebbels, e na

Itália fascista, com o *Centro di Studi Anticomunisti*, criado em 1937 por Mussolini (CAILLAT, 2012, p. 69-75).

O primeiro brasileiro a ter contato com a organização foi o diplomata que representava o Brasil na Suíça. Raul Paranhos de Rio Branco, filho do Barão de Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, foi um entusiasta apoiador da EIA. Ele chegou a garantir contribuições financeiras do governo brasileiro para a EIA, na década de 1920. A partir de 1932, o posto de principal colaborador brasileiro da organização foi assumido por José Carlos de Macedo Soares, um importante membro da burguesia paulista, que, naquele ano, representou o Brasil na Conferência do Desarmamento realizada em Genebra. Pouco tempo depois, ele se tornaria Ministro das Relações Exteriores, no governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937). Com assistência da cônsul Odette de Carvalho e Souza, Macedo Soares cultivaria essa relação com a EIA dentro do Itamaraty. Ali teve início um esforço organizativo das forças anticomunistas no Brasil, ao qual ambos se dedicariam por muitos anos (SILVA, 2020, p. 241-250).

Na segunda metade da década de 1940, a militância anticomunista de Macedo Soares e Carvalho e Souza foi qualificada com a chegada de Georges Lodygensky, seu filho, Wladimir Lodygensky, e seu irmão, Alexandre Lodygensky, ao Brasil. Wladimir foi o primeiro membro da família a se estabelecer no país, em setembro de 1946. Apenas três meses depois, ele já palestrava sobre “os princípios fundamentais da organização industrial do após-guerra” no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em São Paulo. Seu tio Alexandre veio no ano seguinte. Seu pai – que na última reunião da Secretaria Permanente da EIA, realizada em Genebra, em novembro de 1950, informou aos demais membros da organização que uma “base de retaguarda” da EIA, com

arquivos atualizados, havia sido criada no Brasil – chegou a São Paulo em 1952 (SILVA, 2020, p. 259-261).

Em suas memórias, Georges Lodygensky escreveu que, depois da Segunda Guerra Mundial, “alguns colaboradores experientes da EIA” deram importante impulso à tomada de consciência, pelos homens de governo e pelos militares, sobre o “verdadeiro escopo” da “ofensiva soviética”. Com isso, a resistência pôde ser “organizada sobre bases mais sólidas”. De acordo com ele, teria sido “providencial o prolongamento do movimento anticomunista criado por [Théodore] Aubert ao continente latino-americano, graças aos contatos que ele soube estabelecer em Genebra com os eminentes diplomatas brasileiros” (LODYGENSKY, 2009, p. 327-328). O mais importante desses diplomatas, José Carlos de Macedo Soares, liderança do Partido Social Democrático (PSD) e interventor federal em São Paulo entre 1945 e 1947, período durante o qual se dedicou a intensa repressão ao movimento sindical, encontrava-se em condição de abrir as portas – das delegacias da polícia política, dos círculos operários e das organizações da burguesia paulista – para seus antigos contatos da Entente Internacional Anticomunista.

Até mesmo o mais jovem deles – Wladimir Lodygensky completaria 30 anos em 1947 – exibia um currículo que impressionava. Com apenas 19 anos, ao mesmo tempo em que ingressava na Universidade de Genebra, onde cursou Engenharia Química Industrial, ele havia assumido a direção do “escritório da juventude” da EIA – que em 1936 recebeu o nome de Comissão de Ligação da Juventude Cristã e Patriótica. Entre suas atribuições, estava a produção de um registro completo de organizações de juventude consideradas comunistas e pró-comunistas. Uma das ações executadas por Wladimir em 1936, segundo seu próprio relato, foi a de “sabotar efetivamente o Congresso Mundial da

Juventude”, realizado em Genebra. Como representante da EIA, ele esteve envolvido em diversas manifestações anticomunistas fora da Suíça, destacando-se sua participação na 1ª Conferência Internacional Secreta Anticomunista, na qual acompanhou seu pai (CAILLAT, 2012, p. 223-5; LODYGENSKY, 2009, p. 333).

Realizada na Alemanha, em novembro de 1936, a conferência foi organizada pela EIA e pelo *Antikomintern*. A recepção aos delegados chegou a contar com a participação do ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, e seu braço direito, Eberhard Taubert³. O *Antikomintern* apoiava financeiramente algumas das atividades de propaganda da EIA, incluindo pagamento de salário a Georges Lodygensky. A relação com a EIA era importante para a organização alemã em função da rede de influência e contatos que a primeira possuía em regiões onde a propaganda nazista tinha mais dificuldade de penetração, como nas colônias europeias, na França e na América do Sul (CAILLAT, 2012: 433-449; LUDWIG, 2011: 258-9; ROULIN, 2010: 284-5).

A colaboração com os nazistas na década de 1930 não causou maiores problemas aos Lodygensky ao final da Segunda Guerra Mundial. Pouco se sabe sobre a atuação de Georges e Wladimir, que era oficial de artilharia do exército suíço, durante aquele conflito. Mas Alexandre, que representava a EIA na França ocupada, foi acusado de ter trabalhado em proximidade com o regime colaboracionista de Vichy, com a organização paramilitar francesa que lutava contra a resistência antinazista (*La Milice*), com a polícia alemã – a SD (*Sicherheitsdienst*, setor de

3 Conhecido como “dr. Anti”, Taubert era “a verdadeira alma do *Antikomintern*” e o principal especialista em propaganda anticomunista e antisemita no círculo de Goebbels. O principal assistente de Taubert era Alfred Gielen, linguista, historiador, jornalista e membro da SS (*Schutzstaffel*, a organização paramilitar do partido nazista), que exercia, entre outras funções, a de elemento de ligação do *Antikomintern* com a Comissão *Pro Deo*, dirigida por Georges Lodygensky (ROULIN, 2010, 284-5).

inteligência do partido nazista), e com a *Gestapo*, a polícia secreta do governo nazista. Por essas acusações, ele foi condenado à morte pelo tribunal de Chambéry, na França (CAILLAT, 2012: 491-2; VAN DONGEN, 2008: 92-3).

Ainda assim, logo que se estabeleceu no Brasil, Alexandre Lodygensky encontrou apoio para reorganizar sua militância anticomunista. Mas essa tranquilidade não foi garantida apenas aos apoiadores dos regimes nazifascistas que se refugiaram na América Latina. Na própria Europa, muitos dos membros das organizações anticomunistas criadas no período entreguerras tiveram seu passado convenientemente ignorado, o que lhes permitia voltar a atuar livremente no combate ao sempre evocado fantasma da “ameaça soviética”. Entre 1947 e 1948, na Alemanha Ocidental, antigos dirigentes do *Antikomintern* nazista rearticularam-se e ofereceram sua *expertise* em matéria anticomunista ao governo estadunidense, que passou a apoiá-los através da CIA, a agência de inteligência norte-americana (VAN DONGEN, 2008: 37-8; LUDWIG, 2011: 253-262).

A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA CRISTÃ (ADC)

Exatamente nesse mesmo período em que seus antigos colaboradores nazistas buscavam se aproximar das autoridades norte-americanas na Alemanha, Alexandre e Wladimir Lodygensky, articulando sua atuação no Brasil, entraram em contato com o consulado dos Estados Unidos em São Paulo, apresentando “um programa de combate ao comunismo através do monitoramento e contrapropaganda das transmissões da Rádio Moscou e também de um programa de distribuição de artigos, muitos dos quais tratariam das experiências pessoais de

refugiados”, para o qual buscavam apoio. No relato enviado a seus superiores em Washington, o cônsul Cecil M. P. Cross destacou que os Lodyginsky se apresentaram a ele como representantes da Entente Internacional Anticomunista, e comentou que José Carlos de Macedo Soares era o “representante nominal” dessa organização no Brasil. Ele também informou que “havia pessoas do alto escalão [no Brasil] interessadas neste programa, incluindo o cardeal e pessoas próximas ao presidente [Eurico Gaspar Dutra]”. Em resposta, o secretário de Estado norte-americano, George C. Marshall, alertou que o consulado não deveria se identificar com tal proposta, nem deveria passar a impressão de que se interessava pela ideia ou que desejava encorajar os Lodyginsky (SILVA, 2020, p. 407-9).

Pouco tempo depois, em outubro de 1951, a relação do governo norte-americano com os representantes da EIA no Brasil seria reavaliada. A embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, ciente de que Alexandre Lodyginsky era “procurado pelas autoridades francesas e acusado de ter trabalhado como informante dos alemães”, orientava que o consulado de São Paulo continuasse a não se envolver com a Entente⁴, mas, ao mesmo tempo, demonstrasse interesse em suas atividades, acompanhando suas operações e buscando descobrir “através de quais canais” eles estavam “obtendo seus recursos”, mesmo que estes fossem limitados (SILVA, 2020, p. 408-9).

Na Europa, o governo norte-americano já havia iniciado sua colaboração com Eberhard Taubert e Alfred Gielen, o que levou à criação, em maio de 1950, da organização chamada *Volksbund für Frieden und*

4 Em 1951, a CIA, agência do governo norte-americano que seria o meio adequado para trabalhar de forma encoberta com organizações do tipo em que atuava a família Lodyginsky, ainda estava estruturando a sua atuação na América Latina. Para uma análise sobre a organização do trabalho da CIA na América Latina, ver SILVA, 2020, cap. 3.

Freiheit (VFF) na República Federal da Alemanha. Em agosto de 1951, outras organizações anticomunistas europeias – da França, Itália, Holanda e Bélgica – uniram-se ao VFF para constituir o Comitê Europeu Paz e Liberdade (*Comité européen Paix et Liberté*). Nos anos seguintes essa rede seria ampliada e, em 1956, foi rebatizada como *Comité international d'action sociale* (CIAS).

Nesse período, Alexandre Lodygensky, que faleceria em 1954, e seu irmão Georges – que veio para o Brasil no início de 1952, após encerramento dos trabalhos da Secretaria Geral da EIA em Genebra – estavam à frente de uma organização chamada Associação Democrática Cristã (ADC), sediada em São Paulo. Ela recebia apoio de uma extensa rede local, com destaque para a burguesia industrial paulista, delegados de polícia política, cúpula do Exército (especialmente relacionada aos serviços de inteligência), cardeais da Igreja Católica, lideranças políticas (sobretudo ex-integralistas) e de um grupo de diplomatas anticomunistas do Ministério de Relações Exteriores. A ADC atuou aproximadamente entre 1949 e 1955, se dedicando à publicação de panfletos, livretos e boletins dirigidos à cúpula da Igreja Católica, do Exército, polícias políticas e comunidades de imigrantes europeus. Suas publicações, tais como os boletins *Radiopress* e *Cristianismo e comunismo totalitário*, também eram distribuídas pelo SESI. Alguns dos materiais da ADC eram produzidos pelo serviço de informação e propaganda da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro (SILVA, 2020, p. 409-410).

Demonstrando a persistência dos vínculos de Alexandre e Georges Lodygensky com os grupos anticomunistas europeus do período entre-guerras, a ADC estabeleceu relação com o Comitê Europeu *Paix et Liberté* (LUDWIG, 2011, p. 895-6). Essas relações seriam mantidas nos anos

seguintes, com o CIAS, sucessor do *Paix et Liberté*, através de uma nova organização, desta vez dirigida por Wladimir Lodygensky (GÜLSTORFE, 2015: 40). Em 1956, ele passaria a se dedicar integralmente à militância anticomunista, depois de ter trabalhado, nos seus primeiros anos no Brasil, em empresas produtoras de fertilizantes químicos – a Quimbrasil e American Cyanamid. Na criação desse novo projeto, Wladimir novamente contava com apoio de José Carlos de Macedo Soares. Este, sendo uma das principais lideranças do PSD paulista, o mesmo partido do presidente Juscelino Kubitschek, ocuparia, mais uma vez, o cargo de ministro das Relações Exteriores, entre 1956 e 1958. Nesse mesmo período, a cônsul Odette de Carvalho e Souza, sua fiel assessora, assumiria a chefia do Departamento Político-Cultural (DPC) do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Nessa posição, ela foi responsabilizada pela ligação do Itamaraty com a CIA, em um programa norte-americano de “intercâmbio de informações” sobre o comunismo. Em função disso, Carvalho e Souza mantinha contato direto com o chefe da estação local do da agência de inteligência norte-americana no Rio de Janeiro (SILVA, 2020, p. 356-8).

A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE DE ESTUDOS INTERAMERICANOS (SEI)

A nova organização dirigida por Wladimir Lodygensky recebeu um nome bastante neutro, que não denunciava seus verdadeiros objetivos: Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Esta sigla, curiosamente, era a mesma que, na década de 1930, identificava a organização anticomunista que Macedo Soares e Carvalho e Souza tinham criado no interior do Itamaraty, o Serviço Especial de Informações (SEI) do MRE (SILVA, 2020, p. 248-9). Há indícios de que o apoio à SEI de Lodygensky

dentro do Itamaraty, na década de 1950, não vinha apenas de Macedo Soares e Carvalho e Souza. Um estudo sobre a SEI, elaborado em julho de 1959 pelo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), vinculado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), registra que a organização tinha “acesso de bons informantes junto ao Ministério de Relações Exteriores”, através dos quais recebia informes de países da América do Sul e da Europa⁵. E um relatório, elaborado fevereiro de 1962 pelo adido trabalhista do consulado norte-americano de São Paulo, informa que, entre os fundadores da SEI, encontravam-se “alguns oficiais proeminentes do Ministério de Relações Exteriores do Brasil”⁶.

Um relatório de agosto de 1959 elaborado pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) informa que Lodygensky fez duas viagens aos Estados Unidos e uma viagem à Europa no final de 1956 (SILVA, 2020, p. 405-7). Na avaliação o DPS, foi após essas viagens internacionais que a SEI teria começado a “tomar corpo e fórmula administrativa”. Tal organização seria “um órgão clandestino de informações, dirigido e subvencionado por um governo estrangeiro”. A DPS considerava que Wladimir já estava ligado aos Serviços de Informações dos Estados Unidos quando veio para o Brasil, e que suas atividades iam “se desenvolvendo de acordo com as necessidades da Seção Política da Embaixada Americana no Rio”⁷. Conclusões similares aparecem no já mencionado estudo do SFICI

5 Estudo SFICI, 10/07/1959. Arquivo Nacional (RJ), fundo Conselho de Segurança Nacional, Série Política de Segurança Nacional, Subsérie Estudos, Dossiê número 654 (Documentos sigilosos, Diversos).

6 Memorando, 29/08/1958. Arquivo Nacional dos Estados Unidos (College Park), RG 84, UD 2132, caixa 118, pasta 350.21 Communism – 1958.

7 Protocolo n. 7285/59 e Informação n. 387, 05/08/1959. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fundo polícias políticas, setor confidencial, notação 42, folhas 36 a 42. Na embaixada trabalhavam tanto os representantes do Departamento de Estado quanto os da CIA, cujos operativos atuavam sob a

sobre a SEI: “tudo leva a crer que W[ladimir] L[odygensky] seja agente de uma organização amiga”. É relevante o fato de que tal estudo foi assinado pelo chefe do serviço de inteligência brasileiro, o então coronel Humberto de Souza Mello, que havia realizado um treinamento na CIA em abril de 1956 (SILVA, 2020, p. 357, 366-8).

Estruturada para ter um perfil de atuação discreto, a SEI atuava não apenas no campo da propaganda, mas também como um órgão clandestino de inteligência e espionagem. Conforme o já mencionado estudo do SFICI, em 1959 a SEI estaria “infiltrada em todos os órgãos” responsáveis por espionagem e informações no Brasil⁸. A organização possuía um Serviço de Informações Confidenciais e elaborava boletins, redigidos por uma equipe de intelectuais paulistas, que eram enviados a autoridades governamentais, das Forças Armadas, Igreja, polícia e lideranças empresariais, com edições semanais em português e espanhol e tiragem de cerca de 3 mil cópias. A SEI também produzia pôsteres, folhetos e livretos anticomunistas, com autoria atribuída a outras organizações ou sem autoria identificada. Seu Serviço de Imprensa distribuía notícias, semanalmente, para 124 estações de rádio e 80 jornais católicos espalhados pelo país. Também produzia e distribuía programas de rádio (rádio-dramas) e realizava “rádio-escuta”, para monitoramento de emissões da Rádio Moscou para a América Latina. A SEI também foi responsável pela distribuição do Manual de Polícia Política e Social, o qual foi utilizado para treinamento de oficiais das

cobertura de títulos oficiais diplomáticos. Para maiores detalhes sobre as funções, atividades e trajetórias de integrantes da seção política da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e de suas outras missões diplomáticas no Brasil, ver SILVA, 2020, cap. 3.

⁸ Estudo SFICI, *op. cit.*

polícias políticas brasileiras, com ênfase em estratégias de vigilância e combate às organizações comunistas (SILVA, 2020, p. 386-401).

Para enfrentar as organizações sindicais de esquerda, Lodygensky montou escritórios nas principais cidades brasileiras, oferecendo cursos de formação de “lideranças democráticas” para administradores de empresas, na área de relações públicas e de “relações industriais”. Com apoio dos Círculos Operários da igreja católica, a SEI construiu dois centros de formação sindical: um na Fazenda São Jorge, próximo ao município de Jacareí, interior de São Paulo, e outro em Recife⁹. Para esses centros de formação eram enviados trabalhadores escolhidos por seus empregadores para cursos que tinham uma semana de duração, em regime de internato. As empresas concediam a esses trabalhadores uma licença remunerada e pagamento de diárias. Os empregadores também arcavam com os salários dos professores do centro de formação sindical. O valor era enviado diretamente à Federação dos Círculos Operários de São Paulo. É compreensível, portanto, que o adido trabalhista do consulado dos Estados Unidos em São Paulo tenha caracterizado a SEI como “uma organização financiada e orientada segundo interesses patronais” (SILVA, 2020, p. 402-3).

A organização de Wladimir Lodygensky também promovia cursos de formação de “lideranças democráticas” no Instituto Superior de Cultura e Ação Social da PUC Rio, voltados para estudantes e professores de nível superior e secundário. Os cursos de formação oferecidos pela SEI contavam com farto material produzido pela própria organização,

9 Os cursos para formação de lideranças sindicais promovidos pela SEI tiveram início no primeiro semestre de 1960. No ano seguinte, passaram a ser coordenados junto aos Círculos Operários católicos, que já possuíam as suas próprias escolas de formação de lideranças operárias e que recebiam apoio de agências estatais norte-americanas desde pelo menos o ano de 1957, conforme documentos do governo estadunidense (SILVA, 2020, p. 600-1).

como panfletos, cartilhas e discos em formato LP. Em obra publicada em espanhol em 1966, intitulada “Frentes de Combate na América Latina”, Lodygensky esclarecia que o esforço de formação de lideranças não apresentava frutos da noite para o dia, destacando a importância de realização de um “trabalho celular”, lento e paciente. Os líderes democráticos deveriam se espelhar no exemplo dos comunistas que, segundo o diretor da SEI, sabia o queriam, planejavam suas ações se submetiam a dirigentes bem treinados e disciplinados. A concepção estratégica do trabalho político de Lodygensky fundamentava-se, assim, no planejamento minucioso de ações, buscando atingir objetivos claramente definidos que tivessem impactos não apenas na conjuntura histórica imediata, mas sobretudo no longo prazo, para as gerações futuras (LODYGENSKY, 1966).

A SEI E O INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS (IPES)

Em novembro de 1961, no contexto de uma intensa mobilização de empresários nos Estados Unidos e na América Latina – que estavam preocupados com o crescimento das mobilizações populares de esquerda e do nacionalismo na região, especialmente após a revolução cubana – foi criado no Brasil o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹⁰. Até o momento, não é possível precisar qual o nível de participação, se existente, de Wladimir Lodygensky na formação do IPES. Não existem dúvidas, contudo, de que a SEI atuou junto ao IPES, especialmente em São Paulo, desde o início de suas operações. Já em dezembro de 1961, Lodygensky enviou à diretoria do IPES um relatório confidencial, no qual apresentava uma análise da conjuntura brasileira e

¹⁰ Sobre essa mobilização, ver SILVA, 2020, caps. 8 e 9.

propunha um programa de ação conjunta, através da criação de um “Estado-Maior”. Para tanto, Lodygensky alertava sobre o “particular cuidado com o aspecto confidencial das operações”, uma “exigência tática” que seria exigida em função do “autêntico estado de guerra em que nos encontramos contra um ‘aparato’ perfeitamente organizado e aguerrido”, ou seja, o comunismo. Lodygensky insistiu na necessidade de “evitar a este Estado-Maior caráter representativo oficial e qualquer forma de propaganda de sua existência”¹¹.

No início de 1962, a SEI passou a operar junto ao IPES. Ao longo deste ano, um milhão e quinhentos mil cruzeiros foram canalizados pelo IPES São Paulo aos programas de formação de líderes dirigidos pela SEI, dos quais esperava-se formar, ao final do ano, 350 lideranças. Foi nesse período que o empresário carioca Cândido Guinle de Paula Machado, mencionado no início deste artigo, teve contato com o trabalho da SEI e ficou surpreso com sua eficiência e com o amplo apoio financeiro que ela recebia. Em uma reunião da Comissão Diretora do IPES realizada no dia 27 de março de 1962, Machado destacou a importância de apoiar os programas de formação de líderes sindicais, já que estes formariam “homens que atendem a nosso favor”. De acordo com a ata da reunião, logo em seguida ele relatou que havia visitado a SEI em São Paulo: “Eficiência grande. Dinheiro de onde? De firmas de S. Paulo”. Rui Gomes de Almeida, outro empresário líder do IPES carioca, afirmou que conhecia “12 firmas em S. Paulo que contribuem com Cr\$ 500.000,00 por mês sob anonimato”. Completando sua fala, Machado expôs mais detalhes sobre a sua visita à SEI:

11 Relatório, 12/1961. CPDOC/FGV, fundo Paulo Ayres Filho, PAF IPES 1961.12.00.

Têm um sítio-escola, em S. Paulo, com quatro (4) cursos mensais – Linha anticomunista. Origem do movimento: Itamaraty queria informações sobre movimentos sindicais, Ministério de Relações Exteriores (Macedo Soares). Fornecida a Wladimir Lodigensky. Outro: Wladimir Pereira. Saímos os três, sem compreender bem como funciona com tanta eficiência, muitos recursos. Boletim, informações internacionais. A solicitação foi feita a S. Paulo. Deixei lá o problema.¹²

A partir de 1962, o IPES se tornou o grande centro irradiador de um projeto político-econômico abrangente, o qual visava uma ruptura conservadora das estruturas estatais brasileiras. Para levá-lo adiante, o instituto coordenou uma grande diversidade de ações, muitas delas executadas por organizações congêneres. Como destacou René Dreifuss (1987: 163), desde o início, “o IPES desenvolveu uma dupla vida política”, mostrando uma face pública de uma organização “educacional” e que defendia a importância do papel dos empresários na consolidação da “democracia” no Brasil. Mas o IPES também tinha um lado encoberto, que coordenava uma “sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar”, em grande parte executada sigilosamente. Organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) atuaram como “unidades táticas” e o IPES como “centro estratégico”, tendo estas unidades táticas assumido para si “a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais que o IPES”. Assim, buscando aproximar os diferentes grupos contrários ao governo de João Goulart, que atuavam isoladamente, foram instituídas “organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários”, além de outras iniciativas (DREIFUSS, 1987, p. 164).

12 Ata, Reunião do Comitê Diretor, IPES. 27/03/1962, *op. cit.*

Dreifuss (1987: 169-170) já havia identificado a SEI como uma das organizações congêneres do IPES, “no sentido de que elas compartilhavam perícia e fundos, cooperavam em esforços conjuntos e tinham, em certos casos, concomitância de membros individuais e corporativos”. No entanto, ele não pôde apresentar um histórico e as atividades desempenhadas pela SEI, por falta de documentos disponíveis à época. Com base nas inúmeras fontes brasileiras e norte-americanas consultadas para essa pesquisa, é possível caracterizar a SEI como uma unidade tática fundamental do IPES, tendo em vista a importância das atividades realizadas pela organização dirigida por Lodygensky, a serem apresentadas a seguir.

A SEI colaborava com o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC) do IPES-Rio, liderado pelo general Golbery do Couto e Silva, e com Grupo Especial de Conjuntura (GEC), do IPES São Paulo, responsáveis pela elaboração de planos de ação do IPES como um todo. De acordo com Dreifuss (1987: 178-9), o IPES São Paulo “se envolvia profundamente na área de operação secreta”, com diversos grupos de ação “encarregados da maioria das operações encobertas nos vários campos de atuação do IPES”. O GEC tinha a função de coordenar o planejamento e execução de ações diretas entre os militares e “penetrar nos sindicatos, organizações estudantis, movimentos camponeses, Igreja e mídia”, sincronizado diariamente com o GLC. O GEC era dirigido pelo general Agostinho Cortes¹³, responsável pela relação do IPES paulista com a SEI.

13 Conforme reportagem laudatória ao golpe de 1964 feita pelo jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), Cortes “teve um papel saliente na arrematamento civil em São Paulo, na fase que precedeu à queda de João Goulart”. Ele teria transformado a sua residência “em QG da resistência democrática”, na qual “as noites e as madrugadas passavam-se em vigília: notícias que chegavam, missões que partiam para cumprimento de determinações reservadas, contatos telefônicos e confecção de boletins, reuniões, censura e comandos de espionagem. Era, enfim, todo um devotamento à causa da Revolução” (OESP,

Com base nas fontes consultadas para esta pesquisa, é possível afirmar que a SEI foi responsável por praticamente todas as atividades do IPES no campo sindical (urbano e rural), estudantil, de formação de lideranças políticas, de mobilização de grupos de mulheres e de alguns importantes grupos de intelectuais, atividades que se revelaram fundamentais para a mobilização golpista contra o governo de João Goulart. No campo estudantil, a SEI atuou através de entidades como a União Cívica Estudantil (UCE) e a Frente da Juventude Democrática (FJD), cujas atividades eram coordenadas pelo Conselho Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE), um órgão controlado pela SEI responsável por monitorar, levantar informações e praticar atos de sabotagem e intimidação contra organizações estudantis de esquerda. Assim como fazia na área sindical, conforme documentos do consulado norte-americano em São Paulo, a SEI promovia cursos de formação de “líderes estudantis democráticos”. O currículo dos cursos era variado: teatro amador, técnicas de oratória, serviço de encaminhamento para estágios em empresas, treinamento físico e cursos de defesa pessoal (SILVA, 2020, p. 585-593).

A SEI esteve envolvida na criação de uma das principais organizações políticas de mulheres do período, a União Cívica Feminina de São Paulo, e influenciou na formação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), sediada no Rio de Janeiro. Wladimir Lodygensky era o responsável pelo conteúdo dos materiais e dos cursos de formação política da UCF. Conforme Simões (1986: 28) a criação da UCF resultou de uma série de conferências patrocinadas pela SEI, realizadas na sede dessa organização em São Paulo. Para o público de intelectuais, a

19/08/1964; 01/07/1964). Em julho de 1965, Cortes tornou-se diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI) de São Paulo.

Associação Brasileira de Cultura Convívio, criada em 1961, chefiada pelo ex-padre e ex-professor da PUC São Paulo Adolpho Crippa, também fazia parte da SEI, conforme documentação produzida pelo governo estadunidense. A Convívio controlava ostensivamente uma agência de notícias chamada Planalto e um centro de pesquisa, e publicava a revista *Convivium*, dirigida por professores universitários e intelectuais relacionados à Igreja Católica (SILVA, 2020, p. 619-622).

A SEI era a principal organização apoiada pelo IPES responsável pelo trabalho de influência sobre os sindicatos. Em julho de 1963, o general Moacyr Gaya, diretor de atividades sindicais do IPES São Paulo, declarou a um oficial do consulado norte-americano em São Paulo que, até aquele momento, as ações no setor sindical do IPES tinham se “limitado à assistência financeira dada à SEI para os seus programas de treinamento”. Outro responsável por temas sindicais do IPES, o empresário Mário Toledo de Moraes, que também era vice-diretor da FIESP, trabalhava “intimamente com a SEI no âmbito sindical”, conforme o adido trabalhista do consulado de São Paulo (SILVA, 2020, p. 606). Cabe destacar que o Movimento Sindical Democrático (MSD), criado em abril de 1961 e responsável por diversas atividades anticomunistas importantes no período pré-1964, era financiado e controlado pela SEI, de acordo com fontes produzidas pelo governo estadunidense (SILVA, 2020, p. 602-8).

A importância da SEI e de Wladimir Lodyginsky na articulação golpista contra o governo de João Goulart foi reconhecida por algumas das principais lideranças do IPES. O banqueiro João Baptista Leopoldo Figueiredo, diretor do IPES São Paulo, declarou que “Lodyginsky nos aconselhava e nós usávamos a experiência dele em treinamento de lideranças e outros trabalhos” (SILVA, 2020, p. 616). Glycon de Paiva,

engenheiro e diretor do IPES Rio de Janeiro, em um fichamento do livro 1964: *A Conquista do Estado*, de René Dreifuss, anotou, ao lado do trecho da obra em que são descritas as ações do IPES entre sindicatos rurais e urbanos e partidos políticos no Congresso: “Wladimir Lodygensky, etc.” (SILVA, 2020, p. 569). Antônio Carlos Pacheco e Silva, professor da Faculdade de Medicina da USP e diretor do IPES São Paulo, em suas memórias não publicadas, descreveu a SEI como uma organização importante na “resistência oferecida à comunização e, *ipso facto*, na vitória da Revolução de Março”. Pacheco e Silva afirma que a SEI “dispunha de bem organizado serviço de informações e de contrainformações” e um “boletim largamente distribuído entre conspiradores civis e militares”, que “colocava todos ao corrente das atividades dos subversivos” (SILVA, 2020, p. 579).

Wladimir Lodygensky também cumpriu um papel importante na mobilização civil imediatamente anterior ao golpe de 31 de março de 1964. Em relação à Marcha pela Família, com Deus e pela Liberdade, ocorrida em meados de março de 1964 e considerada fundamental para a mobilização civil em apoio à derrubada de João Goulart, Simões (1985, p. 97) afirma que “Wladimir Lodygensky teve papel preponderante na operacionalização” da marcha. Órgãos de informação e inteligência brasileiros, entre eles, o Serviço Nacional de Informações e a Divisão de Segurança e Informações do MRE, reconheceram que Wladimir Lodygensky havia desempenhado “um papel importante na preparação da Revolução [sic] de 1964”¹⁴.

A SEI também foi um importante canal através do qual foram transferidos recursos de empresas transnacionais para financiar as

14 Informação, s/d. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, série Relações exteriores, subsérie Avulsos, Dossiê 41.

atividades da campanha golpista liderada pelo IPES. O governo Kennedy (1961-1963) demonstrava profunda preocupação com uma possível exposição do financiamento das atividades do IPES por empresas estadunidenses, que poderia provocar acusações de interferência em assuntos internos do Brasil. Para minimizar repercussões negativas sobre a imagem do governo e das empresas norte-americanas, líderes do IPES e da Câmara Americana de Comércio de São Paulo criaram, no final de março de 1962, o Fundo de Ação Social (FAS). Em setembro desse ano, Daniel M. Braddock, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, reconheceu que o FAS foi criado com o objetivo de burlar a legislação brasileira e esconder que o dinheiro enviado ao IPES vinha de empresas norte-americanas, apresentando a seguinte justificativa:

É complicado definir se as precauções tomadas até agora são suficientes para proteger as firmas americanas contra possíveis acusações de envolvimento em atividades políticas impróprias. Alguns projetos de ação social destinados a apoiar as forças democráticas, particularmente quando conduzidos por elementos de destaque político, como estudantes e grupos de trabalhadores, são, em certo sentido, indubitavelmente políticos. Porém, a necessidade de tais atividades no Brasil atual parece evidente se levarmos em consideração o crescimento do comunismo. Empresas americanas apostam fortemente nesse esforço.¹⁵

No anexo a este aerograma, intitulado “Entidades através das quais contribuições das empresas americanas têm sido canalizados”, Braddock enviou uma lista de organizações de “ação social” através das quais as empresas norte-americanas estavam canalizando recursos financeiros desde a criação do FAS. Entre elas, além da própria SEI – que

15 Aerograma A-86, 28/09/1962. Arquivo Nacional dos Estados Unidos (College Park), RG 59, CDF 1960-1963, rolo 13, Publication number C-80.

cumpria, segundo o cônsul, “um papel valioso na luta para conter a invasão do comunismo no Brasil” –, foram citadas outras seis entidades, cinco das quais controladas pela organização de Lodygensky, conforme o documento redigido pelo consulado estadunidense em São Paulo.

Depois do golpe de 1964, Lodygensky, segundo documento elaborado em 1965 pelo Ministério da Aeronáutica, atuava como orientador – com “grande penetração” – das agências do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Rio e de São Paulo (SILVA, 2020, p. 664). É importante destacar que o general Golbery, chefe do SNI, passou a fazer nesta agência o mesmo trabalho de inteligência que desenvolvia no IPES, através do qual compilou dados sobre 400.000 mil brasileiros, além de “companheiros e colaboradores mais próximos da rede militar e de informações” (DREIFUSS, 1987: 421-4). Assim, Lodygensky possivelmente passou a atuar no SNI em decorrência da relação que já tinha estabelecido com Golbery do Couto e Silva e outros indivíduos importantes no IPES. Em 1965, Wladimir Lodygensky foi naturalizado brasileiro. Por razões ainda não esclarecidas, ele deixaria o Brasil em 1967, retornando à Europa.

CONCLUSÃO

Apesar de praticamente desconhecido pela historiografia brasileira, as evidências apresentadas acima sugerem que as atividades políticas de Wladimir Lodygensky constituem parte fundamental da história do anticomunismo brasileiro entre as décadas de 1950 e 1960. Sua experiência no trabalho anticomunista era incomparável com a de qualquer outro brasileiro, embora a sua atuação tenha contado com decisivo apoio local. Ao desembarcar no Brasil, ele trazia consigo décadas

de experiência no combate ao comunismo, além de uma vasta rede de relações com autoridades nacionais e estrangeiras. Na verdade, a história de Wladimir Lodygensky e de sua atuação no Brasil nos permite concluir que o anticomunismo brasileiro foi resultado de uma combinação de experiências nacionais e internacionais, que se alimentaram mutuamente e influenciaram o alcance e a intensidade das ações de combate aos grupos considerados comunistas no país. A trajetória de Wladimir Lodygensky é a materialização do anticomunismo enquanto uma luta internacional. E é também a prova de que se o anticomunismo brasileiro não pode ser entendido apenas a partir da influência externa, tampouco é possível ignorar os impactos consideráveis da experiência internacional sobre as formas de organização dos grupos anticomunistas brasileiros.

A trajetória de Wladimir Lodygensky também aponta para a importância de estudar a formação dos grupos e aparatos repressivos que existiam antes da ditadura instaurada em 1964 no Brasil, levando em consideração não apenas o papel dos órgãos estatais na repressão, mas também o de organizações da sociedade civil, como foi o caso da SEI. Era vantajoso para os órgãos estatais que uma entidade semiprivada como a SEI colaborasse na contenção dos movimentos populares. Além de um custo mais baixo do ponto de vista político e financeiro, a coerção vinda de uma entidade da sociedade civil dava a aparência de ser “independente” do Estado e de interesses políticos a ele relacionados. Em uma realidade de intensificação das tensões sociais e das lutas de classe, como a que viveu o Brasil do início dos anos 1960, foi importante a mobilização política e ideológica da SEI, colaborando para alterar as relações de forças do período, atuando a favor dos grupos interessados

em neutralizar as forças populares e progressistas que apoiavam o Executivo liderado por João Goulart.

As evidências empíricas apresentadas neste artigo revelam a importância da SEI para as atividades do IPES, permitindo a inclusão de um complemento à famosa expressão “complexo IPES/IBAD”, cunhada por René Dreifuss em seu clássico livro 1964: *A conquista do Estado* para caracterizar a ampla coalizão golpista que derrubou o governo de João Goulart. A partir de agora, é possível chamá-lo de “complexo IPES/IBAD/SEI”.

REFERÊNCIAS

- CAILLAT, Michel. **L'Entente internationale anticommuniste de Théodore Aubert** – Organisation interne, réseaux et action d'une internationale antimarxiste. Tese (Doutorado em História), Université de Genève, Genebra, Suíça, 2012.
- DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil**. 1966/1980. São Paulo, Ícone, 1985.
- DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987.
- GÜLSTORFF, Torben. **Warming Up a Cooling War: An Introductory Guide on the CIAS and Other Globally Operating Anti-communist Networks at the Beginning of the Cold War Decade of Détente**. Washington, DC, Woodrow Wilson Center International Center for Scholars, Cold War International History Project, Working paper 75, 2015.
- LODYGENSKY, Wladimir. **Frentes de combate en América Latina**. Bogota, Bibliocol, 1966.
- LODYGENSKY, Georges. **Face au communisme – 1905-1950: quand Genève était le centre du mouvement anticommuniste mondial**. Genebra, Slatkine, 2009.
- LUDWIG, Bernard. **Anticommunisme et guerre psychologique en République Fédérale d'Allemagne et en Europe (1950-1956)**. Démocratie, diplomaties réseaux

transnationaux. Tese (Doutorado em História Contemporânea), Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, Paris, 2011.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da Confederação Anticomunista Latino-Americana durante as Ditaduras de Segurança Nacional (1972-1979)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2018.

ROULIN, Stéphanie. **Un credo anticommuniste**: La commission Pro Deo de l'Entente Internationale Anticommuniste ou la dimension religieuse d'un combat politique (1924-1945). Tese (Doutorado), Université de Fribourg, 2010.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.

SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

VAN DONGEN, Luc. **Un purgatoire très discret**. La transition "helvetique" d'anciens nazis, fascistes et collaborateurs après 1945. Paris, Editions Perrin, 2008.

19

A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS GRUPOS DE RESISTÊNCIA ARMADA DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL (1967-1974)

Débora Campani Chagas¹

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1964 até 1985 o Brasil esteve sob um governo de ditadura militar, que foi instaurado em 31 de março após um golpe de Estado que retirou do poder o então presidente João Goulart. Naquele momento, o mundo vivenciava diversos acontecimentos marcados pelo contexto de Guerra Fria e, conseqüentemente, pela divisão polarizada entre “capitalismo” e “socialismo”. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos se consolidavam enquanto potência hegemônica mundial, buscando impedir o avanço de possíveis revoltas e/ou revoluções que pudessem vir a ocorrer nos países latino-americanos.

Diante desse cenário mundial, os países latino-americanos foram considerados mais suscetíveis a revoltas populares ou a revoluções, “por conta de suas características sociais: grande desigualdade social, pobreza, exploração exacerbada da força de trabalho, más condições de vida de um extrato social muito grande.” (BUENO, 2014, P.49). No caso do Brasil, o presidente João Goulart iniciava sua tentativa de concretizar reformas políticas que passariam pela redistribuição de terras, o combate ao analfabetismo, o incentivo à criação de instituições públicas de

¹ Mestranda em História (PPGH – Unioeste) – Bolsista CAPES

ensino e também a realização de uma reforma fiscal. De certo modo, seu projeto político estava marcado por reivindicações que auxiliariam a classe trabalhadora do período, colocando implicações aos interesses e articulações com o capital estrangeiro naquele momento. Por esse motivo, seu projeto político foi interrompido e ele foi retirado da presidência. Os partidos de oposição acusaram e veicularam a ideia de que comunistas se organizavam para tomar o poder, e que isso causaria graves consequências para a população e colocaria em risco a Segurança Nacional.

A ditadura que se instaura a partir daí possui, então, o objetivo de conter essa ameaça à Segurança Nacional, e assegurar o desenvolvimento capitalista através da perspectiva hegemônica dos Estados Unidos. Sendo assim, o Estado brasileiro se organizou de todas as formas possíveis para defender e garantir seus interesses, utilizando, inclusive, métodos de terror como torturas, assassinatos, desaparecimentos, etc. Contudo, no conjunto das relações de força, necessitou lidar também com as organizações e movimentos de resistência que se opuseram a essa forma de governo. Nesse sentido, nos interessa neste trabalho investigar o movimento de resistência armada à ditadura, em especial, a participação das mulheres em alguns dos grupos existentes.

As mulheres escolhidas para a realização da pesquisa são Dulce Maia, Damaris Lucena, Iara Iavelberg, Maria do Carmo Brito, Renata Guerra de Andrade, Sônia Lafoz e Zenaide Machado. Essas mulheres passaram, em momentos distintos, por organizações como o Comando de Libertação Nacional (Colina), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Algumas delas chegaram

até as organizações através do movimento estudantil, haja visto que iniciam sua militância ao mesmo tempo em que adentram ao ambiente universitário. Mas outras conhecem e integram os grupos a partir de suas experiências enquanto operárias nos movimentos de resistência nas fábricas.

As fontes da pesquisa se dividem entre documentos oriundos da repressão e depoimentos prestados por essas mulheres. Quanto aos primeiros, são documentos que estão disponíveis digitalmente em sites como o “Brasil Nunca Mais Digital”, “Documentos Revelados” organizado pelo militante Aluizio Palmar, e também o “Sian - Sistema de Informações do Arquivo Nacional”. Os documentos contidos nesses arquivos nos possibilitam perceber não só a perspectiva dos órgãos e agentes de repressão a respeito das ações das militantes daquele período, mas também obter informações sobre a dinâmica de organização dos grupos, uma vez que os relatórios e inquéritos contêm cópias de materiais acerca do grupo de resistência que acabavam sendo apreendidos junto com os/as militantes. Em contrapartida, os depoimentos prestados pelas mulheres que participaram da luta nos permitem compreender as experiências que tiveram, as relações que estabeleceram com os sujeitos das organizações, assim como quais os conflitos presentes naquelas décadas.

Diante do exposto, nossa intenção é analisar a participação dessas mulheres buscando compreender quais eram suas reivindicações, pois o objetivo de grande parte dos grupos de resistência armada era não só derrubar a ditadura, mas pensar a construção de uma revolução que pudesse levar a uma nova forma de sociedade. Para isso, investigaremos quais foram as ações praticadas por essas mulheres enquanto militantes das organizações, uma vez que nem todos os sujeitos desempenhavam

as mesmas funções. Além disso, analisaremos como foi se organizar em um período de forte articulação da repressão e de violência exacerbada que fizeram com que na maior parte do tempo as pessoas tivessem que viver em clandestinidade.

A pesquisa está em desenvolvimento, o que implica que não se tenha ainda todas as respostas para os questionamentos e objetivos propostos. Nosso intuito aqui é apresentar o que foi possível analisar até esse momento mesmo reconhecendo a existência de discussões que ainda precisam ser realizadas. Dessa forma, o/a leitor (a) irá notar que nem todas as mulheres foram contempladas nesse texto, por questões de estruturação e andamento da própria pesquisa. Aqui, nos deteremos à análise da participação de Iara Iavelberg e Maria do Carmo Brito, sujeitos que foram investigados até o presente da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Considerando o que foi mencionado, a temática de nosso trabalho perpassa pelos anos em que vivemos sob uma ditadura e as formas de organização e oposição a ela. Para interpretar esse momento histórico, nos pautamos na perspectiva e no uso da categoria de “Ditadura de Segurança Nacional” legitimada pelo Terror de Estado. Acerca do conceito de Segurança Nacional, Joseph Comblin nos ensina que

A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais (COMBLIN, 1978, p.54).

Ademais, Carlos Giannasi em sua obra “A Doutrina de Segurança Nacional e o ‘milagre econômico’ (1969/1973)”, explica as origens e

funcionamento dessa doutrina. Interessa destacar que essa doutrina é sustentada através da justificativa de que os países latino-americanos eram considerados territórios mais propensos às ideias comunistas, e por esse motivo, a segurança nacional estaria ameaçada, demandando a necessidade de intervir militarmente para impedir que isso acontecesse. Com efeito, foi apenas um pretexto para impedir os avanços de reivindicações da classe trabalhadora, e para que o Estado conseguisse manter os seus interesses na relação com o capital estrangeiro em seu processo de desenvolvimento e de industrialização.

Bruno Bueno em artigo intitulado “Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo” ressalta que,

A instrumentalização da DSN se dá através do enrijecimento do Estado, que sempre ocorrerá quando há força contra-hegemônica na sociedade civil em processo de politização, quando os trabalhadores conseguirem concentrar o consenso favorável às suas causas e suas pautas de luta, enfraquecendo a hegemonia burguesa, que terá, compulsoriamente, de recorrer à força. (Alves, 1989, p. 28). (BUENO, 2014, p.58)

Além de legitimar o uso da força, a Doutrina de Segurança Nacional constrói também a ideia de ameaça comunista pautada na existência de um “inimigo interno” que precisava ser derrotado. Os desdobramentos dessa doutrina se dão não só no âmbito político, mas também economicamente e ideologicamente.

Como forma de complementar o uso da força, a DSN garantirá a construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisa ser combatida, colocando como ponto central a existência do “inimigo interno” como ameaça fundamental, balizado pelo ideário revolucionário, sendo que a

caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem”. (MENDONÇA; FONTES, 2004, P.58)

A materialização do inimigo interno se deu sob grande parte aos sujeitos que se opuseram a esse governo, que passaram a ser denominados também de “subversivos” e/ou “terroristas”. Isso abrangia desde trabalhadores que se organizavam na luta por direitos, como estudantes secundaristas e universitários que lutavam por educação de qualidade, e depois de alguns anos em que a violência se tornou maior, até mesmo sobre parentes ou conhecidos de quem já havia sido identificado como criminoso por parte do Estado.

Em conjunto com a disseminação ideológica e o incentivo ao combate de todo aquele que apresentava “perigo” à Segurança Nacional, caminhou também o “Terror de Estado” que foi a forma com que o governo atuou, legitimado pela doutrina, para a defesa dos seus interesses. Enrique Padrós analisa as ditaduras que ocorreram em alguns países do Cone Sul a partir dessa perspectiva de “Ditadura de Segurança Nacional” apoiada sob o “Terrorismo de Estado”, e nos ajuda a refletir sobre o caso do Brasil. Segundo ele, o TDE foi

o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares (PADRÓS, 2007, p.43).

Esse mecanismo possibilitou

a utilização de medidas repressivas emolduradas nos marcos gerais da DSN legitimou a organização de uma superestrutura estatal que correspondeu

às exigências de pelo menos dois objetivos fundamentais defendidos pelos setores dominantes de cada país em questão, em conluio com os interesses gerais dos EUA: o primeiro, a liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado; o segundo, a criação de instrumentos de disciplinamento da força de trabalho em particular, e da sociedade em geral, como fator de atração do capital internacional – que devia ser protegido e preservado sob qualquer hipótese. (PADRÓS in GALLO; RUBERT, 2014, p.16)

No que diz respeito à liquidação dos projetos e movimentos sociais, o TDE atuou de forma abrangente. Ele foi eficaz, sobretudo, para disseminar insegurança e medo em grande parte da população, até mesmo naqueles que não estavam diretamente envolvidos com alguma forma de resistência abertamente declarada à ditadura. Enrique sintetiza essa ideia ao mostrar que o TDE atingiu o seu objetivo enquanto prática educativa.

Em um primeiro momento, combater a oposição política em todas as suas formas de manifestação e organização se transformou no grande motivo de atuação da estrutura repressiva das ditaduras de Segurança Nacional. Fundamentadas nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, a eliminação da figura do “inimigo interno” implicou em uma violência permanente, sistemática, clandestina e global. Assim foi semeado o temor, o desespero, a autocensura. Nesse sentido, o TDE cumpriu sua função educativa, quebrando voluntarismos e resistências, o que, combinado com a sensação de impunidade, acentuava o medo e o imobilismo, ou seja, a paralisia das mobilizações sociais. (PADRÓS in GALLO; RUBERT, 2014, p.16)

Em seu texto ele ainda apresenta algumas das características desse Estado, sendo: a utilização da “Violência Irrradiada”, “Diluição da responsabilidade dos funcionários repressivos”, “Consolidação de uma cultura do medo”, “Necessidade permanente da existência do ‘inimigo

interno” e “Caráter imprevisível”. Todas essas características foram pensadas e colocadas em práticas para a defesa de seu objetivo que era

não só o combate e a destruição do inimigo direto, como também a obtenção, em cidadãos temerosos e desesperançados, de um comportamento passivo, submisso, indiferente e, se possível, colaboracionista. (PADRÓS in GALLO; RUBERT, 2014, p.24)

Foi neste cenário que os grupos de resistência armada buscaram se organizar. Embora a luta armada tenha sido pensada antes de 1967/1968, é a partir deste período que ela ganha força. É através da intensificação da repressão com a promulgação do Ato Institucional-5 (AI-5), que surge a necessidade de resistências com caráter mais radical. Soma-se a isso diversas manifestações/revoluções que haviam ou estavam ocorrendo em todo o mundo, como são os exemplos da Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, o Maio de 1968 na França, entre outros. As organizações de resistência armada tinham o objetivo não só de derrubar a ditadura, mas de construir uma nova forma de sociedade, sobretudo, na perspectiva socialista. Marcelo Ridenti, em seu livro “O fantasma da Revolução Brasileira”, enfatiza alguns dos objetivos das organizações.

Os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64; vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. [...] A luta das esquerdas em armas após o golpe de 64 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe. (RIDENTI, 2010, p.65)

A leitura da obra de Marcelo Ridenti, em especial no tópico intitulado “As mulheres foram à luta”, assim como de outros autores/as que

se debruçam sobre a temática da resistência armada no Brasil, nos possibilitaram visualizar que nessas organizações existiram um número expressivo de mulheres, que, inclusive, chegaram a ocupar o comando do grupo, como é o caso da VPR e de outras. Isso nos chama atenção e motiva nossa investigação, pois estamos diante de um cenário em que muitos valores morais e conservadores eram mantidos, sobretudo, a ideia de que o local pertencente às mulheres era o espaço privado, do lar, e não o espaço público.

Em sua dissertação intitulada “Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)”, Julia Bianchi Reis Insuela, que também estende-se sobre a investigação das mulheres que integraram a resistência armada, argumenta que

O ponto de partida se dá quando a mulher rompe com o seu papel socialmente constituído de mãe, esposa, dona-de-casa e filha dedicada – estabelecido no âmbito privado e que implicava em uma participação política não tão expressiva. Toma-se a decisão de enveredar pela arena política – leia-se espaço público – que era considerado o cenário de atuação masculina. Tal decisão corresponde à vontade de se dedicar ao projeto de transformar a sociedade. É importante ressaltar que suas atitudes como mulheres atuantes na cena pública e política estava longe dos padrões esperados das mulheres. O ápice da ruptura dá-se no âmbito da revolução sexual, que é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador. (INSUELA, 2011, p.46)

Dessa forma, nos interessa compreender os conflitos presentes naquele contexto em que as mulheres se inseriram em organizações que pautavam a construção de uma nova sociedade, e, por conseguinte, os conflitos existentes dentro dessas relações sociais que constroem e

estabelecem. A partir do que foi investigado até o momento, pautamos aqui os exemplos de Maria do Carmo Brito e Iara Iavelberg.

Maria do Carmo Brito, filha de Jeferson e de Angelina de Oliveira, nasceu em Minas Gerais, no ano de 1943. Desde muito cedo, ainda que indiretamente, esteve envolvida em questões relacionadas a política. Ela conta que a figura de Getúlio Vargas esteve muito presente em sua infância por conta de seus pais. Sua mãe escreveu uma carta à Getúlio em um momento em que precisava de emprego, assim como Maria do Carmo foi selecionada por sua escola para participar de uma pesquisa que Getúlio promoveu “para localizar crianças superdotadas nas 42 escolas do Brasil, e ajudar as que não tivessem condições de se formar. A ideia era ampliar o leque, de onde poderiam sair cientistas, pesquisadores, artistas” (VIANNA, 2003, p. 16). Portanto, Maria do Carmo esteve permeada diretamente por questões políticas em seu ambiente familiar.

Sua participação direta sobre discussões políticas se deu em 1961 quando ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, e teve a oportunidade de conhecer os partidos de esquerda existentes naquele ambiente, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). Maria do Carmo participou da POLOP, do Comando de Libertação Nacional (Colina), da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com um de seus codinomes mais conhecidos, “Lia”.

Diante das documentações que possuímos, a maior parte de suas ações foram realizadas enquanto integrante da VPR. Nessa organização, ela ficou responsável por indicar sujeitos para compor os setores do grupo, além de ser encarregada também de funções que não tinha executado até o momento, como procurar áreas em que pudessem ser

realizados treinamentos de guerrilha, um dos maiores intuitos da organização.

Maria do Carmo ficou com a responsabilidade de levantar uma área para futuras ações. Com um bom equipamento fotográfico na mão, embora não tivesse nenhuma experiência anterior, sobrevoou florestas, andou de barco pelo rio Uruguai, foi até Foz do Iguaçu, percorreu alguns dos rincões mais perdidos do país. (VIANNA, 2003, p.62)

Segundo seu depoimento, ela ficou encarregada de procurar outras áreas, principalmente entre o Brasil e a Argentina, o que a permitiu passar mais tempo viajando do que propriamente no local de treinamento (VIANNA, 2003, p.62). Essas viagens a salvaram de ser pega pela repressão, uma vez que a polícia descobriu o lugar, cercou e prendeu os que lá estavam, impedindo que as tentativas de estabelecer a guerrilha chegassem a acontecer. Ela também ficou responsável pelo cumprimento de funções minuciosas e importantíssimas à organização.

Maria do Carmo passou os primeiros meses de 1970 como responsável pela entrega de dinheiro, munição e material impresso com orientações para os diferentes lugares onde estava o pessoal da VPR. Era uma tarefa arriscada, mas que ela desempenhava sem maiores dificuldades. O único problema era quando precisava entregar munição: a mala era pesadíssima, e Maria do Carmo tinha que fazer de conta que não pesava nada, para evitar que aparecesse alguém querendo ajudar. (VIANNA, 2003, p. 62)

Outras ações desenvolvidas por Maria do Carmo durante a existência da luta armada, eram as funções em setores que as organizações criavam. Em depoimento que prestou à equipe de interrogatório preliminar, ela conta que após uma determinada ação do grupo, ficou encarregada do setor de inteligência. “Feita a ação, JUVENAL ‘JUARES’

incorporou-se ao setor de lutas principais. Para cada setor tinha uma divisão interna: setor da rede política (MATOS), setor de inteligência (LIA), setor logístico (JUVENAL) e operação (CID). ” (Arquivo Nacional, 1970, Nº 03073).

Em outro momento do mesmo depoimento, quando Maria do Carmo conta sobre os congressos realizados pela VPR para decidir a situação do grupo, demonstra que ocupou posições de comando dentro da organização,

Foi feito o congresso (ou conferência) de fusão onde foram feitas discussões superficiais sobre todos os assuntos. A partir delas chegou-se a um Comando formado de “CID” (LAMARCA), “MATOS” (CLÁUDIO RIBEIRO), “LINO” (ESPINOSA), “MAX” (CARLOS DE TAL), “JUVENAL” (JUARÉZ GUIMARÃES DE BRITO) e “LIA” (MARIA DO CARMO BRITO). (Arquivo Nacional, 1970, Nº 03073)

Além dessas ações presentes no depoimento de Maria do Carmo, o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) produziu uma ficha sobre várias ações que, segundo eles, ela havia realizado. Menciona-se que “Em 17.03.72 – através do inf.76/72 da CIOP, consta que MARIA DO CARMO BRITO, asilados na ARGÉLIA, retornaria ao Brasil com o nome de ANA MARIA CORTES. Documento devolvido ao Cartório em 03.04.72” (DEOPS, 1973).

Em 12.07.73 – através do Inf. 343/DIS-COMZAE-4, comunica que a nominada juntamente com AVELINO BIONI CAPITANI e OTACILIO PEREIRA DA SILVA, e mais 5 elementos, vem atuando na Argentina independentemente de qualquer organização embora tenha contato com a ALN, PC do B, ERP e MONTONEROS (Argentina), contam com 4 metralhadora e 6 pistolas, etc., possuem 3 aparelhos no centro de Buenos Aires Pasta Ministério da Aeronáutica 4 doc.20. (DEOPS, 1973)

É interessante analisar esse documento e contrapor com a entrevista que ela concedeu à Martha, pois ela não fala sobre ter atuado na Argentina após ter saído do Brasil. Segundo relato da mesma, da Argélia teria ido para a Coréia do Norte, depois retornado ao Chile, e por último à Argélia novamente. Isso nos leva a refletir acerca da intencionalidade das informações circuladas por esse e outros órgãos da repressão, uma vez que as intenções eram associá-los cada vez mais a práticas terroristas, independente se isso se confirmava ou não.

Além das ações praticadas na organização, é possível ter dimensão da violência do Estado nas narrativas de Maria do Carmo. Segundo ela, sua família também foi afetada pela atuação da repressão, em específico sua mãe que acabou sendo presa, - por estar com recibos da compra de botijões de oxigênio que a polícia identificou como sendo usados no roubo do cofre de Ademar de Barros -, em sua residência quando policiais a invadiram procurando por Maria. A prática deste mecanismo, pode ser entendida como a “violência irradiada”, explicada por Enrique Padrós em sua análise sobre o TDE,

A “Violência irradiada”: [...] Trata-se do efeito produzido por qualquer medida repressiva que se expandiu como espiral crescente no espaço de atuação da vítima, atingindo seu entorno imediato (núcleo família, círculo de amigos, vizinhança, locais de estudo e trabalho, etc.), disseminando medo, incerteza e insegurança, reproduzindo e multiplicando, sucessivamente, o movimento concêntrico de suspeições ou acusações que acabaram atingindo segmentos significativos da sociedade (‘semear medos’). (PADRÓS in GALLO; RUBERT, 2014, p.20)

Essa prática evidencia como não importava se você estava diretamente ligado a alguma organização ou movimento de resistência, pois grande parte dos cidadãos eram considerados suspeitos e isso se

acentuava se você possuía alguma relação familiar, amorosa ou de amizade com quem estivesse integrado ao movimento de resistência. Maria do Carmo relata outras experiências a partir da repressão, sobretudo, os momentos de tortura a que foi submetida enquanto estivera presa. Como não é possível esboçar aqui todos esses momentos, ressaltamos a indicação de leitura do livro produzido sobre a sua trajetória.

Outra mulher que teve participação bastante significativa na resistência armada, foi Iara Iavelberg, inclusive atuando junto com Maria do Carmo, como é relatado no livro produzido sobre Iara pela jornalista Judith Patarra.

Incessantes, Maria do Carmo e Iara viajavam; fácil mulheres se disfarçarem. Levavam dinheiro, documentos internos, papéis falsos, armas. Escondiam numa sacola munição pesada, recusavam ajuda a fingir que era leve. De ônibus rodaram o país, incerta referência dos pontos no vazio. Nas emergências, avião. Despediam-se como se fossem trabalhar num escritório, estipulando datas alternativas para abandono da chácara. (PATARRA, 1992, p.337)

A análise estabelecida por Judith Patarra através dos depoimentos que coletou, nos permite perceber como Iara e Maria construíram uma relação íntima, inclusive conhecendo familiares.

Também a mãe de Maria do Carmo impressionou-se com Iara. – Transmitia seriedade, atenção filial. Que carinho me passava! Fiquei comovidíssima há poucos anos, em Nossa Senhora da Conceição da Lapa, Minas Gerais. Minha irmã tirou o rosário de 150 contas pretas, bonito. E orou. Era de Iara, que pedira ‘dê a alguém que o respeite’, à Maria do Carmo. Fica na cabeceira. Sempre que faz a oração do rosário, reza pelos dois. (PATARRA, 1992, p.399)

Iara Iavelberg costuma ser conhecida e associada sempre como a mulher que teve um relacionamento com Carlos Lamarca. No entanto,

a análise de sua participação nos grupos de resistência armada precisa ir além disso, é importante ressaltarmos as funções que ela desempenhou. As fontes selecionadas aqui para tratar dessa trajetória são os depoimentos disponíveis na brilhante obra já citada “Iara – reportagem biográfica” de Judith Patarra. Iara foi uma militante que não sobreviveu à ditadura, em primeiro momento sua morte foi associada a suicídio, contudo, a luta de seus familiares por esclarecimentos acerca disso pôde comprovar que o laudo e hipótese de suicídio podem ser descartados. O laudo de morte relacionado ao suicídio foi mais uma das formas com que o Terrorismo de Estado agiu, pois, além de a sanidade das militantes serem questionadas através disso, o Estado se omite de qualquer responsabilidade envolvendo a morte. Diante desse fato, as referências que temos a respeito dessa trajetória nas organizações são sempre os depoimentos dados por companheiros que lutaram ao seu lado.

Iara Iavelberg, filha de Eva e David Iavelberg, nasceu em São Paulo no ano de 1944. Sua vida também foi marcada desde cedo por questões relacionadas, ainda que não diretamente a discussões de partidos ou movimentos, à política. Durante os anos iniciais de sua juventude, entre os assuntos de seu interesse estavam as discussões acerca da sexualidade e aos papéis sociais condicionados às mulheres. Todos esses questionamentos se intensificam quando Iara ingressa na Universidade de São Paulo (USP), no curso de Psicologia, em 1963, pois é quando ela começa a se interessar pelas pautas de defesa do movimento estudantil, que posteriormente despertarão o desejo de se organizar em um grupo de resistência contra a ditadura.

Segundo Judith (1992, p.82), a universidade possibilitou que o universo de Iara se ampliasse e ela se tornasse ainda mais questionadora a respeito dos costumes que eram impostos.

A entrada de Iara na Faculdade abriu horizontes à família Iavelberg. Converteu os irmãos menores à música erudita, Vivaldi primeiro. Introduziu-os aos filmes de arte no cine Bijou, praça Roosevelt, no centro. Convidava-os às lanchonetes da moda, à Confeitaria Yara da rua Augusta, então uma das melhores. Levou Raul ao teatro pela primeira vez; assistiram *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, no Teatro da Universidade Católica, o TUCA. Parecia uma estrela cadente em casa dos pais, por causa do afeto a envolver inovações. Quando almoçava no Ipiranga escolhia temas polêmicos. - Por que não dormir com o namorado? Por que tem de casar virgem? Inspirava-se nos artigos de Carmem da Silva, na revista *Claudia*: temos de ser as protagonistas de nossos destinos. Abordava o preconceito contra nacionalidades, o elitismo e, agora conscientes, a competição e subserviência do bairro. Ensinou etiqueta à mesa, garfo na mão esquerda, faca na direita.

O ambiente universitário proporcionou que Iara conhecesse algumas pessoas que já estavam organizadas nesses grupos. Seu primeiro contato foi com a Organização Revolucionária Marxista Política Operária, mais conhecida como Polop, através de uma colega que cursava Ciências Sociais. Ao mesmo tempo em que participou da Polop, Iara também se organizou enquanto estudante de psicologia. Os relatos que Judith Patarra traz em seu livro, a partir de entrevistas com sujeitos que viverem naquela época e que dividiram a luta com Iara, evidenciam como ela buscou desde sempre realizar tarefas que pudessem cumprir com o seu desejo de transformação do mundo.

Assim que assumiu o Centrinho, Iara vinculou-o ao movimento estudantil e à luta contra a ditadura, politizando as atividades. Ampliou a tendência da gestão anterior, discutir psicologia no contexto da realidade nacional a exemplo das Ciências Sociais. Os alunos queixavam-se do vazio científico, estudos teóricos e restritivos. Desejavam liga-los a São Paulo, ao Brasil, aplicar o conhecimento em atuações consistentes. [...] Devotava-se ao

Centrinho. Planejou conferências. Atraiu gente de outras áreas. (PATARRA, 1992, p.129)

O Centrinho foi um espaço que Iara encontrou para estimular as leituras e discussões acerca daquilo que ela considerava necessário para pensar a revolução, isto é, a leitura e discussão teórica.

Organizou no Centrinho um curso de Linguagem e Teoria da Informação, a cargo do poeta e linguista Décio Pignatari. Sentou-se com ele à frente, no final abria os debates. - Venha, é interessante e ponto para o currículo – convidava. Assistiu à palestra de Umberto Eco sobre a comunicação de massa no Mackenzie e elogiou a pertinência do tema para o trabalho revolucionário. (PATARRA, 1992, p.133)

Os alunos, cheios de admiração, propagavam: hoje tem aula da Iara. Vinham de outros cursos, tomavam café no bar da esquina, faziam perguntas. Iara cumpria seu papel. Despertava-os intelectualmente e servia de referência política sem acirrar os grupos competidores. (PATARRA, 1992, p.110)

Já nas organizações, Iara desempenhou distintas tarefas.

Durante o segundo semestre de 1968 Iara cobriu pontos e levou mensagens, tarefa vital à dinâmica da Organização. Datilografou e distribuiu o jornal. Fez levantamento e transbordos – passagem dos malotes bancários de um carro a outro. Aprendeu a atirar. Espinosa e ela embrenhavam-se na fazenda junto à rodovia Castelo Branco onde é hoje Alphaville. (PATARRA, 1992, p.244)

Iara foi encarregada dos contatos e circulação de documentos preparatórios ao encontro em Mongaguá, litoral Sul de São Paulo, quando VPR e COLINA dariam origem a um novo agrupamento, a Vanguarda Armada Revolucionária – VAR-Palmares. (PATARRA, 1992, p.294)

Iara participou também do treinamento militar de guerrilha no Vale do Ribeira que alguns membros da VPR organizaram em 1970, onde desempenhou tarefas pouco ligadas às táticas da organização, restringindo sua atividade a cuidados de enfermagem aos outros companheiros, segundo relatos deles mesmos. É possível identificar nesses relatos, que foi um momento de conflitos nessas relações.

Os mosquitos quase a enlouqueceram, mas a hostilidade dos companheiros militares foi pior. Nas reuniões noturnas de crítica e autocrítica as agressões convergiam. Acusavam-na de atrapalhar o coletivo, cometer intermináveis erros, pouca solidariedade. Lamarca falava, mas precavinha-se do papel de defensor. – Os companheiros, implicantes e preconceituosos, a rejeitam porque sou casado. Foram intoxicados pelas mentiras dos jornais – condescendeu a Daniel, credenciado a defende-la. – Eu podia levantar a voz por Iara – explica ele. – Embora intelectual marchava bem, pontaria competente, rapidez ao cortar palmitos. E amigo de todos. Aparei arestas, preveni conflitos individuais quando me fizeram confidências. Compreendia melhor o conjunto. (PATARRA, 1992, p.366)

Apesar de ter participado de ações diretas, a trajetória de Iara é bastante marcada pela sua insistência em realizar nas organizações discussões teóricas a fim de melhor compreensão a respeito da realidade que encaravam e de possibilidades de enfrentamento. Ela acreditava que as discussões teóricas que implicavam em leituras, seriam imprescindíveis no processo que levaria à revolução.

Agora, sempre que cruzava um trabalhador, Iara via o revolucionário potencial. Palavras e leitura o acordariam. – É incrível o sujeito ignorar a bomba que traz na mão – entonava. Um esclarecerá o outro, todos aprenderão a música. O emocionante é que nossa geração vive o privilégio da grande mudança. (PATARRA, 1992, p.99)

É interessante notar e confrontar, a partir dos trechos que Judith traz em seu livro, como alguns entrevistados narram elementos diferentes sobre a mesma pessoa. Nos trechos expostos, percebe-se uma Iara muito preocupada com as questões e discussões teóricas, uma Iara que buscou se organizar dentro dos espaços que ocupou para estimular aquilo que considerava fundamental na tarefa do revolucionário. Mas também, há quem diga, que ela era pouco marxista, ou ainda, elemento que, devido a isso, não se destacava nas tarefas da Polop.

- Muito inteligente, certa fraqueza teórica, Iara não se destacava nos encontros da POLOP devido ao caráter doutrinário das discussões. O sectarismo dominava. Defendíamos a militância estrita, rigorosa, disciplinada – disse Eder Sader. - Insubmissa, ela faltava às reuniões por motivos que, anos depois, eu julgaria os mais saudáveis. Sua existência rica não se continha dentro de um grupo restrito, centralizador. (PATARRA, 1992, p.127)

Percebe-se elementos contraditórios acerca da mesma pessoa nos depoimentos dos companheiros. Isso se deve ao fato da experiência que cada um teve atuando ao lado de Iara, bem como das perspectivas dos diferentes grupos pelos quais ela militou e as demandas e objetivos de cada um em determinado tempo. Em alguns momentos, ela deu mais ênfase às tarefas consideradas “intelectuais” ou de “discussões teóricas”, enquanto que em outros participou mais efetivamente através de ações diretas, consideradas mais “militaristas”. Eram os sujeitos agindo de acordo com o que interpretavam que a realidade exigia deles.

Diferentemente de muitas de suas companheiras, Iara não chegou a ficar presa por meses, apesar de ter sido denunciada e acusada por algumas ações, mas teve que viver a maior parte do tempo em clandestinidade, o que a impossibilitou de continuar tendo várias práticas de

uma vida considerada “normal”, como ir ao teatro e ao cinema, hábitos dos quais gostava. Dessa forma, em termos de visualizar ações de violência e tortura que possa ter sofrido em prisões, nossa análise não pôde avançar tanto. No entanto, o fato de ter vivido em clandestinidade e ter que deixar de ver seus familiares, amigos e conhecidos, e modificar a vida que possuía antes de integrar as organizações, indicam a gravidade e o caráter daquele período.

CONCLUSÃO

É importante iniciar essa conclusão reafirmando que é notável que muitas questões não foram abordadas nesse texto, por limitações de espaço, mas principalmente do desenvolvimento da pesquisa. Como já colocado, é um trabalho que está em andamento, o que não nos possibilita apresentar todos os resultados a que desejamos chegar. No entanto, nosso intuito foi apresentar a temática, os objetivos e questões as quais nos propomos investigar, bem como os resultados que conseguimos até aqui.

Pretendemos avançar nas discussões de revolução que estavam colocadas aos sujeitos das organizações armadas, visto que essa questão foi motivo de muitos conflitos e rachas que impulsionaram a criação de novos grupos. Além disso, também iremos aprofundar a reflexão acerca das ações que essas mulheres exerceram nos grupos, e os conflitos existentes entre as relações que estabeleceram, sobretudo, nas implicações em que ser uma mulher fazendo luta armada acarretaram. Isto é, como foi realizar a luta ao lado dos companheiros, vivendo na maior parte do tempo em clandestinidade, tendo que dividir apartamento e locais com pessoas que, por vezes, se tornavam conhecidas naquele momento.

Ademais, intencionamos continuar a investigação da forma com que o Estado se organizou para reprimir e impedir o desenrolar da luta, acarretando que as organizações fossem perdendo forças, com muitos sujeitos escolhendo se desligar e sair do país, enquanto outros, mesmo sabendo dos riscos que corriam, decidiram continuar a luta dessa forma, o que lhes custou a própria vida.

Ao fim, importa dizer que enquanto coletivo avançamos pouco nas discussões sobre a memória desse período. Embora os familiares das vítimas da ditadura tenham iniciado a luta por esclarecimento e para manter essa memória, no que diz respeito à sociedade, pouco se sabe e pouco se tem reparado acerca das violações de direitos que ocorreram naqueles anos. Por esse motivo, este trabalho busca também, na medida do que é possível, somar-se às investigações que versam sobre essa temática e que consideram a importância de se falar deste assunto a fim de que esse capítulo de nossa história não se repita.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sulamericana de Ciência Política, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p.47- 64, 2014.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. A. Veiga Fialho.
- GIANNASI, Carlos Alberto. **A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O "MILAGRE ECONÔMICO" (1969/1973)**. 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de SÃO Paulo, São Paulo, 2011.
- INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **HISTÓRIA DO BRASIL RECENTE: 1964-1992**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PADRÓS, Enrique. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. História & Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p.43-49

PADRÓS, Enrique Serra. **TERRORISMO DE ESTADO: reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional**. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: **estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 348.

PATARRA, Judith Lieblich. Iara: **reportagem biográfica**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 342 p.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito**. Rio de Janeiro: Record, 2003

FONTES

Documento Arquivo Nacional de Brasília. Declarações prestadas de próprio punho por Maria do Carmo Brito (“Gilda Pereira Silva Dias”, “Lia”, “Madalena” ou “Sara”), à equipe de interrogatório preliminar C/1 no dia 4 de maio de 1970, das 09h00 às 18h00. Número 03073.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SP APESP_DEOPSSPOSFTEXSNB002350.pdf>. Acesso em: 01 jun de 2021.

20

A AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS – USIA E O COMBATE AO NACIONALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1950

Josiane Mozer

APRESENTAÇÃO

A Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency*) – USIA, criada em 1953 como parte dos esforços de aparelhamento institucional para a hegemonia dos Estados Unidos na nova ordem mundial do pós-Segunda Guerra, foi estruturada para agir no exterior com o objetivo de influenciar a política interna dos países onde atuava¹.

Neste artigo, demonstro como a Agência, através de seu programa editorial, elaborou estratégias e coordenou uma rede de colaboradores locais para inserção de artigos e matérias em jornais brasileiros para, através de um debate público, desqualificar as propostas nacionalistas de desenvolvimento ao longo da década de 1950, e adensar as forças políticas atuantes em prol do afastamento de nacionalistas da condução do Estado brasileiro.

O artigo não se propõe a tratar das especificidades de cada governo nacionalista e suas respectivas propostas desenvolvimentistas, tampouco colocar sob exame as críticas a tais propostas. A abordagem

¹ As ações da Agência se dividiam entre atividades públicas e atividades encobertas. Neste artigo, tratarei de algumas das atividades encobertas, isto é, atividades cuja autoria não era atribuída à Agência. Para conhecer a história da Agência, consultar CULL, 2008. Para conhecer a ação política da Agência no Brasil, consultar SANTOMAURO, 2015.

privilegia a percepção de nacionalismo por parte dos estrategistas estadunidenses e as operações encobertas voltadas para moldar uma opinião pública favorável aos tratados comerciais e de ajuda técnica, e aos termos do Acordo Militar de 1952 e seus desdobramentos, segundo interesses imperialistas.

O PROJETO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS E O PROGRAMA EDITORIAL DA USIA

A estratégia para o domínio ideológico dos Estados Unidos no cenário internacional, imediatamente após o término da Segunda Guerra Mundial, foi definida pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC)², órgão responsável pela articulação da política externa dos Estados Unidos³.

Ao conceber a Guerra Fria como uma realidade duradoura, o NSC afirmava que a segurança dos Estados Unidos dependeria de esforços não só do Estado, mas também do setor privado, para conduzir a política externa de forma a projetar e refletir o exercício de seus poderes político, econômico, militar, cultural, aos quais as operações psicológicas deveriam dar o necessário suporte⁴.

² Fruto da Lei de Segurança Nacional, o NSC foi criado em 1947 e compõe, ao lado do Departamento de Defesa (*Department of Defense*), do Estado-Maior Unificado (*Joint Chiefs of Staff*) e da CIA, um complexo aparato institucional de importância central para o desenvolvimento da ideologia de segurança nacional que regeu – e ainda hoje rege – a força imperialista estadunidense. Por sua vez, a Lei de Segurança Nacional origina-se das ideias que compõem a Doutrina da Contenção e a Doutrina Truman.

³ History of the NSC, 1947-1997. National Archives Record Administration, RG 273.

⁴ O projeto de poder que se desenhou extrapolou os limites das esferas governamentais, sendo projetado, articulado e executado com a colaboração efetiva de poderoso consórcio privado envolvendo membros da elite econômica, política e intelectual do país, organizados em entidades de classe e nas principais universidades estadunidenses. O eixo central dessa articulação contava com o Conselho de Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations* - CFR), o Comitê para o Desenvolvimento Econômico (*Committee for Economic Development* - CED), as grandes fundações (entre elas a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e a Fundação Carnegie) e a *Ivy League*.

Deste ideário nasceu a “guerra psicológica”⁵: a política de Estado sob responsabilidade do NSC que iria dar forma às disputas por consenso durante toda a Guerra Fria.

O conjunto de diretrizes formuladas pelo NSC entre 1947 e 1950 definiu as principais linhas de atuação dos serviços de informação estadunidenses na sua guerra política secreta para as décadas seguintes. Tornou possível a criação do Conselho de Estratégia Psicológica (PSB) e do Conselho de Coordenação de Operações (OCB)⁶, responsáveis “pelas operações psicológicas, pelos objetivos, políticas e programas psicológicos nacionais, e pela coordenação e avaliação do esforço psicológico nacional” (USIA. RG 306. PRESIDENT’S..., 4 abr. 1951, tradução própria).

Isto significou, na prática, a formulação e desenvolvimento de ações secretas para a conformação da opinião pública em favor do modelo capitalista em geral, e à política externa estadunidense em específico, como deixa claro o Programa Doutrinal D-33⁷, elaborado para

restaurar a influência dos EUA e minimizar a influência comunista entre os intelectuais do mundo. **O Programa Doutrinário visualiza um movimento intelectual de longo prazo, empregando uma literatura permanente e uma série de atividades acadêmicas para quebrar a doutrina cujos padrões ajudaram o Comunismo, e promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre.** (USIA. RG 306. PSYCHOLOGICAL..., 29 jul. 1953, tradução própria, grifo meu).

5 Guerra psicológica é o termo utilizado pelos governos estadunidenses para referir-se às suas ações ideológicas e ações diversas que não utilizavam confronto bélico.

⁶ *Psychological Strategy Board*, PSB, foi criado por decreto presidencial assinado por Harry S. Truman em 4 de abril de 1951. Eisenhower, ao criar a USIA em 1953, substituiu o PSB pelo *Operations Coordinating Board*, OCB.

⁷ Elaborado pelo PSB em 1953, o Programa Doutrinal D-33 orientou e coordenou as ações da CIA, do Departamento de Estado e da USIA na “guerra psicológica”.

À USIA, criada por decreto presidencial de Eisenhower em 1 de agosto de 1953, coube a missão de **“promover uma maior compreensão e aceitação das tradições e pontos de vista da América e do Mundo Livre.”**

Desde 1º de agosto, estamos empenhados em organizar a Agência sob a nova configuração e reprogramação ou atividades dentro das limitações da presente dotação. A nova declaração de missão da Agência, adotada na reunião da semana passada do Conselho de Segurança Nacional, é um grande avanço. É de suma importância para nós - e de fato para o povo americano - porque define claramente as linhas gerais dentro das quais, estou convencido, nosso serviço de informação no exterior pode fazer um trabalho efetivo. (...) Também incorpora o conceito do Comitê de Atividades Internacionais do Presidente (William H. Jackson Committee). **Este conceito é que as atividades psicológicas e a estratégia psicológica não existem além das políticas e ações oficiais. Sob esta nova missão, evitando um tom propagandístico, a Agência enfatizará a comunidade de interesse que existe entre as pessoas que amam a liberdade e mostrará como os objetivos e políticas dos Estados Unidos promovem os interesses legítimos de tais povos.** (USIA, RG 306. IMMEDIATE..., 28 out. 1953, grifos meus, tradução própria).

O fluxo das decisões de cunho ideológico e sua execução pela estrutura da USIA envolviam a aprovação do Presidente dos Estados Unidos e do Conselho de Segurança Nacional, além da participação do Departamento de Estado e da CIA (USIA, RG 306. OPERATING..., 1 nov. 1954).

O programa editorial da Agência, concebido a partir das premissas do NSC expostas no Programa Doutrinário PSB D-33, teve o propósito de fortalecer a aceitação da sociabilidade burguesa. Seu formato organizativo visou realizar a seleção de conteúdo, a escolha de colaboradores

e a operacionalização de canais de ampla divulgação e circulação para o alcance do público-alvo⁸.

O NACIONALISMO BRASILEIRO COMO PROBLEMA

Para os estrategistas estadunidenses, não havia diferença entre nacionalismo e comunismo (HAINES, 1989, RODEGHERO, 2007, SILVA, 2020), e a necessidade de combatê-los de forma associada se justificava na medida em que apresentavam um real empecilho ao capital privado e à livre iniciativa. Esta compreensão orientou as ações encobertas das agências dos Estados Unidos ao longo da década de 1950.

Em plano de ação para a América Latina, elaborado pela OCB em 1954, o nacionalismo é tratado como “poderoso fator na região, frequentemente expresso na forma de antiamericanismo” e que o comunismo, como ameaça contínua, poderia se disfarçar em nacionalismo e cooperar com grupos ou causas contra os Estados Unidos⁹ (SILVA, *op. cit.*, p. 48).

Nos *Country Plans* para o Brasil (documentos elaborados pela USIA para orientar suas ações segundo as determinações do OCB), o “problema” nacionalismo é retratado como porta de entrada para o peronismo (1953), obstrução para o desenvolvimento nacional (1956, 1957, 1958, 1959), fenômeno dos mais perigosos aos objetivos dos EUA no

⁸ Tendo por público-alvo líderes políticos, intelectuais, professores e estudantes de nível superior, entre 1953 e 1968, a USIA financiou a publicação de aproximadamente 12.661 títulos e 97 milhões de cópias em todas as áreas do conhecimento. Deste total aproximado, 1400 títulos e 8 milhões de cópias destinaram-se ao Brasil. Em 1956, a USIA foi responsável por inserir um total aproximado de 5.713 artigos em jornais e revistas brasileiros. Neste artigo, trato apenas do conteúdo produzido para circular em jornais brasileiros. Para detalhamento do programa editorial da USIA como um todo, ver MOZER, 2020.

⁹ Trata-se do *Outline Plan of Operations Against Communism in Latin America* (Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina) analisado em profundidade por SILVA em sua tese.

Brasil (1959) e recurso utilizado pelos comunistas para criar desestabilização política (1959)¹⁰.

Os obstáculos ao investimento estrangeiro e o descrédito da ajuda dos EUA ao Brasil, atribuíveis tanto à penetração comunista, em todos os níveis de governo, quanto ao ultranacionalismo, continuam a ameaçar gravemente o progresso social e econômico do Brasil. Entre muitos brasileiros, ainda não há uma conscientização adequada sobre essa ameaça em seu país. Segue-se, é claro, a contínua necessidade de encorajar uma unificada contração dos brasileiros. [...] Pesquisas de opinião pública (patrocinadas pelo USIS Rio e pela indústria) evidenciam a permanência de crédito ao governo para o desenvolvimento industrial, o que indica claramente a **necessidade de conscientizar os brasileiros das vantagens da iniciativa privada no desenvolvimento econômico do Brasil.** (USIA. RG 360. COUNTRY... 1957, grifos meus, tradução própria).

Por seu potencial de obstrução à política estadunidense, o nacionalismo foi objeto de ofensiva sistemática e bem-organizada para a sua erradicação enquanto força política popular. “O Brasil é o único país da América Latina capaz de se tornar uma potência mundial. Por isso, tanto no econômico quanto no estratégico, o Brasil é importante para os EUA. Um Brasil hostil ameaçaria a posição dos EUA no hemisfério inteiro” (USIA. RG 306. COUNTRY... 1958, tradução própria).

As prioridades dos planos traçados pelos EUA para ação no campo econômico brasileiro, ao longo da década de 1950, visavam obter vantagens comerciais, bem como acesso privilegiado aos recursos naturais, e garantir a prevalência do capital privado estadunidense para o financiamento de projetos desenvolvimentistas. Em outras palavras, almejavam influenciar e controlar o desenvolvimento brasileiro. O

¹⁰ Os *Country Plans* foram analisados em MOZER, *op.cit.*

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e o Programa de Assistência Técnica criaram as condições para as imposições restritivas estadunidenses às ambições nacionalistas.

A PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

Em consonância com os objetivos da política externa desenhada pelo NCS, a USIA pretendia que os planos de ação do posto USIS¹¹ Rio de Janeiro envolvessem a divulgação do programa de assistência técnica (o popularmente conhecido Ponto IV) e o convencimento da opinião pública acerca de seus benefícios, por meio da imprensa local.

Com este propósito, Hernane Tavares de Sá recebeu do posto a encomenda para escrever uma série de artigos a ser publicada no jornal *Correio da Manhã* em 1955.

[...] a série foi projetada para despertar um sentimento de orgulho nas realizações alcançadas por um projeto cooperativo. Ao mesmo tempo, a extensão e a importância da contribuição dos EUA ficaram claras. Acreditava-se que esta série, **que recebeu a maior disseminação possível, tenha contado a história de maneira convincente**. Sugere-se que seja trazida à atenção da Administração de Cooperação Internacional como evidência da ação do USIS Rio em aprofundar a compreensão de seus métodos e propósitos no Brasil. (USIS. RG 306. USIS RIO'S..., 23 maio 1955, tradução própria).

Os 6 artigos de Hernane Tavares de Sá publicados no *Correio da Manhã* repetiam o *modus operandi* da Agência, em que o posto USIS fornecia os argumentos centrais e os jornalistas contratados os empregavam e os esmiuçavam: eficiência da iniciativa privada; desburocratização nos

¹¹ *United States Information Service*: designação da equipe USIA em ação no exterior, concebido como postos de serviços.

investimentos utilizando capital privado; ineficiência do Estado brasileiro; exemplos dos benefícios sociais obtidos pela parceria técnica entre EUA e Brasil na agricultura, na educação, na pesquisa sobre a fissão do átomo, no financiamento para bolsistas brasileiros, no progresso industrial¹².

Em 3 de abril de 1956, o posto USIS Rio de Janeiro relatou, em documento encaminhado à USIA, a estratégia elaborada para combater os argumentos de setores nacionalistas em favor de acordos de ajuda técnica com países do Leste Europeu, especialmente a Bulgária.

Dizia o documento que “comunistas”¹³ alegavam que acordos de assistência econômica, militar e técnica com países do leste europeu mostravam-se muito mais adequados aos projetos desenvolvimentistas do país, representando uma alternativa aos acordos estabelecidos com os Estados Unidos.

Para neutralizar essas críticas, o posto produziu e disseminou conteúdo ideológico em diversos canais (notícias e artigos de jornais, programas de rádio, produção de documentário) condenando a aproximação comercial do governo brasileiro com o bloco de países socialistas. Afirmava que era um “real” perigo à segurança nacional e que as propostas de cooperação técnica do bloco soviético seriam uma estratégia para desestabilizar o país pela violência¹⁴.

¹² A série recebeu o seguinte título: “Ponto IV no Brasil: Modelo para o Mundo” e está disponível para consulta na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>.

¹³ O adjetivo “comunista” designava indistintamente os nacionalistas de todos os matizes, além dos próprios. Não há precisão no uso do vocábulo pelos funcionários do posto USIS Brasil.

¹⁴ Na época teria ocorrido um episódio de sabotagem na sede do partido comunista, revelado pela polícia local, e o fato foi amplamente divulgado como exemplo do tipo de assistência que o bloco comunista estaria fornecendo ao Brasil.

Enquanto isso, o USIS Rio intensificou a abordagem positiva a esse assunto, mostrando as vantagens e as realizações da ajuda dos EUA, empréstimos, assistência técnica e investimentos privados no Brasil. Imprensa, filmes e rádio apontaram que os EUA tinham um longo histórico de realizações, enquanto as ofertas soviéticas em geral haviam sido consideradas perigosas e decepcionantes. Em conformidade com as instruções, a atribuição a fontes oficiais foi evitada nos vários tipos de ação citados. (USIA. RG 306. DESCRIBING..., 3 abr. 1956, tradução própria).

O jornalista A. F. Porto Sobrinho colaborou com o posto USIS aceitando escrever uma série de artigos em defesa dos acordos de cooperação técnica Estados Unidos-Brasil, a serem publicados no jornal *Diário da Noite*. Foram 46 artigos na série intitulada *Por que comerciar com a URSS*, que o próprio Porto Sobrinho, posteriormente, sugeriu serem transformados em livro.

Em documento da USIA para o posto USIS Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1956, o então diretor da Agência, Streibert, não só elogiava a qualidade dos artigos escritos por Porto Sobrinho como sugeria que ele os adaptasse para serem publicados em outros países da América Latina, retirando as referências específicas ao Brasil. Sugere um preço, 100 dólares por um conjunto de 5 artigos, ou 20 dólares por artigo selecionado. Caso o autor aceitasse – e ele aceitou – a USIA faria o pagamento imediatamente via USIS Rio de Janeiro. Na ocasião, Porto Sobrinho estava nos EUA, integrando o *Latin American Journalist Grantee Program* (USIA. RG 306. ARTICLES..., 4 jun. 1956).

Publicados entre fevereiro e março de 1956, os artigos de Porto Sobrinho deram visibilidade aos argumentos da USIA: 1) o bloco comunista não possuía qualidade técnica; 2) os comunistas usariam os acordos de cooperação técnica para desestabilizar o país, em uma conspiração

internacional para expansão mundial do comunismo; 3) o mercado soviético era instável e pouco confiável, não honrando obrigações; 4) o volume de relações comerciais que o bloco comunista dizia ter não correspondia à realidade; 5) comercializar com qualquer país do bloco era como comercializar com a própria URSS, abrindo espaço para o imperialismo russo; 6) o poder de compra do bloco comunista em relação aos produtos brasileiros era ínfimo. Para fechar a sua série, no artigo final, publicado em 26 de março de 1956, Porto Sobrinho sentenciava: o mundo comunista não oferecia nenhuma vantagem ao Brasil.

Por que, apesar de reconhecerem [que] somos espoliados pelos americanos, não nos pagam um centavo a mais do que os preços que dizem fixados, extorsivamente, pela praça nova-iorquina? O mais grave é que a Polônia e a Tchecoslováquia, apesar de aceitarem prazerosamente tais cotações limitam-se a importações ínfimas, sem qualquer relevo no conjunto do comércio exterior brasileiro. E se realizam ainda um mínimo intercâmbio é, tão somente, para justificar o funcionamento aqui de suas embaixadas através das quais a Seção do Brasil do Partido Comunista recebe não apenas orientação política do Cominform como ainda os vultosos recursos financeiros que lhe permitem manter [sic] centena de jornais, importar maquinaria impressora no valor de milhões de cruzeiros, e enviar, mensalmente, à Cortina de Ferro, caravanas de estudantes, operários e ‘soit-disants’ intelectuais! E não há conhecedor das atividades bolchevistas no Brasil que [sic] essa circunstância. Daí a razão do PCB ter inscrito, no seu último Programa, a necessidade de intensificação da luta pelo reestabelecimento das relações com a URSS. Daí também porque se apresenta inconveniente, inoportuna e impatriótica qualquer ligação com aquele país sede do imperialismo eslavo. Foi o que pretendemos demonstrar no decorrer desse trabalho, dirigido aos homens de bom senso e aos que emprestam à nossa pátria toda a sacralidade possível. (PORTO SOBRINHO, 26 mar. 1956, p. 12).

A defesa dos programas de ajuda técnica estadunidense, consubstanciados pelo TIAR e pelo Ponto IV, previa a obstrução não só de acordos comerciais, mas também do desenvolvimento de tecnologias nacionais sofisticadas, como evidenciam as tratativas para a assinatura do Acordo Militar em 1952¹⁵ e os acordos a ele associados, firmados em 1955. Por meio desses acordos, os Estados Unidos esperavam o controle sobre as reservas de minérios estratégicos¹⁶ e a obstrução de desenvolvimento de tecnologia nacional para o refino desses minérios.

As tratativas para a assinatura do Acordo Militar envolveram coerção econômica e chantagens políticas, favorecendo os desdobramentos formalizados nas assinaturas, em 1955 (no governo Café Filho), do Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil e do Acordo de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica. Estes acordos de cooperação estabeleciam, entre outras coisas, o acesso irrestrito dos Estados Unidos aos minerais estratégicos e impediam o desenvolvimento de tecnologia nuclear nacional. Os termos desses acordos tornaram-se públicos e provocaram indignação nos nacionalistas¹⁷.

Em 1956, parlamentares nacionalistas iniciaram uma campanha de denúncias acerca das condições desfavoráveis ao Brasil alegando irregularidades e coerções. Conseguiram a implementação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos e exigiram a anulação dos acordos.

¹⁵ Nome oficial: Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em 15 de março de 1952.

¹⁶ Minérios tais como urânio, tório, cádmio, lítio, berilo, boro, monazita.

¹⁷ Para detalhes do Acordo Militar de 1952 e seus desdobramentos, ver MONIZ BANDEIRA, 1978.

Para atingir a opinião pública e esvaziar de sentido tanto as propostas nacionalistas sobre o programa nuclear brasileiro quanto as denúncias sobre as condições espúrias dos acordos, o posto USIS contou com a colaboração de jornalistas.

Em documento de 10 de agosto de 1955 o posto USIS Rio de Janeiro informava como agiu rapidamente para combater e isolar as críticas que o jornal *A Notícia* dedicava ao acordo entre Brasil e EUA para o uso de energia nuclear, encomendando artigo positivo a um jornalista brasileiro [não identificado], além da agilidade na distribuição de material jornalístico aos principais jornais do país¹⁸.

Na coluna Economia e Finanças da *Folha da Manhã*, São Paulo, de 5 de agosto, o escritor conclui sua análise afirmando: “Os acordos para o desenvolvimento da energia atômica podem constituir um teste definitivo e uma prova de fogo de nossa capacidade. (...) **Se agora mostrarmos qualidades de equilíbrio e discrição, que esperamos que existam, terá sido ganha a mais importante batalha interna brasileira contra o nacionalismo doentio, fruto da exploração do complexo de inferioridade 'caboclo', que em outros campos, como o petróleo e a energia elétrica, agora conseguiram a triste missão de recuperar o desenvolvimento econômico do Brasil**”¹⁹. (USIA. RG 306. IPS..., 10 ago. 1955, grifos meus, tradução própria).

O documento traz outras afirmações: devido à rapidez com que o posto agiu para neutralizar as críticas, especialmente as publicadas no jornal *A Notícia* (considerado comunista), houve uma boa recepção do assunto por grande parte da imprensa brasileira que, utilizando

¹⁸ O relatório informa, ainda, os títulos de matérias e respectivos jornais de publicação. Na pesquisa de confirmação, todas as matérias de fato foram publicadas e nenhuma delas apresenta assinatura. Segundo SANTOMAURO, o chefe da seção de imprensa do posto USIS Rio de Janeiro, Roberto Gonzaga, foi fundamental para a publicação de artigos do USIS nos principais jornais brasileiros, tais como O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora. Ver SANTOMAURO, *op. cit.*, p. 226.

¹⁹ O artigo foi de fato publicado, mas não apresenta autoria.

material fornecido pelo posto, pôde oferecer ao seu público uma “melhor interpretação” do acordo. Informa, ainda, que o posto atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil²⁰ para a coordenação dos pronunciamentos oficiais, via imprensa, oferecendo rápida e ampla distribuição de notícias, **assim como orientando editores e escritores na interpretação do significado desse assunto.** (USIA. RG 306. IPS..., 10 ago. 1955).

Em outro documento, datado de 13 de junho de 1955, o posto USIS Rio de Janeiro informava à USIA, em Washington, como vinha cumprindo as diretrizes em relação à cobertura jornalística sobre o acordo militar, e os esforços de neutralização das críticas publicadas por parte da imprensa nacional:

O *Correio da Manhã*, um dos maiores defensores do desenvolvimento dos usos da energia atômica, publicou uma série de cinco artigos, "Brasil 1960", preparados a partir de material de referência do USIS, mostrando as potencialidades do "Átomos para a Paz". [...] Será notado que esta série foi publicada na página 1 do *Correio da Manhã*. [...] A Comunista '*Imprensa Popular*' atacou o acordo com uma série de cinco artigos que se referiam a ele como um exemplo de 'Diplomacia Atômica ianque', sob o qual o presidente Café Filho vendia segredos publicados em 1951. Esse jornal denunciava que o *Correio da Manhã* fora escolhido pela Embaixada americana como instrumento para responder à campanha comunista. (USIA. RG 306. PRESS..., 13 jun. 1955, grifos meus, tradução própria).

O tom da série *Brasil 1960* era de entusiasmo pelas possibilidades de desenvolvimento que o acordo nuclear, tratado pela imprensa a ele simpática como Programa Átomos pela Paz (denominação dada pelo

²⁰ Para conhecer episódios de envolvimento do Ministério das Relações Exteriores com as agências de informação e inteligência dos Estados Unidos, ver SILVA, *op. cit.*

governo Eisenhower), traria ao Brasil em 5 anos. Uma das manchetes dizia ser “sensacional [o] oferecimento de Eisenhower. Os Estados Unidos forneceriam reatores atômicos e técnicos às nações amigas”. Era o “átomo a serviço do mundo livre” (BRASIL 1960..., 12 jun. 1955). Os artigos da série apostavam no convencimento pela promessa de desenvolvimento, escolhendo as áreas mais sensíveis à opinião pública: saúde, produção de alimentos e abertura de empregos no setor industrial. A série não foi assinada, e sua apresentação sugeria ser de autoria do jornal que a publicava.

A série *O Poder do Átomo*, assinada por Maurício Caminha de Lacerda, tinha um tom mais enfático na promessa por desenvolvimento. Foram seis artigos no total²¹, cada qual abordando um benefício (os mesmos da série anterior – medicina, agricultura, industrialização), mas com algumas diferenças argumentativas relevantes, já em decorrência dos embates públicos travados sobre o assunto: 1) tamanho das reservas; 2) monopólio estatal na exploração; 3) competência técnica e recursos e; 4) desvincular o acordo militar da corrida armamentista.

Em síntese, os artigos da série *O Poder do Átomo* defendiam que havia abundância de tório e urânio em solo brasileiro e argumentavam pela urgência na exploração para benefício da industrialização, da agricultura e da medicina brasileiras. Entretanto, defendiam que o Estado brasileiro não tinha condições de liderar a extração pelo monopólio, pois não tinha projeto de longo prazo, programa de pesquisa e nem competência técnica suficientes. Acusavam o Brasil de falta real de interesse no projeto por haver interrompido o repasse de verbas para o

²¹ A pesquisa realizada no Correio da Manhã revelou 6 artigos ao invés dos 5 afirmados no relatório USIS. Assinatura do autor, título e período de publicação conferem com as informações encontradas no documento produzido pelo posto USIS Rio.

adequado funcionamento da Comissão de Energia Nuclear do então recém-criado CNPq, destinadas à formação de técnicos e à realização de pesquisas. “O principal obstáculo à aplicação da energia atômica em [sic] fins pacíficos tem sido a escassez de técnicos e cientistas habilitados”. Mas não só: as leis de proteção às reservas representariam também um “grave” entrave ao “avanço” do país, e **“já há quem ande por aí a anunciar que também o átomo será nosso”**. O financiamento privado e a ajuda técnica de países como Estados Unidos e Inglaterra seriam a solução para desenvolver competência na utilização do átomo para fins pacíficos (LACERDA, M., ago./out. 1955)²².

Por sugestão do próprio Lacerda ao posto USIS, uma nova série sobre o assunto, mais longa e com maior detalhamento na exploração dos argumentos pró-Estados Unidos, foi escrita pelo jornalista. Intitulada *O Fio de Ariadne*²³, ela reuniu 26 artigos publicados entre agosto e novembro de 1956, e trabalhou para a desqualificação das denúncias dos parlamentares, construindo uma teia envolvendo comunistas, nacionalistas e a empresa brasileira Prospec, como agentes portadores de interesses econômicos e políticos escusos, implicando o governo JK em um escândalo no início de seu mandato. Esta série não foi assinada e obteve sucesso em seu objetivo: a manutenção do acordo militar nas bases em que fora assinado. O posto USIS atribuiu ao seu trabalho, via imprensa, e ao trabalho (leia-se coerção) da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, a reversão da pressão de setores nacionalistas na exigência do cancelamento do acordo.

²² Entre aspas, frases retiradas dos artigos. A série de artigos pode ser consultada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

²³ A série pode ser conferida nas edições do *Correio da Manhã* disponíveis para consulta online na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

UMA PEÇA NO ENTRAMADO PARA DISPUTAR AS MENTES

A Agência de Informação dos Estados Unidos foi uma peça do entramado institucional do Estado para contribuir, em aspectos específicos, para a hegemonia estadunidense no cenário mundial pós-Segunda Guerra. A Lei de Segurança Nacional e a criação do Conselho de Segurança Nacional tornaram possível um trabalho coordenado de ações de ingerência sobre Estados nacionais e movimentos sociais mundo afora, concatenando ações ideológicas, ações de sabotagem, assassinatos de opositores, articulação de golpes de Estado, coerção econômica etc, a cargo de instituições como a USIA, a CIA, o Departamento de Estado, as Embaixadas e outras, e contando com a substancial participação de uma infinidade de instituições privadas.

Compreender a abrangência desta rede articulada e coordenada a partir dos interesses do capital estadunidense, implica em trabalhar a análise do fenômeno dentro de algumas premissas: 1) a totalidade como mediação imprescindível para a compreensão dos fenômenos sociais aparentemente locais; 2) que a hegemonia pressupõe a articulação de poderes político, econômico, cultural e militar para a construção de consenso ou para a coerção; 3) que o poder do capital transnacional prevalece sobre o poder político e; 4) que a forma Estado é um recurso essencial na luta de classes²⁴.

Quatro particularidades do Estado demonstram a sua importância na sociedade capitalista: 1) é a única esfera capaz de fazer com que o interesse particular de uma classe pareça o interesse geral de toda a sociedade; 2) sintetiza costumes e valores e projeta recursos e metas para

²⁴ O parágrafo articula, resumidamente, as obras de NETTO, 2011; GRAMSCI, 2002; WOOD, 2011; OSÓRIO, 2014; HIRSCH, 2010.

toda a sociedade; 3) é no seu interior que o poder se reproduz; 4) as funções estatais são essenciais para a reprodução societária (OSORIO, 2014).

O nacionalismo e suas propostas de desenvolvimento compunham projetos para o país que colidiam com muitos dos interesses estadunidenses, o que fez deles um entrave, e o trabalho político da USIA, fartamente documentado, foi operar a desarticulação das forças nacionalistas e criar condições concretas para afastá-las da condução do Estado brasileiro.

A análise construída neste artigo, utilizando a documentação produzida pela USIA, repousa nas premissas e na compreensão do papel do Estado na sociedade capitalista, e aponta para a necessidade de se examinar os anos que separam o fim da Segunda Guerra Mundial do golpe empresarial-militar de 1964 com o recurso de uma lente grande-angular para focar, simultaneamente, as disputas políticas endógenas, a ingerência do capital transnacional e os embates pelo controle sobre os mecanismos de produção de conhecimento, fonte de toda a fortuna crítica portadora de transformação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL 1960. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 de jun. 1055. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- CULL, Nicholas. **The Cold War and the United States Information Agency: american propaganda and public diplomacy, 1945-1989**. NY: Cambridge University Press, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.3.
- HAINES, Gerald K. **The Americanization of Brazil: a study of US Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954**. Wilmington: Scholarly Resources, 1989.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

LACERDA, Maurício Caminha de. O poder do átomo (Série). **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ago./out. 1955. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOZER, Josiane. **A arquitetura da dominação**: o programa editorial da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1968). Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PORTO SOBRINHO, A. F. O mundo comunista não oferece qualquer vantagem ao Brasil. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 12, 26 de mar. 1956. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 17 abr. 2019.

RODEGHERO, C. S. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SANTOMAURO, Fernando. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil, 1953-1964**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Formato ePub.

SILVA, Vicente Gil da. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil**: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese (Doutorado) UFRJ, 2020.

USIA. RG 306. Articles by Porto Sobrinho, **June 4, 1956**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

_____. Describing action taken by USIS Rio to conter Soviet offer of assistance to Latin America, **April 3, 1956**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications

Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

_____. Immediate Release, **October 28, 1953**. In: NARA II, USIA, RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 3, Folder Overseas Book Program.

_____. IPS: Press reaction to signing of agreement providing for cooperation between Brazil and US in the Atoms for Peace Program, **August 10, 1955**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

_____. Operating Responsibilities and Relationships for the United States Information Agency, **November 1, 1954**. In: NARA II. USIA. RG 306, Bureau of Educational and Cultural Affairs. Office of Cultural Centers and Resources. Library Programs Division. Special Collections Branch. Book Program Materials. Entry P 88. Box 4, Folder 26th Semi-annual Report on Educational Exchange Activities – Letter from Chairman, US Advisory Commission on Educational Exchange.

_____. President's Directive. **April 4, 1951**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of Policies and Programs. Top Secret Committee Records 1951-1954. Entry P 297. NND 50613. Box 2, Folder Liaison: PSB.

_____. Press reaction to initialing of atomic energy agreement between Brazil and United States, **June 13, 1955**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

_____. Psychological Strategy Board Status Report, **July 29, 1953**. In: NARA II. USIA. RG 306. Office of the Secretary. Executive Secretary. Psychological Strategy Board Working Files 1951-1953. Lot File 62-D 333. NND 959288. Box 6, Folder PSB-D-45.

_____. USIS-Brazil Annual Assessment Report for the Period October 1, 1957 to September 30, 1958. In: NARA II. USIA. RG 306. Information Center Service. Bibliographic Division. Copies of Country Plans, 1952-1959. Entry P327. NND 36961. Box 2.

_____. USIS Rio's accomplishment in publicizing US Technical Cooperation Activities in Brazil, **May 23, 1955**. In: NARA II. USIA. RG 306. Press and Publications

Service. Correspondence Files Latin American United States Information Service Post 1954-1958. Entry P 233. Box 1.

WOOD, Ellen. M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

21

CONTROLE NO ENSINO SUPERIOR: A ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA UFAL (1971 - 1974)

João José da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa que se destaca pelo seu ineditismo, ao analisar fontes primárias (documentos do antigo órgão de vigilâncias da UFAL) que foram localizadas apenas em 2016, quando da reorganização do Arquivo Acadêmico da UFAL. É importante salientar que há estudos sobre as Assessorias em outras universidades e órgãos da administração pública, mas sobre a AESI/UFAL o estudo é inédito. Durante o estudo foi possível verificar que a Ditadura agiu estabelecendo uma postura antimarxista, estabelecendo um controle da Comunidade Acadêmica da UFAL. O controle nas universidades ocorreu, de acordo com Motta (2014, p. 16) porque estas “[...] representam espaço privilegiado para observar os entrelaçamentos das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país”.

A preocupação do governo central durante a Ditadura Civil-militar em manter formas de controle dentro das Universidades resultou na criação de ferramentas que lhes permitissem a investigação e o controle daqueles considerados subversivos. O foco da vigilância estava

¹ Mestre em Educação Brasileira – Centro de Educação – UFAL – joaojs_19@hotmail.com Prof.ª Dr.ª Edna Cristina do Prado – Orientadora – Centro de Educação – UFAL – wiledna@uol.com.br

principalmente sobre estudantes universitários, desde o início da Ditadura, pois estes eram tidos como detentores de grande potencial subversivo. Foi neste sentido que a União Nacional dos Estudantes - UNE foi extinta, por meio da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 4.464/64, e muitos estudantes passaram a militar na clandestinidade (VERÇOSA, 2011).

A preocupação com o desenvolvimento de ideias contrárias ao governo gerou mecanismo de repressão e controle, dentre eles uma assessoria envolvida na coleta de informações, com o objetivo de vigiar, reprimir e controlar a comunidade acadêmica, seja professor, estudante ou técnico; uma assessoria a serviço da ditadura, contra a comunidade acadêmica.

Observou-se que algumas pessoas se prestaram ao desserviço de fornecer informações à AESI contra membros da comunidade universitária, auxiliando na repressão a indivíduos e movimentos com ideias de esquerda, sendo a favor do monitoramento e controle de indivíduos “subversivos”. É neste sentido que o presente artigo busca verificar como a AESI/UFAL agiu como um órgão que, por meio do amplo acesso às informações, destacou-se como forte aliado da ditadura. Essa reflexão é primordial para que possamos entender os reais motivos de se estabelecer o controle sobre os chamados subversivos.

Para analisar o controle da comunidade universitária, recorreu-se a Foucault (1975), que dispõe que o controle é adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível. Neste sentido, o governo agia de forma sutil e sigilosa, por meio da AESI, a fim de torna-se vigilante, sem ser percebido.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos técnicos utilizados no presente artigo pautaram-se na análise bibliográfica e documental. Segundo Gil (2009), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo, a explicação de um problema a partir de referências teóricas já publicadas, formada principalmente por livros, monografias, teses e publicações periódicas, como jornais e revistas. Ainda segundo o autor, a mesma possibilita o conhecimento e a análise de contribuições culturais ou científicas a cerca de um determinado assunto, possibilitando uma cobertura mais abrangente de uma série de fenômenos.

Por outro lado, para Gil (2009), a pesquisa documental, apesar de ser semelhante à pesquisa bibliográfica, difere-se pela natureza das fontes, pois esta se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico como: documentos de arquivos, atas, relatórios, boletins, jornais, gravações, pareceres, fotografias, etc. Além disso, a pesquisa documental se apresenta como importante metodologia, pois “[...] documento é história” (EVANGELISTA, 2008, p 3).

Assim, trabalhando com documentos e a fim de obter uma análise dos dados coletados acerca da atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação - AESI, instituída com o objetivo de dotar o poder central de tantas informações quanto fossem possíveis para minimizar e até mesmo extinguir qualquer “ameaça” da esquerda, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, tendo como suporte teórico-metodológico as contribuições de Bardin (2011). Neste sentido, o trabalho com documentos se apresenta como um desafio ao pesquisador, pois “[...] se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção

de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta” (EVANGELISTA, 2008. p. 5).

Bardin (2011) salienta que a Análise de Conteúdo consiste em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados ou inferência e interpretação. Assim, a Análise de Conteúdo “[...] não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2011 p. 37).

Vale salientar que, de acordo com o objetivo da pesquisa, buscou-se um caminho que possibilitasse o levantamento dos dados e a interpretação desses, uma opção metodológica que não se limite a uma abordagem quantitativa ou qualitativa. Segundo Bardin: “[...] a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido em qualquer mensagem” (BARDIN, 2011, p. 15).

No sentido de problematizar a criação da AESI na UFAL e sua atuação, realizamos uma reflexão com base em revisão bibliográfica existente acerca da temática, ou seja, obras que descortinam as interfaces, os conflitos e as tensões políticas envolvendo os agentes que se encontravam no âmbito da universidade, mas também aqueles que se encontravam na administração central. Em princípio, buscou-se analisar o período do Golpe e da Ditadura, como tratamento descritivo que constitui uma fase prévia do procedimento (BARDIN, 2011). Assim, os trabalhos produzidos por Fico (2001, 2004), Motta (2014), Maués (2013) e Verçosa (2011) serviram de base no percurso da pesquisa.

Por meio da AC, foi definida a categoria Controle (FOUCAULT, 1995), base do processo de análise, o que permitiu a classificação de elementos de significação. Essa organização categórica auxiliou a análise. Com isso, foi possível a realização de inferências sobre as mensagens contidas nos documentos, o que nos permitiu uma interpretação dos dados.

A pesquisa embasou-se em Leis, Decretos e em Ofícios emitidos e recebidos pela AESI/UFAL, no período de 1971 a 1974 que se encontram arquivados no âmbito da Universidade Federal de Alagoas, especificamente no Arquivo Acadêmico, assim como a análise do documentário elaborado pela Universidade, coordenado pelo ex-Reitor João Azevedo, em 1982.

3. CONTROLE NO ENSINO SUPERIOR: A ACESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA UFAL (1971 - 1974)

A pesquisa, ao analisar o Controle exercido pela assessoria na UFAL, constatou que suas ações representaram o interesse do governo, instituindo instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível (FOUCAULT, 1975). Também foi constatado que a política de Estado foi executada por meio de uma estrutura legislativa capaz de silenciar grupos de oposição e assim sustentar o regime (PRIORI et. al., 2012).

Além de ratificar que houve uma preocupação em desmobilizar o movimento estudantil, segundo Oliveira (2003), as ações do governo buscaram manter os estudantes sem participar, opinar, criticar e sem poder se informar sobre questões econômicas e políticas. A análise da categoria Controle considerou como a constituição da Assessoria dentro

da UFAL buscou cercear a liberdade dos membros da Universidade, principalmente do Movimento Estudantil (ME).

Observou-se que a AESI da UFAL buscou estabelecer: (1) o sigilo das informações e o controle da comunidade universitária; (2) triagem de funcionários para trabalhar na Universidade e interferência na contratação de pessoas para auxiliar na disponibilização de informações à AESI/UFAL; (3) controle na circulação de vários livros no âmbito da universidade; (4) proibição do uso de algumas palavras em documentos oficiais e pessoais.

3.1 O SIGILO DAS INFORMAÇÕES E O CONTROLE DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Para analisar a criação e ação da AESI, é importante destacar a responsabilidade dos envolvidos no processo de obtenção e disponibilização de informações quanto ao sigilo e guarda do teor dos documentos. Havia nos documentos AESI/UFAL uma ressalva sobre a responsabilidade do destinatário com a manutenção do sigilo da informação. Os documentos enviados pela assessoria possuíam um carimbo, conforme figura 1, com a finalidade de alertar que o destinatário era responsável pela manutenção do sigilo da informação.

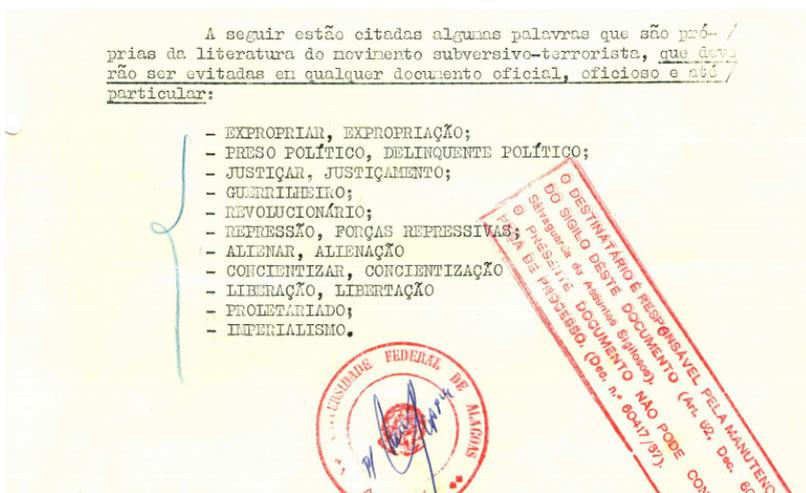


Figura 1- Carimbo de responsabilização pelo sigilo. Fonte: Informação nº 17/1972, acervo AESI/UFAL (Doc 8).

Neste sentido, os envolvidos deveriam atentar para o que estava previsto no Art. 62 do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, o chamado “Regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos”, que estabelecia que “[...] toda e qualquer pessoa que, oficialmente, tome conhecimento de assunto sigiloso fica automaticamente responsável pela manutenção de seu sigilo” (BRASIL, 1967). Além disso, o referido carimbo também alertava sobre a impossibilidade de documentos comporem outros processos, o que demonstra a preocupação dos membros da assessoria em evitar o acesso de pessoas não autorizadas ao teor dos documentos, por isso deveriam ser tratados com sigilo.

Esse sigilo era importante para que outras pessoas não tivessem acesso ao teor dos documentos e pudessem saber os reais interesses do governo, obter um controle da comunidade acadêmica, principalmente do Movimento Estudantil.

A busca pelo controle sobre o movimento estudantil foi verificada com base na ação da assessoria que investigou a participação de

estudantes em eventos estudantis, como demonstra o documento denominado Informação nº 16/72/AESI/UFAL, emitido em 01 de dezembro de 1972, em que o Reitor e o chefe da assessoria receberam informações da DSI/MEC e enviaram às coordenações de Medicina, Odontologia, Engenharia, Economia, Educação, Direito etc., a fim de advertir sobre a representação estudantil.

O governo militar considerava ilegais todos os tipos de encontros estudantis que não estivessem em acordo com a legislação vigente, assim havia a intenção de controlar manifestações políticas do Movimento Estudantil – ME. A assessoria solicitou dados sobre a atuação dos Diretórios Acadêmicos das unidades, seus interesses, reivindicações e tendências políticas. Isso foi verificado em Ofício Circular 5 AESI/UFAL/1973, emitido pela assessoria em 25 de abril de 1973. Segundo Silva (2020), no referido documento a AESI solicitou informações referentes à atuação do Diretório Acadêmico das Unidades, seus interesses e reivindicações e tendências políticas, além de informações quanto à realização de congresso, simpósio, encontro estudantil, e quais pessoas organizariam e estariam presente.

Vale salientar que a União Nacional de Estudantes já tinha sido posta na ilegalidade, e todos os tipos de encontros estudantis que estivessem em desacordo com a legislação, ou contra as normas do governo eram considerados ilegais.

Sobre essa legislação durante a Ditadura Civil-militar, verificou que esta buscou cercar a liberdade de manifestação de pensamento, pois agiram contra qualquer conduta, cuja promoção estivesse em desacordo com espírito dessas determinações legais. Buscou combater principalmente o Movimento Estudantil ao defender que a este cabia “[...] preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o

patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar (BRASIL,1967).

Continuando a análise do controle que a assessoria buscava sobre o movimento estudantil, verificou-se a vigilância aos estudantes em documento enviado em 27 de setembro de 1972, aos diretores de unidades da universidade. Por meio do Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL, a assessoria informou sobre a realização de eventos com temas contrários ao governo.

A ESI/UFAL informou às coordenações dos diversos cursos da universidade sobre a realização de um congresso estudantil classificado como sendo nitidamente de cunho esquerdista, e que outro evento iria acontecer. A fim de vigiar a comunidade universitária, a assessoria solicitou, ainda com base no Pedido de Busca nº 38/72/AESI/UFAL, informações sobre as pessoas que iriam participar do XXII Congresso Internacional de Sociologia e de quem participou do Congresso no Chile.

O controle, segundo Foucault (1975), é adquirido por meio de instrumentos com a finalidade de obter uma vigilância permanente, exaustiva e onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de tornar-se invisível. Neste sentido, o governo agia de forma sutil e sigilosa, por meio da AESI, a fim de torna-se vigilante, sem ser percebido.

O Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969 em seu Art. 1º, dentre outras determinações, proibia a organização ou participação em movimentos contrários à Ditadura, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados. Para vigiar e controlar a conduta de servidores do quadro da universidade, a assessoria enviou, em 10 de agosto de 1973, ofício circular nº 11/73.

Para estudante caracterizado como subversivo, ou contrário à Ditadura, a penalidade era “[...] de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos” (BRASIL, 1968). A repressão era disfarçada de legalidade e ocultada pelos chamados “dispositivos legais”, criados para controlar e reprimir o Movimento Estudantil.

A legislação vigente não tolerava qualquer ação/expressão contra ideias do governo. Neste sentido, a assessoria buscou vigiar e informar sobre os recursos punitivos, estabelecendo uma repressão preventiva que, segundo Magalhães (1997), consistia na execução de vigilância e controle diário, que gerou uma comunidade de informações.

O Decreto-Lei nº 477/69, proibiu manifestações de caráter político e atividades consideradas subversivas em universidades, prevendo a expulsão de estudantes e demissões de professores e funcionários; a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Segundo Guazelli e Torres havia um “[...] arcabouço legal utilizado para reprimir aqueles que se opunham ao regime” (GAUZELLI e TORRES, 2014, p. 1). A pesquisa permitiu analisar a participação da assessoria e do dirigente da instituição, na busca por uma comunidade passiva, não política. Isso foi constatado quando o então Reitor Nabuco Lopes emitiu memorando de nº 01/1972 à Direção da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, orientando que houvesse o contato constante com membros do Diretório Acadêmico da referida Faculdade, a fim de evitar a adoção de medidas enérgicas. No referido documento consta solicitação de cooperação.

Para prevenir uma conduta contrária às ideias do governo, o reitor alertava para a necessidade de manter contato constante com a direção

do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia e Administração. Vale salientar que o Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, em seu Art. 11, alínea d, previa que era vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como a incitação, promoção ou o apoio às faltas coletivas aos trabalhos escolares (BRASIL, 1967).

Nessa reflexão sobre a conduta de autoridades universitárias da UFAL, que limitavam o Movimento Estudantil, em consonância com os governos militares, é importante observar que, com a entrada em vigor do Decreto-lei 228/67, houve restrição ao debate político. Para controlar o movimento estudantil e obter passividade dos estudantes, dentre outros dispositivos do referido Decreto-lei 228/67, destacou-se o Art. 1º:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições; b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; e) assistir os estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas. (BRASIL, 1967)

A fim de atender ao disposto no Decreto-lei 228/67, alínea c, que definiu como finalidade dos órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições

de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar, o Reitor Nabuco Lopes emitiu o memorando de nº 01/1972, à Direção da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, informando que, caso os considerados perturbadores irrecuperáveis não observassem a legislação vigente e interpretassem sua atitude como demagogia, seria forçado a adotar medidas enérgicas.

Essa conduta do Reitor da UFAL, Professor Nabuco Lopes, caracterizou cooperação para com o Regime. Cooperação esta, efetivada quando o mesmo salientou que, caso não houvesse a submissão de estudantes ao processo educativo elevado da coordenação, seriam considerados perturbadores e com isso, reprimidos com ações enérgicas.

As manifestações perturbadoras caracterizam-se como atos e reuniões em desacordo com a legislação vigente, que proibiu manifestações políticas. Essa perseguição ocorreu em um momento em que a classe dos estudantes, com toda a sua liderança, foi “[...] caçada e perseguida, acusada pela ditadura” (FONSECA, 2008, p 27).

3.2 TRIAGEM DE FUNCIONÁRIOS PARA TRABALHAR NA UNIVERSIDADE E INTERFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PARA AUXILIAR NA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES À AESI/UFAL

Outro ponto importante na presente análise foi a busca por colaboradores aptos a trabalhar no sistema de informações. A assessoria buscou estabelecer o controle da comunidade acadêmica, mas não agia isoladamente. Para isso, buscou colaboradores que estivessem aptos a trabalhar no sistema, resguardando o sigilo e sendo responsáveis pela coleta e guarda de informações. Isso foi verificado quando assessoria encaminhou, em 12 de outubro de 1972, aos diretores de unidades, Ofício circular nº 14 de 1972/AESI/UFAL.

O Chefe da AESI solicitou a indicação de pessoas de confiança, sem que estas soubessem da intenção de recrutamento para atuarem no sistema de informação, o que confirma a intenção de manter sigilo no controle da comunidade universitária. Para manter o sigilo, as pessoas indicadas não saberiam o porquê da indicação, sendo de responsabilidade da AESI os contatos futuros. Entretanto, não foi localizado documento com as indicações.

O processo de seleção de pessoas para trabalhar no sistema ocorreu como uma forma de controle da assessoria, a fim de recrutar funcionários com potencial para colaborar, mediante treinamento, no recebimento e guarda de informações sigilosas. Ou seja, o funcionário que trabalhava no controle da comunidade universitária, deveria ser capacitado para manusear documentos de natureza sigilosa, auxiliando na execução da segurança nacional.

Uma assessoria que recebeu elogios do governo militar à época, no tocante à sua atuação. Segundo Motta (2008, p. 39), “[...] em 30/05/1972, [...] o diretor da DSI/MEC enviou circular em que elogia as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com mais eficiência que as outras”.

A análise do controle também permitiu verificar que a AESI/UFAL buscou agir na seleção para contratação de pessoal para o quadro de ensino da universidade. A assessoria solicitou ao Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFAL informações sobre os candidatos às vagas de ensino. Isso foi verificado em ofício 63/74, expedido em 11 de junho de 1974.

Referente à seleção de pessoas, verificou-se que a Assessoria da UFAL foi crucial para impedir uma pessoa de assumir o cargo de auxiliar de ensino, mesmo tendo sido aprovada em processo seletivo.

Importante lembrar que demissões por questões políticas ocorreram durante a Ditadura e quando uma pessoa era demitida, mesmo que comprovada aptidão para o cargo por meio de aprovação em concurso, era declarada a impossibilidade de tomar posse.

A influência da assessoria no controle do acesso ao quadro de ensino foi observada em despacho do Procurador Geral da UFAL, em 27 de dezembro de 1972, quando orientou o reitor da universidade para que não procedesse à contratação de servidor demitido pelo chamado governo revolucionário.

O Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964, especificamente seu Art. 7º - § 1º, assim dispõe:

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (BRASIL, 1964).

Notou-se como a assessoria estava atenta aos processos de seleção de candidatos que almejavam o ingresso no quadro docente da universidade. A AESI/UFAL agiu no controle das contratações, ratificando sua importância no sistema de informações. Mesmo que a nomeação dependesse de decisão do reitor, esta evitou que uma pessoa demitida por ato do governo militar, tivesse a contratação efetivada na UFAL. Isso foi verificado ainda no despacho do Procurador Geral da UFAL, em 27 de

dezembro de 1972, quando houve a preocupação na contratação de pessoas, para área de ensino, de pessoa subversiva, afastando o que chamou de resíduos da subversão.

No *corpus* da pesquisa não foram localizados dados de prisões, expulsões de discentes ou servidores. Entretanto, é importante destacar a atuação da AESI/UFAL na seleção de funcionários. Por meio do Documento nº 109/73, de 07 de maio de 1973, ao ter ciência da demissão e após despacho do Reitor da UFAL, o Diretor da Faculdade de Economia e Administração afirmou que estava aguardando oportunidade para dar ciência, em caráter confidencial, a um candidato, sobre a impossibilidade de sua Admissão como Auxiliar de Ensino (SILVA, 2020).

3.3 CONTROLE NA CIRCULAÇÃO DE VÁRIOS LIVROS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE

A pesquisa sobre o controle nas universidades é importante, pois permite, mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos referentes aos antigos órgãos de informação criados durante a Ditadura Civil-militar, observar a preocupação do governo em estabelecer uma vigilância no interior das instituições de ensino superior. Isso foi verificado quando a assessoria enviou uma relação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça. Essa relação de livros foi encaminhada no sentido de controlar o uso de exemplares pela comunidade universitária. Houve restrição e coube à Assessoria a função de evitar a circulação dos livros proibidos pelo Ministério da Justiça.

Uma lista totalizando 45 (quarenta e cinco) livros *proibidos pelo Ministério da Justiça* foi verificada no Ofício circular nº 11 de 1972, ofício este enviado aos Diretores de Economia e Administração da UFAL, para

remetessem à AESI, os exemplares que por ventura existissem na biblioteca da unidade.

Dentre os livros proibidos constam: *A Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray e *A história da Revolução* de Nelson Werneck Sodré. Debray foi um filósofo, jornalista e professor francês, que concluiu seu doutorado na École Normale Supérieure². O mesmo foi seguidor do marxista Louis Althusser e amigo de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, nos anos 1960, tendo o acompanhado na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 (SILVA, 2016).

Já a publicação da obra de Nelson Werneck Sodré ocorrera sob o impacto do golpe de 1964, apresentando um discurso historiográfico com a intenção de conquistar aliados para as suas posições nacionalistas, inclusive militares. De acordo com Rodrigues (2013), ao discutir a missão das Forças Armadas, Sodré deixou bem claro que estas deveriam assegurar ao país as condições democráticas e a livre expansão econômica nacional.

Houve o controle na circulação de livros que tinham ideias contrárias ao governo porque, segundo Silva (2016), as esquerdas radicais baseavam suas práticas revolucionárias em obras como *Revolução na revolução*, de Jules Régis Debray.

Em resposta ao referido ofício circular, sobre os livros proibidos de pelo Ministério da Justiça, foi encaminhado, pelo Diretor da Faculdade de Economia e Administração da UFAL, o ofício nº 225/72, emitido em 22 de agosto de 1972, informando que, mesmo após cuidadosa busca na biblioteca da Faculdade, não foi encontrada nenhuma das obras

² A École Normale Supérieure foi fundada em Paris, na França, durante a Revolução Francesa de 1794, sendo uma referência mundial em ensino e pesquisa.

indicadas na relação anexada àquela circular, e consideradas proibidas pelo Ministério da Justiça (SILVA, 2020, p.114)

Até meados da década de 1970 houve controle de obras políticas que questionassem ideias e práticas do governo. Não bastava tomar o poder; a fim de permanecer no governo, os militares buscavam o controle e proibição da circulação de determinados livros, a fim de instituir um ensino de acordo com as necessidades do governo. Esse controle se efetivava de várias formas, controlar o uso de livros nas Universidades, era uma delas.

3.4 PROIBIÇÃO DO USO DE ALGUMAS PALAVRAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS E PESSOAIS

A restrição imposta pelo governo militar era tão grande que até o uso de certos vocábulos era proibido. Isso foi constatado quando a assessoria enviou o documento Informação nº 17/72/AESI/UFAL, expedido em 1 de dezembro de 1972, solicitando ao Diretor da Faculdade de Economia e Administração, que evitasse o uso de algumas palavras em documentos oficiais e até particulares:

A seguir estão algumas palavras que são próprias da literatura do movimento subversivoterrorista, que deverão ser evitadas em qualquer documento oficial, oficioso e até particular: Expropriar, expropriação, preso político, delinquente político, justicar, justicamento, guerrilheiro, revolucionário, repressão, forças repressivas, alienar, alienação, conscientizar, conscientização, liberação, liberar, proletariado, imperialismo. (SILVA, 2020, p. 65).

A proibição na utilização de determinados termos no âmbito da Universidade Federal de Alagoas foi acatada em parte, pois algumas

palavras eram indispensáveis na produção de documento. Isso foi observado em resposta o Diretor da Faculdade de Economia e Administração enviou à assessoria Documento nº 15/73/AESI/UFAL, afirmando que: “[...] dentre os termos citados, alguns não podem deixar de ser usados, pois pertencem à linguagem jurídica consagrada pela nomenclatura jurídica universal, como expropriado, no sentido de desapropriar, e alienar, no sentido de venda etc.” (SILVA, 2020, p 97).

Na resposta, contida do excerto acima, verificou-se contestação sobre o uso de determinados termos, que não poderiam deixar de ser utilizados por pertencerem à linguagem jurídica. Ao analisar a informação constante no documento, produzido em 10 de janeiro de 1973, pelo Diretor da Faculdade de Economia e Administração, pudemos inferir que a ação da assessoria buscou proibir a utilização de determinados termos que tivessem ou fizessem referência às ideias consideradas subversivas, controlando o uso de palavras consideradas inerentes a uma *“literatura do movimento subversivo-terrorista”*.

A circulação de livros foi limitada porque, segundo Ginzburg (2006), é neles que o pesquisador recupera parte da história; é na literatura que certas ideologias reaparecem. Refletindo sobre a ação da AESI no âmbito da UFAL, verificou-se que o aparelho disciplinar e controlador do Estado, por meio dessa Assessoria, foi capaz de vigiar e controlar a comunidade universitária (FOUCAULT, 1975).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle nas Universidades gerou graves consequências para o movimento estudantil e para a comunidade acadêmica. Cercearam a liberdade, a UNE entrou na clandestinidade e a preocupação com a

disseminação de ideias contrárias ao governo gerou uma batalha longa de mais de 20 anos. Gerou um modelo de vigilância constante no âmbito das universidades, a fim de vigiar e controlar a comunidade universitária.

A AESI foi instituída na Universidade Federal de Alagoas pelo então Reitor Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos, por meio da Portaria nº 9.488, de 14 de dezembro de 1971. A pesquisa foi importante na medida em que descortinou ações e objetivos da referida assessoria, que agiu como um órgão de vigilância, orientação, monitoramento, censura, de informação e contrainformação. Agindo de forma subordinada aos interesses do governo, a assessoria muitas vezes orientava quanto à utilização de ferramentas e meios de repressão e opressão ao movimento estudantil, agindo contra o pensamento crítico e a liberdade de expressão.

A Assessoria Especial de Segurança e Informações fez parte de um sistema de vigilância, orientando o Reitor, e demais envolvidos, nas tomadas de decisões com base em dados coletados, dados esses que auxiliaram a gestão da UFAL a agir contra a disseminação de ideias contrárias ao governo. A AESI/UFAL foi um órgão que atuou na comunidade acadêmica como instrumento de controle da difusão do conhecimento. Seu objetivo principal foi atuar no campo do ensino, mas atuou também em procedimentos investigativos, silenciando e desarticulando forças contrárias ao regime dentro da universidade.

Essa ação da Assessoria no interior da UFAL retrata o interesse do governo em cercear as liberdades, proibindo a participação e a livre manifestação do pensamento. A pesquisa possibilitou constatar que havia vários dispositivos com o objetivo de controlar e reprimir a comunidade

acadêmica da UFAL, ao passo que permitiu verificar a ação da assessoria como órgão de informação e controle.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o Trabalho com documentos de Política Educacional**. Disponível em: http://moodle3.nead.uem.br/pluginfile.php/30539/mod_resource/content/1/Olinda%20Evangelista%20-%20Apontamentos.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.

GUAZZELLI, D. G.; TORRES, M. G. **O estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil-militar brasileira (1964-1979)**. Acervo, v. 27, n. 1, p. 227-238, 28 abr. 2014.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 16 abr. 2020.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1985, São Paulo: Publisher, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Por Ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória da Junta de Coordinación Revolucionária**. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e

Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1808.pdf>. Acesso em 11 mai. 2020.

SILVA, João José da. **A assessoria especial de segurança e informação - AESI na Universidade Federal de Alagoas: a educação sob o olhar da Ditadura Civil-Militar (1971-1974)**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org